



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS
PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
UNIDADE GERENCIAMENTO DO PROJETO - UGP



VOLUME 1

ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL - AISA PROJETO RN SUSTENTÁVEL

Este Estudo teve Não-Objecção do Banco Mundial em 08 de fevereiro de 2013 e sua aprovação foi publicada no Diário Oficial do Estado através da Portaria SEPLAN 011/2013 de 14 de fevereiro de 2013.

Fevereiro de 2013

Sumário Executivo

Estudo de Avaliação de Impacto Socioambiental do
Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do
Estado do Rio Grande do Norte

Apresentação

Em atendimento à Política Operacional 4.01 – Avaliação Ambiental apresenta-se este Estudo de Avaliação de Impacto Socioambiental do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte, igualmente denominado RN Sustentável.

O principal objetivo do RN Sustentável é o de efetivamente contribuir para reverter o cenário de baixo dinamismo socioeconômico territorial. Para tanto, propõe, na perspectiva sistêmica de desenvolvimento integrado, intervenções estratégicas de planejamento governamental no contexto da inclusão social e econômica, ampliando os serviços básicos, a atenção à educação, à saúde e à segurança pública, e o acesso a oportunidades de ocupação e renda no avanço da produtividade e competitividade dos setores produtivos do Estado.

O Projeto RN Sustentável, enquadrado na Categoria B, de impactos específicos ao local dos subprojetos, de caráter transitório, sendo poucos ou nenhum deles irreversíveis, alinha investimentos estruturantes de desenvolvimento regional econômico, social e humano, a partir de estudos e diagnósticos, para o correto desenho dos planos de ação pertinentes. Em apoio ao fortalecimento da governança, o Projeto estende as ações em assistência técnica, capacitação e formação do público alvo, e, ainda, na reestruturação e modernização da gestão pública do Estado.

Considerados o escopo, objetivos, impactos e medidas mitigadoras identificadas por esta avaliação socioambiental, no âmbito das políticas de salvaguardas sociais e ambientais do Banco Mundial, este documento é apresentado em três volumes: Volume 1 – Estudo de Avaliação de Impacto Socioambiental; Volume 2 – Marco da Política de Participação dos Povos Indígenas; e, Volume 3 – Marco de Reassentamento Involuntário, disponível para eventual aplicação, se, no decorrer dos estudos ao longo do primeiro ano do Projeto, forem encontradas situações que o justifique, sempre em atendimento às diretrizes emanadas pelo Banco Mundial.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Introdução

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte, igualmente denominado RN Sustentável, insere-se em um contexto territorial de acentuadas assimetrias sociais e econômicas, em paralelo aos impactos ambientais decorrentes das condições climáticas do semiárido nordestino, com reconhecidas áreas de desertificação consolidada. Estrategicamente o Projeto:

- Alinha investimentos estruturantes de desenvolvimento regional,
- Promove a inclusão econômica dos coletivos sociais rurais, de estrutura organizativa frágil, todavia, de expressiva participação nas cadeias produtivas existentes no Estado.
- Fomenta ações de melhoria da atenção à educação, saúde e segurança pública;
- Promove estudos, diagnósticos e planos de ação em assistência técnica, capacitação e formação do público-alvo deste Projeto;
- Estende as ações de fortalecimento da governança, pela reestruturação e modernização da gestão pública do Estado.

Esta visão sistêmica permite que o Projeto RN Sustentável atue diretamente nas causas da pobreza, que não envolvem somente a insuficiência de renda, mas fatores sociais e o baixo dinamismo territorial, evidenciados pelos indicadores sociais e econômicos do Estado. Todas as ações propostas serão determinadas dentro de critérios estratégicos do planejamento da ação governamental, onde os órgãos diretamente envolvidos definirão na sua estratégia as demandas prioritárias, dentro do contexto da inclusão socioeconômica e na perspectiva sistêmica do desenvolvimento regional integrado, em ampliação dos serviços básicos e do acesso a oportunidades de ocupação e renda, e aumento da produtividade e da competitividade dos pequenos produtores.

Os investimentos propostos estão baseados em demandas territoriais existentes, nas atividades desenvolvidas e nos obstáculos que se apresentam localmente para o desenvolvimento dessas atividades, estando intimamente relacionados com uma visão ampla dos problemas e dos potenciais de desenvolvimento em que estão inseridos. O Projeto RN Sustentável centrará esforços no desenvolvimento dos territórios com dificuldades para geração de emprego e renda, objetivando dinamizar a economia local e beneficiar os municípios com maiores problemas relacionados ao baixo rendimento econômico, a vulnerabilidade social e a degradação ambiental.

Serão realizados investimentos em projetos estruturantes que possibilitem a base para uma melhor prestação de serviços públicos territoriais e competitividade produtiva, especialmente em infraestrutura, como: melhorias nos serviços de saneamento; urbanização; recursos hídricos; regulamentação e certificação sanitária; incentivo aos centros de comercialização; e geração e difusão de conhecimentos técnicos.

Deste modo, o Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável irá viabilizar os objetivos do Governo do Estado nas seguintes ações estratégicas: (i) investimentos Socioambientais Sustentáveis voltados à Inclusão Produtiva (ii) Melhoria dos Serviços Públicos; e (iii) Melhoria da Gestão do Setor Público. Nesta estratégia, os critérios de elegibilidade de subprojetos adotados no RN Sustentável irão contemplar investimentos estruturantes de integração na agenda de desenvolvimento econômico regional em:

- Saúde – apoio as atividades das redes materno-infantil, oncológica e de urgência/emergência; construção, ampliação e equipamento de hospitais regionais, filantrópicos, bancos de leite, leitos neonatal, e de laboratórios;
- Educação – integração da educação à agenda de desenvolvimento; melhoria do processo ensino-aprendizagem; ampliação, reformas e reparos de estrutura física de escolas públicas, projetos pedagógicos e, aquisição de equipamentos;
- Investimentos em melhoria da segurança pública e defesa social – tecnologias para o fortalecimento de segurança preventiva ao cidadão; fortalecimento do Centro Integrado de Operações de

- Segurança (CIOSP); sistemas informatizados de gestão e avaliação de programas e políticas prioritárias; equipamentos de TI e unidades móveis para melhor eficiência nos serviços prestados;
- Investimentos socioambientais - projetos estruturantes em sistemas simplificados de abastecimento e/ou tratamento de água; de recuperação de áreas degradadas; de infraestrutura hidroambientais; de triagem e beneficiamento de resíduos sólidos; de recuperação de rodovias para melhor acesso e dinamização das cadeias produtivas agro familiares, pesca, fruticultura, têxtil, turismo;
 - Investimentos em apoio à governança – assistência técnica aos arranjos produtivos locais – APL; assistência técnica à gestão pública estadual e municipal; à capacitação e formação de servidores; consultoria; mobilização e sensibilização; divulgação e marketing; e
 - Gestão do setor público – modernização dos processos de gestão pública com foco na eficiência e eficácia.

Considerados os impactos decorrentes das intervenções propostas pelo Projeto, com o registro das discussões apresentadas neste Estudo de Avaliação de Impacto Socioambiental, este Projeto RN Sustentável enquadra-se na Categoria B, de impactos específicos ao local dos subprojetos, de caráter transitório, sendo poucos ou nenhum deles irreversíveis, e de céleres medidas mitigadoras.

2. Contexto Regional e Local do Estado do Rio Grande do Norte

O Estado do Rio Grande do Norte, localizado no extremo nordeste do território brasileiro, ocupa uma extensão territorial de 52.796,791km², o que corresponde a 0,62% da superfície total do país. Limita-se ao norte e a leste com o oceano Atlântico, numa extensão litorânea de 410 km; ao sul com o Estado da Paraíba, e a oeste com o Estado do Ceará.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população total do Estado é de 3.168.027 habitantes e uma densidade demográfica de 59,99 hab/km². A distribuição populacional compreende 77,80% da população residente em áreas urbanas e 22,19% em áreas rurais.

A cidade mais populosa é Natal, capital do Estado, com população de 803.739 habitantes e uma densidade demográfica de 4.808,20 hab/km², em área da unidade territorial de 167.160 km². É seguida de Mossoró, com população de 259.814 habitantes e densidade demográfica de 123,76 hab/km².

A distribuição etária do Estado apresenta uma estrutura com 67,6% de pessoas na classe dos 15 a 64 anos e 24,8% na classe etária menor de 15 anos, demonstrando, em termos gerais, uma pirâmide etária com grande concentração de jovens. (IBGE, 2010).

Ao longo das últimas décadas, o crescimento econômico do Rio Grande do Norte está longe de ser homogêneo, quando se considera todo o Estado. A economia estadual passou por profundas transformações estruturais nas últimas três décadas, ostentando um crescimento muitas vezes superior àquele alcançado pela região Nordeste, e próximo àquele obtido pela economia brasileira como um todo. Isto se deve principalmente iniciativa federal do Programa Bolsa Família, o aumento dos investimentos públicos, o crescimento da indústria petrolífera, do turismo, e da fruticultura irrigada são fatores que explicam esse dinamismo apresentado pela economia do Estado.

Este Estudo de Avaliação de Impactos Socioambientais – AISA analisa o Projeto RN Sustentável sob os aspectos sociais, econômicos e ambientais, considerando a divisão do Estado em seus dez territórios de cidadania.

- Boas práticas socioambientais com ênfase na sustentabilidade, na convivência com o semiárido e preservação do meio ambiente;
- Promoção da inclusão de jovens e mulheres no mercado de trabalho;
- Melhoria e expansão da infraestrutura voltada ao desenvolvimento da logística regional integrada;
- Promoção do fortalecimento da governança local/territorial das cadeias de valor.

Componente 2. - Melhoria dos Serviços Públicos

Subcomponente 2.1 - Atenção à saúde – que apoiará as atividades das 03 redes: materno-infantil, oncológica e de urgência/emergência, em:

- Melhoria da qualidade da prestação de serviços de saúde,
- Introdução de alterações ao modelo de cuidados de saúde pela melhoria da prestação de serviços voltados aos cuidados primários nos municípios.

Subcomponente 2.2 - Melhoria da Qualidade da Educação Básica – que apoiará a integração da educação à agenda de desenvolvimento, e melhoria do processo ensino-aprendizagem, em:

- Acesso à educação de boa qualidade / expansão da prestação de serviços;
- Acompanhamento e avaliação da gestão escolar / implantação do sistema de avaliação da educação básica e profissional;
- Implementação de práticas e normas pedagógicas, com foco em resultado e na aprendizagem;
- Infraestrutura física das escolas e reforço na autogestão escolar;
- Desenvolvimento profissional e valorização da profissão docente;
- Assistência técnica aos municípios para melhoria da qualidade da educação.

Subcomponente 2.3 - Melhoria da Segurança Pública e Defesa Social

- Investimento tecnológico para o fortalecimento de ações de segurança preventiva ao cidadão
- Investimento tecnológico para o fortalecimento do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOSP e das bases de inteligência das instituições policiais;
- Implantação de sistemas informatizados de gestão e avaliação contínua de programas e políticas públicas prioritárias;
- Aquisição de equipamentos de TI, mobiliários e unidades móveis para melhoria do processo de gestão, com foco na eficiência dos serviços públicos prestados.

Componente 3 – Governança do Gestão do Setor Público – em apoio técnico e financeiro nas ações setoriais prioritárias de maior eficiência na gestão e na prestação de serviços públicos, priorizando a redução de despesas correntes que possibilitarão a elevação de taxa de investimento público, desobstruindo gargalos e gerando um ambiente de externalidades positivas, para o aumento do investimento privado e o crescimento econômico do Estado, pela:

- Concepção, desenvolvimento e implantação de um modelo integrado de planejamento, gestão orçamentária e financeira;
- Reestruturação da máquina administrativa do Estado;
- Desenvolvimento e implantação de modelo de gestão
- Fortalecimento da capacidade institucional de planejamento do Estado, considerando os elementos da gestão orçamentária e financeira que impactam o orçamento e a utilização dos recursos públicos;
- Melhoraria da efetividade das políticas públicas e o controle dos gastos públicos;
- Definição e implantação de planejamento estratégica de médio e longo prazo e modernização da gestão da informação e integração dos sistemas de TI voltados ao planejamento e controle da gestão com foco em resultados.
- Apoio à implantação de sistemas informatizados de gestão e avaliação contínua de programas e políticas públicas prioritárias, aquisição de equipamentos de TI, mobiliários e unidades móveis para melhoria do processo de gestão, com foco na eficiência dos serviços prestados a população.

- Implantação de uma Política de Gestão de Recursos Humanos, estratégica e eficiente; e,
- Levantamento e avaliação de planos de carreiras, cargos e remunerações dos servidores do Estado.

3.2 Tipologias de Intervenção nos Subprojetos

São cinco as Tipologias de Intervenção propostas para o Projeto:

Tipologia 1 - Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional

Consideram-se os empreendimentos de interesse regional e natureza pública, privada ou mista, constituídos, designadamente, por obras de infraestrutura, equipamentos, unidade móveis de sanidade animal, e outros bens ou serviços necessários e adequados ao desenvolvimento de atividades econômicas de reconhecido interesse regional, preferencialmente relacionados com novas formas de economia, especificamente as mais intensivas em conhecimento e relevantes para a estratégia definida no Projeto RN Sustentável. Os Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional mostram-se particularmente aptos a acolher:

- Polos de competitividade regional produtiva, com base na inovação empresarial e social;
- Implantação de infraestruturas socioeconômicas voltadas à melhoria de inovações tecnológicas, inspeção sanitária, transporte e logística da produção regional;
- Investimentos na recuperação de infraestrutura econômica existente e nas necessidades estruturais do território; e
- Atividades que, pela sua natureza, aconselham uma localização regional, em contextos integrados no território, adequados às características das cadeias e arranjos produtivos locais e compatíveis com o modelo de desenvolvimento regional proposto no Projeto RN Sustentável.

Tipologia 2 – Projetos de Iniciativa de Negócios Sustentáveis

No conjunto dos subprojetos previstos, os impactos surtirão efeitos cumulativos positivos, pois atendem as necessidades do desenvolvimento sustentável, de forma integrada, buscando a conciliação dos aspectos sociais, econômicos e ambientais, quais sejam:

- Melhoria na elevação de renda dos beneficiários pelo fortalecimento e estruturação da produção familiar;
- Ressocialização de grupos sociais e fortalecimento de outros já existentes e atuantes;
- Melhoria do bem estar dos beneficiários, através de investimentos de economia solidária e gestão ambiental, além da permanência dos grupos sociais afetados em seu ambiente natural, seja meio rural ou urbano, onde convivam dignamente com o espaço, a melhoria da renda, da saúde e da educação.

Tipologia 3 – Projetos Socioambientais

Os projetos socioambientais identificados para esta Tipologia são:

- Projetos de Sistemas de Abastecimento e Tratamento de Água – ações de infraestrutura no apoio à implantação, ampliação e melhoria de sistemas simplificados de abastecimento e tratamento de água coletivo e serviços de saneamento básico;
- Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas – ações de valorização dos serviços ambientais e melhoria da gestão recursos naturais pelas organizações produtivas, melhorando a relação entre o homem e o meio ambiente, promovendo um equilíbrio ambiental nas áreas susceptíveis à desertificação, atrelados a educação ambiental contextualizada às famílias de agricultores residentes

nas localidades.

- Projetos de Obras Hidroambientais – ações de manutenção da quantidade e da qualidade das águas, preservando suas condições naturais de oferta d'água, e replicação dessas experiências em outras micro bacias hidrográficas do semiárido do Rio Grande do Norte. As ações irão contribuir para reduzir a erosão, melhorar a qualidade e aumentar o volume da água disponível, ampliar a cobertura vegetal, diversificar os cultivos, aumentar a consciência preservacionista, incorporar novos métodos e alternativas de produção, além de fortalecer o capital humano e social.
- Projetos de Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis - criação de uma unidade gestora e técnica de resíduos sólidos como instrumento de assessoramento aos municípios, e estimula a instalação de Consórcios Públicos, priorizando a participação do catador cidadão e do trabalhador informal na gestão dos resíduos.

Tipologia 4 – Projetos de Inovação Pedagógica

Destacam-se intervenções em:

- Melhoraria da gestão e do desempenho das escolas através da construção de uma nova relação do professor com a escola, e com a comunidade;
- Construção e implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica e Profissional do Rio Grande do Norte, com objetivo de monitorar e avaliar a qualidade da educação Básica;
- Construção e implantação do Observatório da Vida do Estudante da Educação Básica, com objetivo de garantir o acompanhamento do desempenho escolar dos alunos da rede estadual. Constitui-se em um centro de estudos e de análises de informações qualitativas e de natureza estatísticas sobre os estudantes que ingressam e os que já estão matriculados;
- Aquisição de equipamentos de TI para a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, e escolas, e de serviços gráficos para impressão de manuais específicos, visando fortalecer a avaliação e o monitoramento.

Tipologia 5 – Apoio ao Fortalecimento da Governança Local e Territorial/Institucional

Esta Tipologia objetiva preparar a base necessária para troca de ideias e experiências, exposição das melhores práticas, experimentos, novas metodologias, pesquisa e divulgação das potencialidades das atividades econômicas da região. Isto irá ampliar as áreas de atuação com a conquista de novos mercados, construindo alianças, parcerias e redes em municípios, centros acadêmicos, instituições de pesquisa, organizações privadas e organizações da sociedade civil. A qualificação dos atores envolvidos no processo é uma exigência para a obtenção da excelência no trabalho e nos resultados advindos.

O Componente 3 - Governança do Setor Público terá o suporte da Tipologia 5 – Apoio ao Fortalecimento da Governança Institucional.

4. Rol de Investimentos Físicos Propostos para o RN Sustentável

O rol de investimentos físicos propostos está consolidado em seus componentes e Subcomponentes conforme as tabela demonstrativa, abaixo.

Da mesma forma, foram consolidados os investimentos por agentes e fontes de recursos, nas duas etapas previstas para os investimentos na implementação do RN Sustentável.

Custos do Projeto por Componente (US\$ 1,00)

COMPONENTES/SUBCOMPONENTES	TOTAL	BANCO	ESTADO
COMPONENTE 1 - INVESTIMENTOS SOCIOECONÔMICOS SUSTENTÁVEIS VOLTADOS A INCLUSÃO PRODUTIVA	200.545.178	180.295.760	20.249.419
COMPONENTE 2 - MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	130.069.413	116.936.063	13.133.350
2.1. Atenção à Saúde	44.973.659	40.432.585	4.541.074
2.2. Melhoria da Qualidade da Educação Básica	68.813.770	61.865.516	6.948.254
2.3. Melhoria da Segurança Pública e Defesa Social	16.281.984	14.637.962	1.644.022
COMPONENTE 3 – GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO	65.535.409	58.918.177	6.617.232
SUBTOTAL	396.150.000	356.150.000	40.000.000
TAXA INICIAL	900.000	900.000	-
CONTINGÊNCIAS FÍSICAS E FINANCEIRAS	2.950.000	2.950.000	-
TOTAL	400.000.000	360.000.000	40.000.000

Custo Total e Fontes de Recursos

AGENTES	VALORES (em US\$ 1,000)	%	1ª Etapa	%	2ª Etapa	%
(1) FONTE EXTERNA						
BANCO MUNDIAL	540,000	100%	360,000	100%	180,000	100%
(2) FONTE INTERNA						
GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE	40,000	100%	40,000	11.11%	20,000	11,11%
TOTAL (1+2)	600,000	100%	400,000	-	200,000	-

5. Plano de Gestão Socioambiental do Projeto RN Sustentável

A Parte B – Plano de Gestão Socioambiental – PGSA RN Sustentável orienta sobre os potenciais impactos decorrentes das intervenções do Projeto. Avalia os impactos no escopo das Políticas Operacionais de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial, em resumo abaixo exposto.

OP/BP 4.01 – Avaliação Ambiental

De acordo com a Política de Avaliação Ambiental - OP 4.01, a Avaliação Ambiental avalia os potenciais riscos ambientais do projeto na sua área de influência; examina alternativas ao projeto; identifica maneiras de melhorar a seleção, localização, planejamento, concepção e execução do projeto, pelo uso de medidas

destinadas a evitar, minimizar, mitigar ou compensar os efeitos ambientais adversos, e a realçar os impactos positivos, o que inclui o processo de mitigar e gerir os impactos ambientais decorrentes ao longo de toda a execução do projeto.

Em seu escopo, a AA considera o ambiente natural (ar, água e solo); saúde e segurança humana; aspectos sociais (povos indígenas, reassentamento involuntário e propriedade cultural), bem como aspectos transfronteiriços e do meio ambiente global, em abordagem integrada. Considera, ainda, a variabilidade nas condições do projeto e do país; as conclusões de outros estudos ambientais no país; planos de ação nacionais para o meio ambiente; o conjunto de políticas, legislação nacional e capacidades institucionais relacionadas com os aspectos ambientais e sociais; e obrigações do país, relativas a atividades do projeto, no âmbito de tratados e acordos internacionais relevantes sobre o meio ambiente.

Os estudos de inventário, viabilidade socioambiental, bem como os empreendimentos a serem apoiados pelo Projeto ainda serão detalhados em sua concepção e projeto básico/executivo. Optou-se por oferecer um Marco de Avaliação Ambiental com vistas a levantar potenciais impactos associados às questões ambientais. Com este propósito, buscou-se identificar um rol de potenciais demandas decorrentes das intervenções propostas pelo Projeto, no sentido de orientar as ações a serem adotadas nestes casos.

Os potenciais impactos ambientais abalizados nesta AISA subsidiam a adoção do Marco Conceitual de Avaliação Ambiental em conformidade com os programas e medidas mitigadoras apontadas, e as Políticas de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial.

Para os aspectos de mitigação, monitoramento e capacitação, o Plano de Avaliação Ambiental, irá fornecer (i) cronograma de implementação das medidas que devam ser executadas como parte do projeto, mostrando a sua integração gradual e coordenação com os planos gerais de implementação do Projeto; e (ii) estimativas de custos de investimento e de operação, e as fontes de financiamento para a execução do Plano de Avaliação Ambiental, cujos valores são integrados nas tabelas de custos totais do Projeto, a ser apresentada na fase de elaboração dos Planos de Negócio.

Definiu-se, nesta Avaliação de Impacto Socioambiental do RN Sustentável, o elenco complementar de Marcos Conceituais e respectivas diretrizes, em conformidade com as Políticas Operacionais de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial, por serem considerados passíveis de adoção, quando da elaboração dos Planos de Avaliação Ambiental dos subprojetos, a partir dos respectivos planos básico/executivo.

Complementam a Avaliação Ambiental as seguintes salvaguardas ambientais:

OP/BP 4.04 – Habitat Naturais

Embora o RN Sustentável não seja focado em Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais, as atividades propostas pelos componentes devem conduzir a impactos positivos nos habitat naturais, pela proteção direta e reabilitação das áreas, de acordo com o Código Florestal Brasileiro. Contudo esta Política Operacional é indicada, e todas as atividades que possam afetar os habitat naturais deverão seguir as Políticas do Banco Mundial, identificando, monitorando, e gerindo as atividades de prevenção e/ou mitigação de qualquer possível impacto negativo.

O Projeto prevê a regeneração e reflorestamento dos sistemas aquíferos, notadamente na reparação de vegetação, beneficiando a biodiversidade local em preservação e recuperação.

As margens de nascentes e rios são consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP), e legalmente protegidas pela legislação brasileira (Lei Federal 4771/65). O uso de APP para o desenvolvimento de sistemas de abastecimento de água potável, e esgotamento sanitário, requer autorização específica, medidas de mitigação e recuperação. Nesse sentido, o Manual Ambiental de Obras orienta para os procedimentos compatíveis.

OP 4.09 – Controle de Pragas e Parasitas

O RN Sustentável não financiará o uso de pesticidas ou outros produtos químicos que possam acionar esta OP. Contudo, quantidades menores de pesticidas ainda seriam usados por pequenos produtores no curto prazo. O Projeto incentivará a assistência técnica para a adoção de agricultura orgânica e comprovadamente econômica e ambientalmente sustentável. Esta abordagem deverá aumentar a produtividade agrícola, reduzir custos e riscos à saúde humana.

A necessidade de uso de pesticidas e herbicidas será registrada em cada projeto, assim como as medidas mitigadoras pertinentes. Quando o uso de pesticidas ou herbicidas é justificado, uma análise do potencial impacto negativo será conduzida, para verificar os resultados de uso indevido e armazenagem destes produtos químicos.

O Plano de Manejo de Pesticidas está incorporado no Manual Ambiental de Obras, de acordo com organização Mundial da Saúde.

OP/BP 4.10 – Povos Indígenas

O principal garantidor da autonomia das populações indígenas é seu território. Direito reconhecido pela Constituição. No Rio Grande do Norte ainda não há terras indígenas demarcadas. Permanece o desafio de demarcar terras, onde a presença de não índios dificultam os processos.

Estudos vêm acontecendo e aprofundando estas questões, mostrando com maior exatidão números, locais e demais aspectos relativos a esta temática. O mesmo acontece junto aos pesquisadores do Estado, que ressaltam, que nos censos de 1991 e 2000 também chamaram a atenção devido aos seus indicadores, quais sejam: 394 e 3.168 respectivas auto declarações indígenas em todo o território norte-rio-grandense. Cabe tomar estas quantificações com ressalvas, já que sozinhas não expressariam as situações diversas que aparentemente representam.

Para garantir o cumprimento da Política Operacional 4.10 – Povos Indígenas, o RN Sustentável aprofundou a questão elaborando o Documento “Marco Conceitual dos Povos Indígenas”, apresentando as diretrizes para participação destas comunidades, como documento anexo, Volume 2. Este documento apresenta o perfil social, econômico, cultural, político e demográfico dos povos indígenas do RN, que poderá orientar as estratégias de atendimento a esses povos, no âmbito do Projeto em estrita consonância com as diretrizes emanadas pelo Banco Mundial.

OP/BP 4.11- Recursos Culturais Físicos

A implementação do RN Sustentável não deverá causar impactos negativos sobre reconhecidos recursos culturais físicos. Não são elegíveis as obras de intervenção com potenciais impactos sobre o patrimônio arqueológico, paleontológico, histórico, ou outros sítios de importância cultural.

Os sítios arqueológicos e históricos do Rio Grande do Norte estão assegurados pela legislação brasileira muito desenvolvida, e estão sob os cuidados do Instituto de Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional – IPHAN. Este, por meio de sua agência regional no Estado, bem como pela Secretaria de Educação e Cultura, tem a atribuição de identificação, restauração e proteção ao patrimônio cultural físico no Estado.

OP/B 4.12 – Reassentamento Involuntário

O RN Sustentável, por se enquadrar na Categoria B de classificação pelo Banco Mundial, não prevê ações de reassentamento involuntário. Contudo, no sentido do cumprimento da Política Operacional 4.12 – Reassentamento involuntário, o RN Sustentável aprofundou a questão elaborando o Documento “Marco Conceitual de Reassentamento Involuntário”, como documento anexo, Volume 3, apresentando as diretrizes, sempre sob a estrita observância e orientação explícita do Banco Mundial.

O reassentamento involuntário pode provocar danos no longo prazo, como empobrecimento e danos ambientais, exceto se medidas apropriadas forem cuidadosamente planejadas e implementadas. Por tais

razões, os objetivos genéricos da política do Banco referente ao reassentamento involuntário são os seguintes:

- a) O reassentamento involuntário deve ser evitado sempre que possível, ou então minimizado, explorando-se todas as alternativas viáveis para o design do projeto.
- b) Quando não for possível evitar o reassentamento involuntário, as atividades de reassentamento deverão ser concebidas e executadas como programas de desenvolvimento sustentável, fornecendo-se recursos para investimento suficiente para que as pessoas deslocadas pelo projeto possam participar dos benefícios providos pelo mesmo projeto.
- c) Pessoas deslocadas deverão ser consultadas extensivamente e deverão ter oportunidades para participar do planejamento e implementação de programas de reassentamento.
- d) Pessoas deslocadas deverão ser assistidas nos seus esforços para melhorarem o modo e condições de vida ou pelo menos para restaurar, em termos reais, as condições previamente ao reassentamento ou ao início da implementação do projeto, prevalecendo o qual for mais elevado.

OP/BP 4.36 - Florestas

A implementação do RN Sustentável não deve gerar impactos negativos nos recursos florestais. São inelegíveis os projetos com potencial de degradação das florestas ou outros habitat naturais, que possam causar significativos impactos ambientais adversos. O Projeto também exclui atividades de comercialização que requeiram extração, corte e uso de lenha com os recursos florestais, nas cadeias produtivas previstas. Atividades que resultam em desflorestamento e perda da cobertura de vegetação nativa, não são permitidas.

O Projeto deverá contribuir com a conservação e recuperação de vegetação natural, gerando impactos positivos, pela manutenção e/ou recuperação de vegetação natural nas áreas particulares rurais, nos taludes nas margens dos rios, ou na vizinhança de nascentes.

Adicionalmente, irá contribuir para a conservação e recuperação de Áreas de Reserva Legal nas propriedades particulares.

OP/BP 4.37 – Segurança de Barragens

O abastecimento de água potável e as intervenções em saneamento não devem afetar a capacidade de estoque e operação das barragens.

Entretanto, considerando-se: (i) a provisão de infraestrutura instalada de recursos hídricos no Estado do Rio Grande do Norte nos últimos anos, incluindo financiamento do Banco, e (ii) o atual modelo de excelência de gestão dos recursos hídricos, com boas práticas já incorporadas na rotina de procedimentos da SEMARH. A fase de preparação do Projeto contempla especialistas em barragens para; (i) inspecionar e avaliar o status de segurança de barragens existentes; (ii) rever e avaliar a operação de proprietários nos procedimentos de manutenção; e, (iii) elaborar relatório das observações e recomendações para qualquer obra de recuperação ou segurança pertinentes. Avaliações prévias sobre a segurança das barragens podem ser aceitas pelo Banco.

6. Avaliação Global e Estratégias

Os potenciais impactos das intervenções do RN Sustentável serão em pequena escala, e orientados às demandas dos projetos. Estes não deverão causar significativos impactos ambientais adversos, pois se relacionam com as obras de desenvolvimento de infraestruturas (i.e. água potável, esgotamento sanitário e faixas segurança de barragens); novas práticas de agricultura (i.e. diversificação dos produtos, agricultura de conservação, promoção do valor agregado das cadeias produtivas e certificações).

Os impactos negativos de obras de pequena escala podem decorrer das atividades do Componente 1. Embora os potenciais impactos possam ser reduzidos, de natureza transitória e de curta duração, o Manual Ambiental de Obras especifica e orienta os procedimentos a serem seguidos pelas empresas construtoras, cobrindo aspectos como: localização dos canteiros de obra, áreas de bota-foras e áreas de empréstimo com as devidas licenças ambientais; limpeza da vegetação, controle de ruído, controle de tráfico, sinalização, e

Para assegurar o fortalecimento institucional, estarão representados, pelo governo federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); a Fundação Nacional do Índio (FUNASA); e, o Banco do Brasil (BB). Contará com o apoio de instituições de CT& I: Universidades Federais e Estaduais; CNPQ e EMBRAPA, a sociedade civil e setor privado, representado por OSCIP- Organizações Cíveis de Interesse Público; Organizações Privadas – SEBRAE e congêneres.

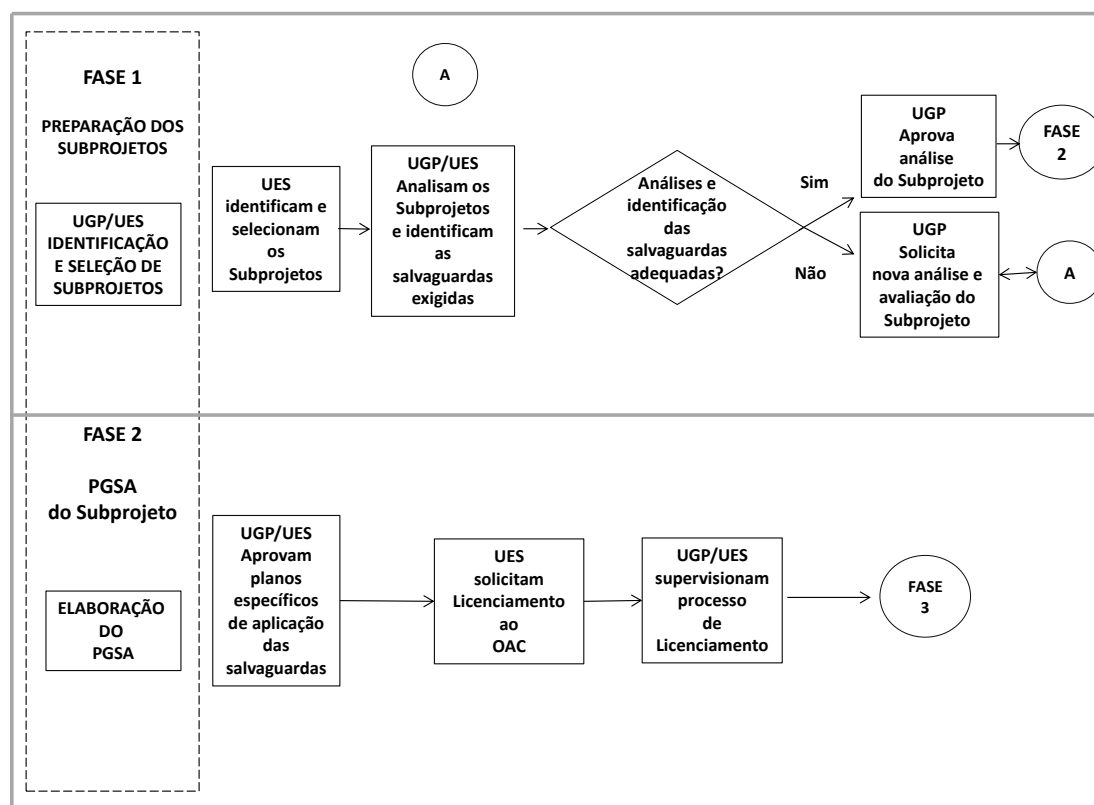
O Programa de Fortalecimento da Gestão Socioambiental será definido e implementado no âmbito do plano anual de trabalho do Projeto, em resposta a temas considerados prioritários pelos gestores e técnicos da UGP e UES.

As principais ações e atividades previstas pelo plano de fortalecimento da gestão ambiental do Projeto, em face de dificuldades e carências que venham a ser identificadas pela avaliação da capacidade institucional dos agentes executores e coexecutores do Projeto, estarão focadas primordialmente em:

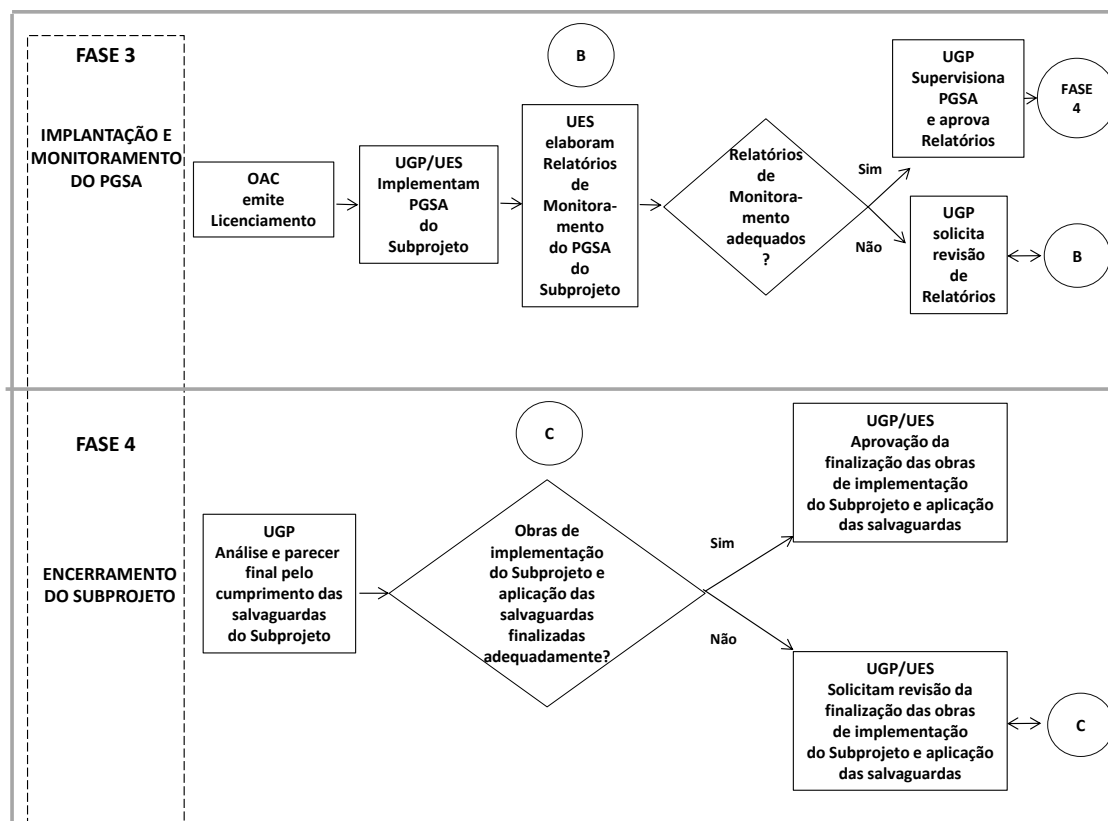
- Suporte na preparação de editais;
- Análise e emissão de parecer técnico;
- Suporte na formalização de convênios;
- Assessoria técnica nos certames licitatórios;
- Acompanhamento e fiscalização na execução dos projetos;
- Apuração de responsabilidades em caso de não conformidade;
- Intermediação nas negociações para operacionalização dos projetos.

Os procedimentos de avaliação e gestão socioambiental dos projetos de investimentos produtivos estão divididos em quatro diferentes fases, conforme fluxogramas a seguir ilustrados.

Fluxograma de Procedimentos Socioambientais Fases 1 e 2



Fluxograma de Procedimentos Socioambientais Fases 3 e 4



O planejamento e execução de treinamentos, estudos prioritários e outras atividades do Programa deverão valer-se de consultorias, convênios e parcerias com instituições acadêmicas e setoriais de reconhecida competência técnica nos temas propostos. Os estudos terão a participação ampla das equipes em estreita interação com instituições vinculadas e outras partes interessadas.

A preparação destes estudos levará em conta as diretrizes socioambientais do Banco Mundial no que diz respeito às intervenções físicas e/ou políticas propostas, em especial no tocante à avaliação de potenciais impactos, do desenho de programas de mitigação e compensação, e de consultas ao público interessado.

8. Conclusões

A amplitude das áreas de intervenção do Projeto RN Sustentável, pelo escopo dos projetos que privilegiam ações estruturantes de desenvolvimento regional; de empreendimentos de negócios sustentáveis; de intervenções socioambientais; de iniciativas de desenvolvimento escolar pedagógicas; e, de fortalecimento da governança local e territorial, são pleitos que convergem para a inequívoca oportunidade dos investimentos propostos neste Projeto.

A avaliação ambiental, apresentada ao final do Capítulo I – Descrição do Projeto RN Sustentável, aponta as questões de maior relevância.

Considerando um cenário favorável para a economia do Estado, em virtude das intervenções do Projeto, a avaliação ambiental identifica possíveis gargalos para o acesso a infraestruturas de negócios, tais como: capacitação dos atores e agentes envolvidos nas cadeias produtivas; falta de ordenamento no uso sustentável dos recursos naturais – orla do mar, lagoas, encostas e dunas; vulnerabilidade na exposição de

sítios arqueológicos, até mesmo por fragilidades culturais; entre outros aspectos de importância transversal representadas pelo desenvolvimento das cadeias produtivas.

Neste sentido, sugere-se a adoção de zoneamento ecológico econômico como a solução mais apropriada em aderência aos elementos e instrumentos necessários à concretude dos investimentos propostos, em visão sistêmica sustentável do desenvolvimento integrado.

As análises do mapeamento dos principais APL, levantado pelas instituições de suporte no Rio Grande do Norte, e considerados o público alvo dos subcomponentes de desenvolvimento social e econômico, 10 potenciais APL foram identificados pela ligação direta com as tipologias de investimento, todos relacionados a Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional e Iniciativa de Negócios.

O suporte às iniciativas de negócios será baseado em: (i) alta correlação às atividades de campo, especialmente agricultura familiar; (ii) micro empresas individuais e ênfase na atividade produtiva de jovens e mulheres chefe de família.

A despeito de políticas públicas de estímulo à produção familiar e da variedade e importância dos APL, como destacado na Parte A, Capítulo I – Descrição do projeto RN Sustentável - as demandas sociais se manifestam à vista das análises apresentadas. Observam-se as questões de gênero, os baixos níveis de frequência escolar, a defasagem idade/escola, e as dificuldades e incertezas no acesso às escolas públicas. Destacam-se, ainda, os gargalos identificados na colocação dos produtos agrícolas no mercado (em geral restritos à venda no ambiente local imediato), baixo nível de qualidade dos produtos, ausência de apoio das instituições federais ATER e EMATER no cenário regional, dentre outros fatores não menos relevantes.

Estes aspectos indicam o padrão de desenvolvimento observado atualmente no Estado, o que aponta para fortes traços de insustentabilidade, de natureza social, econômica e cultural, evidenciando profunda exclusão social em algumas das regiões chave no contexto do desenvolvimento integrado.

Em vista das fragilidades apontadas, torna-se imperativo avançar nas iniciativas para reverter o cenário desfavorável encontrado, que tende a acentuar, no curto prazo, os impactos nas populações rurais e urbanas, reféns do abandono de políticas públicas inclusivas eficazes, combinadas aos efeitos de degradação dos recursos naturais, como resultado de práticas inadequadas de exploração desses recursos físicos. Considerando-se o foco do Projeto nos territórios de cidadania, este estudo de avaliação de impacto ambiental ressalta a importância do diagnóstico participativo, envolvendo todas as partes interessadas dos territórios de influência, sob a forma de fóruns para o diálogo entre os protagonistas do processo de desenvolvimento endógeno – produtores (agricultores familiares, participantes da economia informal, pequenos empresários, etc.), representantes do poder público local e regional do Estado, a esfera federal, a sociedade civil organizada, universidades e escolas, nos mais variados níveis.

Conclui-se por constituir-se este Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável em um instrumento necessário para reunir as condições humanas, materiais, financeiras, tecnológicas e de inovação capazes de alavancar a dinâmica produtiva inclusiva do Estado Rio Grande do Norte.

EXECUTIVE SUMMARY

1. Introduction

Rio Grande do Norte Sustainable Integrated Development Project, also known as RN Sustainable, is within a territorial context of intense social and economic asymmetries, all in parallel with environmental impacts, as a result of climate conditions of northeastern semiarid region, not to mention areas of already consolidated desertification.

Strategically the Project:

- Aligns structural investments in regional development taking its economic potential to the State;
- Promotes economic inclusion of rural societies, of fragile organizational structure, although of expressive partaking in the State productive chains;
- Promotes improvement actions focused on education, health, and public safety;
- Widens studies, diagnosis and plans of action, focused in technical assistance, and skills development to the targeted society.
- Expands governance strengthening, through restructuring and modernization of State public management.

This systemic view allows RN Sustainable to directly impact on poverty causes, which not only involve insufficient income but also other social facts, such as territorial economic low dynamics, well expressed by State social indexes. All actions proposed are strictly within government strategic planning criteria, in which is directly involved State direct administration will define the priority demands - that means: social and economic inclusion in a systemic perspective of integrated regional development. It also focuses widening basic services and access to jobs and income opportunities, besides competitive productivity rising amongst small producers.

Proposed investments are based on local constraints, on actual activities and local hindrances to such doings. RN Sustainable will align efforts to job and income generation, in order to stimulate the local economy mainly where vulnerable society and environmentally degraded areas are evident.

Investments will also incorporate structuring projects in order to improve territorial services; competitiveness, particularly in infrastructures (e.g. roads restoration, water resources, sanitation, urbanization, and commercialization centers), besides regulation and sanitary certification, technical knowledge generation and dissemination.

This way, RN Sustainable will enable government strategic Project objectives in: (i) socioeconomic sustainable investments geared to productive inclusion; (ii) improved public services; and (iii) improved public sector management.

Eligible projects span:

- Health-support the activities of mother-child network, oncology and emergency room/emergency; construction, extension and equipment of regional hospitals, philanthropic, neonatal beds, milk banks, and laboratories;
- Education-integration of education to the development agenda; improving the teaching-learning process; expansion, renovations and repairs of physical structure of public schools, educational projects and purchase of equipment;
- Investments in improving public security and social defense – technologies for the strengthening of preventive security for the citizen; strengthening the Integrated Security Operations Center (CIOSP); computerized management systems and evaluation of priority policies and programs; IT equipment and mobile units for improved efficiency in the services provided;
- Environmental investments-structuring projects in simplified supply systems and/or water treatment; of recovery of degraded areas; hydro-environmental infrastructure; sorting and processing of solid waste;

- Highway recovery for better access and promotion of agro-productive chains, fishing, fruits, textiles, tourism;
- Investments in support of governance-technical assistance to the local productive arrangements – APL; technical assistance to public State and municipal management; the training and formation of servers; advice; mobilization and sensitization; publicity and marketing; and
- Public sector processes management modernization with a focus on efficiency and effectiveness.

Considering the resulting impacts of Project interventions and the discussion disclosed in this Social and Environmental Impact Appraisal Report, RN Sustainable is classified as Category B, of less adverse potential impacts on human populations or environmentally important areas. The impacts are site-specific; few if any of them are irreversible; and in most cases mitigating measures can be readily designed.

2. Regional and Local Context of the State of Rio Grande do Norte

Rio Grande do Norte State is located at the extreme northeastern region of Brazil, with a territorial extension of 52,796.791 km², which means 0.62% of total country's total surface. It is limited North and East by the Atlantic Ocean, in 410 km of coast. At South border is the State of Paraíba, and at West boundary is the State of Ceará.

According to Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE (2010) the total population of the State is 3,268,027 inhabitants, with demographic density of 59.99 per/km². Population distribution is 77.80% in urban areas and 22.19% in rural areas.

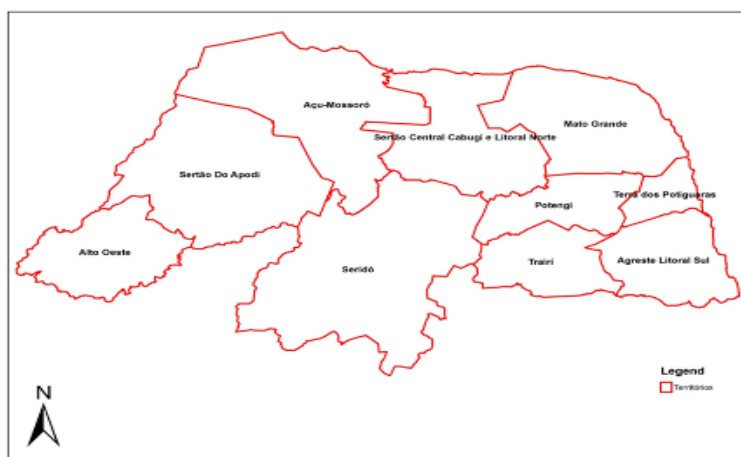
Natal, the capital, is the most populated city with 803,739 inhabitants, with demographic density of 4,808.20 per/km². Its total territorial area is 167,160 km². The city is followed by Mossoró, with total population of 259,814 inhabitants, with demographic density of 123.76 per/km².

State's age distribution structure casts 67.6% of its population within the 15 to 64 years old range, and 24.8% below 15 years old, which depicts, in general terms, a pyramid with great concentration of the young. (IBGE, 2010).

Throughout the last decade State's economy has been far from homogeneous. State economy underwent deep structural transformations, boasting growth rates above other Northeastern states, also those reached by national growth altogether. This was mainly due Bolsa Família Program, public investments, the development of oil industry, tourism, and irrigated fruit culture.

This Social and Environmental Impact Appraisal Report analyses RN Sustainable under its social, economic and environmental aspects, considering States' 10 (ten) Citizenship Territories, according to the map below.

Citizenship Territories



Source: SEPLAN/RN, 2012

3. Project Key Activities

This Report has been planned in three Volumes, as such:

Volume 1 - Social and Environmental Impact Assessment Report, structured in three sections;

- Section A – Social and Environmental Impact Assessment
- Section B – Social and Environmental Management Plan – PGSA
- Section C – Management Strengthening Program

Volume 2 – Indigenous Peoples Plan – guides and procedures according to OP 4.10 in the context of Indigenous, Negroes, and Gypsies peoples.

Volume 3 - Conceptual Framework of Involuntary Resettlement - consolidates guidelines and procedures in conducting relocation of population potentially affected by any interventions that may be required, as a result of the studies that will compose the first year of the project, always in line with the guidelines issued by the World Bank.

3.1. Project Components

Section A – Social and Environmental Impact Appraisal, concisely presented below, describes Project Components.

Component 1-Socioeconomic Sustainable Investments geared to productive inclusion - that will support activities in Integrated Sustainable Business Projects- PINS, Social and Environmental Projects - PSA, and structuring economic and tourist projects, including support for the strengthening of local governance/territorial:

- Competitiveness of productive organizations in the priority areas;
- Good environmental practices with an emphasis on sustainability, in coexistence with the semi-arid and preservation of the environment;
- Promoting the inclusion of youth and women in the labor market;
- Improvement and expansion of infrastructure dedicated to the development of regional integrated logistics;
- Promote the strengthening of local governance/planning of value chains.

Component 2 - Improved Public Services

Sub-component 2.1 - Health Care - that will support the activities of the network 03: mother and child, oncology and emergency/urgent, in:

- Improving the quality of health services,
- Introduction of changes to the health care model for the improvement of the provision of primary care services in municipalities.

Sub-component 2.2 – Improved Quality of Basic Education – that will support the integration of the development agenda, education and improving the teaching-learning process, in:

- Access to education of good quality/expansion of the provision of services;
- Monitoring and evaluation of the school management/evaluation system of basic and professional education; implementation of educational standards and practices, with a focus on results and learning;
- Physical infrastructure of schools and strengthening educational self-management;

- Professional development and enhancement of the teaching profession;
- Technical assistance to municipalities to improve the quality of education.

Sub-component 2.3 - Improved Public Security and Social Defense

- Technological Investment to strengthen preventive security actions
- Technological Investment for the strengthening of the Integrated Operations Centre Public Safety – CIOSP and intelligence bases police institutions;
- Computerized management systems implementation and continuous evaluation of programs and public policy priorities;
- Purchase of IT equipment, furniture and mobile units for improved case management, with focus on the efficiency of public services provided.

Component 3 - Improved Public Sector Management – technical and financial support in priority sectorial actions of greater efficiency in the management and provision of public services, giving priority to the reduction of current expenditure that will increase public investment rate, unclogging bottlenecks and generating an environment of positive externalities, increased private investment and economic growth of the State by:

- Design, development and implementation of an integrated model of planning, budgeting and financial management;
- Restructuring of the administrative machinery of the State;
- Development and implementation of management model;
- Strengthening of institutional capacity of State planning, taking into account the elements of the budgetary and financial management that impact the budget and the use of public resources;
- Improve the effectiveness of public policies and the control of public expenditure;
- Design and implementation of strategic planning of medium and long term and modernization of information management and integration of IT systems aimed at the planning and control of management with focus on results.
- Support for the implementation of computerized management systems and continuous evaluation of programs and public policy priority purchase of IT equipment, furniture and mobile units for improved case management, with focus on the efficiency of services provided to the population.
- Implementation of a Human Resources Management policy, strategic and efficient; and,
- Survey and evaluation of career plans, jobs and salaries of servants of the State.

3.2. Project Intervention Typologies

RN Sustainable Project interventions are conceived in 5 (five) Typologies.

Typology 1 – Regional Development Structuring Projects

- Regional productive competitiveness, social and entrepreneurial innovation-based;
- Social and economic infrastructures of technological innovation, sanitary inspection, transport and regional production logistics;
- Recuperation of existing economic infrastructures;
- Activities in integrated contexts that demand regional adequacy of local productive chains.

Typology 2 - Business Sustainable Projects

- Improvement of income through strengthening of family production structures;
- Socialization and strengthening of existing groups of human activities;
- Welfare of beneficiaries through solidary economy investments and environmental management, keeping urban or rural societies in their natural environment, in economic, education and health living dignity.

Typology 3 – Social and Environmental Projects

- Widening of simplified water resources distribution/treatment systems; basic sanitation services;
- Recuperation of degraded areas; PES; and natural resources management; promotion of environmental balance to the areas susceptible to desertification; environmental education to agricultural family residents;
- Hydro environmental projects in the improvement and maintenance of drinking water supply, keeping the natural offer of semiarid water basins.
- Contribution to the reduction of erosion and raising volume of available water;
- Broadening native vegetation areas, diversify existing limited variety of agriculture;
- Increase preservation conscience by incorporating new methods and production alternatives;
- Strengthening human and social capital;
- Selection and beneficiation of recyclable solid waste, by the implementation of management and technical unities;
- Public consortiums installation to prioritize the participation of waste pickers.

Typology 4 - Schools Development of Pedagogic Projects

- Management and performance improvement, trough the building of a new relationship of teacher/school as well as with the community;
- Building and implementation of Basic and Professional Education Appraisal System aiming to ensure monitoring and evaluation of basic education;
- Building and implementation of Basic Education Student Life Observatory, to ensure the follow up of students' performance of public schools. It is a center of studies and analyses of quantitative and statistics information about new coming students and the existing ones;
- IT equipment acquisition to the Education and Culture Secretary of State, schools, besides providing the publication of manuals in the strengthening of monitoring and evaluation.

Typology 5 – Support to the Strengthening of Local and Territorial Governance

This is intended to prepare necessary basis to the exchange of ideas and experiences, share good practices, experiments, new methodologies, research and dissemination of potentialities of economic activities in the region. It envisages opportunities for new markets, the building of alliances, partnerships and municipal networks. It also focuses academic centers, research institutions, private organizations and civil society organizations. The qualification of involved actors in the process is a natural demand to excellence and results.

4. Investments Proposed

The role of physical investment proposed is consolidated in its Components and Sub-components as the demo table, below.

Similarly, investments have been consolidated by agents and sources of funds, in the two stages envisaged for the investments in the implementation of Sustainable RN.

Components and Subcomponents Proposed Investments (in US\$ 1,00)

COMPONENTS/SUBCOMPONENTS	TOTAL	IRDB	State Government
COMPONENT 1 - SOCIOECONOMIC SUSTAINABLE INVESTMENTS GEARED TO PRODUCTIVE INCLUSION	200.545.178	180.295.760	20.249.419
COMPONENT 2 - IMPROVED PUBLIC SERVICES	130.069.413	116.936.063	13.133.350
2.1. Health Assistance	44.973.659	40.432.585	4.541.074
2.2. Improved Quality of Basic Education	68.813.770	61.865.516	6.948.254
2.3. Improved Public Security and Social Defense	16.281.984	14.637.962	1.644.022
COMPONENT 3 – IMPROVED PUBLIC SECTOR MANAGEMENT	65.535.409	58.918.177	6.617.232
SUBTOTAL	396.150.000	356.150.000	40.000.000
FRONT FEE	900.000	900.000	-
PHYSICAL AND FINANCIAL CONTINGENCIES	2.950.000	2.950.000	-
TOTAL	400.000.000	360.000.000	40.000.000

Total Costs and Funds Resources

PERFORMERS	VALUES (US\$ 1,000)	%	1 ^a Phase	%	2 ^a Phase	%
(1) FOREIGN FUNDS						
WORLD BANK	540,000	100%	360,000	100%	180,000	100%
(2) LOCAL GOVERNMENT FUNDS						
RIO GRANDE DO NORTE GOVERNMENT	60,000	100%	40,000	11.11%	20,000	11,11%
TOTAL (1+2)	600,000	100%	400,000	-	200,000	-

5. Social and Environmental Management Plan

Section B – Social and Environmental Management Plan – PGSA RN Sustainable angles potential impacts as a result of Project's interventions. It analyses the impacts in the scope of the World Bank Safeguards Operational Policies.

According to Environmental Assessment – OP 4.01, this policy evaluates potential environmental impacts within Project area of influence. It examines alternatives; identifies better ways to select, plan, locate, conceive and perform Project's activities. It is also drawn to minimize, mitigate and/or compensate environmental adverse effects, along with the heightening of positive impacts, throughout Project implementation.

In its scope EA considers natural environment (air, water, land); human health and safety; social aspects (involuntary resettlement, indigenous people and cultural property); cross-boundary and global environmental aspects in an integrated approach. It also considers the variations in project and country conditions; the findings of country environmental studies; national environmental action plans; country's overall of policy framework, national legislation and institutional capabilities related to the environment and social aspects. In addition EA takes into account country's obligations towards project activities under international environmental agreements and treaties that are relevant to the environment.

Inventory studies, social viability, besides the complete interventions to be supported by RN Sustainable Project are to be detailed in Project Basic/Executive Plan, still to be elaborated. Being so, the Environmental Assessment – OP 4.01 offers a view of potential impacts associated to environmental issues. Conceivable demands brought about by Project's interventions are acknowledged to guide actions to be adopted.

Potential impacts are pictured by this Environmental Assessment Report to subsidize the adoption of related safeguard operational policies. For mitigating, monitoring and skills development the Environmental Assessment Plan will provide: (i) chronogram of implementation measures to be carried out by the Project; (ii) estimated investment and operation costs, whose values will be integrated to the local Project costs, during the elaboration of Business Plans.

Environmental Aspects

Environment (OP/BP 4.01): The project is Category “B” as the impact is limited in scope, localized, temporary and reversible. The Borrower has carried out an Environmental and Social Management Framework (ESMF). The project implementation procedures will adopt strict environmental “screens” to ensure that approved subprojects demonstrate low potential for negative impact. The ESMF assessed the most common types of intervention expected, and proposed mitigation measures a priori.

Natural Habitats (OP/BP 4.04): While activities are not planned for Areas of Permanent Preservation (APP) and Legal Reserves (RL), activities under the project components should nonetheless lead to positive impacts on natural habitats, through the direct protection and rehabilitation of these areas, following the provisions of the Brazilian Forest Code. Despite the expected positive impacts, the ESMF should include clear guidance regarding direct and indirect impacts on natural habitats, according to World Bank policies. The project has provisions to regenerate and reforest water-producing systems (mainly riparian vegetation), benefiting also local biodiversity preservation and restoration. Special attention should be given to areas where desertification process was already identified by the State, which mostly affect Seridó region. Investments resulting in any significant conversion or degradation of critical natural habitats will not be eligible.

Pest Management (OP 4.09): The project would not finance any pesticides or other chemical amendments that would trigger OP 4.09. Nevertheless, minor amounts of pesticides would probably continue to be used in the short term by a small portion of targeted small-scale farms. The project would encourage and support technical assistance for the adoption of organic agriculture and of proven, economically- and environmentally-sustainable Integrated Pest Management (IPM) practices. The need to use pesticides or herbicides should be indicated in each proposed investment, as well as the IPM measures to be adopted. When the use of pesticides or herbicides is justified, an analysis of potential negative impacts resulting from the use of these chemicals and the risks associated with the inappropriate handling or storing of their containers should be conducted. The proposals should also include measures to reduce those risks, in compliance with Law 7802/89. A Pest Management Plan (PMP), under preparation, will be incorporated into the ESMF and the Project Operational Manual.

Physical Cultural Resources (OP/BP 4.11): Project implementation would not cause any negative impact on known physical cultural resources (PCR). Proposed investments with expected direct and negative impact on known archeological, paleontological, historical or other culturally significant sites will not be eligible. Brazil has a well-developed legislative and normative framework, which is under Federal oversight by the National Institute for Protection of Historical and Archeological Sites (IPHAN). Rio Grande do Norte also has a State Agency -Regional IPHAN and *Secretaria da Educação e Cultura*, tasked with the identification, restoration and protection of PCR in the State. The “chance findings” procedures would be included in the Project Operational Manual for guidance during project implementation, particularly in regions with PCR sites already mapped by the Regional IPHAN. SEPLAN may engage *Secretaria da Educação e Cultura* or other entities with proven

experience to implement “chance findings” procedures.

Forests (OP/BP 4.36): It is not expected that project implementation will have negative impacts on forest resources. Investments with the potential for conversion or degradation of natural forest or other natural habitats that are likely to have significant adverse environmental impacts which are sensitive, diverse or unprecedented are ineligible. The project also excludes activities that require commercial forest harvesting, wood extraction or firewood use in the production chain. Activities resulting in reforestation and loss of native vegetation cover will not be allowed. The project would contribute to conserve and restore natural vegetation, generating positive impacts through the maintenance and/or recovery of natural vegetation on rural private land holdings on steep slopes, along water courses (up to a certain distance from the riparian margin) or in the vicinity of springs. Additionally, the project would contribute to conserve and/or restore a set-aside area called Legal Reserve (Reserva Legal - RL) in these private holdings.

Safety of Dams (OP/BP 4.37): It is not expected that the investments in water supply and irrigation works will depend on the storage capacity and operation of existing dams. Considering: (i) the high provision of water resources infrastructure installed in the State over the past years, including the results of World Bank financed operations, and (ii) the current standard of excellence in water resources management, with good practices have already been incorporated into the SEMARH – Environment and Water Resources Secretary of State’s routine procedures; the OP 4.37 – Safety of Dams was triggered as a precautionary measure, not to limit any possibility of using existing water sources. However, no new dam construction will be financed by this operation. The borrower is preparing a conceptual framework of procedures to be adopted during the implementation phase of the project. The borrower should arrange for one or more independent dam specialists to: (a) inspect and evaluate the safety status of the existing dam, its appurtenances, and its performance history; (b) review and evaluate the owner’s operation and maintenance procedures; and (c) provide a written report of findings and recommendations for any remedial work or safety-related measures necessary to upgrade the existing dam to an acceptable standard of safety. Previous assessments of dam safety or recommendations of improvements needed in existing dams may also be accepted by the Bank, if the borrower provides evidence that (a) an effective dam safety program is already in operation, and (b) full-level inspections and dam safety assessments of the existing dams, which are satisfactory to the Bank, have already been conducted and documented.

Social Aspects

Indigenous Peoples (OP/BP 4.10): Indigenous peoples are present in the project area and will be among the potential beneficiaries. Adverse effects are not expected for them under this project. There are about 1927 indigenous peoples in the State of Rio Grande do Norte according to IBGE 2010 self-declared indigenous people.

The borrower conducted a social assessment that underscored the pressures and threats faced by these indigenous peoples in their livelihoods and their degree of social and economic vulnerability. The main constraints they face are related with: land constraints due to sluggish processes of land regularization; encroachment and land conflicts; land inadequate use and degradation; inadequate housing and sanitation conditions; poverty and food shortage; social discrimination and outside resistance to acknowledge their cultural identities; lack of technical assistance and barriers to their access to markets and finance; lack of income alternatives and huge dependence upon retirement pensions and governmental cash transfer programs.

Indigenous groups are eligible to project actions according to their expressed interest in participating. Project actions involving indigenous groups are expected to contribute to (a) reduce their social and economic vulnerability; (b) promote development alternatives that are ethnically, culturally and environmentally adequate, and sustainable in the short, medium and long term; and (c) revert the processes of impoverishment, economic exploitation, discrimination, social exclusion, and cultural devaluation.

Indigenous peoples with regularized land tenure status may propose participation in project activities under any component. Other groups may participate under Component 2 (capacity building and institutional strengthening). Proposals must originate from indigenous demands validated by their respective communities and organizations, through participatory processes. A broadly consulted Indigenous Peoples Project Framework was prepared to define the ways and means of project involvement with indigenous groups and

ensure adequate procedures for the participation of this population in the project, which will focus on culturally appropriated dissemination activities and capacity building and institutional strengthening strategies, aiming to promote the effective participation of Indigenous Peoples in social networks and in the project's territorial and deliberative councils.

Involuntary Resettlement (OP/BP 4.12):

RN Sustainable, fit in Category B for classification by the World Bank, does not provide for involuntary resettlement actions. However, in order to provide safe guidance and procedures on Involuntary Resettlement, whether arising from the need for interventions dictated by analysis of relevant studies to the first year of the project, this policy is presented in Volume 3 of this report.

Involuntary resettlement can cause long-term damage, such as poverty and environmental damage, unless appropriate measures are carefully planned and implemented. For such reasons, the generic objectives of Bank Operational Policy concerning involuntary resettlement are the following:

- a) Involuntary resettlement should be avoided where feasible, or minimized, exploring all viable alternative project designs.
- b) Where it is not feasible to avoid resettlement, resettlement activities should be conceived and executed as sustainable development programs, providing sufficient investment resources to enable the persons displaced by the project to share in project benefits.
- c) Displaced persons should be meaningfully consulted and should have opportunities to participate in planning and implementing resettlement programs.
- d) Displaced persons should be assisted in their efforts to improve their livelihoods and standards of living or at least to restore them, in real terms, to pre-displacement levels or to levels prevailing prior to the beginning of project implementation, whichever is higher.

6. Overall Strategies

Potential impacts of RN Sustainable interventions are of small scale, oriented by subprojects demands. Significant environmental impacts should not be caused, since subprojects are focused on essential infrastructures: (i) drinking water; sanitation and safety of dams; (ii) new agricultural practices – diversification, conservation, promotion of added value to productive chains, and certifications.

Interventions negative impacts might occur related to the implementation of Component 1 – Regional Sustainable Development. Despite being reduced, due to smaller scale, transitory and of short duration, Environmental Works Manual, to be elaborated in consonance to the studies throughout the 1st year gives guidance and procedures orientation to be followed by building companies related to: environmental licensing, proper location for work quarters, borrowed work areas and material discharging areas; vegetation cleaning; noise control; traffic control; and signalization.

In reference to climate changes the strategic action is enhanced by meteorological technical knowledge and know how, water resources and actual and future scenarios of the State of Rio Grande do Norte.

7. Project Institutional Management Strengthening Program

Section C offers guidance to Project Institutional Management Strengthening Program and the arrangement to keep it sustainable since the first year, when studies to deepen necessary interventions will be carried out.

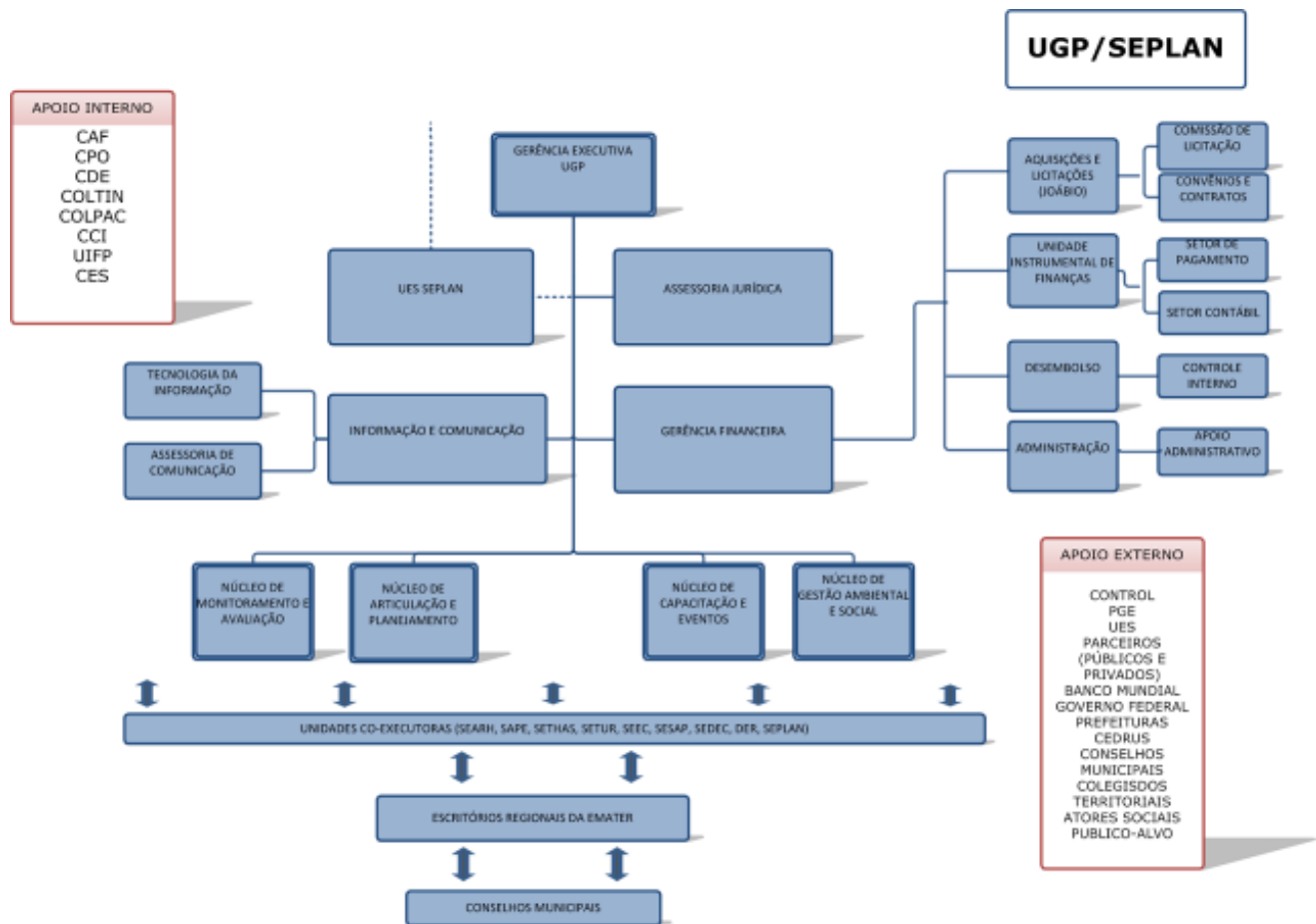
RN Sustainable Project will be coordinated by the Project Management Unit (UGP), under the Planning and Finance Secretary of State (SEPLAN), responsible for the disbursement of Project budget, and the formal link to the World Bank.

Components operational level will be under the responsibility of the Sectorial Executing Units (UES), represented by the Secretaries of State:

- Agricultural, Cattle Raising and Fishing Secretary of State – SAPE

- Labor, Habitation and Social Assistance Secretary of State – SETHAS
- Tourism Secretary of State – SETUR
- Economic Development Secretary of State – SEDEC
- Health Secretary of State – SESAP
- Education and Culture Secretary of State – SEEC
- Management and Human Resources Secretary of State – SEARH
- Rio Grande do Norte Road Department - DER

Project Institutional Arrangement

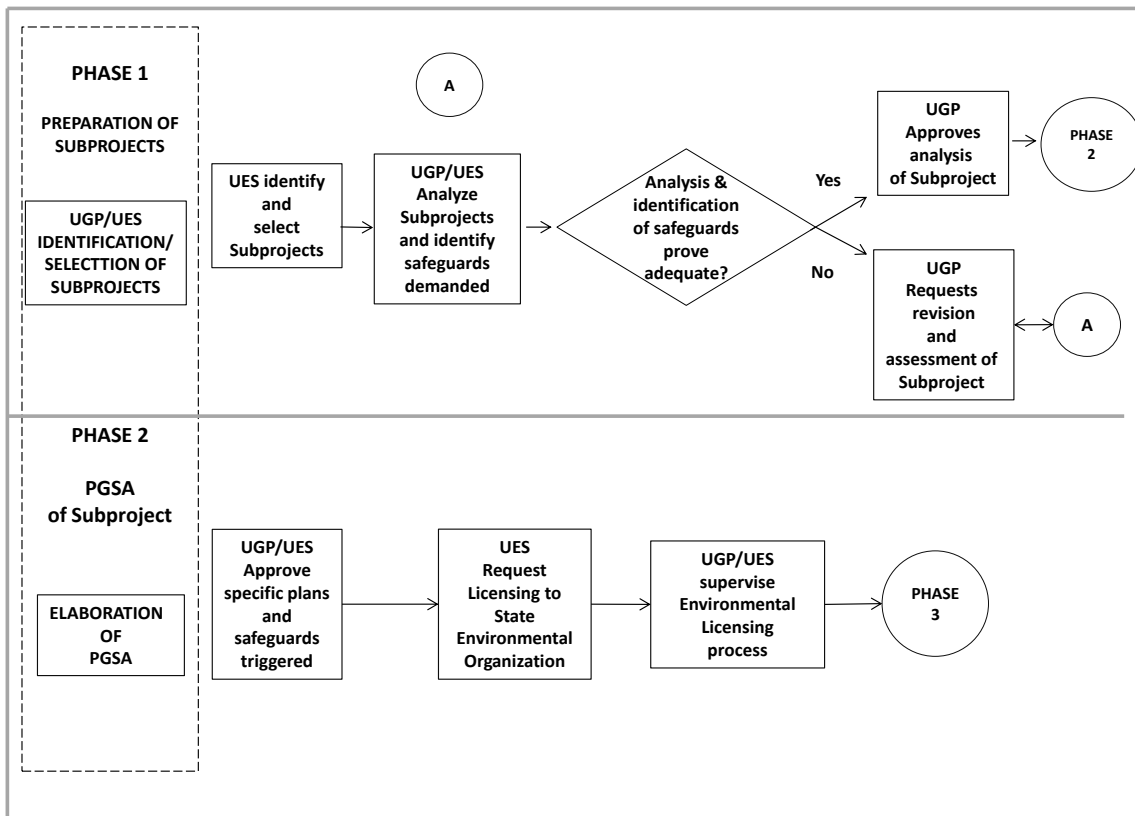


Source: SEPLAN/RN, 2012

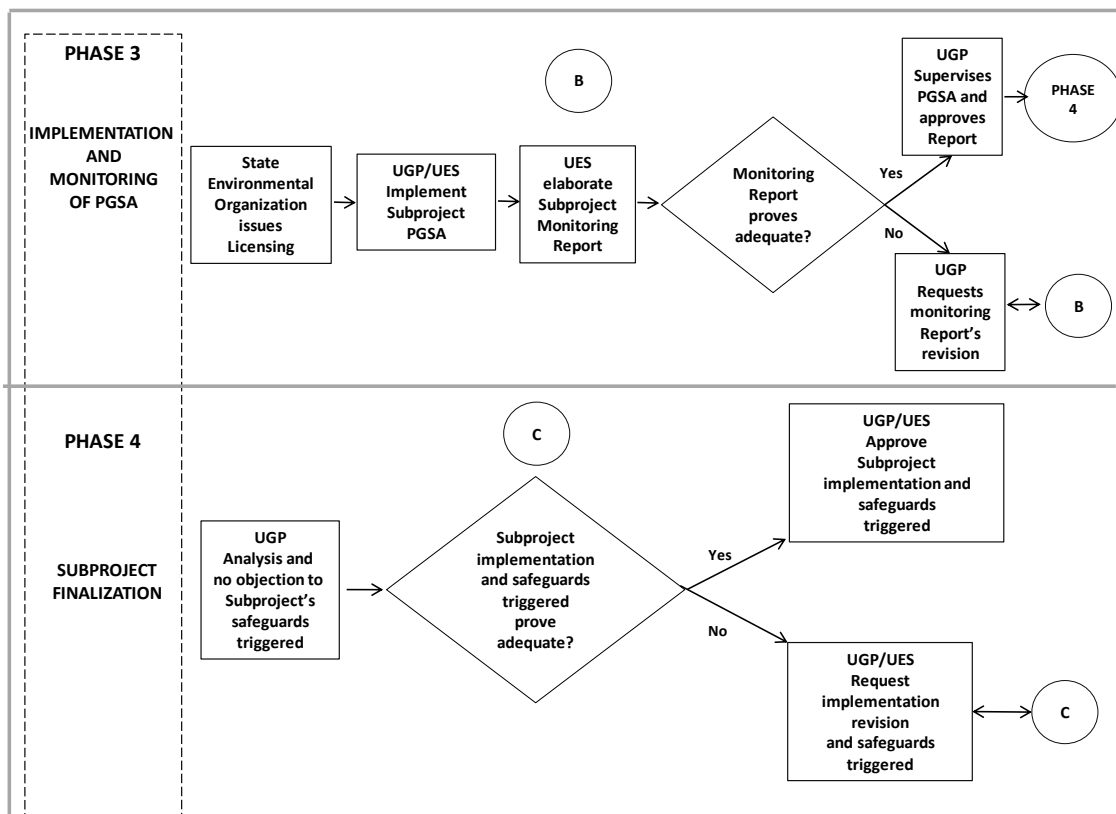
The Management Strengthening will be developed during the annual work plan, in response to priority issues to be pointed out by the managers and technical staff at the UGP and the UES.

Project's social and environmental procedures are distributed in four different phases, according to the following flows.

Social and Environmental Procedures Phase 1 and 2



Social and Environmental Procedures Phase 3 and 4



Main actions and activities focused by the institutional strengthening, based on possible frail institutional capacities identified by the assessment of the institutional capacity amongst Project's different actors, are particularly driven to:

- Preparation of official documents;
- Contracts and partnerships consolidation;
- Technical assistance to procurement;
- Project operation monitoring and follow up;
- Identification of nonconformity and responsibilities;
- Negotiation of projects operationalization.

Training, skills' development, studies and other related activities to this Program will be contracted through consultancies, contracts and partnerships with academic sectorial institutions of acknowledged technical competence in proposed themes. The studies will have intense participation of teams in close interaction with the institutions and other stakeholders.

The preparation of those studies will take into account the World Bank's social and environmental guidelines for Project interventions, in particular in what comes to its potential impacts, the drawing of mitigating and compensatory programs, as well as public audiences with stakeholders.

8. Conclusion

The width of Project's intervention areas, the scope of subprojects to privilege regional development structuring actions; sustainable business; social and environmental involvements; pedagogical improvement; the strengthening of state and territorial governance and public security are converging issues to irrefutable opportunity of investments as proposed by this Project.

The environmental assessment provided at the end of Chapter I – Description of RN Sustainable Project, points out the most relevant issues.

In this favorable scenario for the economy, the environmental assessment considers, in particular, the bottlenecks in the infrastructure to market access; the training of actors and agents involved in the productive chains; the lack of land use planning, particularly referring to natural resources – sea, dunes, cliffs, lagoons and cliffs; the vulnerability that expose the archeological sites, even for cultural weaknesses; among other aspects of transversal importance which this productive chain represents.

Accordingly, the EA suggests the adoption of ecological economic zoning like most appropriate solution by adherence to the elements and instruments that are necessary for the intended investment in the project concreteness RN sustained systemic vision of integrated development.

After analysis of the main mappings, carried out by the institutions of support to APL in Rio Grande do Norte, and taking into account the target audience of the economic and Social Development Subcomponent of RN, was a set of 10 potential APL through their direct connection with investment typologies used in the project, both the Structuring Projects of Regional Development and business initiatives.

Support to business initiatives will be based on: (i) high correlation with field activities, especially family agriculture; (ii) individual micro entrepreneurs who work mainly in the textile sector and services geared towards tourism, with emphasis on youth and women.

Despite public policies to stimulate the household production and the variety and importance of APL, as highlighted in Chapter I, in the regional economy of the State, the social demands are manifest in the sight of the analyses presented. It should be noted, in particular, the issue of gender, the low rates of school attendance, the lag age series, hardship and insecurity of access to public education establishments, bottlenecks in the placing of products on the market (many restricted for sale in immediate local environment), low levels of product quality, absence of ATER and of EMATER in regional scenario, among others no less relevant

These factors indicate the pattern of economic development today observed in Rio Grande do Norte that still shows traces of strong unsustainability, in the aspects of economic, social and cultural nature, highlighting a deep social exclusion in some key regions in the context of the integrated development environment.

Given the shortcomings observed, it is imperative to take care of reverting the unfavorable situation found, which tends to worsen in the short term, the impact of rural and urban populations, hostages of the abandonment of inclusive public policies, combined with the effects of environmental degradation, as a result of inadequate practices of exploitation of natural resources, which can lead to situations of complete destruction of physical media. Considered the project focus on the territories of citizenship, this environmental impact assessment highlights the importance of a participatory diagnosis involving all stakeholders of the territory gathered in a forum for dialogue between all protagonists of endogenous development process: the producers (farmers, participants of the informal economy, entrepreneurs), representatives of the powers that local, State and federal, civil society organizations and the Faculty of the schools of varying degrees.

This Social and Environmental Assessment Report concludes that the Rio Grande do Norte Integrated Sustainable Development Project is, clearly, an essential instrument to gather human, material, financial, and technological and innovation conditions to level the productive dynamics of the State.

**ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL DO PROJETO INTEGRADO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Parte A – Avaliação Socioambiental do Projeto

Parte B – Plano de Gestão Socioambiental – PGSA

Parte C – Programa de Fortalecimento da Gestão Socioambiental

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	iv
EXECUTIVE SUMMARY	xviii
ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL DO PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	1
Parte A – Avaliação Socioambiental do Projeto.....	1
Parte B – Plano de Gestão Socioambiental – PGSA.....	1
Parte C – Programa de Fortalecimento da Gestão Socioambiental.....	1
PARTE A.....	12
AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL	12
I. DESCRIÇÃO DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL	13
I.1. O Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte	13
I.2. Princípios do Planejamento Estratégico do Projeto RN Sustentável:.....	13
I.3. Objetivos do Projeto RN Sustentável.....	14
1.3.1. Objetivo de Desenvolvimento do Projeto	14
I.4. Estratégia de Focalização e Abrangência.....	14
I.5. Componentes e Subcomponentes.....	17
I.6. Resultados-Chave Esperados pelo Projeto RN Sustentável.....	20
I.7. Tipologias de Intervenção do Projeto RN Sustentável.....	21
II. CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO ESTADO	34
II.1. O Estado do Rio Grande do Norte	34
II.2. Estratégia de Focalização e Abrangência do Projeto RN Sustentável	39
II.3. Metodologia de Focalização dos Investimentos	62
II.3.1. Focalização do Componente 1 – Investimentos Socioeconômicos Sustentáveis voltados à inclusão produtiva.....	62
II.3.2. Focalização do Subcomponente 2.1 – Atenção à Saúde	65
II.3.3. Focalização do Subcomponente 2.2 – Melhoria da Qualidade da Educação Básica.....	68
II.4. Demandas Sociais e Ambientais decorrentes das intervenções do Projeto.....	81
III. ROL DOS INVESTIMENTOS FÍSICOS PROPOSTOS	88

III.1. Tipologias, Componentes e Subcomponentes Inerentes aos Investimentos do RN Sustentável	89
Componente 1 – Investimentos Socioeconômicos Sustentáveis Voltados a Inclusão Produtiva	89

IV. MARCO REGULATÓRIO E INSTITUCIONAL 90

IV.1. Políticas, Instrumentos e Procedimentos	90
IV.2 Caracterização Institucional	97
IV.3. Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais adotadas pelo RN Sustentável	103
IV.3.1. Avaliação Ambiental – OP 4.1	103
IV.3.2. Habitats Naturais – OP 4.4	103
IV.3.3. Controle de Pragas e Parasitas – OP 4.09	104
IV.3.4. Povos Indígenas – OP 4.10	104
IV.3.5. Reassentamento Involuntário – OP 4.12	104
IV.3.6. Recursos Culturais Físicos – OP 11.03	105
IV.3.7. Florestas - OP. 4.36	105
IV.3.8. Segurança de Barragens - OP. 4.37	106
IV.4. Análise Comparativa da legislação ambiental adotada no RN Sustentável e as Políticas de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial	106

V. POTENCIAIS IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS 108

V.1. Tipologia 1 – Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional	108
V.2. Tipologia 2 – Projetos de Iniciativa de Negócios Sustentáveis	109
V.3. Tipologia 3 – Projetos Socioambientais	110
V.4. Tipologia 4 – Projetos de Inovação Pedagógica	113
V.5. Tipologia 5 – Apoio ao Fortalecimento da Governança	113

VI. DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS 121

VI.1. Diretrizes Socioambientais adotadas pelo Projeto RN Sustentável	121
VI.2. Boas Práticas Adotadas para o Projeto RN Sustentável	124
VI.2.1. Desenvolvimento de Competências na Gestão Socioambiental	124
VI. 2.2. Programas de Treinamento em Planejamento e Gestão Socioambiental	125
VI.3. Boas Práticas Internacionais	126

VII. MARCOS CONCEITUAIS ADOTADOS NO RN SUSTENTÁVEL 128

VII. 1. Avaliação Ambiental de Projetos	129
VII.1.1 . Justificativas e Diretrizes para o Marco de Avaliação Ambiental	129

VII.2. Marco Conceitual de Habitats Naturais e Florestas OP 4.04.....	130
VII.3. Marco Conceitual de Manejo de Pragas e Parasitas OP 4.09	131
VII .4. Marco Conceitual de Povos Indígenas OP 4.10	132
VII.5. Marco Conceitual de Recursos Culturais Físicos – OP 4.11	132
VII .6. Marco Conceitual de Reassentamento Involuntário OP 4.12	133
VII.7. Marco Conceitual de Segurança de Barragens Op 4.37	133
PARTE B.....	135
GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL	135
VIII. PLANO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL – PGSA RN SUSTENTÁVEL	136
VIII.1. Marco de Operações Ambientais - MOA	139
VIII.2. Ciclo Ambiental do Projeto – CAP	140
VIII.3. Plano de Ação para Consolidação de Aspectos Ambientais do Projeto - Linhas de Intervenção	153
VIII.4. Capacidade Institucional	153
VIII.5. Procedimentos de Avaliação e Gestão.....	154
VIII.5.1. Fase 1 – Pré-Subprojeto.....	155
VIII.5.2. Fase 2 – Formatação da Gestão Socioambiental dos Projetos de Investimentos	156
VIII.5.3. Fase 3 – Construção e Implantação das Instalações dos Investimentos	158
VIII.5.4. Fase 4 – Operação dos projetos de Investimento.....	158
PARTE C.....	160
FORTALECIMENTO DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO RN SUSTENTÁVEL	160
IX. PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	161
IX.1. Adequação Organizacional da Gestão Socioambiental.....	161
IX.1.1 - Gestão Socioambiental do Projeto RN Sustentável.....	161
IX.2. Política de Sustentabilidade do Projeto RN Sustentável	163
IX.2.1. Contexto Atual das Organizações e Principais Desafios Socioambientais.....	164
IX.2.2. Resultados Consolidados pelo Projeto RN Sustentável.....	166
IX.3. Contexto Atual das Organizacionais e Principais Desafios Socioambientais.....	166
IX.4. Desenvolvimento de Competências na Gestão Socioambiental.....	168
ANEXOS	ii
ANEXO 1 – PLANOS E PROGRAMAS COMPLEMENTARES.....	iii
A. PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PCS	iii
B. PLANO DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL - PEA.....	xiv

C. PLANO DE PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS	xxiv
ANEXO 2 - MANUAL AMBIENTAL DE OBRAS	xxvii
<i>Resíduos de Serviços de Saúde</i>	<i>xxxiii</i>
ANEXO 3 - PROCESSO DE SELEÇÃO E PREPARAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INICIATIVAS DE NEGÓCIOS E SOCIOAMBIENTAIS.....	xxxvi
ANEXO 4 - CICLO DE APROVAÇÃO DOS INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES	xxxvii
ANEXO 5 – MATRIZ DE RESPONSABILIDADES NO PROJETO RN SUSTENTÁVEL	xxxviii
ANEXO 6 – COMUNIDADES TRADICIONAIS INDIGENAS, QUILOMBOLAS E CIGANOS NO ESTADO.....	xl
ANEXO 7 – RELATÓRIO DAS CONSULTAS PÚBLICAS AO PROJETO RN SUSTENTÁVEL..	xlili
ANEXO 8 - LISTAS DE PRESENÇA NAS CONSULTAS PÚBLICAS	xlix
REFERÊNCIAS	lxxxv
EQUIPE TÉCNICA	xcii

LISTA DE SIGLAS

AA	Avaliação Ambiental
ABA	Associação Brasileira de Aeroportos
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnica
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADIN	Ação Direta Inconstitucionalidade
AGN	Agência de Fomento do RN
AIA	Avaliação de Impactos Ambientais
AISA	Análise de Impactos Socioambientais
APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjos Produtivos Locais
APP	Área de Preservação Permanente
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASV	Autorização de Supressão de Vegetação
ATER	Assistência Técnica Rural
AUMPF	Autorizações de Utilização de Matéria-Prima Florestal
BB	Banco do Brasil
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução para o Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSB	Indicadores Balanceados de Desempenho (<i>Balanced Score Card</i>)
CAERN	Companhia de Aguas e Esgoto do RN
CAP	Ciclo Ambiental do Projeto
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEDRUS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEES	Conselho Estadual de Economia Solidária
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestre Ameaçadas de Extinção
CMA	Coordenadoria de Meio Ambiente
CMD	Conselho Municipal de Desenvolvimento
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CIOSP	Centro Integrado de Segurança Pública
COEPIR	Coordenadoria de Políticas Públicas a Igualdade Racial do Rio Grande do Norte
COFLEX	Comissão de Financiamento Externo
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONACI	Conselho Nacional Cigano
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONTROL	Controladoria Geral do Estado do RN
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DER	Departamento de Estrada e Rodagem
DFDA	Delegacias Federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário
DIREC	Diretoria Regional da Educação
DUC	Represa em Construção (<i>Dam Under Construction</i>)
EA	Educação Ambiental
EAFS	Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN

EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPARN	Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN
FAPERN	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte
FEMURN	Federação dos Municípios do RN
FETARN	Federação dos Trabalhadores Rurais do RN
FIERN	Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento Econômico
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
GTI/Cigano	Grupo de Trabalho Interministerial Cigano
IAP	Identificação de Impacto Ambiental Potenciais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento do Ensino Médio
IDEC	Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
IDH –M	Índice de Desenvolvimento – médio
IFC	<i>International Finance Corporation</i> – Banco Mundial
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN
IGARN	Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte
INCRA	Instituto Nacional de Colonização Agrária
INFOVIA	Projeto Rede Governo Digital - RN
IOH	Índice de Oportunidade Humana
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM	Gestão Integrada de Pesticidas (<i>Integrated Pest Management</i>)
ISO	<i>Internacional Organization for Standardization</i>
ITP	Instituto Técnico e Científico do Rio Grande do Norte
JUCERN	Junta Comercial do Rio Grande do Norte
LA	Licença de Alteração
LI	Licença de Instalação
LIO	Licença de Instalação e Operação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
LRO	Licença de Regularização de Operação
LSIO	Licença Simplificada de Instalação e Operação
LSP	Licença Simplificada Prévia
M&A	Monitoramento e Avaliação
MAPA	Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento
MBA	<i>Master Bussiness Administration</i>
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOA	Marco de Operações Ambientais
MPE	Micro e Pequena Empresa
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Ministério da Saúde
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
NBR	Normas Técnicas - Associação Brasileira de Normas Técnicas
NRA	Nível de Risco Ambiental
NUC	Núcleo de Unidade de Conservação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OAC	Órgão Ambiental Competente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização Social Civil de Interesse Público
OVEED	Observatório da Vida Estudantil da Educação Básica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento

PAD	Documento de Avaliação do Projeto (<i>Project Appraisal Document</i>)
PAD	Programa Água Doce
PAR/RN	Programa de Ação Estadual de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Rio Grande do Norte
PARNA	Parque Nacional
PCA	Plano de Controle Ambiental
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PCR	Recursos Culturais Físicos (<i>Physical Cultural Resources</i>)
PCS	Plano de Comunicação Social
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PDE	Projetos de Desenvolvimento Pedagógico
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do RN
PDRS	Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável
PEA	Plano de Educação Sanitária e Ambiental
PMP	Plano de Gestão de Pesticidas (<i>Pest Management Plan</i>)
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNPSB	Plano Nacional de Promoção de Cadeias de Produção da Sociobiodiversidade
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PES	Pagamento por Serviços Ambientais (<i>Payment for Environmental Services</i>)
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PGSA	Plano de Gestão Socioambiental
PIB	Produto Interno Bruto
PINS	Projeto Integrado de Negócios Sustentáveis
PIPP	Projeto de Inovação de Práticas Pedagógicas
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios
PNATER	Programa Nacional de Assistência Técnica Rural
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
PDRS	Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável
PROGÁS	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo do Gás Natural
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Educação Tecnológica
PRONEA	Programa nacional de Educação Ambiental
PSA	Projetos Socioambientais
PSF	Programa de Saúde da Família
PSP	Programa de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semiárido Potiguar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RAIS	Relação de Informações Sociais
RAP	Plano de Ação de Reassentamento (<i>Resettlement Action Plan</i>)
RAS	Relatório Ambiental Simplificado
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto no Meio Ambiente
RPF	Critérios de Política de Reassentamento (Resettlement Policy Framework)
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica e Profissional
SAI	<i>Social Accountability Internacional</i>
SAPE	Secretaria de Estado de Agricultura, da Pecuária e da Pesca
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais
SEARA	Secretaria de Estado de Apoio a Reforma Agrária
SEARH	Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SECAFES	Sistemas Estaduais de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar de Emprego e Economia Solidária
SEDEC	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
SEEC	Secretaria de Estado de Educação e da Cultura
SEIA	Sistema Estadual de Informações Ambientais
SEJUC	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMARH	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SENAI	Serviço Nacional de Apoio à Indústria
SENAR	Serviço Nacional de Assistência Rural
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESAP	Secretaria de Estado da Saúde Pública
SESED	Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Cidadania
SET	Secretaria de Estado da Tributação
SETHAS	Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação, e da Assistência Social
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo do RN
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza
SIAF	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISMUNA	Sistema Municipal do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
STF	Supremo Tribunal Federal
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TI	Tecnologia de Informação
TQM	Programa da Qualidade Total (<i>Total Quality Management</i>)
UC	Unidade de Conservação
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UES	Unidade Executora Setorial do RN Sustentável
UICN	União Internacional de Conservação da Natureza
UFESA	Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)
UFRN	Universidade Federal do RN
UGP	Unidade de Gestão do Projeto
ZCI	Zona de Convergência Intertropical

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Territórios de Cidadania do Estado	15
Figura 2 - Regiões de Desenvolvimento do Estado	15
Figura 3 - O Estado do Rio Grande do Norte	34
Figura 4 - Territórios de Cidadania do Estado	35
Figura 5 – Mapa dos Territórios do Rio Grande do Norte	35
Figura 6 - Densidade Populacional dos Municípios do Estado	37
Figura 7 - Pirâmide Etária do Estado do Rio Grande do Norte	38
Figura 8 - Perfil de Crescimento e Composição do PIB/RN 2004 a 2008	39
Figura 9 - Cluster de Indicadores	40
Figura 10 - Índices de Oportunidade Humana	42
Figura 11 – Natal – Polo de Influência	43
Figura 12 - Mapa rodoviário do Rio Grande do Norte	44
Figura 13 - Eixos Estratégicos de Desenvolvimento	45
Figura 14 - DAP por Território conforme CONAB 2012	47
Figura 15 - Percentual de Famílias por Território	48
Figura 16 - Agricultura Familiar no Rio Grande do Norte	48
Figura 17 - Distribuição de Homens e Mulheres no trabalho do Compo	50
Figura 18 --- Principais atividades de microempresários (mulheres), por Território	53
Figura 19 - principais atividades de microempresários (homens) por Território	54
Figura 20 - Mapa da Desigualdade de Renda entre Gêneros	55
Figura 21 - Mapa de Focalização das Ações	65
Figura 22 - Mapa de focalização do Subcomponente 2.1 – Atenção à Saúde	68
Figura 23 - Mapa de Focalização do Subcomponente 2.2 – Melhoria da Qualidade da Educação Básica	72
Figura 24 - Distribuição de Prioridades por Área de Abrangência e Número de Municípios	73

Figura 25 - Distribuição de Prioridades por Área de Abrangência e Número de Municípios.....	76
Figura 26 - Distribuição de Prioridades por área de Abrangência e Número de Municípios	78
Figura 27 - Rol de Investimentos Físicos do Propostos (em US\$)	88
Figura 28 - Impactos Ambientais Potenciais (IAP)	137
Figura 29 - Roteiro para os Critérios de Elegibilidade de Projetos Produtivos	141
Figura 30 - Impactos Ambientais Comuns em Projetos Produtivos	148
Figura 31 – Fluxograma dos Procedimentos Socioambientais do Projeto RN Sustentável - Fase 1 e 2	154
Figura 32 - Fluxograma dos Procedimentos Socioambientais do Projeto RN Sustentável - Fase 2 e 3.....	155
Figura 33 - Principais Atividades e Responsabilidades da Fase 1	156
Figura 34 - Principais Atividades da Fase 2 - Formatação da Gestão.....	156
Figura 35 - Principais Atividades da Fase 3 - Construção e Implantação das Instalações	158
Figura 36 – Arranjo Institucional do Projeto RN Sustentável	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento Populacional RN - 1960 a 2010	37
Tabela 2 - Boas Práticas de Gestão Socioambiental	125
Tabela 3 - Legislação Ambiental Aplicada	125
Tabela 4 - Avaliação da Qualidade Ambiental de Sistemas de Abastecimento de Água.....	125
Tabela 5 - Procedimentos para Atuação no Gerenciamento de Áreas Contaminadas	126
Tabela 6 - Programa de Gerenciamento de Risco	126

PARTE A

AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL

“A concentração de renda significa desigualdade muito acirrada e ela se revela na desigualdade econômica, política e cultural. Sem acesso aos bens patrocinados por uma distribuição justa da renda, as populações excluídas ficam sem acesso a todo o resto que lhes daria dignidade e proporcionaria um futuro mais promissor.” (Jornal Tribuna do Norte. IRENE PAIVA, Departamento de Ciências Sociais, UFRN, 2012).

I. DESCRIÇÃO DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL

I.1. O Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte

O Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte, igualmente denominado de Projeto RN Sustentável, vem a contribuir para superar as desigualdades sociais e econômicas atuais; buscar condições de equilíbrio no desenvolvimento regional, pelo foco de atuação e objetivos nele abrangidos; e, permitir alcançar resultados para além do Projeto, cujo prazo para implementação é de cinco anos.

Definido como um dos projetos estruturantes e estratégicos do Plano Plurianual, considerando que aquele prioriza e integra um conjunto de ações multisetoriais pautadas nos três eixos centrais da ação governamental para o quadriênio 2012-2015 - Combate à Pobreza – Plano RN Sem Miséria; Desenvolvimento Integrado Sustentável; e Gestão por Resultados, a integração do RN Sustentável a estes eixos centrais irá possibilitar o desenvolvimento integral do Rio Grande do Norte, do ponto de vista econômico, social, humano, ambiental e tecnológico, apoiado por uma gestão pública eficiente e eficaz.

O Projeto RN Sustentável centrará esforços no desenvolvimento dos territórios com dificuldades para geração de emprego e renda, objetivando dinamizar a economia local e beneficiar os municípios com maiores problemas relacionados ao baixo rendimento econômico, a vulnerabilidade social e a degradação ambiental.

O significativo grau de focalização nas causas da pobreza resulta das ações propostas em critérios estratégicos do planejamento da ação governamental. As Secretarias de Estado diretamente envolvidas, juntamente com os Conselhos Estaduais, Municipais e Territoriais, definiram as demandas prioritárias, no contexto da inclusão socioeconômica e na perspectiva sistêmica do desenvolvimento regional integrado, visando a ampliação dos serviços básicos e o acesso a oportunidades de ocupação e renda.

Nesse sentido, os recursos destinados ao setor rural merecem destaque, considerando que o segmento da agricultura familiar é uma grande oportunidade estratégica para o desenvolvimento do Estado. Os principais desafios apresentados por este segmento na inclusão produtiva, na segurança alimentar, e na sustentabilidade ambiental, dentre outros, destacam-se: (i) a baixa capacidade de inovação tecnológica, no que se refere a gerenciamento e produção - produto, processo e organização; (ii) riscos de perdas da produção e ameaças à segurança alimentar, que podem ser exacerbados pela variação climática e a escassez subsequente de água; (iii) reduzida inteligência de mercado que impede uma resposta coordenada e direcionada; (iv) pouco acesso ao capital, necessário para impulsionar o acúmulo de ativos dos pequenos agricultores em várias frentes (física, financeira, humana, gerencial e social); e, (v) discrepância entre assistência técnica orientada ao provimento e às demandas específicas da agricultura familiar para atender a requisitos de mercado (ex: certificação e exigência sanitárias), e a vulnerabilidade de adaptação às mudanças climáticas.

O Projeto RN Sustentável direciona, ainda, investimentos em projetos estruturantes que possibilitem a base para melhor prestação de serviços territoriais em competitividade, especialmente em: (i) infraestrutura - recuperação de estradas; melhoria no acesso aos recursos hídricos; saneamento; urbanização; melhoria da infraestrutura urbana de acessibilidade a mercados e aos destinos turísticos; (ii) revitalização de centros de comercialização; (ii) regulamentação e certificação sanitária; e, (iii) geração e difusão de conhecimentos técnicos.

Considerados os aspectos estruturantes de desenvolvimento integrado, definiram-se os princípios do planejamento estratégico do Projeto, conforme a seguir.

I.2. Princípios do Planejamento Estratégico do Projeto RN Sustentável:

- 1- Abordagem territorial – Oito Regiões Administrativas do Estado e seus dez Territórios Rurais permitindo concentrar e coordenar vários programas de nível estadual e federal para impulsionar

- a inclusão econômica e social;
- 2- Atuação nos Arranjos Produtivos Locais – APL prioritários;
 - 3- Integração de ações multisetoriais capazes de alavancar o desenvolvimento;
 - 4- Igualdade, equidade e respeito à diversidade;
 - 5- Ampla participação e controle social nas fases de planejamento, execução e avaliação do Projeto;
 - 6- Inovação e desenvolvimento tecnológico das cadeias de valor;
 - 7- Atenção aos aspectos da demanda de mercado e competitividade dos pequenos negócios;
 - 8- Articulação e fortalecimento de alianças produtivas comerciais;
 - 9- Crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável,
 - 10- Gestão orientada para resultados, tendo como objetivo final a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado.

I.3. Objetivos do Projeto RN Sustentável

1.3.1. Objetivo de Desenvolvimento do Projeto

Os Objetivos de Desenvolvimento do Projeto são contribuir com os esforços do Mutuário para: (i) melhorar as condições de vida da população pobre e dos grupos vulneráveis vivendo nas regiões deprimidas do Estado; (ii) melhorar a qualidade dos serviços públicos da educação, da saúde e da segurança; e (III) modernizar o gerenciamento do setor público.

I.4. Estratégia de Focalização e Abrangência

O Projeto será executado em todo território do Rio Grande do Norte, dentro de uma concepção estratégica de desenvolvimento regional sustentável, para a melhor integração e coordenação dos vários programas e projetos do Governo Federal, Estadual e Municipal de inclusão econômica e social.

A focalização dos investimentos do Projeto, que permitiu a definição dos Componentes e Subcomponentes do Projeto, tomou por base informações a partir da coleta, compilação, mapeamento e análise dos aspectos físico-ambientais, demográficos, socioeconômicos e de infraestrutura do Estado. A estratégia de focalização foi construída a partir de três elementos: (i) uma análise de clusters de indicadores para cada subcomponente do Projeto; (ii) uma análise do IOH (Índice de Oportunidades Humanas) para as dimensões de esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo, alfabetização, frequência escolar e ensino fundamental; e (iii) uma análise dos aspectos de polarização das regiões de influência das cidades, conforme estudo do IBGE (Regiões de Influência das Cidades – 2007).

Em consequência, a abordagem territorial integrada de desenvolvimento regional assume, para efeito de desenho e implementação do RN Sustentável, o trinômio **espaço – pessoas – investimentos**.

Territórios

O Projeto tomou por referência os 10 territórios: Trairi, Alto Oeste, Potengi, Assu-Mossoró, Mato Grande, Seridó, Sertão Apodi, Agreste Litoral Sul, Terra dos Potiguaras, Sertão Central Cabugi e Litoral Norte - Territórios de Cidadania do Governo Federal - conforme figura a seguir.



Figura 2 - Regiões de Desenvolvimento do Estado



15

- i. Recuperar o antigo centro dinâmico da região do Seridó;
- ii. Favorecer o desenvolvimento da área de abrangência do Cinturão Central; e,
- iii. Favorecer o desenvolvimento da área de abrangência territorial do Oeste Potiguar.

Público-Alvo

Os beneficiários do Projeto RN Sustentável são especialmente:

- Organizações sociais, cooperativas, redes ou alianças formais de produtores prioritariamente da agricultura familiar¹, trabalhados sob a perspectiva de APLs das atividades agrícolas e não agrícolas, e empreendedores individuais da área urbana atuando em redes de economia solidária, inclusive jovens, mulheres, remanescentes de quilombolas e indígenas; e, indiretamente, pequenos e médios produtores rurais, porém estes não terão acesso aos incentivos subsidiados do Empréstimo.
- Crianças e jovens do ensino infantil, fundamental e médio;
- Usuários dos serviços de saúde;
- Servidores do Estado nas áreas de educação, saúde e administração direta.

A abordagem do Projeto conduziu ao seguinte conjunto de intervenções:

- i. Foco na agricultura familiar – atividades agrícolas e não agrícolas no contexto dos Arranjos Produtivos Locais – APL existentes e priorizados, a serem confirmados pelos estudos ao longo do 1º ano do Projeto.
- ii. Foco na integração/ coordenação entre vários programas (PAA e PNAE).
- iii. Foco na articulação com as ações dos demais componentes/subcomponentes do Projeto.
- iv. Focalização a ser trabalhada por subcomponente, no âmbito municipal (municípios de alta, média e/ou baixa prioridade) ou territorial, conforme mais adequado.

Investimentos

Considerando-se o caráter multisetorial integrado do Projeto RN Sustentável; os diferentes públicos-alvo; e, a população carente de acesso a serviços e equipamentos públicos de qualidade e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os investimentos do Projeto foram estruturados por eixos estratégicos de intervenção consolidados nos seus Componentes e respectivos Subcomponentes.

¹ Os empreendedores familiares ou agricultores familiares, tal como definidos na Lei Federal nº 11.326/06, são aqueles que: (i) detenham propriedade rural de até quatro módulos fiscais, unidade esta que varia segundo as condições do solo e os padrões de produção existentes; (ii) tenham renda familiar predominantemente originada de atividades agrícolas; (iii) utilizem predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do estabelecimento; e (iv) dirijam seu estabelecimento com sua família. Inclui-se também na Categoria “Agricultura Familiar: (a) agricultores(as) familiares na condição de posseiros(as), arrendatários(as), parceiros(as) ou assentados(as) da Reforma Agrária; (b) indígenas e remanescentes de quilombos; (c) pescadores(as) artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais; (d) extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; (e) silvicultores(as) que cultivam florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável; (f) aquicultores(as) que se dediquem ao cultivo de organismos cujo meio normal, ou mais freqüente de vida seja a água. Os estabelecimentos familiares são reconhecidos legalmente por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que habilita os agricultores familiares a participar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Essa mesma documentação servirá para confirmar a elegibilidade dos integrantes da Organização Produtora para participar do Projeto.

1.5. Componentes e Subcomponentes**COMPONENTE 1 – INVESTIMENTOS SOCIOECONÔMICOS SUSTENTÁVEIS VOLTADOS A INCLUSÃO PRODUTIVA**

Este Componente proporcionará apoio técnico e financeiro para os investimentos prioritários voltados à implementação de elementos-chave da estratégia de desenvolvimento do Estado nas ações de inclusão econômica e social, infraestrutura e cadeias produtivas e APL.

Em estratégia operacional, este Componente irá atuar com base em:

- Estudos e Planos para diagnóstico e ação;
- Planejamento territorial com base nos Planos e Programas: PDRS - Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável; no PCPR: Programa de Combate à Pobreza Rural, também chamado de Programa Desenvolvimento Solidário; e, no PTDRS: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborado em todos os territórios;
- Diálogo entre os agentes locais e territoriais relevantes; e,
- Participação ampla de parceiros setoriais e regionais.

As ações do Projeto voltadas ao desenvolvimento econômico e social beneficiarão diretamente as organizações, cooperativas, redes ou alianças formais de produtores da agricultura familiar; organizações de catadores de materiais recicláveis; empreendedores individuais envolvidos em atividades produtivas agrícolas e não agrícolas incluindo jovens e mulheres, remanescentes de quilombolas, indígenas e ciganos; e, trabalhadores do segmento do turismo.

Na estratégia de desenvolvimento social e econômico integrado este Subcomponente apoiará as atividades dos Projetos Integrados de negócios Sustentáveis - PINS e Projetos Socioambientais – PSA, em:

- Melhoria da competitividade das organizações produtivas nos territórios prioritários;
- Promoção de boas práticas socioambientais com ênfase na sustentabilidade, na convivência com o semiárido e na preservação do meio ambiente;
- Projetos Socioambientais, como abastecimento de água, esgotamento sanitários, beneficiamento de resíduos sólidos recicláveis, recuperação de áreas degradadas e implantação de obras hidroambientais (barragens subterrâneas, renques assoreadores, poços e outros);
- Promoção do fortalecimento da governança local/territorial das cadeias de valor;
- Promoção da inclusão de jovens e mulheres no mercado de trabalho;
- Promoção da inclusão produtiva nas cadeias e Arranjos Produtivos Locais (APL) com foco no acesso aos mercados; e
- Melhoria e expansão da infraestrutura voltada ao desenvolvimento da logística regional integrada.
- Ampliação e melhoria da infraestrutura socioeconômica de forma complementar e o fortalecimento da governança voltada ao desenvolvimento regional sustentável.

COMPONENTE 2 – MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**Subcomponente 2.1 - Atenção à Saúde**

À população beneficiária direta ou indireta dos recursos deste Subcomponente, será assegurado o atendimento de suas necessidades de saúde, mediante o desenvolvimento de um conjunto de ações de forma articulada pelo sistema de saúde, apoiando as atividades das 03 redes: materno-infantil, oncológica e de urgência/emergência.

Serão beneficiárias as duas esferas de gestão do SUS no Rio Grande do Norte (as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde), pelas ações de organização gerencial, organizacional e programática, de modo a exercerem, em plenitude, os papéis que lhes são próprios. A atuação articulada requerida potencializará, também, os meios disponíveis em cada um dos entes federados, evitando-se a superposições de ações e o desperdício de recursos.

Subcomponente 2.2 - Melhoria na Qualidade da Educação Básica

Os grupos de atividades estão focados na Integração da Educação à Agenda de Desenvolvimento, e Melhoria do Processo Ensino-Aprendizagem. Serão beneficiários os alunos e profissionais da educação da rede pública estadual e municipal de ensino, nas ações de:

- Acesso à educação de boa qualidade / expansão da prestação de serviços;
- Acompanhamento e avaliação da gestão escolar / implantação do sistema de avaliação da educação básica e profissional;
- Implementação de práticas e normas pedagógicas, com foco em resultado e na aprendizagem;
- Infraestrutura física das escolas e reforço na autogestão escolar;
- Desenvolvimento profissional e valorização da profissão docente;
- Assistência técnica aos municípios para melhoria da qualidade da educação.

Subcomponente 2.3 – Melhoria da Segurança Pública e Defesa Social

- Investimento tecnológico para fortalecimento de ações de segurança preventivas para o cidadão;
- Investimento tecnológico para fortalecimento do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOSP e das bases de inteligência das instituições policiais;
- Investimento tecnológico para fortalecimento da gestão de segurança pública da SESED/RN

COMPONENTE 3 – GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO

Este Componente proporcionará apoio técnico e financeiro nas ações setoriais prioritárias que fazem parte da estratégia do Governo de promover: maior eficiência na gestão e dos serviços públicos; redução de despesas correntes; elevação de taxa de investimento público; desobstrução de gargalos e condições de um ambiente mais favorável e atraente, sob a forma de externalidades positivas, para o aumento do investimento privado e que favoreça o desenvolvimento econômico e social da sociedade norte-rio-grandense em bases sustentáveis.

Atuará com foco em:

- Concepção, desenvolvimento e implantação de um modelo integrado de planejamento, gestão orçamentária e financeira;
- Reestruturação da máquina administrativa do Estado; e
- Desenvolvimento e implantação de modelos de gestão pública.

Investimentos dirigidos a fortalecer a capacidade institucional de planejamento do Estado:

- Alinhamento do planejamento e gestão estratégica de médio e longo prazo, com foco na gestão por resultados, incluindo capacitação do servidor público, prevendo a necessidade de remanejamento e redistribuição de Recursos Humanos;
- Definição, desenvolvimento e implementação de sala de situação com base no modelo PEFA, e escritórios de projetos para o monitoramento da gestão dos programas e projetos estruturantes, com a definição de indicadores, fortalecimento da infraestrutura, aquisição de softwares, adequações e

aprimoramento do sistema financeiro do Estado (SIAF)

Investimentos dirigidos à revisão dos macroprocessos e processos das três Secretarias com maior impacto nos aspectos de gestão, recursos humanos e custeio; manualização dos processos e criação de cursos de capacitação (EAD) institucionalizando-os, e a revisão das estruturas da máquina do Governo do Estado:

- Identificação e revisão de macroprocessos e processos das Secretarias de Educação, Saúde e Segurança Pública e Defesa Social, com objetivo de maximizar a eficácia administrativa. Esta atividade é liderada pela SEPLAN com a colaboração das três Secretarias setoriais implicadas;
- Diagnóstico para o Governo sobre a idoneidade das estruturas e distribuição das competências de todas as Secretarias do Governo do Estado para detectar possíveis disfunções e propor medidas de correção;
- Uma série de investimentos de natureza setorial para a melhoria da infraestrutura e da gestão coordenada pela SEPLAN.

Este módulo compreende também todas as atividades de treinamento necessárias para a implementação das atividades do Projeto.

- Melhoria dos sistemas de infraestrutura tecnológica do Estado (INFOVIA), para enfrentar deficiências em conectividade, capilaridade, no âmbito territorial.
- Gestão de Recursos Humanos, que afronta a necessidade de informação completa de qualidade sobre gestão de recursos humanos para facilitar o planejamento neste âmbito e a necessidade de elaborar um planejamento da força de trabalho orientada a um uso eficiente dos Recursos Humanos e o desenho e implementação de gestão por resultados, hoje inexistente.
 - i. Implementação de módulos gerenciais e de auditoria da folha de pagamento;
 - ii. Planejamento da força de trabalho e desenho do modelo de gestão por resultados. Compreende perspectiva de gênero, minorias e profissionais com baixa ou sem qualificação especializada: diagnóstico da situação e propostas de melhorias para a incorporação, de forma coerente, com a composição da população do Estado.
 - iii. Implementação do modelo de contratualização de gestão por resultados, com treinamento dos servidores (multiplicadores) e para os implementadores sobre o modelo de gestão.
 - iv. Capacitação dos servidores para fortalecimento da gestão.
- Gestão Integral do Patrimônio do Estado. Esta atividade está orientada ao tratamento da carência de uma estratégia integral na gestão do patrimônio do Estado.
 - i. Desenho e implementação de uma estratégia integral de gestão de patrimônio (planejamento, aquisição, registro, atribuição de valor, uso, manutenção, assessoria jurídica), com todos os processos e sistemas necessários – softwares; incluindo móveis, imóveis, frota, material de consumo, telefonia, dentre outros; e treinamento dos servidores responsáveis pela sua implementação.
 - ii. Levantamento e registro do patrimônio móvel e imóvel do Estado com controles e atribuições de responsabilidades.
- Modernização do Arquivo Público do Estado para atender a necessidade da modernização do tratamento do seu acervo.
 - i. Implantação do processo piloto-virtual e digitalização do acervo de Arquivo do Estado;
 - ii. Aquisição da infraestrutura de TI para a virtualização de processos
 - iii. Aquisição da infraestrutura de móveis para virtualização.

I.6. Resultados-Chave Esperados pelo Projeto RN Sustentável

Os resultados-chave esperados pelos Componentes do Projeto expressam-se conforme abaixo:

Resultados – chave esperados:

- Competitividade comercial dos empreendimentos apoiados pelo Projeto - aumentada;
 - Oportunidades de acesso aos bens e serviços básicos públicos ampliadas; e
 - Capacidade de planejamento e de execução de políticas, programas e projetos do desenvolvimento do Estado fortalecidas.
-

Efeitos diretos, intencionais e positivos a serem alcançados:

- Ampliação da capacidade de gestão do Estado;
 - Aumento da competitividade e produtividade dos pequenos produtores;
 - Melhoria da qualidade dos produtos ofertados com viabilidade de mercado;
 - Fortalecimento da governança local/territorial nas cadeias de valor onde se inserem as organizações produtoras.
-

Impactos sobre as atividades sociais envolvidas:

- Acesso a conhecimento de forma contextualizada;
 - Melhoria da capacidade de organização e gestão dos investimentos financiados;
 - Ampliação e fortalecimento da organização associativa;
 - Criação de base de dados de acesso a serviços sociais, à ação política de articulação territorial;
 - Melhoria dos indicadores sociais em longo prazo.
-

Impactos sobre a atividade econômica envolvida:

- Acesso a novas tecnologias de produção e comercialização das cadeias de valor desenvolvidas no Estado;
 - Criação de novas oportunidades de negócios;
 - Fortalecimento de redes de sociais de produção, comercialização e consumo;
 - Ampliação do reconhecimento do potencial das atividades produtivas como ferramenta para o desenvolvimento e aumento e melhor distribuição da renda da população norte-rio-grandense.
-

Efeitos diretos, intencionais e positivos nos serviços públicos prestados:

Saúde	A partir da melhoria da qualidade dos serviços prestados a população beneficiária:
	• Redução da taxa de mortalidade materno e neonatal e, conseqüentemente, na taxa de mortalidade infantil; • Redução da mortalidade por causas externas e cardiovasculares; e • Diagnóstico e tratamento precoce do câncer na mulher, com conseqüente queda da mortalidade.

Educação	A partir da melhoria da qualidade do ensino e da gestão da educação estadual:
	• Maior racionalidade, qualificação, adequação e aproveitamento dos recursos

físicos e humanos;

- Elevação dos índices do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e Provinha Brasil.

Segurança

- Bem estar da população por meio do fortalecimento das identidades, do sentimento de pertencimento, da autoestima e valorização do seu ambiente, apoiados pela eficiência, eficácia e efetividade das políticas de segurança.

Por meio do choque de gestão de resultados:

Gestão Pública

- Melhoria dos processos de planejamento e gestão pública como um todo;
- Melhor controle do uso dos recursos públicos;
- Maior segurança na tomada de decisão;
- Maior agilidade para implementar mudanças necessárias à modernização da gestão;
- Melhoria na qualidade dos serviços públicos ofertados a população do Estado.

Meio Ambiente

Nas atividades de conservação ambiental os efeitos positivos diretos esperados serão refletidos pela ampliação do conhecimento e do desenvolvimento de tecnologias que minimizem os impactos ao meio ambiente.

I.7. Tipologias de Intervenção do Projeto RN Sustentável

As Tipologias de Intervenção, orientadas pelos Componentes e Subcomponentes, na avaliação dos impactos resultantes da implementação do Projeto, configuram-se por:

Tipologia 1 - Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional – investimentos em obras de infraestrutura física de recuperação e melhoria de acessibilidade, incluindo a logística na integração das redes de serviços; investimentos em aquisição de novos equipamentos e ampliação tecnológica.

Os impactos positivos dos investimentos na Tipologia 1 exemplificam-se, dentre outros, nos segmentos:

Atividades agrícolas e não agrícolas - O componente tem por objetivo melhorar as condições de acessibilidade aos mercados e serviços com potencial de desenvolvimento. Sejam: recuperação das vias de acesso em fortalecimento à logística de integração das redes de serviços agrícolas e não agrícolas, bem como acesso às praias, lagoas, açudes e atrativos naturais e culturais, atrativos inerentes ao setor de turismo do litoral, de alto valor agregado à economia do Estado.

Saúde – Aquisição de equipamentos hospitalares; ampliação tecnológica; construção do laboratório de Anatomohistopatologia e reforma do laboratório de Citopatologia; e, obras de melhoria na infraestrutura física dos hospitais da rede pública. Integração da rede de hospitais regionais no interior do Estado; melhoria na logística da rede de urgências e emergências; na rede oncológica e cardiovascular; na rede de atendimento materno-infantil. Estudos para o tratamento e destinação de resíduos hospitalares.

Os impactos positivos destas medidas estarão beneficiando toda a sociedade, consideradas as intervenções propostas nos Territórios: Antigo Centro Dinâmico da Região do Seridó – Território do Seridó; o Cinturão Central – Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Território do Mato Grande, Território do Trairi, Território do Potengi e Território Agreste Litoral Sul; a Faixa Ocidental – Território do Alto Oeste e Território Sertão do Apodi; a Região Metropolitana – Território Terra dos Potiguaras; e, o Território Açu-Mossoró.

Educação – Aquisição de materiais, mobiliário e equipamentos; obras de melhoria na infraestrutura física das escolas públicas, particularmente aquelas localizadas no Cinturão Central – Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte; Mato Grande; Trairí; Potengi; o Agreste Litoral Sul; o Oeste Potiguar – Faixa Ocidental – Território do Alto Oeste e Sertão do Apodi.

Tipologia 2 - Projetos de Iniciativas de Negócios Sustentáveis – competitividade das organizações produtivas nos territórios prioritários: Cinturão Central – Território do Mato Grande e Território do Trairi; Antigo Centro Dinâmico da Região do Seridó – Território do Seridó; e, Faixa Ocidental – Território do Alto Oeste e Território Sertão do Apodi.

Os impactos dos investimentos na Tipologia 2, a serem confirmados pelo mapeamento da atividade econômica, sabidamente desigual na distribuição nos territórios do Estado, deverão refletir estímulo às iniciativas e maior dinamismo na economia solidária e na assistência técnica pública e privada. Estudos de mapeamento dos Arranjos Produtivos Locais – APL deverão proceder a (i) identificação física de cada APL por Município em todo o Estado do RN; (ii) medir o peso econômico de cada APL o mercado interno (percentual do PIB) e no mercado externo (valor exportado); e (iii) medir o impacto econômico e social através do emprego e renda no total do Estado e na agricultura familiar (público alvo) de cada APL. Identificar o potencial das cooperativas e entrepostos comerciais na absorção dos impactos decorrentes dos estudos sobre a produção. Especial atenção será dada à recuperação de áreas degradadas e àquelas de desertificação consolidada.

APL – prioritariamente, (i) cadeias produtivas nas regiões de baixo dinamismo, a despeito da variedade de arranjos produtivos, sejam: *Região do Seridó*: turismo rural; bordado e renda; tecelagem; têxtil; piscicultura; laticínios; minério e cerâmica; a região do *Alto Oeste*: ovinocaprinocultura; bovinocultura de leite; biodiesel e cotonicultura; *Sertão do Apodi*: biodiesel; piscicultura; bovinocultura de leite; apicultura; cotonicultura; cajucultura e cerâmica; *Potengi*: ovinocaprinocultura e bovinocultura de leite; *Trairí*: ovinocaprino; avinicultura e cotonicultura; *Agreste*: biodiesel; mandiocultura e bovinocultura de corte; no *Litoral Sul*: aquíicultura; turismo litoral e carcinocultura. (ii) estímulo à captação de novas alianças e investidores no fortalecimento dos APL do Estado. Para cada APL selecionado será realizado um plano estratégico específico (objetivo – fornecer insumos para as demais setoriais, visando elaborar os editais para os investimentos em articulação ao plano estratégico)

Agricultura familiar – beneficiar as iniciativas individuais e coletivas de negócios sustentáveis, envolvendo assistência técnica, estímulo à participação inclusiva em cooperativas, entrepostos comerciais, redes e alianças formais de produtores, pela importância da atividade na economia e no abastecimento das cidades. Promover a qualidade, a quantidade e a padronização da produção agrícola agregando valor (ex.: rotulagem, rastreabilidade e/ou certificação); reduzir os custos de produção (ex.: compra conjunta de equipamentos). Promover a capacitação dos beneficiários para o fortalecimento das atividades financiadas pelo Projeto seja em gestão financeira e contábil dos investimentos e acesso a mercados.

Tipologia 3 - Projetos Socioambientais – estímulo a boas práticas ambientais, consideradas as dificuldades inerentes à convivência com as peculiaridades do semiárido, que determinam o solo da caatinga; à preservação do meio ambiente; e ao fortalecimento da governança local e territorial das cadeias de valor.

Os investimentos previstos na Tipologia 3 estão focados na redução das vulnerabilidades socioambientais resultante das dificuldades impostas pelo clima semiárido às populações e seus cultivos; bem como às populações urbanas em consequência.

Prioridades ambientais – sistemas simplificados de abastecimento e tratamento de água potável; sistemas simplificados de esgotamento sanitário; implantação de obras hidroambientais – barragens subterrâneas, renques assoreadores, poços; recuperação de áreas degradadas; triagem e beneficiamento de resíduos sólidos recicláveis.

Beneficiários - as populações rurais e urbanas, pelo impacto das prioridades ambientais acima citadas; e das medidas de estímulo às boas práticas em de manejo do solo e da água; de coleta seletiva; de preservação do meio ambiente e do fortalecimento da governança local e territorial.

Territórios priorizados - Território do Seridó; Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte e Território do Mato Grande; Território do Alto Oeste e Território Sertão do Apodi; Região Metropolitana – Território Terra dos Potiguaras e Território Açú-Mossoró.

Tipologia 4 - Projetos de Inovação Pedagógica – prática e normas pedagógicas com foco na aprendizagem e em resultados; desenvolvimento profissional e valorização do docente; assistência técnica aos municípios na melhoria da qualidade da educação; acompanhamento e avaliação da gestão escolar; reforço na autogestão escolar; implantação do sistema de avaliação da educação básica e profissionalizante.

Beneficiários – prioritariamente os alunos e professores das escolas rurais, mais distanciadas das dinâmicas modernas das regiões metropolitanas, melhoria do processo ensino-aprendizagem, ampliando as oportunidades de integração da educação na agenda de desenvolvimento regional.

Territórios priorizados -Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Território do Mato Grande, Território do Trairi, Território do Potengi e Território Agreste Litoral Sul; Oeste Potiguar; Território do Alto Oeste e Território Sertão do Apodi.

Tipologia 5 - Apoio ao Fortalecimento da Governança – fortalecimento da governança local/territorial das cadeias de valor; acompanhamento e avaliação da gestão escolar e implantação de sistema de avaliação da educação básica; fortalecimento a capacidade institucional de planejamento do Estado em gestão orçamentária e financeira; melhoria da efetividade de políticas públicas e controle dos gastos públicos; modernização da gestão da informação e integração dos sistemas de TI, voltados ao planejamento e controle da gestão com foco em resultados; fortalecimento das ações de segurança preventiva para o cidadão; fortalecimento do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOSP.

Conclui-se por apresentar, a seguir, o Quadro Resumo das Tipologias de Intervenção, Ações/Atividades, Investimentos, Público Alvo, Indicadores de Resultado e Territórios Priorizados no Projeto RN Sustentável.

Quadro Resumo dos Componentes e Subcomponentes do Projeto RN Sustentável

PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO GRANDE DO NORTE – PROJETO RN SUSTENTÁVEL	
QUADRO RESUMO	
COMPONENTE 1 – INVESTIMENTOS SOCIOECONÔMICOS SUSTENTÁVEIS VOLTADOS A INCLUSÃO PRODUTIVA	
Tipologia 1 – Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional	
Ações /Atividades	Melhoria e expansão da infraestrutura urbanística e de acessibilidade aos mercados; Recuperação das vias de acesso às praias, lagoas, açudes e atrativos naturais e culturais; Infraestruturas voltadas a melhorias dos indicadores de saneamento básico; Melhoria da logística regional integrada de acessos e serviços.
Investimentos	A serem detalhados na fase de preparação do Projeto pelos estudos, análises e diagnósticos das ações/atividades do Subcomponente, incluídos os projetos arquitetônicos, obras civis, aquisição de equipamentos, contratação de consultorias individuais e empresas.
Público Alvo	Populações beneficiárias dos investimentos propostos pelas intervenções; e, Populações potencialmente afetadas pelos investimentos, alvo dos estudos de impacto socioambiental apontando para eventual necessidade de reassentamento involuntário.
Indicadores de Resultado	100 km de estradas recuperadas até 2016.
Territórios Priorizados	Antigo Centro Dinâmico da Região do Seridó – Território do Seridó; Cinturão Central – Território Sertão Central Cabugi, Território do Mato Grande e Litoral Sul; Faixa Ocidental – Território do Alto Oeste; Região Metropolitana – Território Terra dos Potiguaras
Tipologia 2 – Projetos de Iniciativas de Negócios Sustentáveis	
Ações /Atividades	Criar condições para a competitividade das cadeias produtivas e de valor nos territórios prioritários;

Investimentos	400 projetos coletivos de iniciativas de negócios sustentáveis e 1.000 projetos individuais de iniciativas de negócios; Promoção da inclusão de jovens e mulheres no mercado de trabalho;
Público Alvo	32.000 famílias, cerca de 112.000 pessoas, envolvendo organizações, cooperativas, redes ou alianças formais de produtores da agricultura familiar; Arranjos Produtivos Locais - APL
Indicadores de Resultado	• 400 planos de negócios de iniciativas coletivas elaboradas e em implementação até o final do Projeto; • 20% de incremento no volume de venda de empreendimentos de iniciativas de negócios apoiadas até o quinto ano do Projeto; • 60% das iniciativas de negócios individuais financiados para mulheres e jovens; • 1000 iniciativas de negócios individuais formalizadas até o final do Projeto; • 35% das iniciativas de negócios coletivas lideradas por mulheres.
Territórios Priorizados	Cinturão Central – Território do Mato Grande e Território do Trairi; Antigo Centro Dinâmico da Região do Seridó – Território do Seridó; Faixa Ocidental – Território do Alto Oeste e Território Sertão do Apodi.
Tipologia 3 – Projetos Socioambientais	
Ações /Atividades	Boas práticas socioambientais com ênfase na sustentabilidade, na convivência com o semiárido e preservação do meio ambiente;
Investimentos	260 projetos socioambientais, como abastecimento de água, esgotamento sanitários, beneficiamento de resíduos sólidos recicláveis, recuperação de áreas degradadas e implantação de obras hidroambientais (barragens subterrâneas, renques assoreadores, poços e outros);
Público Alvo	Populações rurais carentes dos investimentos nas intervenções propostas; e, residentes em áreas urbanas/metropolitana
Indicadores de Resultado	12.800 famílias apoiados pelo Projeto adotando boas práticas socioambientais
Territórios Priorizados	• Antigo Centro Dinâmico da Região do Seridó – Território do Seridó; • Cinturão Central – Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte e Território do Mato Grande; • Faixa Ocidental – Território do Alto Oeste e Território Sertão do Apodi. • Região Metropolitana – Território Terra dos Potiguaras • Economia do Petróleo – Território Açú-Mossoró.

Tipologia 5 – Apoio ao Fortalecimento da Governança	
Ações /Atividades	Competitividade das organizações produtivas nos territórios prioritários; Boas práticas socioambientais com ênfase na sustentabilidade, na convivência com o semiárido e preservação do meio ambiente; Melhoria e expansão da infraestrutura voltada ao desenvolvimento da logística regional integrada.
Investimentos	Promoção da qualidade, a quantidade e a padronização da produção agrícola agregando valor (ex.: rotulagem, rastreabilidade e/ou certificação); reduzir os custos de produção (ex.: compra conjunta de equipamentos). Promoção da capacitação dos beneficiários para o fortalecimento das atividades financiadas pelo Projeto seja em gestão financeira e contábil dos investimentos e acesso a mercados; Promoção do fortalecimento da governança local/territorial das cadeias de valor.
Público Alvo	Agricultores familiares, as diversas APL, cooperados e as cadeias de valor que compõem o tecido social voltado à atividade produtiva em geral.
Indicadores de Resultado	35% dos investimentos apoiados pelo Projeto adotando boas práticas em fortalecimento da governança
Territórios Priorizados	Apoio vinculado ao desenvolvimento dos investimentos.
COMPONENTE 2 – MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	
Subcomponente 2.1 – Atenção à Saúde	
Tipologia 1 – Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional da Saúde	
Ações /Atividades	Aquisição de equipamentos hospitalares; ampliação tecnológica; construção do laboratório de Anatomohistopatologia e reforma do laboratório de Citopatologia; e, obras de melhoria na infraestrutura física dos hospitais da rede pública. Integração da rede de hospitais regionais no interior do Estado; melhoria na logística da rede de urgências e emergências; na rede oncológica e cardiovascular; na rede de atendimento materno-infantil. Estudos para o tratamento e destinação de resíduos hospitalares.
Investimentos	Na rede materno infantil está prevista a implantação e equipagem do Hospital da Mulher no Território do Mossoró; estruturação física e tecnológica de bancos de leitos humanos; Equipagem de UTI Neonatal em hospitais e maternidades do Estado e Municípios; e infraestrutura física e tecnológica de maternidades para assistência à mulher e aos recém-nascido do Rio Grande do Norte. Na rede Oncológica está prevista a estruturação física e tecnológica dos Centros de Referência de Atenção à Mulher, com

	especificidade em câncer de colo de útero e mama; infraestrutura física e tecnológica de laboratório de referência estadual de anatohistopatologia; infraestrutura física e tecnológica de laboratório estadual de citopatologia. Na rede de Urgência e Emergência está prevista a infraestrutura física e tecnológica de hospitais regionais da rede, localizados no interior do Estado.
Público Alvo	Pacientes da rede de assistência à saúde pública.
Indicadores de Resultado	• Redução das mortalidades materna e infantil em: 17,1% a mortalidade materna de 46,9 óbitos por 100 mil nascidos vivos em 2009, para 40,1 em 2016; em 14% mortalidade infantil de 28,6 óbitos por mil nascidos vivos em 2009, para 25,1 em 2016; e em 16% a mortalidade neonatal de 15,0 óbitos por mil nascidos vivos em 2009, para 12,9 em 2016; • Redução da mortalidade em dois tipos de câncer mais comuns nas mulheres no Rio Grande do Norte em: 14% a mortalidade por câncer de colo de útero de 5,1 por 100 mil mulheres em 2010, para 4,5 em 2016; e, em 16% a mortalidade por câncer de mama de 10,5 por 100 mil mulheres em 2010, para 9,1 em 2016; • Redução das duas principais causas de mortalidades atendidas pela rede de urgências e emergências em: 58% a taxa de mortalidade hospitalar por causas externas de 11,1% por 100 internações pela mesma causa em 2010, para 7%, em 2016; e 40% a taxa de mortalidade hospitalar por doenças cardiovasculares de 7% por 100 internações pela mesma causa em 2010, para 5%, em 2016. • Melhoria na infraestrutura física dos hospitais da rede pública no interior e da região metropolitana do Estado.
Territórios Priorizados	Antigo Centro Dinâmico da Região do Seridó – Território do Seridó; Cinturão Central – Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Território do Mato Grande, Território do Trairi, Território do Potengi e Território Agreste Litoral Sul; Faixa Ocidental – Território do Alto Oeste e Território Sertão do Apodi. Região Metropolitana – Território Terra dos Potiguaras; Território Açú-Mossoró - Economia do Petróleo
Tipologia 5 – Apoio ao Fortalecimento da Governança	
Ações /Atividades	Implantação de qualificação profissional; Desenvolvimento de práticas de gestão hospitalar
Investimentos	Sem dados quando da elaboração deste Relatório
Público Alvo	Profissionais da saúde
Indicadores de Resultado	Sem dados quando da elaboração deste Relatório

Territórios Priorizados	Idem T1
Subcomponente 2.2 – Melhoria da Qualidade da Educação Básica	
Tipologia 1 – Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional da Educação	
Ações /Atividades	Melhoria em reforma e ampliação das instalações físicas nas escolas Aquisição de materiais, mobiliário e equipamentos escolares.
Investimentos	700 estabelecimentos escolares da rede estadual de ensino, sendo 589 localizados em área urbana e 111 localizados na área rural, repasses de recursos para caixa escolar, tendo como objetivo o desenvolvimento regional da educação no Estado.
Público Alvo	Alunos da rede pública na educação infantil, ensino fundamental, e ensino médio, jovens e adultos e alunos na educação profissional.
Indicadores de Resultado	Recuperação dos 700 estabelecimentos escolares da rede pública em áreas rurais e urbanas, conforme exposto no item Investimentos; melhoria da caixa escolar desses estabelecimentos.
Territórios Priorizados	Cinturão Central — Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Território do Mato Grande, Território do Trairi, Território do Potengi e Território Agreste Litoral Sul; Oeste Potiguar - Faixa Ocidental – Território do Alto Oeste e Território Sertão do Apodi.
Tipologia 4 – Projetos de Inovação Pedagógica - PIP	
Ações /Atividades	Acesso à educação de boa qualidade / expansão da prestação de serviços; Implementação de práticas e normas pedagógicas, com foco em resultado e na aprendizagem; Assistência técnica aos municípios para melhoria da qualidade da educação Acompanhamento e avaliação da gestão escolar / implantação do sistema de avaliação da educação básica e profissional. Educação sanitária e ambiental nas escolas
Investimentos	Implantação de práticas, qualificação profissional, consultorias, realização de seminários, aquisição de materiais pedagógicos, produção de cartilhas, melhorar a qualidade do ensino com foco nos resultados, na aprendizagem e desenvolvimento regional.
Público Alvo	Alunos e profissionais da educação da rede pública estadual e municipal de ensino atuando nos 700 estabelecimentos escolares da rede estadual de ensino, sendo 589 localizados em área urbana e 111 localizados na área rural, compreendendo 297 alunos na

	educação infantil, 142.409 no ensino fundamental, 125.395 no ensino médio, 42.049 na educação de jovens e adultos e 199 alunos na educação profissional, totalizando 310.349 matrículas, o que representa 33,40% da população atendida na educação básica no Estado.
Indicadores de Resultado	Elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2,9 em 2009 para 4,5 em 2017, nos anos finais do ensino fundamental e de 2,8 em 2009 para 4,4 no ensino médio; Expansão do ensino de médio da rede pública estadual de 39,9 % para 60% de atendimento à população em idade escolar nesta modalidade em 2017.
Territórios Priorizados	Região do Cinturão Central - Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Território do Mato Grande, Território do Trairi, Território do Potengi e Território Agreste Litoral Sul; Região do Oeste Potiguar - - Faixa Ocidental – Território do Alto Oeste e Território Sertão do Apodi.
Tipologia 5 – Apoio ao Fortalecimento da Governança	
Ações /Atividades	Reforço na autogestão escolar; Desenvolvimento profissional e valorização da profissão docente; Assistência técnica aos municípios no fortalecimento da governança escolar; Acompanhamento e avaliação da gestão escolar Acompanhamento e avaliação da implantação do sistema de avaliação da educação básica e profissional.
Investimentos	Em fase de elaboração
Público Alvo	Professores, gestores e profissionais da educação
Indicadores de Resultado	A serem definidos na fase de preparação do Projeto
Territórios Priorizados	Idem T1
Subcomponente 2.3 – Melhoria da Segurança Pública E Defesa Social	
Tipologia 5 – Apoio ao Fortalecimento da Governança	
Ações /Atividades	Apoio ao investimento tecnológico para fortalecimento de ações de segurança preventiva para o cidadão;

	Apoio ao investimento tecnológico para fortalecimento do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOSP e das bases de Inteligência das instituições Policiais; Apoio à implantação de sistemas informatizados de gestão e avaliação contínua de programas e políticas públicas prioritárias, aquisição de equipamentos de TI, mobiliários e unidades móveis para melhoria do processo de gestão, com foco na eficiência dos serviços prestados a população.
Investimentos	(i) Contratação de serviços de TI para digitalização de acervo civil (digitalização da Carteira de Identidade; Declaração de Antecedentes Criminais; etc), visando agilização do atendimento às solicitações do cidadão potiguar no Instituto Técnico Científico do Rio Grande do Norte – ITEP; (ii) contratação de consultoria para elaboração de projeto da nova estrutura física da SEEC; (iii) aquisição de equipamentos de TI para integração das bases de inteligência e melhoria do atendimento ao cidadão nas unidades operacionais de segurança pública e defesa social (computação móvel, equipamento de informática e softwares, geoprocessamento, aquisição de aparelhos VOIP, implantação de rede de INFOVIA digital, etc.); (iv) investimentos tecnológicos para fortalecimento da gestão de segurança pública através da implantação de implementação do boletim de ocorrência eletrônico na Polícia Judiciária do Estado (aquisição de equipamentos de informática e softwares); (v) investimentos tecnológicos para o fortalecimento do Centro Integrado de Operações da Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social, através da reestruturação do sistema de atendimento de emergências 190 e implantação de vídeo monitoramento digital, visando melhorar a qualidade no atendimento do serviço à população (aquisição de equipamentos de TI, móveis, equipamentos para tele atendimento e vídeo monitoramento digital, softwares específicos, etc.); (vi) aquisição de unidades móveis para interiorização de ações de defesa social previstas no Programa RN Mais Justo, dentro do eixo estratégico de Proteção de Defesa da Vida relativo à proteção e inclusão social – Projeto Governança Solidária, estando prevista as seguintes aquisições: 01 Unidade Móvel de Serviços Essenciais de Documentação Civil (ITEP); 01 Unidade Móvel de Saúde (Hospital da Polícia Militar), visando o atendimento de clínica médica e serviços odontológicos para população em situação de vulnerabilidade social nas diversas regiões do Estado, além dos do atendimento do contingente de servidores militares e seus familiares lotados nas organizações militares regionais; e 01 Unidade Móvel de Atendimento e Orientação Especializada às Mulheres e Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social (Polícia Civil e Bombeiros), visando contribuir para redução do número de mulheres e jovens vítimas de violência doméstica, sexual e discriminação social e de gênero.
Público Alvo	Conjunto da sociedade potiguar, elevando a capacidade da Segurança Pública para realização dos serviços públicos necessários. Prioriza, também, Mulheres e Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social.
Indicadores de Resultado	100% do acervo de identificação dos cidadãos digitalizado.
COMPONENTE 3 – GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO	
Tipologia 5 – Apoio ao Fortalecimento da Governança	

Gestão do setor público Ações /Atividades	Fortalecimento da capacidade institucional de planejamento do Estado, considerando os elementos da gestão orçamentária e financeira que impactam o orçamento e a utilização dos recursos públicos; Definição e implantação de planejamento estratégica de médio e longo prazo e modernização da gestão da informação e integração dos sistemas de TI voltados ao planejamento e controle da gestão com foco em resultados.
Investimentos	(i) contratação de consultoria especializada para definição e implantação de planejamento estratégica de médio e longo prazo; (ii) Contratação de consultoria para desenvolvimento de sistema para implementar a gestão do controle orçamentário e financeiro e controle de contratos, visando fortalecer a gerenciamento dos dados do SIAF; (iii) Consultoria para desenvolver e implantar modelo de gestão por resultados e monitoramento no âmbito das unidades do governo; (iv) consultoria para desenvolvimento e implantação de sala de auditoria processual da CONTROL; (v) consultoria para definição de indicadores, desenvolvimento e implantação da sala de situação do controle orçamentário e financeiro, com base no PEFA; (vi) consultoria para realização de estudo, definição de indicadores, e implantação de sala de situação para monitoramento de programas e projetos prioritários do Governo.
Público Alvo	Conjunto da sociedade potiguar, pela elevação da capacidade do Estado de prover os serviços públicos necessários ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte em bases sustentáveis. Serão beneficiários diretos todos os servidores do Estado.
Indicadores de Resultado	Aumento da participação dos projetos estratégicos em relação à despesa orçamentária total do poder executivo estadual de 25,7% em 2010, para 39,5 em 2017; Diminuição do percentual de recursos remanejados entre as diversas ações orçamentárias (exclusive pessoal) de 14,2 1m 2011, para 9,2 em 2017;
Saúde, educação e segurança pública Ações /Atividades na	Aumento da eficácia e eficiência da administração pública do Estado prioritariamente nas áreas de saúde, educação e segurança pública; Apoio à implantação de sistemas informatizados de gestão e avaliação contínua de programas e políticas públicas prioritárias, aquisição de equipamentos de TI, mobiliários e unidades móveis para melhoria do processo de gestão, com foco na eficiência dos serviços prestados a população.
Investimentos	(i) a contratação de consultoria especializada para realização de diagnóstico sobre o papel e estrutura administrativa das instituições governamentais, bem como a revisão dos procedimentos administrativos e processos para implantação de nova estrutura organizacional da administração do Estado, com objetivo de aumentar a sua eficiência, priorizando a saúde, educação e segurança; (ii) Contratação de consultoria para concepção, desenvolvimento e implantação de sistemas de gestão na SEEC/DIRED; (iii) Consultoria para elaboração de diagnóstico situacional e epidemiológico, estudo de logística (compras,

	armazenamento, distribuição de medicamentos, e transporte sanitário), bem como para desenvolvimento e implantação de sistema integrado de gestão da saúde pública do Estado; (iv) contratação de consultoria para elaboração de projeto da nova estrutura física da SEEC; (v) infraestrutura de TI para fortalecimento das atividades desenvolvidas na SEPLAN, PGE e CONTROL; (vi) aquisição de mobiliário e reestruturação dos espaços físicos da SEEC, DIREC e SESAP; (vii) aquisição de equipamento de TI para estruturação de Sala de Situação da SESAP e equipagem das Unidades Regionais de Saúde, entre outros.
Público Alvo	Serão beneficiários diretos todos os servidores do Estado, a sociedade potiguar como um todo, pelos resultados da melhor prestação de serviços públicos necessários ao bem estar social, em bases sustentáveis.
Indicadores de Resultado	Implantação de três acordos de resultados nos órgãos de governo prioritários no Projeto (Saúde, Educação e Segurança Pública) até 2015.
Modernização da gestão pública Ações /Atividades na	Gestão Integral do Patrimônio do Estado. Modernização do Arquivo Público do Estado para atender a necessidade da modernização do tratamento do seu acervo. Melhoria dos sistemas de infraestrutura tecnológica do Estado (INFOVIA), para enfrentar deficiências em conectividade, capilaridade, no âmbito territorial. Implantação de uma Política de Gestão de Recursos Humanos, estratégica e eficiente, em desenho e implementação de gestão por resultados Levantamento e avaliação de planos de carreiras, cargos e remunerações dos servidores do Estado.
Investimentos	(i) contratação de consultoria para levantar e avaliar carreiras, cargos e remunerações do Estado, propor ajustes, definindo e implementando uma nova Política de Gestão de Pessoas do Estado, incluindo, contratação em base de resultados, avaliações de desempenho e marco legal orientado ao desenvolvimento e resultados, instituindo a remuneração por meritocracia, com perspectiva futura de implantação de carreira de gestor público na área de planejamento; (ii) Consultoria para customizar e implantar nas unidades centrais e setoriais a ferramenta de gestão de pessoas, incluindo a desenvolvimento de módulos gerenciais e de auditoria da folha de pagamento, visando o controle de gastos com pessoal, com prioridade para saúde, educação e segurança; (iii) Consultoria para desenvolver e implantar ferramenta integrada de gestão para controle de compras, frota, patrimônio, custos, telefonia, material de consumo; (iv) Consultoria para implementar modelo de contratação em base de resultados voltado a melhoria de desempenho dos serviços; (v) Consultoria especializada para elaborar estudo e desenvolver projeto de ampliação da INFOVIA, definindo termos de referência e especificações para implementação de tal projeto e aquisição de equipamentos de TI necessários para fortalecimento da INFOVIA, visando a sua modernização para melhoria das transmissões de informações e disponibilização de serviços em meio eletrônico no interior do Estado, com o objetivo de propiciar a aproximação entre o Estado e cidadão, e fortalecer os investimentos de TI realizados no âmbito do Projeto; (vi) Consultoria para implantação de um processo-piloto virtual, incluindo certificação digital e organização do arquivo público (seleção de documentos, descarte, limpeza, digitalização do acervo, elaboração de normas e manuais, disponibilização de software de busca etc.), e aquisição de mobiliários e equipamento de TI para modernização do arquivo público; (vii) Consultoria para realizar levantamento e registro em ferramenta de gestão do patrimônio móvel e imóvel do Estado, com controles de responsabilidades (sugerindo desocupação,

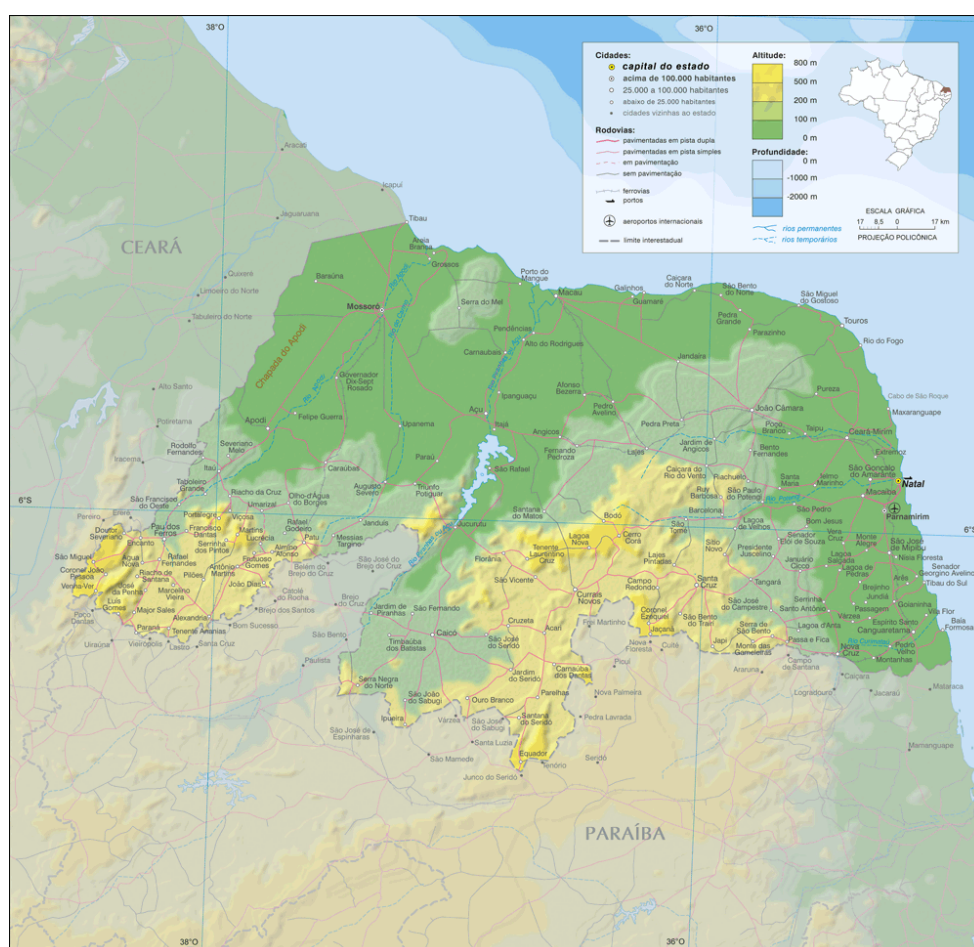
	alienação, cessão e doação). Considera-se que esta atualização do registro patrimonial será extremamente lucrativa para o Estado, permitindo que o governo consiga mais receitas com o aluguel ou venda desses ativos e que maximize a utilização desses com recursos por parte das empresas e organizações estaduais; (viii) Consultoria para revisar o marco legal da gestão pública no Estado no tocante aos processos logísticos, a luz das novas ferramentas de gestão; e (ix) formação e capacitação dos recursos humanos direcionados ao novo modelo de gestão para resultados para o pleno exercício das funções de gestor e agente público.
Público Alvo	Conjunto da sociedade potiguar, elevando a capacidade do Estado de prover os serviços públicos necessários ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte; os servidores do Estado capacitados ao desempenho competente de suas funções.
Indicadores de Resultado	500 servidores públicos das Secretarias prioritárias do Projeto capacitados em competências estratégicas de acordo com as necessidades do novo modelo de gestão implantado do Estado; 95% dos bens móveis e imóveis do Estado controlados através de sistema informatizado; 100% das unidades de saúde, educação e segurança pública conectada a INFOVIA do Estado. 100% dos servidores com política de esforços e resultados implantada nas Secretarias de Saúde, Educação, Segurança Pública, Planejamento e Administração.

II. CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO ESTADO

II.1. O Estado do Rio Grande do Norte

Localizado no extremo nordeste do território brasileiro, o Rio Grande do Norte detém uma extensão litorânea de 410 km de praias na costa atlântica nordestina e três tipos de vegetação que compõem os biomas norte-rio-grandenses: a floresta tropical na região sudeste, denominada *zona da mata*; o agreste, de florestas mais exuberantes, e zona de transição para o clima semiárido da caatinga, vegetação predominante do centro e oeste do Estado, cobrindo a maior parte do território, em cerca de 90%. No litoral encontra-se vegetação típica dos mangues.

Figura 3 - O Estado do Rio Grande do Norte

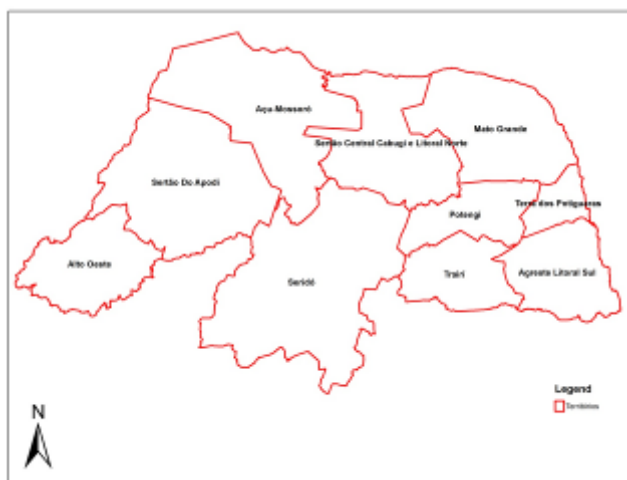


Fonte: IBGE, Mapas

As características do clima semiárido predominam no Rio Grande do Norte, que tem 90% do seu território inserido no Polígono das Secas, região reconhecida pelos longos períodos de estiagens, cujas condições ambientais contribuem para influenciar as diversas dinâmicas socioeconômicas encontradas.

A metodologia de análise utilizada nesta avaliação de impacto socioambiental o Projeto focaliza as intervenções pretendidas no contexto geopolítico dos 10 Territórios do Estado, e projeta os aspectos socioeconômicos e ambientais relevantes na seleção dos setores e investimentos propostos.

Figura 4 - Territórios de Cidadania do Estado



O Estado está dividido em 10 territórios, sendo que 06 deles vinculados ao programa do Governo Federal Territórios da Cidadania, quais sejam: Açú-Mossoró, Sertão do Apodi, Alto Oeste, Mato Grande, Potengi e Sertidó. O programa Territórios da Cidadania combina diferentes ações para reduzir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento harmonioso e sustentável, buscando atender a ações relativas a direitos e desenvolvimento social; organização sustentável da produção; saúde, saneamento e acesso à água; educação e cultura; infraestrutura; apoio à gestão territorial e infraestrutura, por meio dos diversos ministérios.

Figura 5 – Mapa dos Territórios do Rio Grande do Norte



Fonte: MDA, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2010.

Integram o Estado 167 municípios, dos quais 130 estão em área de caatinga. As assimetrias socioeconômicas encontradas, não estão necessariamente ligadas à vulnerabilidade das condições

climáticas do semiárido, mas decorrem, também, de acentuadas concentrações demográficas nas regiões urbanas, conforme será observado ao longo desta caracterização socioambiental.

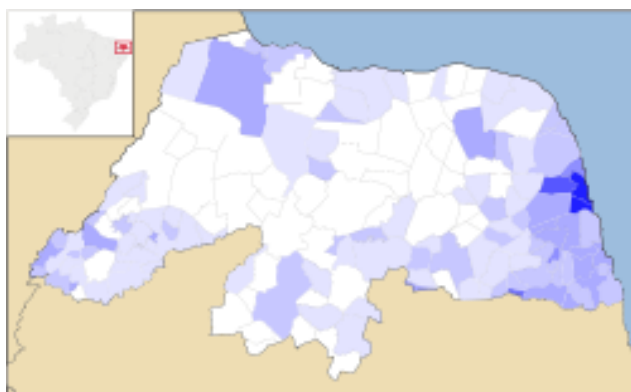
Principais Indicadores Demográficos

A população total do Estado é de 3.168.027 habitantes e uma densidade demográfica de 59,99 hab/km². A distribuição populacional compreende 77,80% da população residente em áreas urbanas e 22,19% em áreas rurais. (IBGE, 2010). A seguir, os principais dados dos sete Territórios Rurais:

Açu-Mossoró	14 municípios: Alto do Rodrigues, Açu, Areia Branca, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, Tibau, São Rafael e Serra do Mel. A população total do território é de 421.549 habitantes, dos quais 81.462 vivem na área rural.
Mato Grande	15 municípios: Taipu, Touros, Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Rio do Fogo, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, São Bento do Norte e São Miguel do Gostoso. A população total do território é de 214.983 habitantes, dos quais 109.702 vivem na área rural.
Potengi	11 municípios: Barcelona, Bom Jesus, Telmo Marinho, Lagoa de Velhos, Santa Maria, Riachuelo, Ruy Barbosa, São Paulo do Potengi, São Pedro, São Tomé e Senador Elói de Souza. A população total do território é de 79.799 habitantes, dos quais 36.529 vivem na área rural.
Alto Oeste	30 municípios: Alexandria, Antônio Martins, Serrinha dos Pintos, Tenente Ananias, Água Nova, Almino Afonso, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, João Dias, José da Penha, Lucrécia, Luís Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Taboleiro Grande, Venha-Ver e Viçosa. A população total do território é de 194.002 habitantes, dos quais 73.401 vivem na área rural.
Seridó	25 municípios: Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas. A população total do Território é de 289.866 habitantes, dos quais 74.381 vivem na área rural.
Sertão do Apodi	17 municípios: Patu, Rodolfo Fernandes, Umarizal, Apodi, Augusto Severo, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Itaú, Janduís, Messias Targino, Olho-d'Água do Borges, Paraú, Rafael Godeiro, Severiano Melo, Triunfo Potiguar e Upanema. A população total do território é de 155.957 habitantes, dos quais 59.553 vivem na área rural.
Trairí	15 municípios Santa Cruz, Tangará, São José de Campestre, Japi, Monte das Gameleiras, Serra de São Bento, Lajes Pintadas, Boa Saúde, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Japi, Passa e Fica, Serra Caiada, Sítio Novo. A população total do território é de 135.951 habitantes, dos quais 47.119 habitantes residem na zona rural.

O Projeto RN Sustentável analisa as intervenções propostas pelos investimentos tomando por referência os dez territórios acima descritos, ilustra-se na figura, a seguir, a densidade demográfica desses espaços para melhor análise da influência deste indicador na tomada de decisão sobre o foco das intervenções pretendidas.

Figura 6 - Densidade Populacional dos Municípios do Estado



0-25 hab/km ²
25-50 hab/km ²
50-100 hab/km ²
100-150 hab/km ²
150-200 hab/km ²
200-300 hab/km ²
300-400 hab/km ²
400-500 hab/km ²
> 500 hab/km ²

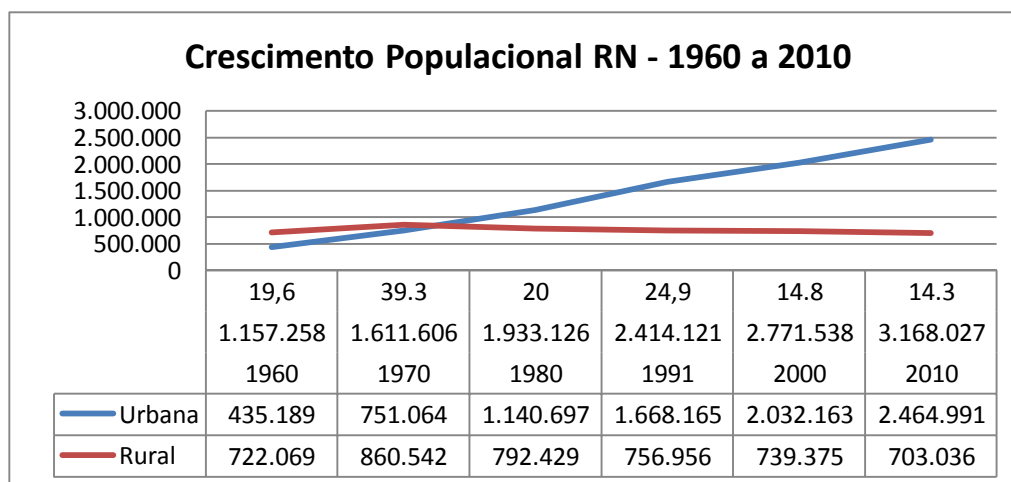
Fonte: IBGE, 2010

A maior concentração habitacional se encontra na Terra dos Potiguaras, especialmente na região metropolitana. Natal, capital do Estado, reúne uma população de 803.739 habitantes e densidade demográfica de 4.808,20 hab/km². Em área da unidade territorial de 167.160 km², concentra, isoladamente, 26,37% da população do Estado e, sua região metropolitana, em torno de 39,5% do total da capital.

Observa-se a concentração populacional das cidades de Mossoró, no Território Açú- Mossoró, com 266.758 habitantes, seguida de Parnamirim, na Terra dos Potiguaras, com 214.199 habitantes. A quarta cidade em concentração populacional, São Gonçalo do Amarante, também na Terra dos Potiguaras, apresenta significativa redução, expressa no total de 90.376 habitantes.

Numa evolução histórica, no intervalo entre 1960 a 2010, observa-se, no quadro abaixo, o expressivo crescimento da população urbana do Estado, enquanto que a população rural apresenta uma curva descendente.

Tabela 1 - Crescimento Populacional RN - 1960 a 2010



Fonte: IBGE, População nos Censos Demográficos/RN – 1960- 2010.

A título de ilustração, os fluxos migratórios, que vêm se configurando desde a década de 1970, que mais contribuíram para o crescimento demográfico da capital, foi a microrregião de Natal (19,4%), a do Seridó (7,5%); a do Agreste Potiguar (6,8%); a Salineira norte-rio-grandense e a Serra Verde, com participação percentual de 6,5 e 5,8 respectivamente. (SOUZA, 1976, p.23).

Segundo o mesmo autor, essas cidades desempenhavam a função de polos de concentração urbana,

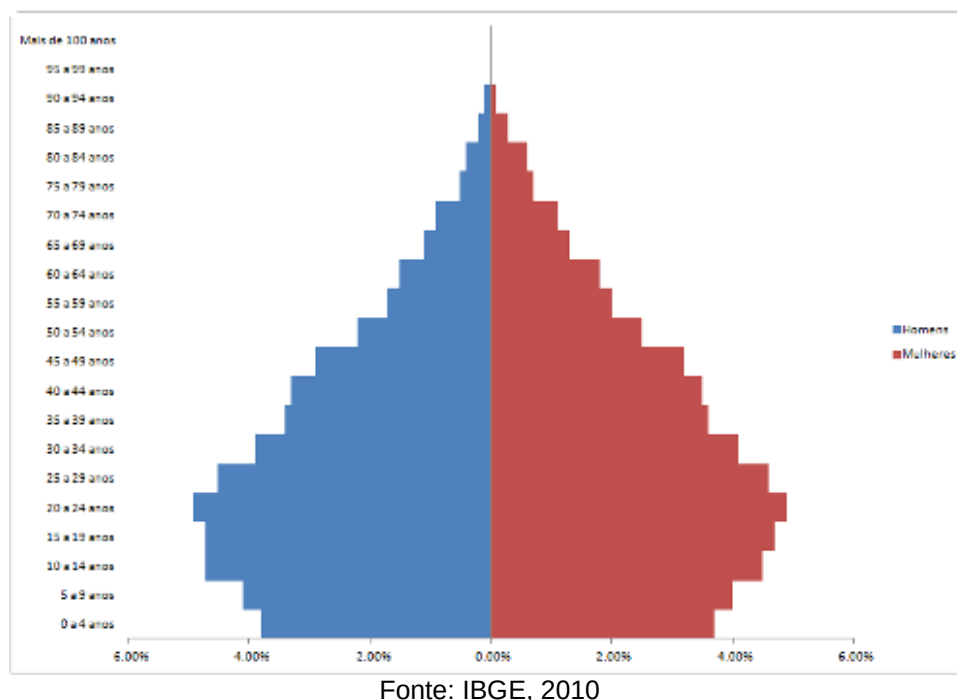
quando comparadas às zonas rurais que as circundam, como economicamente não foram capazes de absorver o contingente migratório que para elas convergia, exerceram a função de polos urbanos intermediários entre as zonas estritamente rurais e a capital, Natal. As causas da emigração rural são as mais diversas e vão desde a estagnação da economia rural até as mudanças ocorridas nas relações de trabalho no campo. A facilidade de acesso às cidades, onde se espera encontrar emprego e melhores condições de vida, é outro fator que contribui para a emigração da rurícola norte-rio-grandense (Plano IDEC/SEPLAN,1997).

Com a modernização da agricultura e a valorização da terra e da produção, dá-se no Nordeste uma transformação no tipo de relação entre o proprietário e o trabalhador agrícola, através da qual este se vê impedido do acesso a terra, conseqüentemente do acesso a uma produção que seria destinada em grande parte ao auto abastecimento. Além disso, o trabalhador também se vê impedido do acesso à propriedade dos utensílios de produção, transformando-se assim em um proletário que dispõe apenas de sua força de trabalho como mercadoria posta à venda.

Embora a partir 1983 os governos estaduais tenham articulado políticas públicas no sentido de estimular os sistemas produtivos das diversas zonas do Estado, as ações não renderam os objetivos esperados, como exemplo, a fixação do homem ao campo. Este tem emigrado para as cidades mais próximas e para Natal ou para a região Sudeste, embora se tenha diagnosticado, na última década do milênio (1991-2000), que as migrações em âmbito de Brasil, passaram a ter outra dinâmica, não mais na direção das grandes capitais. A tendência é migrar para cidades médias, porque têm sido elas, no último decênio, a apresentar suporte de infraestrutura produtiva e de serviços, bem como melhores condições ambientais. Os grandes centros econômicos do país já não são capazes de absorver mão-de-obra. A exclusão social desses centros é um indicativo perverso.

Distribuição Etária

Figura 7 - Pirâmide Etária do Estado do Rio Grande do Norte



A distribuição etária atual do Estado apresenta uma estrutura com 67,6% de pessoas na classe dos 15 a 64 anos e 24,8% na classe etária menor de 15 anos, demonstrando, em termos gerais, uma pirâmide etária com grande concentração de jovens, como ilustrado acima. Complementam-se os indicadores sociais do Estado com o IDH-M (PNUD), hoje em 0,738 e o Índice de Gini em 0,559 (2009).

II.2. Estratégia de Focalização e Abrangência do Projeto RN Sustentável

Objetiva-se, aqui, caracterizar os aspectos econômicos e sociais do Rio Grande do Norte, pela análise das principais atividades produtivas, focalizados em:

- (i) *clusters*² de indicadores socioeconômicos – serviços básicos, renda e emprego, crescimento e dinamismo
- (ii) Índices de Oportunidade Humana – IOH, nas questões sociais como desigualdades de gênero, segurança alimentar e perfil dos jovens; e,
- (iii) Estudo do IBGE - Regiões de Influência das Cidades - 2007, como ferramenta de análise dos impactos do Projeto como vetor de polarização de novos centros produtivos.
- (iv) Principais atividades econômicas - Agricultura Familiar; Arranjos Produtivos Locais - APL, microempreendedores individuais (formais e informais); comunidades tradicionais

De acordo com as contas regionais do IBGE (2008), o Produto Interno Bruto do Rio Grande do Norte, em 2008, era de R\$ 25,4 bilhões, proporcionando um PIB *per capita* de R\$ 8.202, superior ao PIB *per capita* do Nordeste de R\$ 7.487, no período.

Figura 8 - Perfil de Crescimento e Composição do PIB/RN 2004 a 2008

Economia Potiguar 2004 - 2008	Taxa Média Anual
Crescimento no período 15,6%	3,9%
Média nordestina	5%
Média brasileira	4,6%
Composição do PIB/RN em Valor Adicionado	Taxa Média anual
Setor de Serviços	70%
Indústria	25,4%
Agropecuária	4,6%

Fonte: IBGE, 2008

Esta taxa de crescimento inferior à média da região Nordeste e do Brasil como um todo, demonstra a fragilidade da economia potiguar nos últimos anos. Atribuem-se esta alta desigualdade e pobreza a fatores controláveis e não controláveis pelas famílias. O fator não controlável corresponde às características natas, como raça e gênero, e apesar da recente queda do Índice de Gini – em especial a partir do período de pós-estabilização econômica – a desigualdade de renda e, principalmente, a pobreza relacionada a mulheres permanecem elevadas.

² O conceito de cluster é trabalhado nesta análise como “aglomerados de atividades econômicas afins” ou a “núcleos integrados de competitividade”. Empresas e fornecedores, por sua vez, são apoiados por instituições que oferecem recursos humanos capacitados, recursos financeiros, tecnologia e infraestrutura física”. (BNDES, 1997)

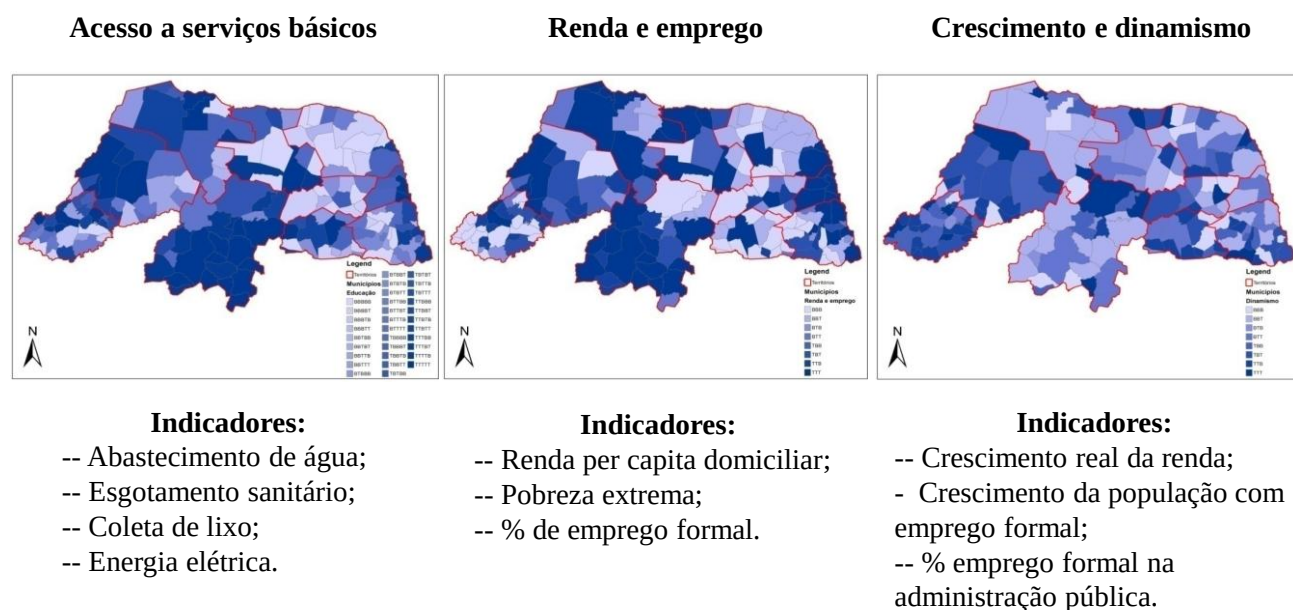
II.2.1. Cluster de Indicadores

As análises acima apresentadas foram focalizadas nas seguintes dimensões:

Acesso a serviços básicos	Abastecimento de água; esgotamento sanitário; coleta de lixo; energia elétrica.
Renda e emprego	Renda <i>per capita</i> domiciliar; pobreza extrema; percentual de emprego formal.
Crescimento e dinamismo	Crescimento real da renda; crescimento da população com emprego formal; percentual de emprego na administração pública em relação ao total dos empregos formais.

A metodologia de análise identifica os municípios abaixo ou acima da mediana dos municípios do Estado para cada um dos indicadores utilizados, formando um cluster de indicadores. A mediana é definida como o valor que divide exatamente ao meio a lista de municípios ordenada por valores da variável em questão. Tem-se, portanto, o seguinte resultado:

Figura 9 - Cluster de Indicadores



Os resultados podem ser traduzidos conforme a seguir demonstrado.

Dimensão - Acesso a Serviços Básicos

Territórios	Serviços Básicos
Terra dos Potiguaras, Açu-Mossoró e Seridó	Melhor cobertura
Sertão do Apodi – porção ocidental – Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra e Governador Dix-Sept Rosado (royalties do petróleo e gás)	Boa cobertura

Sertão Central Cabugi, Litoral Norte, Mato Grande, Potengi, Trairí e Agreste Litoral Sul	Cobertura insuficiente
Litoral Norte – <i>Macau</i>	Melhor cobertura
Sertão Central – <i>Angicos e Lages</i>	
Trairí – porção central	

Dimensão - Renda e Emprego

Territórios	Renda e Emprego
Terra dos Potiguaras, Açú-Mossoró e Seridó	Melhor distribuição
Seridó – <i>Santana dos Matos, Bodó, Lagoa Nova e Cerro Corá</i>	Precária distribuição
Sertão Central, Litoral Norte, Mato Grande, Potengi, Trairí	Elevada desigualdade intraterritorial
Litoral Norte – destaque: <i>João Câmara</i> Sertão Central – <i>Angicos e Lages</i> Potengi – <i>São Paulo de Potengi</i>	Melhor distribuição

Dimensão Crescimento e Dinamismo

Regiões	Perfil das Regiões
Maior dinamismo	Menor renda per capita; precária oferta de serviços básicos
Fatores de Dinamismo	Perfil de crescimento
Regiões mais ricas	Taxas de crescimento menores
Regiões mais pobres	Taxas de crescimento maiores
Bolsa Família	
Economia de petróleo e gás	Alto dinamismo no litoral do Açú-Mossoró; Sertão Central; Sertão do Apodi – porção ocidental

Resultados nos demais Territórios:

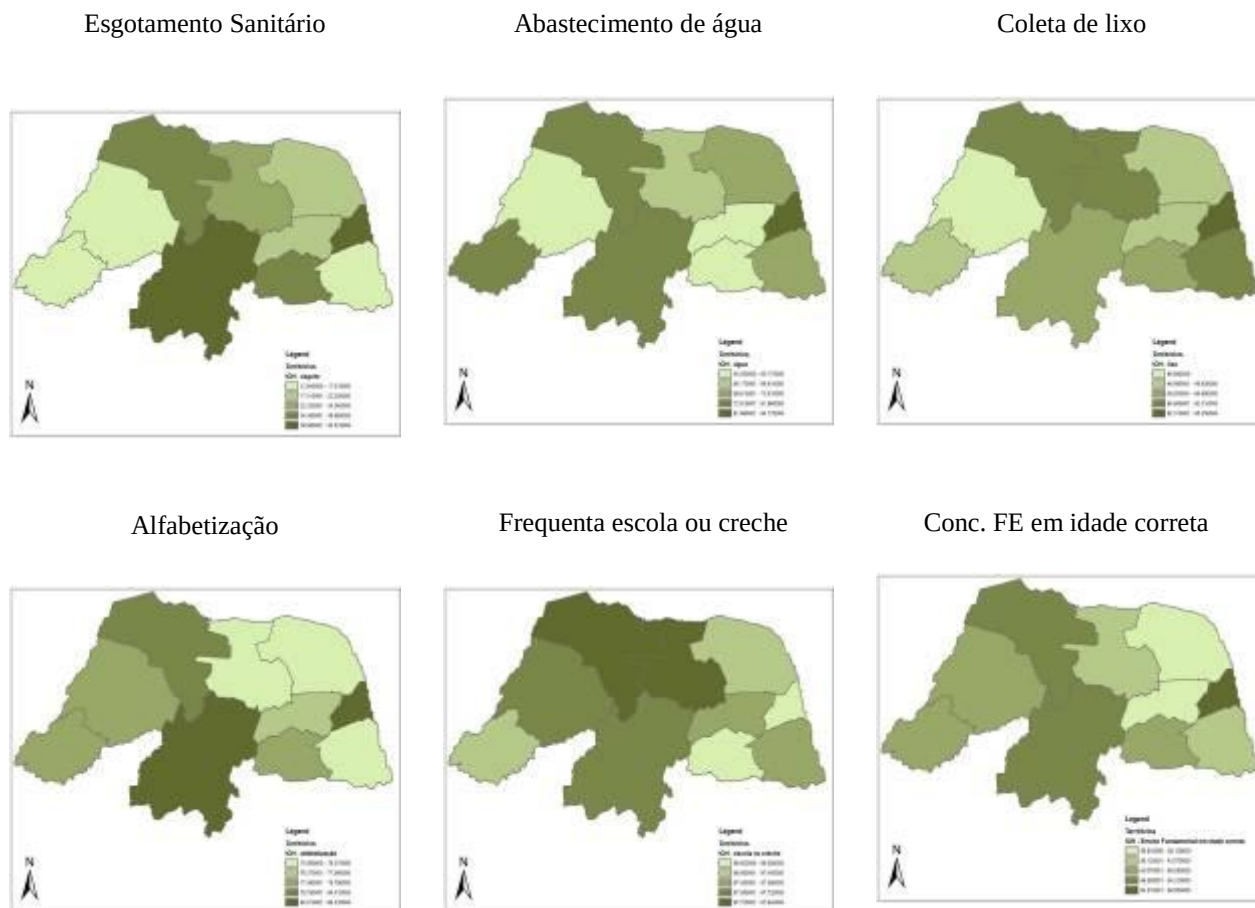
Trairí	Maior dinamismo
Potengi	Menor dinamismo
Mato Grande	
Seridó – porção centro-sul	Baixo dinamismo

II.2.2. Dimensão Índices de Oportunidade Humana – IOH

Reduzir as desigualdades regionais significa criar oportunidades, reduzindo o peso das circunstâncias iniciais no acesso a serviços e equipamentos públicos, sem penalizar a heterogeneidade de resultados proveniente de diferentes escolhas individuais.

Para isso, foram analisados os IOH para as dimensões listadas nos mapas abaixo, restringindo atenção para as crianças de até 14 anos para acesso a serviços básicos, e de 6 a 17 para Educação. Os critérios de dissimilaridade adotados foram: urbano/rural, gênero, raça, renda *per capita* domiciliar e Bolsa-Família.

Figura 10 - Índices de Oportunidade Humana



Fonte: UGP/RN, 2012

Esgotamento sanitário - as piores oportunidades estão concentradas na faixa ocidental e no Agreste e Litoral Sul. No Sertão do Apodi a população se concentra na fração de seu território desvinculada da economia do petróleo, desprovida de acesso a oportunidades básicas.

Abastecimento de água - as piores oportunidades estão em Potengi, Trairí e no Sertão do Apodi, neste último o acesso é mais desigualmente distribuído.

Resíduos sólidos - o Sertão do Apodi aparece como o território de piores oportunidades. O efeito escala e equalização são igualmente relevantes para explicar as piores oportunidades nos territórios do Estado.

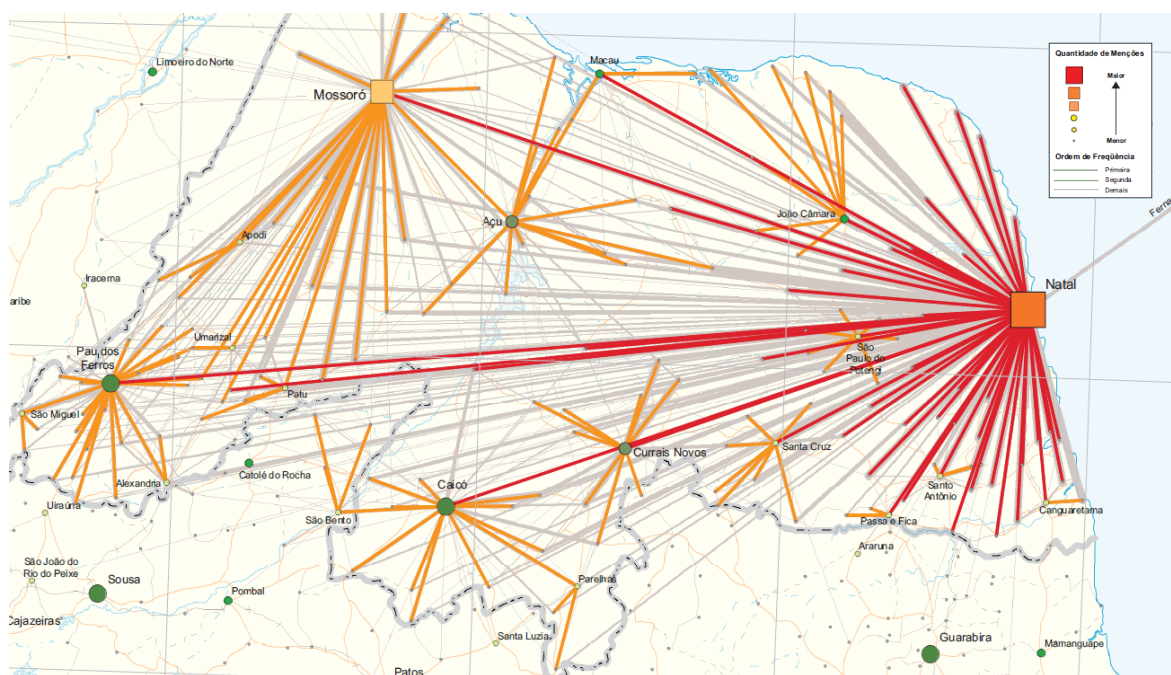
Energia elétrica - todos os territórios do Rio Grande do Norte possuem cobertura acima de 97%, com oportunidades basicamente universais.

IOH educação - os territórios do Cinturão Central possuem os piores indicadores, seguidos pelo Alto Oeste e pelo Sertão do Apodi.

II.2.3. Região de Influência das Cidades

A terceira análise foi realizada com o apoio do estudo de 2007 do IBGE³ que documentou as regiões de influência das principais metrópoles nacionais e capitais regionais do país a partir do mapeamento da escala regional da demanda por serviços e equipamentos públicos dessas cidades. A situação do Rio Grande do Norte resume-se como a seguir:

Figura 11 – Natal – Polo de Influência



Natal, capital regional de categoria A, na classificação do estudo IBGE - Região de Influência das Cidades polariza todo o litoral e o interior até a região de Açú-Mossoró. A cidade de Mossoró, classificada como capital regional de categoria C polariza a faixa ocidental, em vasta gama de deslocamentos para lazer, compras, saúde e educação. Pelas análises do mapa de influência das cidades observa-se a inexistência de uma capital regional de categoria B, cuja função seria de polo de influência intermediário. Como resultado, os esforços do Projeto estarão focados no estímulo ao desenvolvimento dos centros sub-regionais sejam: as cidades Pau dos Ferros no Alto Oeste, Caicó e Currais Novos no Seridó, e Açú na região Açú-Mossoró. No Cinturão Central, encontram-se, ainda, Santa Cruz, João Câmara e Macau, com potencial de recuperação de suas dinâmicas econômicas e sociais. Ilustram-se os eixos rodoviários do Estado no mapa abaixo, como elemento de análise de infraestrutura de acesso aos principais centros, na focalização da rede de influência das cidades.

³ Regiões de Influências das Cidades – 2007. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2008.

Figura 12 - Mapa rodoviário do Rio Grande do Norte



Fonte: DER/RN, 2010.

Os investimentos previstos pelas cinco tipologias – projetos estruturantes de desenvolvimento regional; projetos socioambientais; projetos de iniciativas de negócios; e, apoio ao fortalecimento da governança, com foco em educação, saúde, cadeias produtivas e os arranjos produtivos locais do Estado, apoiados pelos investimentos focados na segurança pública e na reestruturação e modernização da gestão do Estado, acredita-se na potencialidade de recuperação dos espaços urbanos como polarizadores do desenvolvimento regional como um todo.

Regiões de Influência nos Territórios

Terra dos Potiguaras - núcleo da região metropolitana de Natal, maior população essencialmente urbana e renda per capita do Estado, 803. 739 habitantes, melhores oportunidades básicas no acesso a serviços e educação. A região de influência da cidade de Natal polariza o litoral e grande parte do interior do Estado, com exceção do Sertão do Apodi e do Alto Oeste.

Território de Açu-Mossoró - segundo em maior população, com municípios de renda *per capita* próxima à da região metropolitana, como Mossoró e Açu, embora heterogêneo, com municípios bem mais pobres, sejam, Serra do Mel, Carnaubais e Porto do Mangue. Em rápida transformação com exploração de petróleo na região. Bom alcance de oportunidades quanto a serviços básicos e acesso à Saúde, mas desigualdades de emprego por gênero e acesso limitado a serviços básicos nos domicílios chefiados por mulheres. Mossoró polariza fortemente os municípios do Sertão do Apodi e do Alto Oeste, tanto economicamente quanto no que diz respeito à provisão de equipamentos públicos, em particular de Saúde.

Seridó - antigo território de maior dinamismo econômico do Estado, apresenta indicadores de renda *per capita* e índice de oportunidades próximo ou mesmo melhores que os da região metropolitana, com exceção dos mais próximos ao Sertão Central Cabugi e Litoral Norte. Com o fim do ciclo do algodão, a região tem sido marcada pelo baixo dinamismo e crescimento, com perda da influência de Caicó e Currais Novos. A baixa qualidade dos serviços atestam os indicadores de Saúde, entre os mais baixos do Estado. Restrições ambientais, em função da presença de um núcleo de desertificação avançada na sua porção mais oriental.

Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Mato Grande, Potengi e Trairi - cinturão central, em volta da região metropolitana, caracteriza um grande vazio de desenvolvimento. *Mato Grande* e *Agreste Litoral Sul*, os

mais pobres do Estado, acesso não uniforme a serviços básicos, deficitário, sobretudo, no esgotamento sanitário e coleta de lixo, e a oportunidades em Educação, em defasagem idade-série. *Mato Grande*, um dos piores indicadores educacionais e alto grau de vulnerabilidade das mulheres. O *Agreste*, carência em serviços.

Trairi - menos pobre que os demais do cinturão, especialmente em função da presença de Santa Cruz. Acesso a serviços básicos em territórios mais desenvolvidos como Açu-Mossoró – a despeito da grande desigualdade de renda no interior do território. Com exceção de acesso a água, é deficitário mesmo em relação a Mato Grande e Sertão Central.

Sertão Central Cabugi e Litoral Norte e Potengi - completam o cinturão. Baixa renda per capita (com exceção dos municípios do litoral norte, face à exploração de petróleo e sal), acesso precário a serviços e oportunidades básicas. Apesar da presença de Macau e São Paulo de Potengi, a área de influência desses territórios é a menor no Estado.

Sertão do Apodi e o Alto Oeste - oeste do Estado, outra área de vazio de desenvolvimento. Carentes de acesso a serviços e oportunidades básicas. O *Apodi* é a região de maior desigualdade intraregional do Estado; a porção ocidental, excluída da economia do petróleo e gás, tem o acesso mais precário a serviços básicos, distribuídos de forma extremamente desigual. O *Alto Oeste* apresenta deficiências intermediárias em todas as áreas. Muito baixo dinamismo do território em função da elevada participação da Administração Pública no emprego formal, que atinge mais de 90% em diversos municípios do território.

Um plano estratégico de desenvolvimento regional deveria organizar-se em torno de três eixos: (i) a recuperação do antigo centro dinâmico da região do Seridó, (ii) o desenvolvimento do cinturão central caracterizado por um verdadeiro vazio de desenvolvimento, e (iii) o desenvolvimento do Oeste Potiguar, caracterizada por um abandono em relação à oferta de serviços públicos e penetração muito restrita da atividade econômica formal.

Figura 13 - Eixos Estratégicos de Desenvolvimento



Fonte: SEPLAN/RN 2012

II.2.4. Principais atividades econômicas do Estado

Setor agrícola – este setor sofreu nos últimos 30 anos a decadência da produção algodoeira⁴, antiga principal atividade agrícola, que foi substituída pela fruticultura.

Fruticultura - apareceu, em meados da década de 1980, como uma atividade de peso significativo na produção e passou cada vez mais a ocupar uma posição de destaque dentro do setor, representando 53,90% do valor da produção agrícola do Estado. A cana-de-açúcar é responsável por praticamente um quarto da produção agrícola do Estado e desta forma é a atividade mais relevante para o setor, localizada principalmente no território Agreste Litoral Sul.

Pecuária - o rebanho bovino encontra-se disperso por todo o território do Estado, porém a maior concentração de cabeças encontra-se nos territórios do Alto Oeste, Seridó e Sertão do Apodi que em conjunto respondem por 53,77% do total do rebanho bovino.

Produção de leite - os territórios do Seridó e Agreste Litoral Sul se destacam, com mais de 20% do valor da produção do Estado presente em cada um desses territórios.

Ovinos e caprinos - mais de 70% do rebanho encontra-se concentrado em 4 territórios: Alto Oeste (24,13%), Sertão do Apodi (18,38%), Sertão Central Cabugi e Litoral Norte (15,82%) e Açu-Mossoró (12,76%).

Carcinicultura - teve um rápido crescimento, do início da década de 1990 até meados dos anos 2000, quando teve uma queda no seu ritmo de expansão, graças a questões relacionadas ao comércio internacional, ao aparecimento de pragas e mais recentemente a questões cambiais, tais fatores fizeram com que a produção se direcionasse para o mercado interno.

Pesca - Terra dos Potiguaras se destaca no desembarque e processamento de pescado, fazendo com que o Estado seja referência na exportação de atuns e outras espécies capturadas em alto mar.

Petróleo e gás – atividades extrativistas que passaram a ter um forte crescimento ao longo das décadas de 1990 e 2000, deixando para trás atividades tradicionais como a produção de tungstênio e a extração de sal marinho que, ainda importantes no setor, perderam o destaque de períodos anteriores.

Ferro - produção para exportação que vem crescendo mais recentemente.

Ouro - em Currais Novos, em processo de retomada.

Setor têxtil e de confecções - continuam a exercer um papel importante para a economia. As mulheres, em alguns municípios, passaram a exercer um papel diferenciado e importante na composição da renda domiciliar das famílias. Com o crescimento do setor de exploração de petróleo e gás, empresas prestadoras de serviços passaram a exercer um papel importante dentro do setor.

Energia eólica - Graças ao grande potencial do estado, a atividade que vem se destacando nos parques eólicos localizados principalmente no Sertão Central Cabugi e Litoral Norte.

Setor de serviços - grandemente impulsionado pelo *Turismo*, que está presente tanto no tradicional turismo de sol e mar, quanto nos turismos de negócios, religioso, aventura e outras modalidades. A atividade turística

⁴ O algodão foi importante para assegurar e ampliar o assentamento das famílias que se instalaram no Seridó. A produção algodoeira, englobando tanto a produção agrícola como a agroindustrial – impulsionada pelo “locomóvel”, a primeira máquina descaroçadora de algodão, usada na região – foi o fator mais importante para a expansão da economia e para a estruturação e sustentação das cidades da região. A mineração constituiu outra importante fonte de expansão econômica no Seridó, tendo sido ali introduzida nos anos 30/40, do século XX. Em termos de produção algodoeira, a do Seridó e do próprio Nordeste vinha sendo ameaçada pelo Estado de São Paulo, que passou a ter uma crescente participação no mercado. Em pouco tempo, o referido estado desbancou o Nordeste da posição de centro da cotonicultura nacional, haja vista que em 1936, o Estado de São Paulo já era responsável por 50% da produção algodoeira do país. Na Região do Seridó essa crise somente veio a ser sentida na década de 1970. A “excepcional qualidade da fibra do algodão Seridó se tornou a principal explicação para o retardamento da crise” (Moraes, 2005).

impulsionou o crescimento da *Construção Civil*, tanto na construção de equipamentos turísticos, quanto na compra de imóveis. A entrada de capital estrangeiro afetou os serviços imobiliários e financeiros ligados ao turismo no Estado.

Agricultura familiar

Identificam-se, no Estado dois tipos de agricultura: uma forte agricultura patronal impulsionada por empresas multinacionais, sobretudo na fruticultura e pelas grandes agroindústrias canavieiras, e outra com caráter familiar onde se verifica a atividade agrícola no âmbito de pequenas propriedades. Observa-se, nesta última, uma matriz produtiva relativamente diversificada, porém com baixo padrão tecnológico empregado na produção, o que dificulta a elevação da produtividade. Os pequenos negócios agrícolas são vulneráveis a problemas como: baixa precipitação pluviométrica, baixa fertilidade do solo e predominância de clima árido e semiárido, fatores estes que dificultam o desenvolvimento da atividade em determinados territórios.

A importância da atividade reside na lógica da geração de emprego e renda das famílias do campo. A atividade da agricultura sob o modelo familiar precisa de intervenções a fim de gerar maior competitividade e fortalecimento da produção com o foco no mercado.

Há importantes programas em âmbito federal e estadual voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, conforme detalhado adiante, no subitem – Inclusão Social e Econômica.

Contudo, o setor apresenta deficiência no tocante ao desempenho e a atividades coligadas entre produção e comercialização, de melhor acessibilidade a mercados, ao invés de um frágil sistema de comercialização restrito ao entorno imediato da produção.

É nesse sentido, exatamente, que as propostas do Projeto RN Sustentável vêm focar.

A grande maioria desses agricultores está em assentamentos distribuídos em alguns territórios do Rio Grande do Norte, logo, o primeiro passo é identificar esses assentamentos, sua localização e o número de famílias a partir do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Informações utilizadas a partir do banco de dados do MDA, sobre o número de DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF e a quantidade de famílias baseada no ultimo censo agropecuário, observa-se que em termos percentuais, o maior número de DAP está localizado no território Açu-Mossoró, e o maior número de famílias assentadas encontra-se no Seridó.

Figura 14 - DAP por Território conforme CONAB 2012

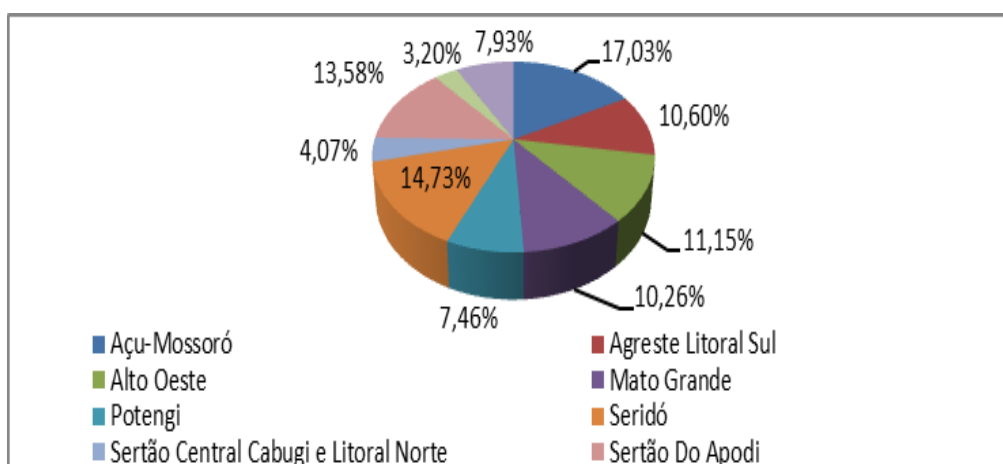
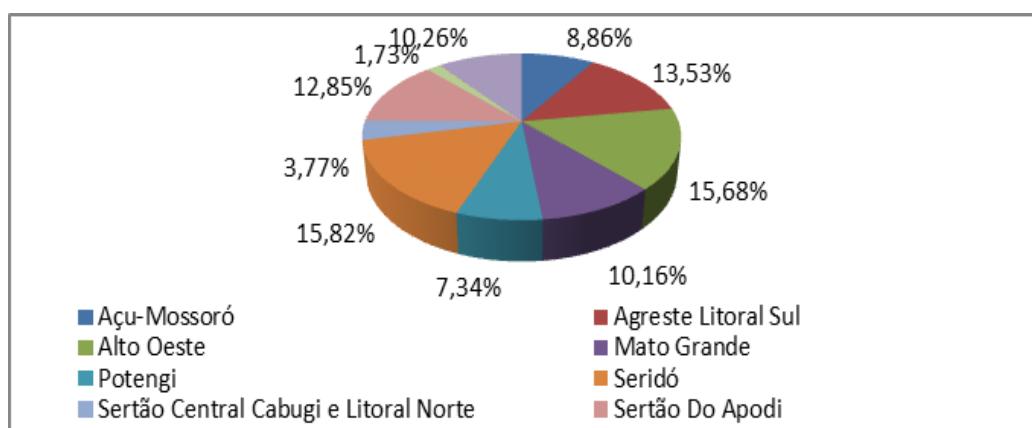
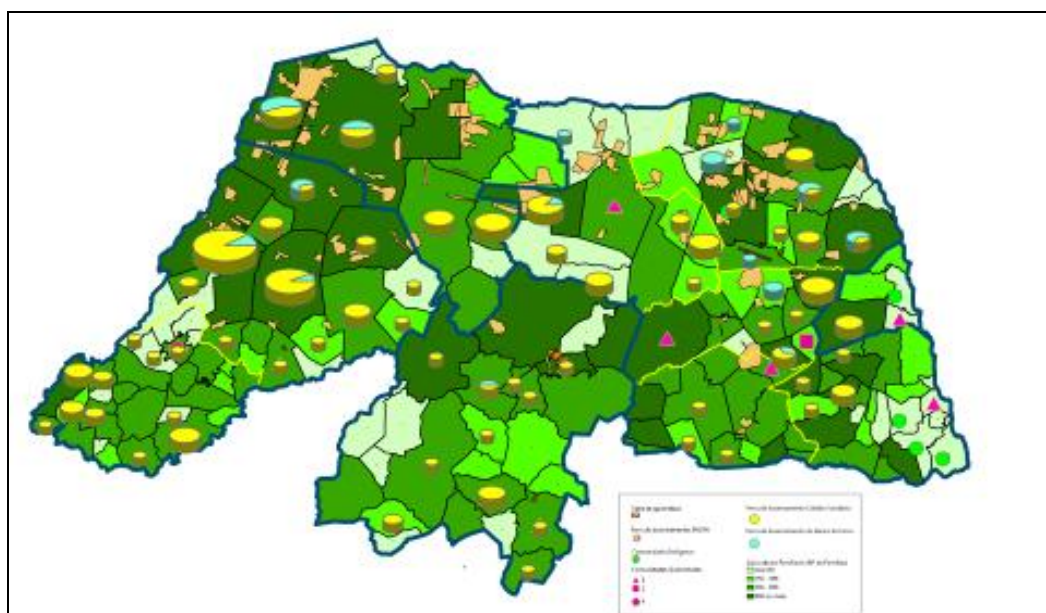


Figura 15 - Percentual de Famílias por Território



A seguir, destacam-se a localização das áreas dos assentamentos, aspectos relativos à distribuição dos agricultores familiares, incidência de grupos indígenas, terras de quilombos e comunidades quilombolas.

Figura 16 - Agricultura Familiar no Rio Grande do Norte



Fonte: UGP/RN – 2012

Territórios	Distribuição da ocupação territorial
Seridó e Alto Oeste	Concentram o maior número de famílias da agricultura familiar ⁵ .
Sertão do Apodi e porção ocidental do Açú-Mossoró	Apresenta maior quantidade de municípios, o que acentua ainda mais o grau de concentração no Seridó e o Alto Oeste.
Assentamentos do crédito fundiário	Concentrados principalmente no território do Mato Grande e no Açú-Mossoró. Alto volume de assentamentos do INCRA principalmente no Território Açú-Mossoró, Mato Grande e no Sertão do Apodi.

⁵ Com base nos dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE.

Estabelecimentos da Agricultura Familiar	Concentração mais forte de estabelecimentos no Sertão do Apodi e no Trairi.
Território Agreste Litoral Sul	Maior quantidade de pessoas trabalhando no campo, em face da forte atividade canavieira na região.
Percentual de homens	Mais que o dobro de mulheres trabalhando nas atividades do campo, justificado pela oferta de mão de obra para atuação na atividade canavieira.
Percentual de mulheres	No território Agreste Litoral Sul é a maior concentração do Estado.
Principais produtos agrícolas	Cana de Açúcar, Melão, Banana, Cebola, Mandioca, Abacaxi, Mamão, Melancia, Castanha de Caju, Coco, Leite e Mel de Abelha. Essas culturas juntas correspondem a 88,7% de toda a produção agrícola do Estado.
Fruticultura	Há maior incidência da fruticultura na região sedimentar, onde estão localizados os maiores reservatórios subterrâneos e onde estão localizadas as grandes barragens, além das terras mais férteis do Estado.

Desigualdade entre gêneros

Sob a perspectiva de gênero, no Rio Grande do Norte, a mulher potiguar encontra mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho, assim como nas demais regiões do país. Apesar de representar menos da metade da força de trabalho disponível (41% da PEA), as mulheres somam 52% dos desocupados do Estado. A taxa de desocupação feminina – 12,8% da PEA – supera a do sexo masculino, 7,9%. Como resultado, em 2009, a força de trabalho ocupada é predominantemente masculina, cerca de 61% dos ocupados são homens e 39%, são mulheres. Do total de ocupados no RN, aproximadamente 50% não têm o ensino fundamental completo, ou seja, tem até 7 anos de estudos. Enquanto apenas 6,8% têm 15 anos ou mais de estudo, indicando a baixa escolarização da população ocupada. A causa deste problema pode ser encontrada nos baixos rendimentos familiares, que obrigam a entrada precoce de jovens no mercado de trabalho e ao abandono ou baixo rendimento escolar.

A contribuição para institutos de previdência cresceu 45,7% entre 2001 e 2009 no Rio Grande do Norte, passando de 418 para 609 mil contribuintes. A participação dos homens no início do período era de 54,4% e foi para 58,6% em 2009, representando uma leve queda na participação das mulheres, que representava 45,6% e ficou com 41,4%, respectivamente.

Enquanto o número de contribuintes homens cresceu 56,5% no período, o de mulheres teve ampliação de apenas 31,9%. Esses dados mostram que quase 60% das mulheres não recolhem para a previdência pública e que estão excluídas da proteção de uma aposentadoria e deverão ficar na dependência do companheiro, filhos e familiares ou ajuda alheia.

Mais de 1/3 das mulheres do Rio Grande do Norte são responsáveis pela família, muitas vivem na solidão e na pobreza. De 2001 a 2009, a proporção de famílias chefiadas por mulheres subiu aproximadamente 36% do total. Perfazem 368 mil famílias que identificaram como principal responsável uma mulher, no ano de 2009. A partir dos dados por setores censitários dos Censos 2010 do IBGE e dos dados da Relação de Informações Sociais (RAIS) 2010, incluindo a porcentagem dos domicílios chefiados por mulheres menores de 18 anos, a porcentagem de mulheres responsáveis do domicílio sem rendimento, o diferencial de salário médio entre mulheres e homens no emprego formal, e a proporção em excesso de mulheres no emprego formal.

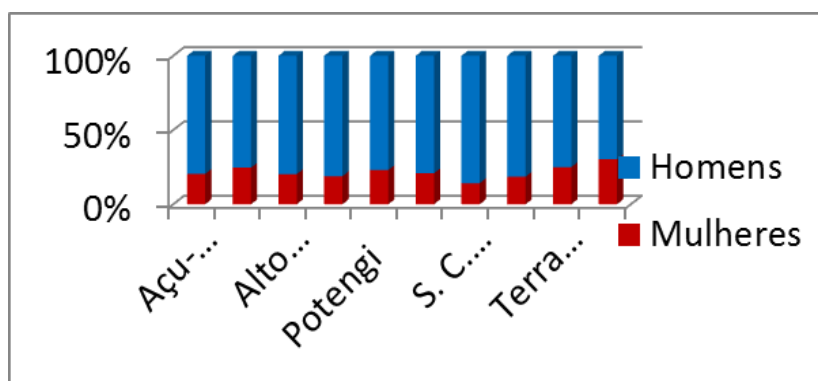
Os resultados apontam vulnerabilidade das mulheres bastante acentuada nos territórios de Açu-Mossoró, e em todos os territórios do cinturão central, com algumas exceções, em particular a porção ocidental de Potengi, mais próxima do Seridó.

A faixa ocidental formada por Sertão do Apodi e Alto Oeste possui indicadores tão bons quanto o Seridó no que diz respeito à questão de gênero, ainda que por motivos totalmente distintos.

Na faixa ocidental isso se deve centralmente à forte presença da Administração Pública no Alto Oeste e porção ocidental do Sertão do Apodi, enquanto que, no Seridó a questão reflete práticas de mercado – em particular refletindo a forte presença do artesanato na região, mas não somente.

Por fim, o núcleo da região metropolitana encontra-se em situação intermediária.

Figura 17 - Distribuição de Homens e Mulheres no trabalho do Compo



Fonte: IBGE – Censo 2010

- Mulheres responsáveis pela família – mais de 1/3 da população feminina;
- Nº de famílias chefiadas por uma mulher - 368 mil (2009), sendo: 40% no meio urbano; e cerca de 10% menor no meio rural (IBGE- Censo 2010).

Arranjos Produtivos Locais - APL

A lógica de utilização de uma metodologia baseada no conceito de APL está ligada à preocupação com a participação direta dos atores locais no processo de mobilização e identificação das demandas coletivas, possibilitando assim uma resolução mais precisa (menos generalizada) para cada localidade e suas especificidades.

Após análise dos principais mapeamentos, realizados pelas instituições de apoio aos APL no Rio Grande do Norte, e levando em consideração o público alvo do Subcomponente Desenvolvimento Econômico e Social do Projeto RN Sustentável, selecionou-se um conjunto de 10 APL potenciais através de sua ligação direta com as tipologias de investimento utilizadas no Projeto, tanto os Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional, quanto as Iniciativas de Negócios. São eles: apicultura, artesanato, bovinocultura de leite, cajucultura, confecção, fruticultura, pesca artesanal marítima, piscicultura de águas interiores, têxtil e turismo.

A agricultura familiar foi reconhecida oficialmente pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, sendo definidos como aquela praticada em estabelecimento dirigido pela família, que tenha renda predominantemente oriunda deste, cuja área não exceda quatro módulos fiscais, utilizando mão de obra predominantemente familiar.

No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área.

Apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente), a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

O Censo Agropecuário (IBGE) registrou 12,3 milhões de pessoas trabalhando na agricultura familiar (74,4% do pessoal ocupado no total dos estabelecimentos agropecuários) (Tabela 1.6), com uma média de 2,6 pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas. Os estabelecimentos não familiares ocupavam 4,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 25,6% da mão de obra ocupada. Entre as pessoas da agricultura familiar, a maioria eram homens (2/3), mas o número de mulheres ocupadas também era expressivo: 4,1 milhões de mulheres (1/3 dos ocupados).

Entre os 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, 3,2 milhões de produtores eram proprietários, representando 74,7% dos estabelecimentos familiares e 87,7% de sua área. Outros 170 mil produtores se declararam na condição de “assentado sem titulação definitiva”. Entretanto, 691 mil produtores tinham acesso temporário ou precário às terras, seja como arrendatários (196 mil), parceiros (126 mil) ou ocupantes (368 mil). Os estabelecimentos menos extensos eram os de parceiros, que contabilizaram uma área média de 5,59 ha.

O Nordeste detém a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar do País (2.187.295) e 35,3% da área total deles (28,3 milhões de hectares), segundo a Lei da Agricultura Familiar. Dentro da Região, estes representam 89% do total de estabelecimentos e 37% da área. Cinco dos dez maiores estados brasileiros em termos de número de estabelecimentos de agricultura familiar, segundo a Lei de 2006, são nordestinos.

Segundo a Lei 11.326, no RN, o número de Estabelecimentos é de 71.210 com uma área média de 14,7h embora seja o menor do nordeste a área é maior que outros estados de maior porte. Quando se avalia a agricultura familiar em função da produtiva de Arroz em Casca, Feijão, Mandioca, Milho em grão, Café, Leite bovino, Leite caprino, Ovos de Galinha e número de gado Suínos Bovinos e Aves o desempenho é proporcional.

Aquicultura na Região Costeira

Os vinte e três municípios que compõem o APL da Aquicultura da Região Costeira, abrangem o litoral oriental e boa parte do litoral setentrional. Por conter os maiores municípios do estado, ela soma 72,69% do PIB e 54,69% da população em apenas 14,69% da área. Aqui também se observa os efeitos da concentração espacial da produção uma vez que os oito maiores municípios concentram 64,82% do PIB e 47,23% da população do estado. Os vinte e três municípios que compõem o APL da Aquicultura da Região Costeira, abrangem o litoral oriental e boa parte do litoral setentrional e somam 72,69% do PIB e 54,69% da população em apenas 14,69% da área. Aqui também se observa os efeitos da concentração espacial da produção uma vez que os oito municípios mais representativos em participação no PIB e que compõem este APL respondem por 65,44% deste e por 45,96% da população do Estado.

Caprino, Bovino, Ovinocultura

O APL da Caprinovinocultura é o mais abrangente, pois engloba cinquenta e nove municípios que ocupam 36,94% da área, 24,39% da população e 19,05% do PIB. Entretanto, excluindo Mossoró, que sozinho responde por 10,35% do PIB, restam cinquenta e oito pequenos municípios que se localizam nas regiões mais empobrecidas do Rio Grande do Norte.

No Rio Grande do Norte, este APL conta com a parceria da Embrapa Caprinos e Ovinos, uma das 40 unidades descentralizadas da EMBRAPA. Seu foco de atuação nas ações desenvolvidas envolve P&D, visando o desenvolvimento sustentável do espaço rural e a competitividade do agronegócio da caprinocultura e da ovinocultura. A Embrapa Caprinos e Ovinos atua em parcerias na geração de tecnologias para os diferentes segmentos sociais, objetivando garantir avanços em novas fronteiras do conhecimento, conservação e valorização da biodiversidade.

A APL da Bovinocultura de Leite conta com ações da Embrapa Gado de Leite que busca viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio do leite, com ênfase no segmento da produção, por meio de geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício da sociedade. Juntamente com a EMPARN, a Embrapa Gado de Leite objetiva selecionar e melhorar as raças Zebuínas leiteiras, Gir, Guzera e Sindi, voltado para a produção de leite a pasto e cruzamentos com raças europeias.

Desta forma, para que possa ser apropriado pelos pequenos e médios produtores, fundamenta-se em pressupostos de sustentabilidade agroecológica, desenvolvendo as seguintes ações:

- Treinamentos de técnicos de campo vinculados a laticínios;
- Montagem de unidades demonstrativas;
- Realizações de palestras, dias de campo, cursos e reuniões técnicas.

Cajucultura

No Rio Grande do Norte o cajueiro tem elevada importância econômica e social com grande contribuição na economia local, nacional e nas exportações. A cultura encontra-se distribuída por diversas microrregiões do RN, incluindo 27 municípios que respondem por 77,22 % da área cultivada e 90,71% da produção de castanha de caju.

Um dos principais fatores responsáveis pelo aumento de produtividade é a utilização de material genético de superior qualidade, proveniente do programa de distribuição anual de mudas pelo Governo do Estado a partir do ano de 2001, além da implantação e recuperação de pomares pelos produtores. O cultivo do cajueiro, no entanto, ainda é feito com baixo índice de tecnologias, com predominância de pomares formados por sementes que resultam em baixa produtividade e variável qualidade de matéria-prima, consequentemente proporcionando menores receitas aos produtores.

Considerando a disponibilidade de áreas para a expansão da cultura, a possibilidade de recuperação dos pomares existentes e o elenco de tecnologias disponíveis (ainda com pouca apropriação pelos agricultores familiares), espera-se que o cajueiro, em função desses fatores possa ter um crescimento considerável com ampliação dos benefícios econômicos e sociais distribuídos por todos os segmentos da cadeia produtiva.

Turismo

A complexidade da APL Turismo envolve diversos outros setores, gerando oportunidades ímpares de trabalho, com impactos positivos relevantes tanto ambientais quanto sociais, tornando-se um meio para ações de inclusão produtiva e inclusão social. Retrata a possibilidade de uma interface entre as outras APL. Note que nela estão envolvidos governo estadual, municipal, setor privado e terceiro setor, mostrando a intersectorialidade e a transversalidades das políticas e ações.

Em apenas cinco anos, o número de visitantes no Rio Grande do Norte praticamente dobrou – saiu de 1.423.886 em 2002, para 2.096.322 em 2007. Destes, 1.750.882 foram brasileiros, quase 500 mil a mais que em 2004. Já os turistas estrangeiros aumentaram em mais de 100%. Em 2002 foram 147.117 desembarques no Estado, número que saltou para 345.440 cinco anos depois. O Governo do Estado pensou no turismo como atividade econômica primordial, já que é a maior geradora de emprego e renda dentre outras 54 atividades atreladas direta ou indiretamente ao setor.

O Estado criou condições nos últimos anos para este crescimento, investindo na implantação de infraestrutura e capacitação dos profissionais do setor, além da divulgação do Rio Grande do Norte como destino turístico em outros lugares do Brasil e também no exterior. O turismo é a atividade que mais gera empregos no Estado, cerca de 120 mil postos atualmente. A expectativa do governo, no entanto, é que sejam geradas mais 95 mil vagas nos próximos quatro anos, através dos investimentos que estão sendo realizados hoje.

O que também vem chamando a atenção das autoridades é o crescente interesse de investidores estrangeiros pelo mercado norte-rio-grandense. O reconhecimento veio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que aponta o Estado como campeão em investimento estrangeiro – aplicados US\$ 24,6 milhões ou R\$ 56 milhões nos últimos anos. (Fonte: Secretaria de Turismo do RN).

Conclusão da análise sobre APL

Concluindo as análises sobre as APL, a distribuição geográfica demonstra que 95% dos municípios potiguares estão contemplados. Os levantamentos das APL sugerem que elas conseguiram se projetar em razão de sua expressividade para a economia local e do Estado, ou também, por permitirem uma inclusão social e produtiva de áreas empobrecidas.

A quantidade de municípios do RN incluídos na listagem do apoio a APL (95%) pressupõe que inúmeros organismos (sua infraestrutura, recursos humanos e financeiros, dentre outras condições) estão e devem continuar sendo mobilizados. Segue abaixo tabela com o resultado de oficinas realizadas com o intuito de identificar as demandas, sugestões dos interessados, ações propostas e órgãos responsáveis para serem executadas dentro do escopo do Projeto RN Sustentável.

O apoio às iniciativas de negócios se propõe a atuar de forma dual; (i) alta correlação com as atividades do campo, sobretudo a agricultura familiar; (ii) microempreendedores individuais que atuam principalmente no setor têxtil e de serviços voltados à atividade turística, com ênfase nos jovens e nas mulheres.

Segue-se em uma análise do mercado informal do RN, partindo da observação dos dados relativos aos Microempreendedores Individuais formalizados. Construiu-se uma *proxy* relativa ao trabalho informal no RN, partindo dos seguintes dados:

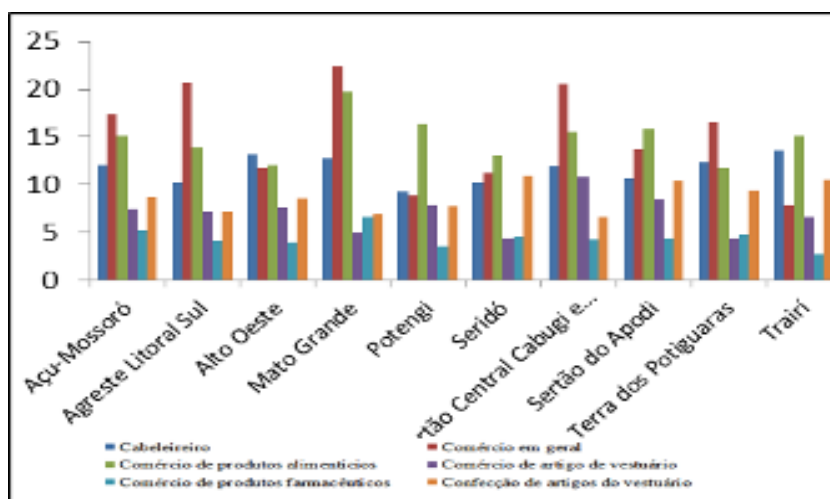
- Mais de 32.000 microempreendedores individuais na Junta Comercial do Estado (JUCERN, 2012) nas mais diversas áreas possíveis;
- Atividades de comércio e prestação de serviços, correspondendo a 72,3% do total de empresas individuais abertas no Estado;
- 209.834 microempreendedores individuais informais no RN, sendo 66.283 mulheres (31,5%) e 143.551 homens (68,5%); sendo 20,4% (42.863) meio rural e 79,5% (166.971) urbano. (IBGE, 2010)

Em face da ausência de dados precisos, a análise da representatividade optou por fazer uma *proxy* para retratar os microempreendedores individuais informais.

A lógica de construção dessa variável segue a regulamentação adotada para a classificação desse tipo de categoria, quais sejam:

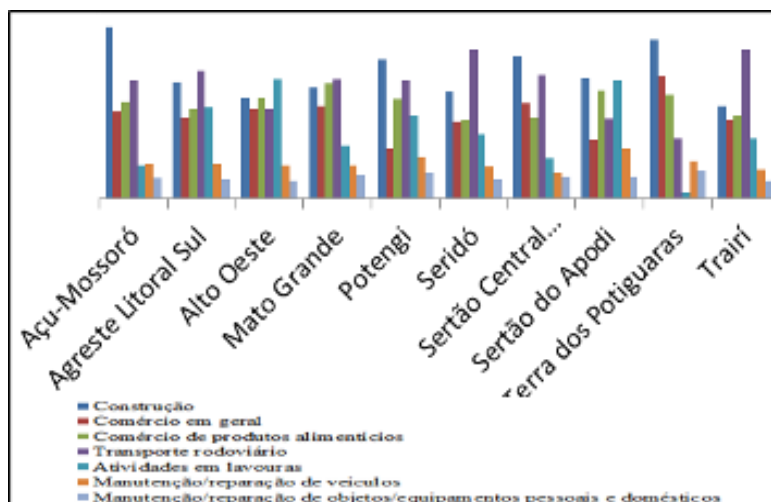
- a) Receber até R\$5.000,00 mensais (correspondente a R\$60.000,00 anuais);
- b) Ser trabalhador por conta própria;
- c) Não contribuir para a previdência/ter carteira de trabalho assinada.

Figura 18 --- Principais atividades de microempresários (mulheres), por Território



Fonte: JUCERN, 2012

Figura 19 - principais atividades de microempresários (homens) por Território



Indicadores de Renda

Consideram-se:

- a) índice de Gini;
- b) renda média *per capita* familiar;
- c) proporção de extremamente pobres e;
- d) distância entre o decil 90 da renda com o decil 10.

Com relação ao Gini, a área de abrangência que possui os maiores índices de concentração de renda das chefes familiares mulheres é o Vazio do Desenvolvimento do Oeste Potiguar (em especial o Sertão do Apodi e o Alto Oeste), e a de menor concentração é o território do Sertão Central Cabugi e Litoral Norte. Com relação ao zoneamento, mais da metade dos territórios possuem uma concentração de rendimentos mais elevada no rural do que no urbano. Isso acontece porque, nessas localidades, a proporção de extremamente pobres é bastante elevada, e as outras famílias que recebem acima dessa linha acabam por concentrar significativamente a renda.

No tocante a diferença do gini entre gênero (hiato), a renda dos homens é mais concentrada do que as mulheres. Os territórios no qual a renda feminina é menos desigual do que a masculina são na região urbana do Agreste Litoral Sul e Sertão do Apodi; na região rural do Seridó e do Sertão Central Cabugi e Litoral Norte; e em todo o território do Trairí.

A menor renda média do trabalho das famílias chefiadas por mulheres e residentes no urbano é do território do Potengi e Trairí (menos de R\$280,00 *per capita* cada), e a maior da Região Dinâmica de Natal (R\$774,43 *per capita*).

No Cinturão Central e Oeste Potiguar a renda média do trabalho nas áreas de vazios de desenvolvimento atinge pouco mais de meio salário mínimo. Quando analisado o meio rural, esse *rank* permanece inalterado, com a diferença que naqueles vazios de desenvolvimento atingem, hoje, 1/4 do salário mínimo.

Com relação ao hiato entre gênero, o território de maior desigualdade de renda média é o Seridó, onde os homens chegam a ganhar R\$119,32 *per capita* a mais que as mulheres. Os territórios em que as mulheres recebem mais que os homens são o Agreste Litoral Sul, Sertão do Apodi e Trairí no urbano, e Alto Oeste, Mato Grande e Trairí no rural.

A pobreza extrema de chefes familiares mulheres é maior, tanto no rural quanto no urbano, sendo o Trairí a região com maior proporção de extremamente pobres. Vale salientar o elevado índice de pobreza feminina no rural do Estado, onde em algumas localidades, mais da metade da população feminina é considerada como extremamente pobre, o que traduz a vulnerabilidade das mulheres residentes nessa localidade. Quanto ao hiato da pobreza por gênero, as mulheres revelam-se proporcionalmente mais pobres do que os homens, tanto no meio urbano quanto no rural (exceto rural do Alto Oeste, Potengi e Sertão do Apodi e todo o Mato Grande).

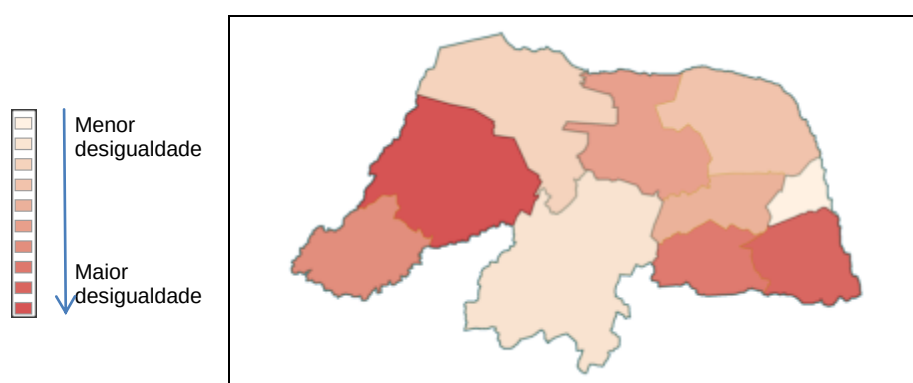
A distribuição de renda por decil revela dois tipos diferentes de comportamento da concentração de renda no Estado:

- 1) a disparidades de rendimento é geralmente mais concentrada nos maiores decis, ou seja, nas famílias mais ricas, e a diferença entre o decil inferior e o decil superior é elevada. São pertencentes a esse tipo de comportamento as localidades com economia mais consolidada, como os eixos da Região Dinâmica de Natal e o Centro Dinâmico Açu-Mossoró.
- 2) a disparidade de rendimento é, em geral, menos concentrada, e a diferença entre o decil inferior e o decil superior é de mediana a baixa. São pertencentes a esse tipo de comportamento as áreas de abrangência dos Vazios de desenvolvimento, tanto o do Cinturão Central quanto do Oeste Potiguar. O Antigo Centro Dinâmico está entre esses dois tipos de disparidades. Isso significa que alguns dos territórios pertencentes ao tipo 2 podem ter menor Gini porque essa igualdade é de baixos rendimentos.

Os resultados desses quatro indicadores de renda foram compilados em um mapa, para uma melhor visualização do quadro de fragilidade das mulheres no RN. Todos foram normalizados (linearmente) e penalizados pelo tamanho econômico de cada território.

Os piores níveis de desigualdade de gênero coincidem com as áreas de abrangência dos Vazios de Desenvolvimento do Cinturão Central e Oeste Potiguar, em especial os territórios do Sertão do Apodi e Agreste Litoral Sul. Esses indicadores agravam-se quando considerado as zonas, no qual chefes familiares mulheres residentes no rural desses vazios de desenvolvimentos merecem maior atenção no tocante ao direcionamento do público alvo dos investimentos a serem realizados, em especial aqueles voltados ao setor produtivo (agricultura familiar).

Figura 20 - Mapa da Desigualdade de Renda entre Gêneros



Aspectos Ambientais

Acesso à água - os grandes reservatórios encontram-se no território de Açu-Mossoró e no Sertão do Apodi, conectados pela rede de adutoras do Estado. O Rio Apodi, no Alto Oeste, e o Rio Piranhas, no Seridó, são pontos de integração com o eixo norte da transposição do Rio São Francisco. Espera-se que as adutoras em construção interligando a Barragem Santa Cruz do Apodi a Açu-Mossoró e Alto Oeste possam atender a demanda por recursos hídricos das regiões – esta última fortemente atingida pelas secas de 2012, a que se

seguir a completa interrupção do abastecimento de água a alguns municípios do território. A questão hidrográfica tem sua importância aumentada quando se pensa na questão da fruticultura irrigada. Localizada, principalmente, na região Açu-Mossoró, depende de projetos de irrigação proibitivos em regiões com problemas de escassez de água.

Solos mais férteis - encontram-se na porção mais ocidental de Mato Grande, em trechos do Sertão Central, em boa parte de Açu-Mossoró e parte considerável do Sertão do Apodi. Se é verdade que o clima semi-árido é fator limitante para o desenvolvimento da agricultura no cinturão central, vale destacar que a região do Apodi encontra tanto clima menos rigoroso quanto disponibilidade de água e de solos férteis para o cultivo, o que torna tanto mais crítica e ausência de infraestrutura adequada na região. O uso do solo é permitido na quase totalidade do Estado, com exceção de algumas áreas restritas, em particular na região de Touros, no Mato Grande.

Riquezas naturais - Observam-se riquezas naturais ao longo de porção considerável do Estado, incluindo mais de 70 diferentes tipos de minérios, com destaque para as regiões de Baraúna e entorno, em Açu-Mossoró, e grande parte do território do Seridó.

Desertificação - estágio moderado o Alto Oeste e parte do Sertão do Apodi; de forma grave no restante deste último, no Açu-Mossoró, em parte significativa do Sertão Central e Litoral Norte, e em aproximadamente metade do território de Mato Grande; de forma muito grave quase a totalidade do território do Seridó, que inclui um núcleo de desertificação em sua porção mais oriental.

Aspectos Educacionais

O Rio Grande do Norte apresenta um contingente populacional de 929.144 habitantes matriculados nas redes pública e privada, representando 29,32% da população total do Estado (IBGE 2010), distribuídos em 4.027 estabelecimentos escolares, dos quais 718 da rede estadual (dados da matrícula inicial/2010, do Censo Escolar).

Do total de alunos matriculados no Estado, a rede estadual conta com 297 alunos na educação infantil, 142.409 no ensino fundamental, 125.395 no ensino médio, 42.049 na educação de jovens e adultos e 199 alunos na educação profissional, totalizando 310.349 matrículas, o que representa 33,40% da população atendida na educação básica no Estado.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD, houve redução na taxa de analfabetismo no Rio Grande do Norte de 22,3%, em 2004, para 18,1%, em 2009. Este índice encontra-se ainda acima da média nacional, sendo também muito elevado em relação ao percentual da população alfabetizada do Estado.

Nos últimos anos, os números do Censo Escolar apresentam dados preocupantes relativos ao decréscimo das matrículas no Estado, particularmente na rede estadual de ensino. As possíveis causas para esta realidade residem no quadro de municipalização crescente do ensino fundamental, frente ao descrédito permanente quanto ao ensino oferecido na rede estadual de ensino. Ainda de acordo com o Censo, no ensino fundamental, 39,77% dos alunos matriculados na rede estadual encontram-se fora da faixa etária adequada aos respectivos anos de escolaridade, contra 35,83% de toda a rede pública e 31,09%, considerando-se a matrícula de todas as redes.

Nessa etapa de escolaridade, os dados mais críticos correspondem ao 6º ano, cujo percentual na rede estadual é de 54,51%.

Os dados do ensino médio são ainda mais preocupantes, merecendo uma atenção especial do Estado, principalmente por se tratar de uma etapa do ensino de responsabilidade exclusiva deste. De acordo com o Censo Escolar 2010, a distorção idade/série, nessa etapa, apresenta os seguintes percentuais: 52,23% na rede estadual, 51,07% em toda a rede pública, e 45,46% no total de todas as redes.

Por fim, as taxas de abandono escolar no Estado, igualmente críticas, revelam no ensino fundamental, 8,96% na rede estadual, 6,77% em toda a rede pública e 5,70% quando se consideram todas as redes. O ensino

médio, por sua vez, apresenta uma taxa de 20,46% na rede estadual, 19,78% em toda a rede pública e 17,29% no total das redes.

Com relação à educação, segundo dados do IPEA, as mulheres potiguaras estão em sexto lugar no *rank* nacional de defasagem escolar, considerando pelo menos mais de 1 ano de atraso, e em oitavo lugar nos anos de estudo médio, tendo em média 6 anos de estudo.

Há uma elevada taxa de analfabetismo das chefes de família, em especial no meio rural. Novamente, os Vazios de desenvolvimento possuem as maiores proporções de mulheres não alfabetizadas, tanto no rural quanto no urbano.

Das chefes de famílias já alfabetizadas, a maioria possui o ensino fundamental, como nível máximo de escolaridade. Os territórios com nível de escolaridade proporcionalmente mais baixo pertencem aos dois eixos dos vazios de desenvolvimento, no entanto, salienta-se que a distribuição dos diferentes níveis escolares mostra-se homogênea em quase todos os territórios, exceto para a Terra dos Potiguaras.

Mercado de Trabalho

A mulher potiguar encontra mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho, assim como nas demais regiões do país. Apesar de representar menos da metade da força de trabalho disponível (41% da PEA), as mulheres somam 52% dos desocupados do Estado. A taxa de desocupação feminina – 12,8% da PEA – supera a do sexo masculino, 7,9%. Como resultado, em 2009, a força de trabalho ocupada é predominantemente masculina, cerca de 61% dos ocupados são homens e 39%, são mulheres. Do total de ocupados no RN, aproximadamente 50% não têm o ensino fundamental completo, ou seja, tem até 7 anos de estudos. Enquanto apenas 6,8% têm 15 anos ou mais de estudo, indicando a baixa escolarização da população ocupada.

O desafio a ser enfrentado é a baixa probabilidade de retomar os estudos principalmente pelo comprometimento da vida profissional destas pessoas. A causa deste problema pode ser encontrada nos baixos rendimentos familiares, conforme mostrados anteriormente, que obrigam a entrada precoce de jovens no mercado de trabalho e ao abandono ou baixo rendimento escolar.

Analizando os tipos de ocupações do trabalho principal, percebe-se que 46% dos chefes familiares residentes no urbano trabalham no setor de serviços, sendo 25% lotadas na administração pública. Com relação ao rural, mais da metade das mulheres trabalham no setor agrícola, no entanto, 64% desse setor no rural é composto de trabalhadores homens. O tipo de ocupação do trabalho de maioria feminina é o serviço doméstico, representando 75% do total por gênero no urbano e 68% no rural. Isso mostra que a força de trabalho feminina é mais expressiva em atividades que exigem baixa qualificação, o que se reflete em diferenciais de renda em favor dos homens, configurando, assim, numa desigualdade de oportunidades por gênero.

Acesso à Água para Consumo Humano

Os indicadores de acesso a alguns serviços por domicílios chefiados por mulheres mostram que o acesso à água de rede geral ou pluvial é menor no Sertão do Apodi, bem como em todo o Vazio de Desenvolvimento do Oeste Potiguar e do Cinturão Central. O Seridó tem se mostrado como uma região mais homogênea, enquanto que a Terra dos Potiguaras possui acesso à água em quase todos os domicílios (de 89 a 98%).

Em relação à forma de abastecimento domiciliar de água, aquelas oriundas de poços ou nascentes são proporcionalmente maiores para famílias chefiadas por mulheres do que as chefiadas por homens. Isso se reflete numa menor hora média dedicada ao trabalho, minando o acesso da mulher ao mercado, em especial em atividades agrícolas. Isso porque a mulher gasta mais tempo a procura de água, trabalhando 4h30 por semana a menos do que os homens. Dentre os territórios que apresentaram maior proporção desse tipo de abastecimento de água, o hiato de horas médias trabalhadas entre homens e mulheres é maior no Mato Grande, Alto Oeste, Terra dos Potiguaras, Agreste Litoral Sul, Açu-Mossoró e Sertão do Apodi.

Segurança Alimentar

No Rio Grande do Norte, 435 mil (47,1%) dos domicílios possuem algum tipo de insegurança alimentar em 2009. Desse total, 233 mil (53,5%) eram do nível leve, 120 mil (27,6%) do nível moderado e 82 mil (18,9%) do grave – sendo essa uma das maiores proporções de domicílios nesse nível de insegurança alimentar do Brasil, perdendo apenas para Pará, Amapá, Acre, Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas.

Com relação ao perfil, as pessoas com maior vulnerabilidade nesse aspecto, em valores absolutos, são pessoas do grupo de idade de 18 a 49 anos, as mulheres e os domicílios urbanos. Considerando a proporção relativa ao total de cada grupo, as crianças e jovens de 4 a 17 anos são os mais não assegurados (média de 24,5%). Os homens e mulheres são igualmente não segurados (40% cada), e metade dos domicílios rurais sofre algum dos três tipos de insegurança alimentar.

Agricultura familiar na inclusão social e econômica

A despeito de programas de âmbito federal e estadual focados na inclusão social e econômica, com o objetivo de fortalecimento da agricultura familiar, o Rio Grande do Norte apresenta 12,8% da população em situação de extrema pobreza, o que equivale a 405 mil pessoas, segundos dados recentes do IBGE.

Compreende-se como inclusão produtiva, todo processo conducente à formação de cidadãos integrados ao mundo pelo trabalho e tem como perspectiva a conquista de autonomia para uma vida digna sustentada por parte de todas as pessoas apartadas ou fragilmente vinculadas à produção de renda e riqueza.

Uma das principais estratégias do Plano Brasil Sem Miséria é a capacitação para inclusão produtiva, segundo Luiz Müller, diretor de Inclusão Produtiva da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O público a ser envolvido são pessoas que vivem há anos na cultura da informalidade e os governos devem incentivar uma agenda para o desenvolvimento sustentável, além de fornecer subsídios que incorporem os temas da sustentabilidade socioambiental, superação da miséria e criação de um ambiente favorável a esses pequenos negócios.

As formas a serem desenvolvidas para este processo acontecer podem ser através do caminho do empreendedorismo, por meio da economia solidária, por programas de microcrédito e/ou por capacitações de catadores de material reciclável. Por caminho do emprego formal, pode ser por meio de cursos de qualificação, orientação profissional e mediação de mão de obra, como exemplos.

É necessário discutir o mapa de oportunidades nos territórios, de acordo com os estudos já feitos e discutidos anteriormente e avaliar a forma de atender à população mais vulnerável, através da assistência social, utilizando os equipamentos disponíveis tais como Centros de Referências de Assistência Social – CRAS, e Centros de Referência Especializados de Assistência Social-CREAS.

A Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza coordena as ações e gestão do Plano Brasil Sem Miséria. Articula e mobiliza os esforços do governo federal, estados e municípios para a superação da extrema pobreza. Seu principal foco de atuação são os 16 milhões de brasileiros cuja renda familiar per capita, é inferior a R\$ 70,00 mensais. Sua ação visa à inserção dessa população em um processo de autonomia e com isso o resgate de sua cidadania. Baseia-se em três eixos: (i) garantia de renda; (ii) inclusão produtiva; e (iii) acesso a serviços públicos.

No campo, o objetivo é o aumento da produção dos agricultores. Na cidade, qualificar a mão de obra e identificar oportunidades de geração de trabalho de renda para os mais pobres. Simultaneamente, o Plano Brasil Sem Miséria vai garantir maior acesso da população mais pobre à água, luz, saúde, educação e moradia.

O Governo federal, através do Programa Brasil sem Miséria, irá investir R\$650 milhões no Rio Grande do Norte, no ano de 2012. A meta da parceria entre o governo federal e o estadual é fazer com que 405 mil

pessoas superem a extrema pobreza em 167 municípios potiguares. Na primeira etapa, ações vão contemplar 25 cidades e beneficiar público estimado em 42 mil.

O RN Mais Justo é a contribuição do governo estadual para ajudar a superar a extrema pobreza nos municípios potiguares. De acordo com o governo do estado, a parceria com o Brasil Sem Miséria deverá fazer com que o estado seja o primeiro do país a universalizar o acesso à água. O RN Mais Justo é o plano estadual de superação da extrema pobreza estruturado nos mesmos moldes do Brasil Sem Miséria. Ele prevê ações complementares de transferência de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos de qualidade em 167 municípios até 2014.

Em 2012, o plano vai atender 25 cidades das regiões do Alto e Médio Oeste, com base em critérios técnicos. Na primeira etapa, serão atendidas 42 mil pessoas.

Na elaboração da lista das cidades mais vulneráveis, o governo estadual cruzou indicadores sociais como taxa de analfabetismo, Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), mortalidade infantil, saneamento básico e percentual de extremamente pobres para definir os locais onde o programa será desenvolvido de forma integrada com o Brasil Sem Miséria.

Em 2013, o plano será ampliado para a região metropolitana de Natal, Litoral Norte, Agreste, Potengi, Trairi e Litoral Sul. As últimas regiões a receberem o programa serão Seridó e Vale do Açu, consideradas de menor vulnerabilidade.

Ações:

- O lançamento do RN Mais Justo envolverá a assinatura de um pacto entre o governo estadual e as prefeituras dos 167 municípios. Além dos três eixos principais do Brasil Sem Miséria – garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos –, o programa estadual terá um quarto eixo: o de promoção e defesa da vida. Ele envolverá o fortalecimento de ações voltadas à segurança pública, defesa da criança e do adolescente, proteção à mulher e redução de acidentes e mortes no trânsito.
- No eixo da garantia de renda, o RN Mais Justo prevê o auxílio aos estudantes do ensino médio da rede pública estadual. Com isso, o governo pretende diminuir os índices de evasão escolar. Jovens de 16 a 24 anos serão priorizados nos cursos de capacitação profissional, dentro do eixo da inclusão produtiva.
- O programa ainda oferecerá microcrédito à população de baixa renda e sementes para que desenvolva atividades agrícolas. Também estão previstos investimentos em saneamento.
- Os 215 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do estado serão fortalecidos. Eles funcionam como porta de acesso ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Municípios incluídos no RN Mais Justo em 2012

Apodi, Baraúna, Campo Grande, Caraúbas, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Frutuoso Gomes, João Dias, Luís Gomes, Marcelino Vieira, Martins, Olho d'Água do Borges, Paraná, Patu, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, São Miguel, Serra do Mel, Tabuleiro Grande, Umarizal, Upanema e Venha-Ver.

Os demais Planos e Programas de âmbito federal e estadual compõem um arcabouço favorável ao desenvolvimento integrado, que aliados às ações previstas pelo RN Sustentável hão de permitir a gestão integrada dos instrumentos de inclusão social e econômica dos coletivos sociais foco deste Projeto.

BRASIL SEM MISÉRIA - objetiva promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza, por: elevar a renda familiar per capita; ampliar o acesso aos serviços públicos, às ações de cidadania e de bem estar social; ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural;

ECONOMIA SOLIDÁRIA - integrou-se ao conjunto de ações que compõem o Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária do PPA 2012/2015 do Governo Federal. Dois fatores contribuem e enriquecem esta aproximação. De um lado o fato das ações de Economia Solidária estarem adotando uma abordagem territorial e valorizando os recortes e institucionalidades presentes nos territórios; e de outro o fato do tema transversal poder consolidar-se como parte de uma concepção de desenvolvimento, impregnando os Colegiados e territórios. Dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES (2007), apontam a existência de cerca de 9.402 grupos produtivos constituídos exclusivamente de mulheres ou com predominância delas. Estes grupos localizam-se em todas as regiões do país, com maior concentração nas regiões Norte e Nordeste.

O PRONAF, o PAA e o PNAE são programas com foco na garantia de mercado para os pequenos produtores rurais.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais. O PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Abrange ações de custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Apoia a agroindustrialização da produção dos agricultores familiares e a sua comercialização de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural;

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos - criado em 2003, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), objetiva avaliar o acesso a alimentos, tanto em quantidade quanto em regularidade, pela população em situação de insegurança alimentar e nutricional. Contribui com a formação de estoques de função estratégica para regulação dos preços dos produtos agrícolas, garantindo ao agricultor familiar preços mais satisfatórios contribuindo inclusive com a inclusão social no campo. Há uma participação importante dos governos estaduais e municipais, além da sociedade civil e de cooperativas e associações da agricultura familiar. Entre os anos de 2006 e 2009, somados os recursos aplicados em todas as suas modalidades⁶ 39,1 milhões de reais foram destinados à compra de produtos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - preconiza que uma parte das compras dos alimentos que compõem a merenda escolar da rede pública de ensino (pelo menos 30%) seja comprada de produção da agricultura familiar. A compra desses produtos poderá ser realizada dispensando-se o processo licitatório para preços compatíveis com os vigentes no mercado local e os alimentos têm que atender o padrão mínimo de qualidade. O FNDE repassou ao Governo do Estado do RN e aos municípios do Estado, no ano de 2010, cerca de 24,1 e 32,5 milhões de reais respectivamente, totalizando 56,6 milhões, dos quais pelo menos 30%, ou seja cerca de 17 milhões, foram destinados às compras de produtos da agricultura familiar. Nesse sentido, percebe-se o quanto esse programa tem sido importante para as atividades da agricultura familiar do Rio Grande do Norte. Além do volume de recursos, quase 2 mil agricultores familiares foram necessários para atender a demanda, mostrando uma boa cobertura do programa no tocante às pessoas beneficiadas. (FNDE e SAF/MDA, 2011).

PROGRAMA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR - SECAFES - Sistemas Estaduais de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos da Economia Solidária – são componentes de uma política vinculada ao MDA, operacionalizada através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT como principal protagonista;

PNPSB - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade que são também expressões do desafio de conciliar o desenvolvimento com a inserção social e a conservação ambiental, evidenciando-se o comprometimento do Estado em assumir a diversidade da realidade social brasileira.

⁶ Compra direta, Doação Simultânea, Formação de Estoques e Doação Simultânea Estadual.

FNDE - Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas;

São também expressões do desafio de conciliar o desenvolvimento com a inserção social e a conservação ambiental, evidenciando-se o comprometimento do Estado em assumir a diversidade da realidade social brasileira:

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – (Decreto Presidencial nº 6.040/07)

PNPSB - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

Estes dois últimos atuam diretamente na inclusão social das comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e ciganos (vide ANEXO 6 - detalhamento das comunidades no Estado do Rio Grande do Norte).

Micro e Pequena Empresa, Cooperativas e Associações

Associação é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Ou seja, uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses.

O SEBRAE incentiva a criação de associações e cooperativas para que as pequenas empresas busquem meios de valorizar e escoar seus produtos por meio do acesso a um mercado justo e solidário, como forma de aumentar a geração de emprego e renda para a comunidade e garantir a sua sustentabilidade.

O associativismo viabiliza maior participação e estreita os laços entre a sociedade organizada e o poder público. Ele deve ser incentivado pela prefeitura, que pode fornecer assistência técnica, administrativa e tecnológica. Há vários tipos de organizações associativas, como redes de empresas, cooperativas, associações, grupos formalmente ou informalmente organizados, empresas de participação comunitária e consórcios são alguns exemplos.

Em 2008, as micro e pequenas empresas empregaram 152,8 mil pessoas no RN. Elas foram responsáveis por 97,7% das empresas do estado e empregaram 55,2% do pessoal do setor privado. Foram 24,4 mil MPE do RN, cujo perfil pode ser encontrado na segunda edição do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa, divulgado pelo SEBRAE e pelo Dieese, feito com base em dados de 2006. A remuneração média de pessoas que trabalhavam em MPE do RN, em 2006, era de R\$ 575 – o equivalente a 1,6 salários mínimos da época (R\$ 350) -, abaixo da média do Nordeste (R\$ 615) e do Brasil (R\$ 795). O setor que melhor pagava era o de serviços (R\$ 620).

No Rio Grande do Norte, Segundo os dados do CAGED, no 1º trimestre de 2012 o Rio Grande do Norte registrou um saldo negativo de admissões menos demissões de – 2.579 postos de trabalho formal, resultado de 44.481 admissões e 47.060 demissões neste trimestre. Na análise dos últimos 07 (sete) anos, com exceção do ano de 2010, onde obtivemos um saldo positivo de 597 postos, em 2012 obtivemos o menor índice negativo de saldo de empregos em relação aos primeiros trimestres anuais.

Dos municípios do Rio Grande do Norte os que obtiveram melhores saldos de empregos foram Natal (1.058 postos) Caicó (183 postos) e Pedra Grande (182 postos). Os municípios com maiores saldos negativos foram Baía Formosa (1.740 postos), Baraúna (702 postos) e Mossoró (695 postos). A faixa etária que respondeu pelo maior número de demissões foi de 30 a 39 anos com o grau de instrução concentrado em pessoas que possuem apenas até a 5ª série.

No Estado as Micro e Pequenas Empresas neste primeiro trimestre foram responsáveis pelo saldo de empregos formais de 2.203 postos, enquanto as Médias e Grandes Empresas apresentaram o saldo negativo de -5.596 postos (SEBRAE/RN).

Em relação ao Nordeste, no 1º trimestre de 2012 às Micro e Pequenas Empresas foram responsáveis pelo saldo positivo de 28.723 novos postos formais de trabalho. As Médias e Grandes Empresas apresentaram um saldo negativo de - 47.057 postos.

Para o subcomponente 1.1, a estratégia é trabalhar para o desenvolvimento dos principais setores econômicos do Rio Grande do Norte. Os investimentos serão realizados, tanto para o fortalecimento direto das empresas rurais, como para melhoria da infraestrutura de apoio às atividades.

Com foco voltado ao mercado, as atividades econômicas apresentam um papel preponderante em todo e qualquer projeto de desenvolvimento regional. O fortalecimento da produção local, o investimento em infraestrutura para melhoria dos processos produtivos em setores específicos se configura como um importante papel do Estado enquanto agente promotor de desenvolvimento.

Em sua perspectiva voltada ao fortalecimento das cadeias produtivas com foco na produção e na comercialização (no mercado), o RN Sustentável traçou metas a serem alcançadas nesse âmbito econômico. Observando o conceito de sustentabilidade, não apenas ambiental, mas também econômica, se propõe intervenções em três áreas específicas, à *posteriori* justificadas, dadas as características da matriz dinâmica da economia potiguar.

II.3. Metodologia de Focalização dos Investimentos

II.3.1. Focalização do Componente 1 – Investimentos Socioeconômicos Sustentáveis voltados à inclusão produtiva

O Projeto será executado no Estado do Rio Grande do Norte, dentro de uma concepção estratégica de desenvolvimento regional sustentável integrada, tendo por referência os 10 (dez) territórios rurais, visando à integração e coordenação dos vários programas e projetos em todas as esferas de governo voltados à inclusão econômica e social e considerando uma governança já institucionalizada que contribui para legitimar e fortalecer as políticas de desenvolvimento. São eles: Territórios Trairi, Alto Oeste, Potengi, Açu-Mossoró, Mato Grande, Seridó, Sertão Apodi, Agreste Litoral Sul, Terra dos Potiguaras, Sertão Central Cabugi e Litoral Norte.

Como os problemas socioeconômicos do Estado são bastante significativos, tornou-se necessário a criação de uma estratégia de focalização para que os recursos fossem alocados de forma mais eficiente.

Para tal, utilizou-se um conjunto de quinze indicadores que estão relacionados com as áreas de intervenção do Projeto, de acordo com a disponibilidade de informação municipal, em cada um dos subcomponentes relativos ao Componente 1 - Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano.

É importante destacar que a estratégia do Projeto encontra-se no âmbito territorial com focalização nos municípios prioritários. São tomados por referência os territórios rurais do Estado. Além disso, por questões metodológicas, o agregado desses territórios conformam as áreas de abrangência das intervenções que estão subdivididas em cinco.

Variáveis para a Composição de Indicadores

COMPONENTE - VARIÁVEIS		BASE DE DADOS
1	Pobreza Extrema (percentual de pessoas com renda per capita familiar até R\$ 70,00)	Censo 2010 – IBGE
	Renda per capita domiciliar média	Censo 2010 – IBGE
	Índice de Gini – rendimento domiciliar per capita	Censo 2010 – IBGE
	Percentual da população em domicílios particulares permanentes em empregos formais (exclusive administração pública)	Censo 2010 – IBGE
	Variação do log da renda do trabalho entre 2000 e 2010	Censo 2010 – IBGE
2.1	Proporção nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-	IDSUS 2011

	natal	
	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 59 anos e a população da mesma faixa etária	IDSUS 2011
	Razão de exames de mamografia realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária	IDSUS 2011
	Proporção de acesso hospitalar dos óbitos por acidente	IDSUS 2011
	Proporção de óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM)	IDSUS 2011
2.2	Nota do IDEB, anos iniciais do ensino fundamental	INEP, 2011
	Nota do IDEB, anos finais do ensino fundamental	INEP, 2011
	Taxa de alfabetismo (%) das pessoas de 15 anos ou mais	INEP, 2011
	Distorção idade série no ensino fundamental	SEEC/RN 2010
	Distorção idade série no ensino médio	SEEC/RN 2010

Indicadores padronizados em uma escala entre 0 e 10 para harmonizar as escalas de forma a permitir a criação de um indicador síntese em cada um dos subcomponentes analisados.

Para esta estratégia de focalização classificou-se (*ranking*) os municípios do estado em 3 classes de prioridade: alta, intermediária e baixa, utilizando-se o método de quebra natural de Jenks permitindo a formação de grupos mais homogêneo ao reduzir a variância dentro dos grupos e gerando maior heterogeneidade entre os grupos. Tal procedimento levou em consideração os valores estatísticos dos indicadores síntese de cada um dos subcomponentes. Assim, as classes foram definidas em agrupamentos naturais de acordo com os valores registrados de cada unidade (FREIRE, *et al*, 2011).

A seguir, procedeu-se a um mapeamento temático que permitisse uma condição de análise espacial da situação dos municípios do Rio Grande do Norte em relação a cada um dos subcomponentes. Os municípios em vermelho são considerados de alta prioridade, os em amarelo de prioridade intermediária e os em azul de baixa prioridade.

Efeitos diretos, intencionais e positivos

1. Acesso a novas tecnologias de produção e comercialização das cadeias de valor desenvolvidas no Estado;
2. Criação de novas oportunidades de negócios;
3. Fortalecimento do turismo regional;
4. Fortalecimento de redes de sociais de produção, comercialização e consumo;
5. Ampliação do reconhecimento do potencial das atividades produtivas como ferramenta para o desenvolvimento e aumento e melhor distribuição da renda da população potiguar.

Elaborou-se um *cluster* da associação desses indicadores a fim de identificar quais as regiões mais prioritárias, quais os municípios com maior fragilidade e maior potencial. Essa análise se complementa a partir da observação relativa à identificação das atividades econômicas e dos arranjos produtivos locais distribuídos no Estado do Rio Grande do Norte.

Cinturão Central - com menores indicadores socioeconômicos. Em toda essa área, que comporta 5 territórios rurais do Estado, os piores indicadores encontram-se no território do Mato Grande, onde todos os indicadores apresentam um nível de priorização alto ou intermediário. Os piores municípios do território são: Pedra Grande, Parazinho, Touros, Pureza, Rio do Fogo, Ceará Mirim, Poço Branco e Bento Fernandes.

Sertão Central Cabugi e Litoral Norte - destacam-se com os piores indicadores os municípios de Pedra Preta e Jardim de Angicos.

Potengi - os piores indicadores encontram-se nos municípios de Ielmo Marinho e Senador Eloi de Souza, enquanto que no Trairi 8 são os municípios com alta prioridade devido aos baixos índices identificados: Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, São Bento do Trairi, Japi, Serra de São Bento e Lagoa D'anta.

Agreste Litoral Sul - destaca-se como um dos polos de desenvolvimento da atividade turística, apresenta um elevado grau de dinamismo econômico, entretanto apenas Senador Georgino Avelino e Tibau do Sul apresentam indicadores comparativamente bons.

Observando o índice de Gini dos municípios que compõe os territórios do Vazio de Desenvolvimento do Cinturão Central, percebe-se que a média dos municípios dessa região é ligeiramente mais elevada que a do restante do Estado. Os piores resultados são da região Sertão Central Cabugi e Litoral Norte e do Território do Mato Grande.

Indicador de pobreza extrema e emprego formal

Os dados mostram que todos os territórios se apresentam com resultados acima da média do Estado que já é alta. Os destaques ficam por conta dos territórios do Trairi e do Mato Grande. Quando se observa a renda domiciliar *per capita* média, o único território que atinge a média do Estado é o Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, todos os demais se encontram muito abaixo da média.

Embora o Agreste Litoral Sul apresente uma variação positiva acima da média do Estado, a média da área de abrangência está abaixo, puxada principalmente pelos territórios do Trairi, Potengi e Mato Grande.

Região Dinâmica de Natal - Os níveis de pobreza extrema são muito abaixo da média dos municípios do Estado, a renda *per capita* domiciliar média é bem elevada em relação à média. Entretanto, o aspecto negativo fica a cargo do índice de Gini, comumente acima da média, o que configura um elevado grau de concentração da riqueza (os menores valores são de Macaíba e Extremoz, enquanto que o pior é o de Natal).

Seridó - Quatro dos seus 25 municípios em situação de alta prioridade, o que corresponde a 16% do total de municípios do território, são eles: Cerro Corá, Currais Novos, Lagoa Nova e Santana dos Matos. Entretanto, é importante ressaltar que o município de Currais Novos exerce influência, principalmente pela proximidade, nos outros três municípios que estão na faixa de alta prioridade tendo tal fato que ser levado em consideração no momento de definição da alocação de recursos. Outro município que merece atenção é o de Caicó, uma vez que assim como Currais Novos já possui a característica de município polarizador na região exercendo forte influência sobre praticamente todos os municípios da área do Antigo Centro Dinâmico.

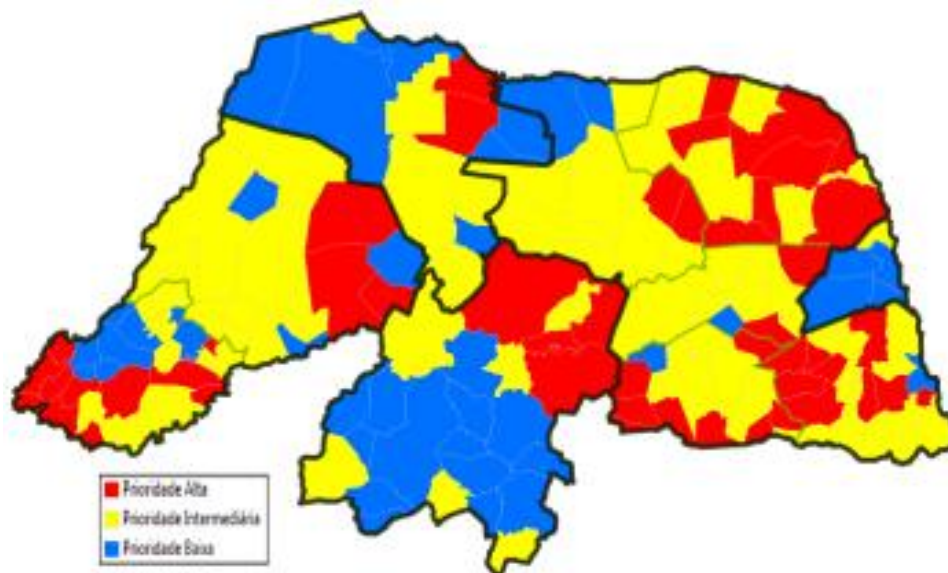
Açu-Mossoró - localizado na área de abrangência da Região Dinâmica Açu-Mossoró, possui apenas dois municípios na faixa de alta prioridade, o que corresponde a 14,28% dos municípios do território, são eles: Carnaubais e Porto do Mangue. O município de Mossoró é o maior polo dinâmico da região e possui a economia mais diversificada da área de abrangência. Outro município de destaque na região é o de Açu, principalmente pela questão da fruticultura irrigada. Porém, nesta área de abrangência **o petróleo é a maior riqueza** e particularmente os municípios de Mossoró e Areia Branca, localizados ao norte do território, por serem os **maiores produtores, são os mais beneficiados pela questão dos royalties**.

Oeste Potiguar - composto por 2 territórios, Sertão do Apodi e Alto Oeste. Sertão do Apodi possui três dos seus municípios em situação de alta prioridade (17,65% dos municípios da região), três em situação de baixa prioridade e os demais 11 municípios encontram-se em situação de prioridade intermediária. Os três municípios em situação de alta prioridade são: Campo Grande, Triunfo Potiguar e Upanema.

Alto Oeste - possui um conjunto de 11 municípios em situação de alta prioridade, o que corresponde a 36,66% do total de municípios do território e dessa forma pode ser considerada como região prioritária dentro desta área de abrangência. Os municípios em situação de alta prioridade são:

Antônio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, João Dias, Lucrécia, Luís Gomes, Marcelino Vieira, Paraná, Riacho de Santana, São Miguel e Venha-Ver.

Figura 21 - Mapa de Focalização das Ações



Fonte: UGP/RN, 2012

II.3.2. Focalização do Subcomponente 2.1 – Atenção à Saúde

Quanto à Saúde, a partir dos dados produzidos pelo Programa Saúde da Família (PSF) para 2011, os resultados apresentam um dos quadros mais interessantes dentre os analisados até aqui. A despeito da renda reduzida e do acesso limitado a serviços básicos, os indicadores de saúde em Mato Grande, no Agreste e Litoral Sul e em Trairí são majoritariamente similares aos do núcleo da região metropolitana, talvez pela proximidade dos equipamentos públicos de saúde de Natal. De outro lado, o Sertão Central e a porção ocidental de Potengi possuem os piores indicadores de Saúde do Estado.

É relevante ressaltar que a despeito dos excelentes indicadores de Assu, Mossoró possui indicadores bastante deficitários, algo crítico quando leva-se em conta a polarização que a cidade exerce sobre o Sertão do Apodi e o Alto Oeste, inclusive para deslocamentos de saúde.

Por fim, o Seridó possui indicadores tão intermediários, tão ruins quanto os do Alto Oeste, bastante desalinhados de seu desempenho para os indicadores apresentados acima, que expressam um nível de desenvolvimento econômico que não se reflete na provisão de cobertura de saúde de qualidade compatível.

O Sistema de Saúde do Rio Grande do Norte, semelhante ao dos demais estados do Brasil, está voltado para os cuidados agudos havendo uma dicotomia no cuidado onde as doenças crônicas hoje ocupam grande preocupação na agenda do gestor considerando o envelhecimento da população nas últimas décadas. Por outro lado, crescem os agravos decorrentes da violência, especialmente nos centros urbanos avançando para as pequenas cidades.

O Estado encontra-se desparelhado em equipamentos tecnológicos e recursos humanos tendo em vista a fragmentação do modelo assistencial resultando numa ineficiência, ineficácia e, conseqüentemente, numa baixa efetividade na resposta a população.

O princípio da integralidade defendido pelo Sistema Único de Saúde – SUS, tão necessário na concepção da linha de cuidado, acaba sendo um dos maiores desafios para o Estado.

A partir de mudanças socioeconômicas e no estilo de vida da população associadas à queda da taxa de fecundidade e ao processo acelerado de envelhecimento e de urbanização, modificou-se o perfil de morbimortalidade. Observa-se, como conseqüência, uma redução de doenças transmissíveis, concomitante a um aumento na prevalência de doenças crônicas, de diversos tipos de neoplasias especialmente, câncer do colo do útero e de mama, bem como eventos relacionados às causas externas (acidentes de trânsito, homicídios e quedas).

Dentre os indicadores de maior impacto na saúde e qualidade de vida da população destaca-se a taxa de mortalidade infantil, que embora venha apresentando uma redução acentuada nas últimas décadas, ainda é extremamente elevada para os padrões internacionais. No Estado verifica-se esse decréscimo quando avaliados os anos de 2002 com uma taxa de 21,20/1.000 nascidos vivos e 2009 com 14,1/1.000 nascidos vivos, representando uma redução de aproximadamente 32% (Fonte: MS/Datasus/SIM). A análise dos dados desagregados por componente evidencia que a taxa de mortalidade infantil neonatal em 2009, de 9.75/1000 nascidos vivos (< 30 dias de vida), apesar de decrescente, representa mais que o dobro da taxa de mortalidade infantil pós-neonatal em 2009, de 4.4/1000 nascidos vivos (>30 dias< de 1 ano de vida), indicando a necessidade de intervenção urgente nos serviços de atenção ao parto e recém nascido, bem como na oferta de pré natal pelas unidades de atenção primária.

No tocante à mortalidade materna, observa-se um ligeiro crescimento nos últimos anos, o que se configura como uma situação preocupante, levando o governo a desenvolver o Plano de Redução de Mortalidade Materno-Infantil, implantado em municípios com taxas elevadas de óbitos.

Entre as principais causas de óbitos maternos, observa-se que ao longo do período de 2007 a 2010, a hipertensão é a maior causa, correspondendo a 30% de todas as causas no período. Chama atenção também a frequência de causas por infecção puerperal que levam ao óbito.

É importante destacar o aumento significativo dos óbitos por doença do aparelho circulatório, das neoplasias, das diabetes e das doenças do aparelho respiratório. As doenças do aparelho cardiovascular e as neoplasias e as causas externas assumem as primeiras classificações, obedecendo ao mesmo padrão observado para o Brasil motivo pelo qual serão objeto de intervenção no âmbito do Projeto proposto.

No Estado, a taxa de mortalidade por câncer de mama representa a causa específica mais expressiva de mortalidade das mulheres, com taxa de 5,7 óbitos por 100.000 mulheres em 1997 com aumento progressivo, obtendo uma taxa de 8,6 óbitos por 100.000 mulheres em 2007, enquanto que por câncer do colo do útero decresceu de 5,4/100mil em 1997 para 3,3/100mil mulheres em 2007, situando-se abaixo da taxa do Brasil neste ano (4,8/100.000 mulheres).

A estratégia de focalização na área de saúde percorreu dois caminhos que se complementaram. Inicialmente, levou-se em consideração um conjunto de indicadores que procura resumir de forma conjunta as demandas territoriais e a estratégia adotada pelo Projeto RN Sustentável, cobrindo as três redes de atuação do Projeto: a rede materno-infantil, a rede oncológica e a rede de urgência e emergência. Em um segundo momento, mas não menos importante, procurou-se demonstrar que alguns municípios podem ser considerados como polo de suas regiões e dessa forma estão mais aptos a receber os investimentos que necessitam de uma infraestrutura de maior porte para gerar os efeitos propulsores necessários.

Cinturão Central, apesar de ser a área com maior número de municípios, 76, possui apenas 11 destes em situação de baixa prioridade, enquanto que 21 dos demais municípios estão na faixa de alta prioridade.

Agreste Litoral Sul: 4 municípios em situação de baixa prioridade, 12 em situação de prioridade intermediária e 8 municípios em situação de alta prioridade, o que corresponde a 33,33% do

total de municípios do território, estes último são: Canguaretama, Espírito Santo, Januário Cicco, Lagoa Salgada, Monte Alegre, Nísia Floresta, Nova Cruz e Pedro Velho.

Mato Grande: 11 municípios em situação de prioridade intermediária e apenas 4 municípios em situação de prioridade alta, o que corresponde a 26,63% do total de municípios do território, estes últimos são: Bento Fernandes, Ceará-Mirim, Jandaíra e Maxaranguape.

Potengi: 1 município encontra-se em situação de baixa prioridade, 8 estão em situação de prioridade intermediária e 2 estão em situação de alta prioridade, o que corresponde a 18,18% dos municípios do território, estes últimos são: Ielmo Marinho e São Tomé.

Sertão Central Cabugi e Litoral Norte: 4 municípios em situação de baixa prioridade, 5 em situação de prioridade intermediária e 2 em situação de alta prioridade, o que corresponde a 18,18% do total de municípios do território, estes últimos municípios são: Jardim de Angicos e Macau.

Trairí: 2 municípios em situação de baixa prioridade, 8 em situação de prioridade intermediária e 5 em situação de prioridade alta, o que corresponde a 33,33% dos municípios do território, estes últimos são: Campo Redondo, Passa e Fica, Santa Cruz, São Bento do Trairí e São José do Campestre.

Os municípios de **João Câmara, Macau e Santa Cruz** por estarem mais distantes da Região Dinâmica de Natal e/ou por possuírem uma infraestrutura mais consolidada na área de saúde, podem ser considerados como polos de atração para muitos dos municípios que os rodeiam.

A Região Dinâmica de Natal composto apenas do território Terra dos Potiguaras, possui 3 dos seus cinco municípios na faixa de alta prioridade, o que corresponde a 60% dos municípios do território, estes municípios são: **Parnamirim, Natal e São Gonçalo do Amarante**. Entretanto, a importância deste território é aumentada quando se pensa no efeito polarizador que Natal exerce nos municípios tanto da própria Região Metropolitana quanto na maioria dos municípios do Cinturão Central.

Seridó. É neste território que se encontra, de forma proporcional, o maior número de municípios na faixa de baixa prioridade (48%), o território possuindo apenas três dos seus 25 municípios em situação de alta prioridade, o que corresponde a 12% do total de municípios do território, são eles: Bodó, Cerro Corá e Lagoa Nova. Ressaltase a importância de Currais Novos tanto nos três municípios que estão na faixa de alta prioridade, quanto de quatro outros municípios do Cinturão Central, tanto pela questão da proximidade, quanto pela questão da complexidade do sistema já instalado. Outro município que merece atenção é o de Caicó, vez que Currais Novos já possui um complexo sistema de saúde e exerce forte influência sobre praticamente todos os municípios da área do Antigo Centro Dinâmico.

Açu-Mossoró – Não há municípios baixa prioridade, sendo considerada como área crítica, assim como o território do Mato Grande. O município de Mossoró, por ser o polo de atração da região e por possuir o aparato de saúde mais complexo deve ser olhado como o município responsável por uma futura mudança da região. Os investimentos nos demais municípios da região irão influir nas demandas de saúde. Entretanto, apenas a estratégia de centralização dos investimentos pode não ser o melhor caminho, uma vez que existem outros nove municípios que se encontram na faixa de prioridade alta, justificando-se dessa forma outros tipos de investimentos que façam com que tais municípios melhorem seus indicadores. Os municípios que estão em situação de alta prioridade são: Açu, Alto do Rodrigues, Areia Branca, Baraúna, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Tibau, Serra do Mel.

Oeste Potiguar, que é composto por 2 territórios, Alto Oeste e Sertão do Apodi, possui uma relativa heterogeneidade entre os seus municípios, dos quais 17 deles encontram-se na faixa de baixa prioridade, 17 na faixa de prioridade intermediária e 13 na faixa de alta prioridade. Os municípios com indicadores de fragilidade acentuados no território do Alto Oeste correspondem a 23,33% dos municípios do território, os 7 municípios nessa faixa de prioridade são: Alexandria, Almino Afonso, Marcelino Vieira, Martins, Riacho da Cruz, São Miguel e Venha-Ver. Já no território do

Sertão do Apodí existem 6 municípios em situação de alta prioridade, que correspondem a 35,29% dos municípios do território, estes municípios são: Campo Grande, Governador Dix-Sept-Rosado, Messias Targino, Paraú, Patu e Triunfo Potiguar.

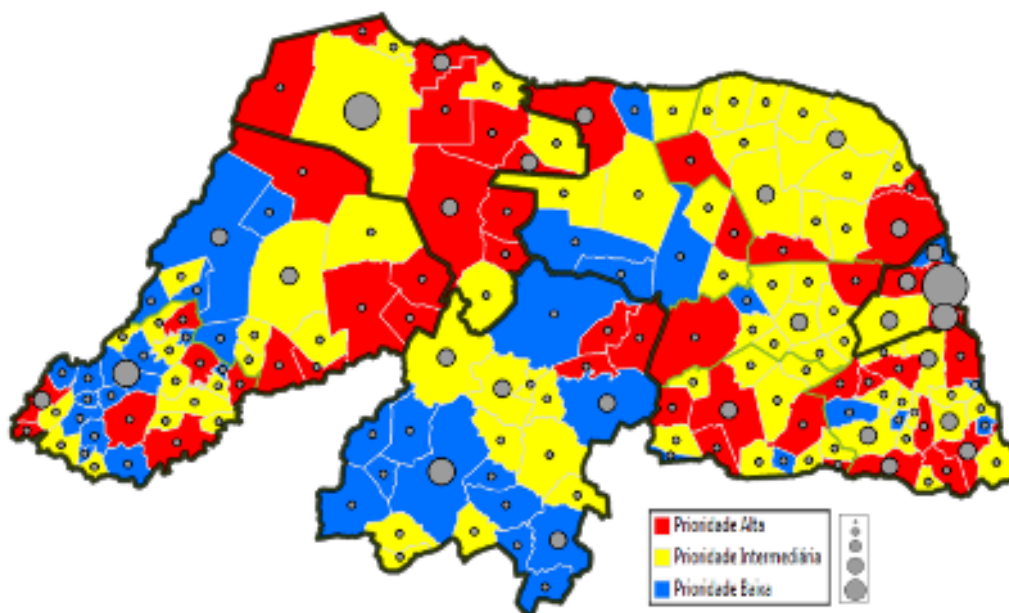
Nesta área de abrangência, Pau dos Ferros pode ser considerado como município polarizador e desta forma deve ser considerado como prioritário na alocação de investimentos de maior complexidade, haja vista que já possui um complexo de saúde preestabelecido.

Assim, as áreas de abrangência prioritárias, deverão ser aquelas em que a proporção de municípios em situação de alta prioridade for maior. Tais áreas devem receber dois grupos de investimentos distintos, porém complementares, para que os objetivos do Projeto sejam atingidos. O primeiro grupo de investimentos deve focalizar os próprios municípios destas regiões que estão em situação de fragilidade acentuada, com o intuito de muni-los dos equipamentos públicos básicos necessários para que seus habitantes não necessitem se deslocar para os municípios polarizadores nos casos de atendimentos na área materno-infantil ou da rede de urgência e emergência, em casos de média e baixa complexidade.

O segundo grupo de investimentos, por sua vez, está relacionado aos municípios polarizadores do Estado, que atingirão as regiões prioritárias de forma indireta exatamente por servirem de referência para os municípios destas regiões. Assim, João Câmara, Macau, Santa Cruz, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros, e principalmente Natal e Mossoró devem ser munidos de investimentos propícios a fortalecer tanto a governança e gestão como a rede de atendimento para os casos de maior complexidade.

Aplicados de forma eficiente e equitativa este conjunto de investimentos tendem a fortalecer a oferta de serviços nas regiões prioritárias, melhorando de forma geral o complexo de saúde do Estado do Rio Grande do Norte.

Figura 22 - Mapa de focalização do Subcomponente 2.1 – Atenção à Saúde



Fonte: UGP/RN, 2012

II.3.3. Focalização do Subcomponente 2.2 – Melhoria da Qualidade da Educação Básica

No que diz respeito à Educação, a partir dos dados por setores censitários dos Censos 2010 do IBGE e dos dados do INEP para 2011 os resultados mostram uma situação extremamente similar àquela da renda ou acesso a serviços básicos, com destaque para a homogeneidade do alto padrão dos indicadores do Seridó. A porção oriental do Sertão do Apodí apresenta nesse caso indicadores melhores do que para os casos anteriores, refletindo em oportunidades educacionais melhor distribuídas no território, com impacto no Índice de Oportunidades Humanas introduzido mais adiante.

O Rio Grande do Norte apresenta um contingente populacional de 929.144 habitantes matriculados nas redes pública e privada, representando 29,32% da população total do Estado (IBGE 2010), distribuídos em 4.027 estabelecimentos escolares, dos quais 718 da rede estadual (dados da matrícula inicial/2010, do Censo Escolar).

Do total de alunos matriculados no Estado, a rede estadual conta com 297 alunos na educação infantil, 142.409 no ensino fundamental, 125.395 no ensino médio, 42.049 na educação de jovens e adultos e 199 alunos na educação profissional, totalizando 310.349 matrículas, o que representa 33,40% da população atendida na educação básica no Estado.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD houve redução na taxa de analfabetismo no Rio Grande do Norte de 22,3%, em 2004, para 18,1%, em 2009. Este índice encontra-se ainda acima da média nacional, sendo também muito elevado em relação ao percentual da população alfabetizada do Estado.

Nos últimos anos, os números do Censo Escolar apresentam dados preocupantes relativos ao decréscimo das matrículas no Estado, particularmente na rede estadual de ensino. As possíveis causas para esta realidade residem no quadro de municipalização crescente do ensino fundamental, frente ao descrédito permanente quanto ao ensino oferecido na rede estadual de ensino. Ainda de acordo com o Censo, no ensino fundamental, 39,77% dos alunos matriculados na rede estadual encontram-se fora da faixa etária adequada aos respectivos anos de escolaridade, contra 35,83% de toda a rede pública e 31,09%, considerando-se a matrícula de todas as redes.

Nessa etapa de escolaridade, os dados mais críticos correspondem ao 6º ano, cujo percentual na rede estadual é de 54,51%.

Os dados do ensino médio são ainda mais preocupantes, merecendo uma atenção especial do Estado, principalmente por se tratar de uma etapa do ensino de responsabilidade exclusiva deste. De acordo com o Censo Escolar 2010, a distorção idade/série, nessa etapa, apresenta os seguintes percentuais: 52,23% na rede estadual, 51,07% em toda a rede pública, e 45,46% no total de todas as redes.

Por fim, as taxas de abandono escolar no Estado, igualmente críticas, revelam no ensino fundamental, 8,96% na rede estadual, 6,77% em toda a rede pública e 5,70% quando se consideram todas as redes. O ensino médio, por sua vez, apresenta uma taxa de 20,46% na rede estadual, 19,78% em toda a rede pública e 17,29% no total das redes.

A lógica do projeto da Educação é a melhoria da Educação Básica do Estado de forma que a área de cobertura da rede pública de ensino cresça com qualidade. Os princípios fundamentais do projeto estão baseados nas seguintes ações:

- Expansão da prestação de serviços;
- Melhoria do acompanhamento e avaliação da gestão escolar, com a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica e Profissional;
- Implementação de práticas e normas pedagógicas, com foco em resultado e na aprendizagem;
- Melhoria de infraestrutura física das escolas e reforço na autogestão escolar;
- Desenvolvimento profissional e valorização da profissão docente;
- Assistência técnica aos municípios para adoção de políticas comuns para a melhoria da qualidade da educação, e ainda, por meio da integração da educação à agenda de desenvolvimento regional, sintetizados nos seguintes objetivos específicos.

Para tanto, o método de execução das ações passa pelo fomento e promoção da melhoria do processo de ensino-aprendizagem e com integração da educação na agenda de desenvolvimento regional.

Elaborou-se um *cluster* considerando 5 variáveis para o agrupamento dos municípios dentro das áreas de abrangência territorial que abarcam dados de indicadores relativos aos ensinos fundamental, médio e aos

analfabetos: Taxa de analfabetos, resultados do IDEB dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental e as distorções idade-série para o ensino fundamental e para o ensino médio.

Observa-se que os índices são elevados e bastante semelhantes no Antigo Centro Dinâmico e Região Dinâmica de Natal, cujos territórios rurais são Seridó e Terra dos Potiguaras, respectivamente. Na Região Dinâmica de Açu-Mossoró, a média também é boa, mas um pouco abaixo das anteriores. O problema se observa principalmente no Cinturão Central e no Oeste Potiguar, sendo que no primeiro os índices são muito baixos enquanto que no segundo existe uma alta dissimilaridade entre os territórios e entre os municípios que o compõe acarretando em uma média baixa na área.

Analisou-se o percentual da população que é alfabetizada, importante para verificar a quantidade de pessoas inseridas na faixa do analfabetismo do Estado e traçar metas para melhoria desses índices.

Os melhores números estão nos Centros Dinâmicos de Natal e Açu-Mossoró e no Antigo Centro Dinâmico. No Cinturão Central e Oeste Potiguar há um elevado grau de dissimilaridade entre os municípios que compõem os territórios, mas na média, os resultados estão bastante aquém daqueles citados inicialmente. Cabe ressaltar um cuidado todo especial na região do Cinturão Central onde os índices de analfabetismo são os piores do Estado. Os dados do IDEB no Rio Grande do Norte, apontam que existe certa uniformidade nos resultados dos anos iniciais do ensino fundamental em todo o Estado, com destaque para o Antigo Centro Dinâmico e para a Região Dinâmica Açu-Mossoró. A porção norte do Oeste Potiguar (correspondente ao território Sertão do Apodi) apresenta índices também bastante interessantes, porém no que concerne aos anos finais do ensino fundamental, o problema se agrava. A média cai em relação aos anos iniciais e mais municípios apresentam sérios problemas. A região menos crítica é o Antigo Centro Dinâmico, mas ainda assim o município de Timbaúba dos Batistas apresenta um índice baixíssimo. A região com maior problema é a do Cinturão Central, seguida novamente do Oeste Potiguar.

No tocante a taxa de distorção idade-série verifica-se que, para o Ensino Fundamental, os piores índices encontram-se no Cinturão Central, que é onde existe uma grande concentração de alunos fora da faixa de idade ideal para cada uma das séries. É uma situação generalizada em toda a região. De semelhante modo ocorre quando se analisa a distorção para o ensino médio. A leitura pode ser exatamente a mesma aplicada aos resultados do ensino fundamental.

As regiões de influência dentro do Estado podem também gerar impactos na análise da prestação de serviços de educação. Entretanto, só se pode inferir algum tipo de *proxy* nesse sentido na observação feita para o ensino médio.

Os municípios apresentam uma rede de ensino fundamental que, ainda que com defasagem, cobre uma quantidade relativamente interessante das crianças inseridas nesse contexto, com todos os municípios em todas as regiões apresentando mais de uma escola.

Os problemas surgem quando se observa o ensino médio, de responsabilidade das escolas estaduais. O número de vagas para alunos do ensino médio é muito baixo, o que impacta diretamente em: i) surgimento de um fluxo de migração para cidades vizinhas em busca da oferta do serviço; e ii) aumento da distorção idade-série para o ensino médio.

Observando as Áreas de Abrangência, e considerando a população vulnerável⁷, pode-se elaborar um mapeamento relativo às necessidades dos serviços de educação para os municípios do estado. A partir dessa metodologia, é possível traçar metas específicas de acordo com as oportunidades e de acordo com a situação vigente em relação a esses grupos.

Observou-se a existência de população de origem quilombola em todas as áreas de abrangência, com um destaque maior para o Cinturão Central com incidência desta em 7 municípios: Touros (com incidência de

⁷ Considerando população vulnerável aquelas comunidades tradicionais: com origem indígena, quilombola e que estão agricultores familiares inseridos em assentamentos rurais. Além disso, entram na análise as famílias que são chefiadas por mulheres.

duas comunidades), Poço Branco, Ielmo Marinho, Pedro Avelino, São Tomé, Bom Jesus (com incidência de duas comunidades) e Tibau do Sul.

Além dessa região, observaram-se em todas as demais áreas de abrangência dois municípios para cada área com população quilombola: no Oeste Potiguar, no território do Sertão do Apodi identifica-se o município de Patu com uma comunidade e no território do Alto Oeste em Portalegre com 4 comunidades quilombolas; no Antigo Centro Dinâmico, os municípios de Parelhas e de Lagoa nova apresentam uma comunidade quilombola, cada; na Região Dinâmica Açu-Mossoró, observa-se a incidência de uma comunidade em Açu e outra em Ipanguaçu.

No tocante aos remanescentes indígenas no Rio Grande do Norte, cinco municípios apresentam incidência de tais comunidades: Açu (na Região Dinâmica Açu-Mossoró), Natal (na Região Dinâmica de Natal), Goianinha, Canguaretama e Baía Formosa (Vazio de Desenvolvimento do Cinturão Central, Território Agreste – Litoral Sul).

Primeiramente, observa-se a tendência de polaridade nos setor de educação. Isso pode ser explicado entre as variáveis que compõem o índice pela procura da oferta de ensino médio que não é oferecido em todos os municípios, sendo essa uma responsabilidade da esfera estadual de governo. Na análise dos dados, municípios como não apresentava nenhum resultado para ensino médio pela ausência de oferta do serviço no município fazendo com que os alunos migrassem para cidades vizinhas em busca desse serviço. A população de Caiçara do Norte, de 6.010 (IBGE ,2010) vive da pesca. Localiza-se na região de Macau, litoral setentrional do Estado, em área de 190 km², sua colônia de pescadores, com 1.200 pessoas, distribuem-se em 300 barcos.

Uma segunda observação que se fez foi com relação aos indicadores globais para o Vazio de Desenvolvimento do Cinturão Central. Percebe-se que a maior defasagem do Estado nesse setor encontra-se nos municípios que compõem a referida área estando todos eles com grau de prioridade alta e média (municípios em vermelho e em amarelo, respectivamente). Um destaque negativo fica por parte do território do Mato Grande onde se encontram os piores indicadores do Estado.

Em terceiro lugar, observa-se que, com exceção de Natal (que apresenta comunidade indígena), Portalegre, Parnamirim e Parelhas (que apresentam incidência de grupos quilombolas) que se encontra com bons indicadores e nível de prioridade baixa, todos os demais municípios que apresentam incidência dessas comunidades tradicionais apresentam elevado grau de prioridade, sobretudo no Vazio de Desenvolvimento do Cinturão Central, novamente impulsionado pelos péssimos indicadores do Mato Grande. Essa problemática se agrava ainda mais quando se observa a ocorrência de assentamentos e famílias no contexto da agricultura familiar. Apenas os municípios de Mossoró, Apodi, Caraúbas e Areia Branca que apresentam índices que os atribui prioridade baixa, todos os demais se encontram com sérios problemas de oferta de serviço, tanto em termos de quantidade como em qualidade.

Outra consideração é que, embora haja equipamentos públicos para o setor de educação (para os níveis estadual e municipal) em todos os municípios, a quantidade e a qualidade do serviço está aquém da demanda e que há certo grau de correlação inversa entre a taxa de analfabetos e a quantidade de equipamentos de educação disponíveis.

O Projeto RN Sustentável tem como foco para o setor da educação a melhoria da qualidade do ensino e da gestão da educação estadual, com maior racionalidade, qualificação, adequação e aproveitamento dos recursos físicos e humanos, permitindo a elevação dos índices do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e Provinha Brasil.

Os indicadores finalísticos a serem alcançados pelo projeto são:

- Elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nos anos finais do Ensino Fundamental;
- Elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Médio.
- Aumento da Cobertura do Ensino Médio.

Diante dos dados apresentados no diagnóstico do setor educacional dos municípios do RN, fica desenhado o cenário da demanda por serviços de educação no ensino fundamental e médio no Estado do Rio Grande do Norte com identificação dos problemas específicos relativos a cada um dos municípios nas áreas de abrangência. Essa primeira análise aponta que os investimentos em educação deveriam ser orientados principalmente o aumento da oferta dos serviços para melhoria dos indicadores para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio.

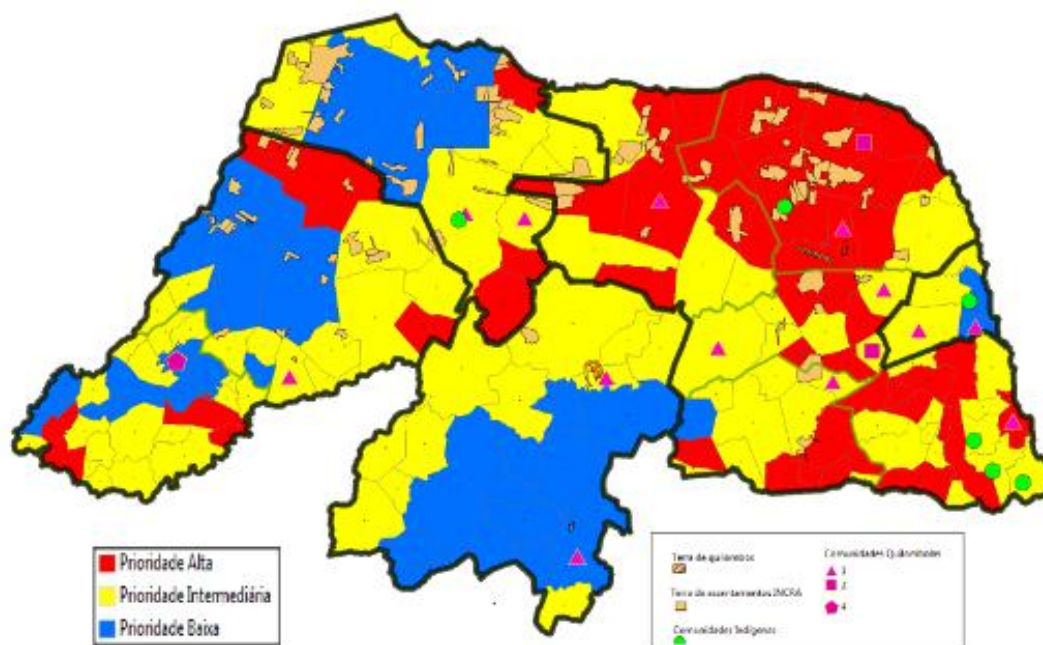
Além disso, faz-se necessário a redução do ainda elevado nível de analfabetos do Estado e na melhoria da qualidade nos anos iniciais do ensino fundamental, esses últimos gerando impactos diretos nos anos de estudos posteriores.

Pode-se indicar que as regiões mais necessitadas desse tipo de investimento são as regiões dos vazios de desenvolvimento, compostos pelos territórios do Alto Oeste, Sertão do Apodi, Agreste-Litoral Sul, Mato Grande, Potengi, Sertão Central Cabugi e Litoral Norte e Trairi, onde todos os índices apresentam valores abaixo do esperado e onde a demanda tem se apresentado mais fortemente.

Em termos de focalização, se torna imprescindível, além dessa análise relativa às áreas de abrangência e aos territórios, uma observação relativa aos municípios, ou seja, quais são e onde estão os municípios mais prioritários em relação aos serviços de educação. Conforme todos os parâmetros observados, esta análise apresenta todos os municípios em seus respectivos territórios e estes, por sua vez, compondo as áreas de abrangência.

Em síntese, os resultados são bastante contundentes e apontam para necessidade de investimentos no âmbito da educação nas áreas de abrangência dos vazios de desenvolvimento, compostos pelos territórios ora citados nessa seção. Além disso, os municípios com melhores indicadores serão estimulados pelos investimentos no sentido de manter o nível elevado dos indicadores.

Figura 23 - Mapa de Focalização do Subcomponente 2.2 – Melhoria da Qualidade da Educação Básica

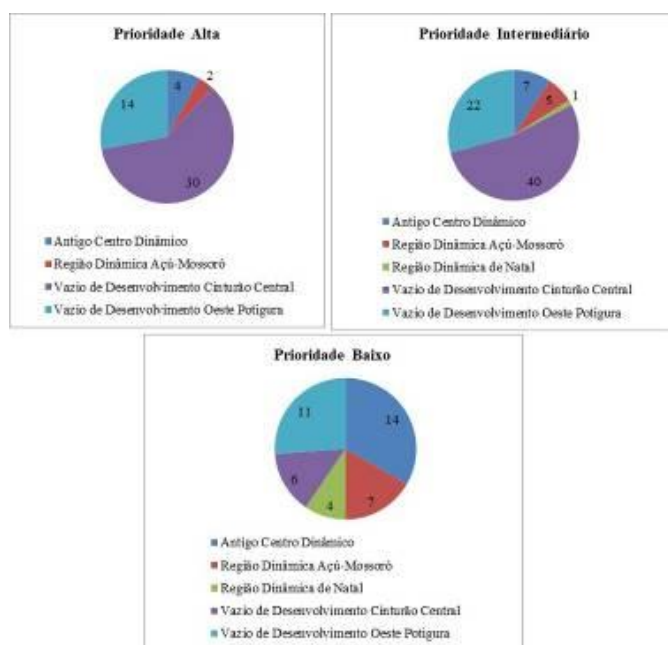


Fonte: UGP/RN, 2012

A análise apresenta, na sequência, a distribuição de prioridades atribuídas à área de abrangência e número de municípios com foco nos investimentos previstos para as intervenções constantes do Componente 1 – Desenvolvimento Regional Sustentável, expressados pelos: Subcomponente 1.1 – Meios de Vida Sustentáveis; Subcomponente 1.2 – Atenção a Saúde; Subcomponente 1.3 – Melhoria da Qualidade na Educação Básica.

A priorização de referidas áreas aponta para a melhor focalização dos investimentos, eficiência nas decisões dos grupos gestores do RN Sustentável na correta aplicação das Tipologias inerentes a este componente, sejam: Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional; de Iniciativas de Negócios; de Projetos Socioambientais; e de Apoio ao Fortalecimento da Governança, no sentido do desenvolvimento integrado de longo prazo.

Figura 24 - Distribuição de Prioridades por Área de Abrangência e Número de Municípios



Fonte: UGP/RN,2012

Agreste Litoral Sul		
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Espírito Santo	Arês	Senador Georgino Avelino
Goianinha	Baía Formosa	Tibau do Sul
Boa Saúde	Brejinho	
Lagoa de Pedras	Canguaretama	
Lagoa Salgada	Jundiá	
Santo Antônio	Montanhas	
São José de Mipibu	Monte Alegre	
Serrinha	Nísia Floresta	
Vila Flor	Nova Cruz	
	Passagem	
	Pedro Velho	
	Várzea	

	Vera Cruz	
--	-----------	--

Açu-Mossoró		
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Carnaubais	Açu	Alto do Rodrigues
Porto do Mangue	Ipanguaçu	Areia Branca
	Tibau	Baraúna
	São Rafael	Grossos
	Serra do Mel	Itajá
		Mossoró e Pendências

Alto Oeste		
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Antônio Martins	Alexandria	Água Nova
Coronel João Pessoa	Almino Afonso	Encanto
Doutor Severiano	Frutuoso Gomes	Francisco Dantas
João Dias	José da Penha	Martins
Lucrecia	Major Sales	Pau dos Ferros
Luís Gomes	Pilões	Rafael Fernandes
Marcelino Vieira	Portalegre	São Francisco do Oeste
Paraná	Riacho da Cruz	Viçosa
Riacho de Santana	Serrinha dos Pintos	
São Miguel	Taboleiro Grande	
Venha-Ver	Tenente Ananias	

Mato Grande	
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária
Bento Fernandes	Caiçara do Norte
Ceará-Mirim	Jandaíra
Parazinho	João Câmara
Rio do Fogo	Maxaranguape
Pedra Grande	São Bento do Norte
Poço Branco	São Miguel do Gostoso
Pureza	Taipu
Touros	

Potengi		
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Ielmo Marinho	Barcelona	Lagoa de Velhos
Senador Elói de Souza	Bom Jesus	
	Santa Maria	
	Riachuelo	
	Ruy Barbosa	
	São Paulo do Potengi	
	São Pedro	
	São Tomé	

Seridó		
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Cerro Corá	Bodó	Acari
Currais Novos	Equador	Caicó
Lagoa Nova	Jucurutu	Carnaúba dos Dantas
Santana do Matos	Ouro Branco	Cruzeta
	São Vicente	Florânia
	Serra Negra do Norte	Ipueira
	Tenente Laurentino Cruz	Jardim de Piranhas
		Jardim do Seridó
		Parelhas

		Santana do Seridó
		São Fernando
		São João do Sabugi
		São José do Seridó
		Timbaúba dos Batistas

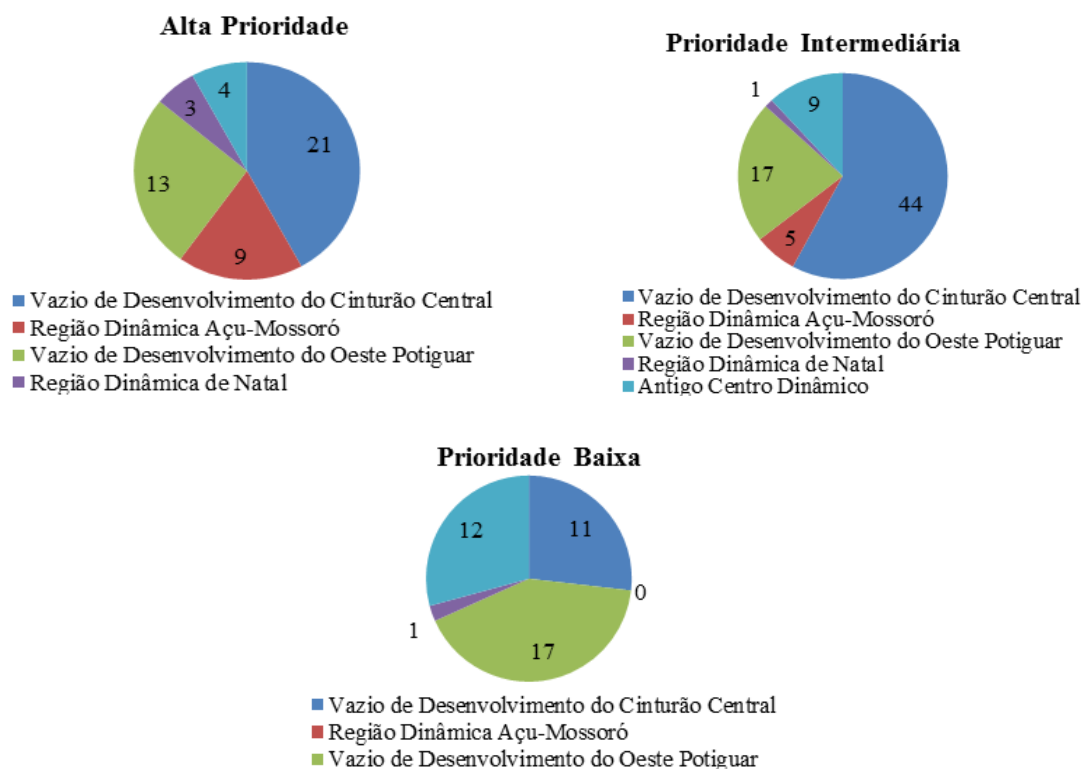
Sertão Central Cabugi e Litoral Norte		
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Afonso Bezerra	Angicos	Guamaré
Jardim de Angicos	Caiçara do Rio do Vento	Macau
Pedra Preta	Fernando Pedroza	
	Galinhas	
	Lajes	
	Pedro Avelino	

Sertão Do Apodi		
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Campo Grande	Apodi	Felipe Guerra
Triunfo Potiguar	Caraúbas	Messias Targino
Upanema	Governador Dix-Sept Rosado	Paraú
	Itaú	
	Janduís	
	Olho-d'Água do Borges	
	Patu	
	Rafael Godeiro	
	Rodolfo Fernandes	
	Severiano Melo	
	Umarizal	

Terra dos Potiguaras	
Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Extremoz	Parnamirim
	Macaíba
	Natal
	São Gonçalo do Amarante

Trairí		
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Campo Redondo	Monte das Gameleiras	Lajes Pintadas
Coronel Ezequiel	Passa e Fica	
Jaçanã	Santa Cruz	
Japi	São José do Campestre	
Lagoa d'Anta	Sítio Novo	
Serra Caiada	Tangará	
São Bento do Trairí		
Serra de São Bento		

Figura 25 - Distribuição de Prioridades por Área de Abrangência e Número de Municípios



Fonte: UGP/RN,2012

Açu-Mossoró	
Média Prioridade	Alta Prioridade
Grossos	Açu
Mossoró	Alto do Rodrigues
Pendências	Areia Branca
Porto do Mangue	Baraúna
São Rafael	Carnaubais
	Ipanguaçu
	Itajá
	Tibau
	Serra do Mel

Agreste Litoral Sul		
Baixa Prioridade	Média Prioridade	Alta Prioridade
Passagem	Arês	Canguaretama
Senador Georgino Avelino	Baía Formosa	Espírito Santo
Serrinha	Brejinho	Boa Saúde
Vila Flor	Goianinha	Lagoa Salgada
	Jundiá	Monte Alegre
	Lagoa de Pedras	Nísia Floresta
	Montanhas	Nova Cruz
	Santo Antônio	Pedro Velho
	São José de Mipibu	
	Tibau do Sul	
	Várzea	

	Vera Cruz	
--	-----------	--

Alto Oeste		
Baixa Prioridade	Média Prioridade	Alta Prioridade
Água Nova	Antônio Martins	Alexandria
Doutor Severiano	Coronel João Pessoa	Almino Afonso
Encanto	Frutuoso Gomes	Marcelino Vieira
Francisco Dantas	João Dias	Martins
José da Penha	Luís Gomes	Riacho da Cruz
Lucrécia	Paraná	São Miguel
Major Sales	Pilões	Venha-Ver
Pau dos Ferros	Portalegre	
Rafael Fernandes	São Francisco do Oeste	
Riacho de Santana	Serrinha dos Pintos	
Tenente Ananias	Taboleiro Grande	
Viçosa		

Mato Grande	
Média Prioridade	Alta Prioridade
Caiçara do Norte	Bento Fernandes
João Câmara	Ceará-Mirim
Parazinho	Jandaíra
Rio do Fogo	Maxaranguape
Pedra Grande	
Poço Branco	
Pureza	
São Bento do Norte	
São Miguel do Gostoso	
Taipu	
Touros	

Potengi		
Baixa Prioridade	Média Prioridade	Alta Prioridade
Ruy Barbosa	Barcelona	Ielmo Marinho
	Bom Jesus	São Tomé
	Lagoa de Velhos	
	Santa Maria	
	Riachuelo	
	São Paulo do Potengi	
	São Pedro	
	Senador Eloi de Souza	

Seridó		
Baixa Prioridade	Média Prioridade	Alta Prioridade
Caicó	Carnaúba dos Dantas	Acari
Currais Novos	Cruzeta	Bodó
Equador	Florânia	Cerro Corá
Jardim de Piranhas	Ipueira	Lagoa Nova
Jardim do Seridó	Jucurutu	
Parelhas	Ouro Branco	
Santana do Matos	São João do Sabugi	
Santana do Seridó	São Vicente	
São Fernando	Tenente Laurentino Cruz	
São José do Seridó		

Serra Negra do Norte		
Timbaúba dos Batistas		

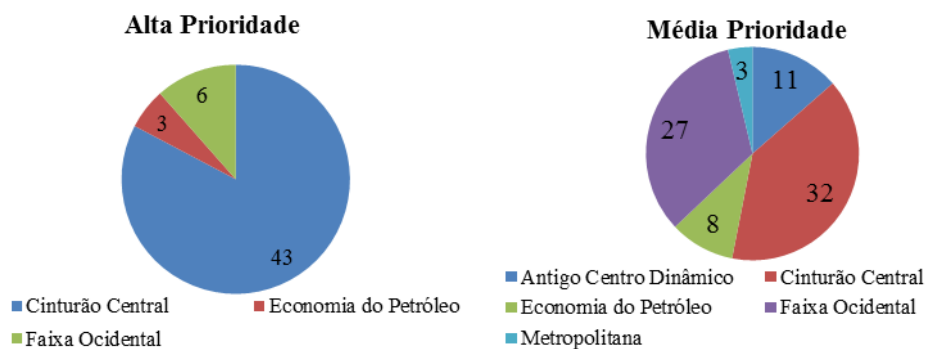
Sertão Central Cabugi e Litoral Norte		
Baixa Prioridade	Média Prioridade	Alta Prioridade
Angicos	Afonso Bezerra	Jardim de Angicos
Fernando Pedroza	Caçara do Rio do Vento	Macau
Guamaré	Galinhas	
Lajes	Pedra Preta	
	Pedro Avelino	

Sertão do Apodi		
Baixa Prioridade	Média Prioridade	Alta Prioridade
Apodi	Caraúbas	Campo Grande
Felipe Guerra	Janduís	Governador Dix-Sept Rosado
Itaú	Olho-d'Água do Borges	Messias Targino
Rodolfo Fernandes	Rafael Godeiro	Paraú
Umarizal	Severiano Melo	Patu
	Upanema	Triunfo Potiguar

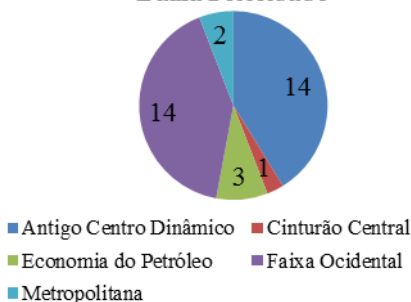
Terra dos Potiguaras		
Baixa Prioridade	Média Prioridade	Alta Prioridade
Extremoz	Macaíba	Parnamirim
		Natal
		São Gonçalo do Amarante

Trairi		
Baixa Prioridade	Média Prioridade	Alta Prioridade
Jaçanã	Coronel Ezequiel	Campo Redondo
Monte das Gameleiras	Japi	Passa e Fica
	Lagoa d'Anta	Santa Cruz
	Lajes Pintadas	São Bento do Trairí
	Serra Caiada	São José do Campestre
	Serra de São Bento	
	Sítio Novo	
	Tangará	

Figura 26 - Distribuição de Prioridades por área de Abrangência e Número de Municípios



Baixa Prioridade



Seridó	
Prioridade Baixa	Prioridade Intermediária
Acari	Bodó
Caicó	Cerro Corá
Carnaúba dos Dantas	Equador
Cruzeta	Florânia
Currais Novos	Jardim de Piranhas
Ipueira	Jucurutu
Jardim do Seridó	Lagoa Nova
Ouro Branco	Santana do Matos
Parelhas	São Fernando
Santana do Seridó	Serra Negra do Norte
São João do Sabugi	Timbaúba dos Batistas
São José do Seridó	
São Vicente	
Tenente Laurentino Cruz	

Açu-Mossoró		
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Itajá	Açu	Areia Branca
Porto do Mangue	Alto do Rodrigues	Mossoró
São Rafael	Baraúna	Serra do Mel
	Carnaubais	
	Grossos	
	Ipanguaçu	
	Pendências	
	Tibau	

Agreste e Litoral Sul	
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária
Boa Saúde	Arês
Espírito Santo	Baía Formosa
Jundiá	Brejinho
Lagoa de Pedras	Canguaretama
Lagoa Salgada	Goianinha
Monte Alegre	Montanhas
Nova Cruz	Nísia Floresta
Pedro Velho	Passagem
São José de Mipibu	Santo Antônio
Senador Georgino Avelino	Serrinha
Tibau do Sul	Várzea
Vila Flor	Vera Cruz

Alto Oeste		
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Antônio Martins	Alexandria	Água Nova

Coronel João Pessoa	Almino Afonso	Doutor Severiano
João Dias	Encanto	Martins
Luís Gomes	Francisco Dantas	Pau dos Ferros
	Frutuoso Gomes	Portalegre
	José da Penha	Rafael Fernandes
	Lucrécia	São Miguel
	Major Sales	Serrinha dos Pintos
	Marcelino Vieira	Viçosa
	Paraná	
	Pilões	
	Riacho da Cruz	
	Riacho de Santana	
	São Francisco do Oeste	
	Taboleiro Grande	
	Tenente Ananias	
	Venha-Ver	

Mato Grande	
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária
Bento Fernandes	Ceará-Mirim
Caiçara do Norte	Maxaranguape
Jandaíra	
João Câmara	
Parazinho	
Pedra Grande	
Poço Branco	
Pureza	
Rio do Fogo	
São Bento do Norte	
São Miguel do Gostoso	
Taipu	
Touros	

Potengi	
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária
Lagoa de Velhos	Barcelona
Riachuelo	Bom Jesus
Santa Maria	Ielmo Marinho
São Pedro	Ruy Barbosa
Senador Elói de Souza	São Paulo do Potengi
	São Tomé

Sertão Central Cabugi e Litoral Norte	
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária
Afonso Bezerra	Angicos
Fernando Pedroza	Caiçara do Rio do Vento
Galinhas	Lajes
Guamaré	Macau
Jardim de Angicos	
Pedra Preta	
Pedro Avelino	

Sertão o Apodi		
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Governador Dix-Sept Rosado	Campo Grande	Apodi
Triunfo Potiguar	Janduís	Caraúbas
	Messias Targino	Felipe Guerra
	Olho-d'Água do Borges	Itaú

	Paraú	Rafael Godeiro
	Patu	
	Rodolfo Fernandes	
	Severiano Melo	
	Umarizal	
	Upanema	

Terra dos Potiguaras	
Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Extremoz	Natal
Macaíba	Parnamirim
São Gonçalo do Amarante	

Trairi		
Prioridade Alta	Prioridade Intermediária	Prioridade Baixa
Coronel Ezequiel	Jaçanã	Campo Redondo
Japi	Lajes Pintadas	
Lagoa d'Anta	Passa e Fica	
Monte das Gameleiras	Santa Cruz	
São José do Campestre	São Bento do Trairí	
Serra de São Bento	Serra Caiada	
	Sítio Novo	
	Tangará	

II.4. Demandas Sociais e Ambientais decorrentes das intervenções do Projeto

As análises apresentadas acima conduzem esta Avaliação Socioambiental a apontar as demandas sociais e ambientais por setor de focalização dos investimentos propostos pelo Projeto RN Sustentável, caracterizando os impactos no âmbito de cada Tipologia de Intervenção identificada para o setor.

Saúde

Tipologia 1 – São incontestáveis as demandas sociais pela melhoria da infraestrutura física, tecnológica e de equipamentos hospitalares, bem como da logística de integração da rede de urgências e emergências da rede hospitalar do Estado, localizada desde a região metropolitana – Terra dos Potiguaras; às regiões mais distantes: Território do Seridó - Antigo Centro Dinâmico da Região, o Cinturão Central – Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Território do Mato Grande, Território do Trairi, Território do Potengi e Território Agreste Litoral Sul; o Território do Alto Oeste e Território Sertão do Apodi - na Faixa Ocidental; e, o Território Açú-Mossoró – (economia do Petróleo). Os indicadores de resultado, nesta intervenção apontam para a redução das duas principais causas de mortalidades atendidas pela rede de urgências e emergências em: 58% a taxa de mortalidade hospitalar por causas externas de 11,1% por 100 internações pela mesma causa.

Pelo cenário de deficiências em vários outros segmentos da saúde focalizados nesta caracterização, as demandas sociais estimadas são irrefutáveis. O conjunto de intervenções propostas para a saúde se justifica, haja vista, a exemplo, a taxa de mortalidade hospitalar (58%) por causas externas. Recursos técnicos e tecnológicos existem para aplicação no Estado, seja em parcerias público privadas, em apoio direto de programas da esfera federal, convênios com hospitais e instituições de pesquisa em outros estados.

Esta avaliação realça a estratégia de priorizar áreas de abrangência em que a proporção de municípios em situação de alta prioridade for maior, desde que já disponham de um complexo de saúde preestabelecido. Neste critério, a exemplo, Pau dos Ferros pode ser avaliado como município polarizador no Alto Oeste, e ser considerado como prioritário na alocação de investimentos de maior complexidade. Com população total do território estimada em 194.002 habitantes, dos quais 73.401 vivem na área rural; a distância relativa ao território dinâmico de Açú- Mossoró, e a proximidade com o Sertão do Apodi, de baixos indicadores em geral, o grau de polarização pode ser aumentado.

Portanto, há que se ponderar sobre os dois grupos de investimentos complementares indicados na análise:

- Primeiro grupo de investimentos - focalizar os municípios dos territórios em situação de fragilidade acentuada; avaliar a infraestrutura de acesso; estimar quantitativamente as demandas com o intuito de muni-los dos equipamentos públicos básicos necessários para que seus habitantes não necessitem se deslocar para os municípios polarizadores nos casos de atendimentos na área materno-infantil ou da rede de urgência e emergência, em casos de média e baixa complexidade.
- Segundo grupo de investimentos - direcionar aos municípios polarizadores do Estado, que atingirão as regiões prioritárias de forma indireta exatamente por servirem de referência para os municípios destas regiões. Assim, João Câmara, Macau, Santa Cruz, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros, e principalmente Natal e Mossoró devem ser munidos de investimentos propícios a fortalecer tanto a governança e gestão como a rede de atendimento para os casos de maior complexidade.

Insiste-se, nesta avaliação de impactos, pela identificação dos demais indicadores que irão contribuir efetivamente para a maior polarização desses municípios elencados, especialmente os resultados viáveis e factíveis, se considerado o universo temporal de cinco anos do Projeto. A precisão da análise conjuntural irá determinar os resultados esperados nos respectivos indicadores ofertados pela equipe de planejamento do Projeto.

Tipologia 2 – Aplicam-se as ações e atividades relacionadas à iniciativa de negócios sustentáveis, tendo em vista a variedade de materiais, equipamentos e produtos, cujos potenciais fornecedores, locais e regionais, poderão atender, plenamente, às demandas registradas no segmento da saúde pública. Indicadores de resultado, nesta Tipologia poderão até surpreender no incremento da atividade produtiva: organizações, cooperativas, APL (de agricultura familiar, e cooperativas de fornecimento de carnes e hortifrutigranjeiros certificados) pelas demandas naturais decorrentes de compras/aquisições, em pregões governamentais. Em paralelo, estima-se o fortalecimento espontâneo dessas cadeias produtivas, na medida da evolução dos resultados econômicos advindos dos investimentos do Projeto.

Tipologia 3 – Os projetos socioambientais impactam diretamente nas demandas sociais e ambientais atendidas pelos investimentos do Projeto na melhoria da saúde pública. Seja pelas ações de boas práticas exigidas, até mesmo pelo fortalecimento da governança, atuando desde a produção de alimentos certificados fornecidos aos hospitais, à disposição final e tratamento de resíduos hospitalares de alto impacto ambiental e de difícil solução no contexto social, não apenas do Rio Grande do Norte. Podem-se estimar reflexos altamente positivos nas intervenções desta Tipologia no setor da saúde pública, se consideradas a análise conjunta dos demais indicadores.

Tipologia 5 – O fortalecimento da governança nos hospitais da rede pública reflete-se da mesma maneira enfatizada no setor da educação, acima citado. Na saúde, multiplicam-se os benefícios decorrentes de melhores práticas de gestão hospitalar, e da qualificação dos profissionais e servidores da rede pública, se considerado o incontável universo de indivíduos atendidos na extensão dos territórios de intervenção.

Educação

Tipologia 1 – O levantamento das necessidades de intervenção em obras de melhoria aponta para demandas sociais de recuperação de instalações físicas de 700 escolas públicas, sendo 589 localizadas em área urbana e 111 em área rural. Esta iniciativa irá atender a demanda de identificada de 297 alunos na educação infantil, 142.309 no ensino fundamental, 125.395 no ensino médio, além de 42.049 jovens e adultos e 199 alunos na educação profissionalizante. Totalizam 310.349 matrículas, o que representa 33,4% da população atendida na educação básica no Estado. As obras de infraestrutura física necessárias irão atender, prioritariamente, as escolas no Cinturão Central, Oeste Potiguar, na faixa ocidental Alto Oeste e Sertão do Apodi, de piores indicadores de IOH na educação inclusive. Em paralelo, os investimentos estão focados na aquisição de materiais, mobiliário e equipamentos escolares para a necessária reestruturação, bem como o reforço às caixas escolares, responsáveis principalmente, pela merenda escolar.

Observa-se que embora haja equipamentos públicos para o setor de educação (para os níveis estadual e municipal) em todos os municípios, a quantidade e a qualidade do serviço está aquém da demanda.

Os problemas apontados se refletem, principalmente no ensino médio, de responsabilidade das escolas estaduais. O número de vagas para alunos do ensino médio é muito baixo, o que, como visto, impacta diretamente em: i) surgimento de um fluxo de migração para cidades vizinhas em busca da oferta de escolas; e ii) aumento da distorção idade-série para o ensino médio, vez que os jovens são mão-de-obra significativa na agricultura familiar. As demandas sociais de investimentos na Tipologia exigem um plano de ação efetivo para a oferta de vagas, em localização estratégica na alocação da demanda existente.

Ressalta-se, ainda, que, com exceção de Natal (que apresenta comunidade indígena), Portalegre, Parnamirim e Parelhas (que apresentam incidência de grupos quilombolas) que se encontram com bons indicadores e nível de prioridade baixa, todos os demais municípios que apresentam incidência dessas comunidades tradicionais apresentam elevado grau de prioridade, sobretudo no Cinturão Central, novamente impulsionado pelos péssimos indicadores do Mato Grande. Essa problemática se agrava ainda mais quando se observa a ocorrência de assentamentos e famílias no contexto da agricultura familiar. Apenas os municípios de Mossoró, Apodi, Caraúbas e Areia Branca que apresentam índices que os atribui prioridade baixa, todos os demais se encontram com sérios problemas de oferta de serviço, tanto em termos de quantidade como em qualidade.

As demandas ambientais vão além do aspecto físico das escolas. Independentemente da característica predatória do elemento humano, particularmente no que se refere ao trato com os bens físicos públicos, na sociedade brasileira em geral, merecem especial atenção crianças e jovens de baixa renda, carentes do apoio no ambiente doméstico, sobre os valores inerentes à cidadania, dentre outros igualmente relevantes, como a preservação ambiental de seus espaços sociais circundantes. Aos investimentos propostos nesta Tipologia impõe-se o compromisso de atender demandas sociais e ambientais por prédios escolares íntegros, cuidados, acolhedores, devidamente zelados e conservados, bem como pela qualidade da merenda escolar ofertada. Esta, em grande maioria, representa senão a única oportunidade de alimentação de qualidade, certamente a mais importante no dia a dia das crianças e jovens nas escolas públicas, seja em áreas rurais ou urbanas. Os estudos a serem elaborados no 1º ano do Projeto deverão ser focados de forma matricial quanto aos aspectos de demandas sociais (alta prioridade); polarização entre as cidades; e demandas ambientais - considerados os impactos decorrentes dos investimentos da Tipologia 2 – iniciativas de negócios sustentáveis e na Tipologia 4 – Projetos de Desenvolvimento Escolar Pedagógicos – considerando-se, inclusive, a compatibilização desta última com as demandas ambientais locais.

Tipologia 2 – Os investimentos se estendem em benefícios indiretos aos projetos de iniciativa de negócios sustentáveis, reflexo do aumento da demanda pelas compras/pregões governamentais de materiais de construção, equipamentos, serviços em geral e tecnologia nas escolas públicas. Incluem-se os impactos positivos diretos em organizações concorrentes aos pregões de compras governamentais, assim como APL de agricultura familiar e cooperativas de fornecimento de carnes e hortifrutigranjeiros certificados, demandados pela merenda escolar.

Tipologia 4 - Os projetos de desenvolvimento escolar pedagógicos são de inquestionável demanda social, por promoverem acesso à educação de boa qualidade na rede pública. A implementação de práticas e normas pedagógicas modernas, e a implantação de sistema de avaliação da qualidade e gestão da educação básica e profissionalizante, vem ao encontro de demandas legítimas das sociedades locais e regionais, e, particularmente, de alunos e profissionais do ensino público do Estado. As demandas sociais de investimentos em assistência técnica pedagógica são eminentes, porque impactam diretamente as necessidades de uma sociedade em grau de desenvolvimento heterogêneo, na construção de novos modelos de ensino e aprendizado, compatíveis com as carências regionais específicas. A educação sanitária e ambiental na elevação da qualidade das escolas públicas contribui para a valorização do atributo ambiental dos espaços locais, por inculcar nos estudantes os valores da preservação e conservação do seu ambiente imediato.

Tipologia 5 – O fortalecimento da governança nas escolas da rede pública complementa os impactos relevantes propostos para a educação neste Projeto. A governança, em qualquer organização, busca a qualidade de seu ambiente interno e externo, o aumento dos impactos positivos de sua presença física na sociedade que a acolhe, os benefícios das melhores práticas de gestão, o aperfeiçoamento do ser humano para o exercício de suas funções, o aprimoramento das qualidades individuais de seus colaboradores, processos envolvidos, acompanhamento e avaliação dos resultados. Estes aspectos, voltados à organização “escola”, têm ainda maior repercussão e multiplicação de resultados, se considerado o universo de abrangência de sua intervenção no ambiente em que atua.

Tomados os impactos da conjugação destas três Tipologias, e o universo de abrangência desses impactos – 700 escolas (598 urbanas e 111 rurais), e 310.349 matrículas no período de cinco anos de investimentos do Projeto, estimam-se resultados de alto impacto positivo, social e ambientais.

Por fim, destacam-se, nos setores Saúde e Educação, demandas sociais e ambientais importantes, tendo em vista o contingente populacional que representam; os resultados dos indicadores de equipamentos públicos disponíveis, haja vista nos níveis estadual e municipal em todos os municípios, em que a quantidade e a qualidade do serviço disponibilizado à educação estão aquém da demanda. Da mesma forma os demais indicadores sociais apontam para importantes fragilidades dos territórios, que demandam a avaliação conjunta para a priorização dos investimentos.

Territórios	População total/ em área rural	Fragilidades
Alto Oeste	194.002 / 73.401 vivem na área rural.	• Falta de equipamentos adequados de Saúde e de Educação, • Infraestrutura precária de água e saneamento, • Assistência técnica insuficiente e escassez de mão-de-obra qualificada.
Apodi	155.957 / 59.553 vivem na área rural.	• Associam-se problemas muito similares de acesso a serviços básicos, • Falta de infraestrutura adequada dos equipamentos públicos • Assistência técnica deficitária, • Dificuldades de acesso ao crédito e de comercialização dos produtos regionais.
Açu-Mossoró	421.549 / 81.462 vivem área rural	• Baixa qualidade da Educação, • Sistemas de água, esgotamento e lixo, • Manejo inadequado do solo e degradação ambiental, assistência técnica insuficiente, • Dificuldades de certificação de produtos, comercialização e infraestrutura para escoamento da produção local, aliados ao seu baixo padrão tecnológico.
Terra dos Potiguaras	1.093.924/s.n.	• Singularizam-se impactos ambientais dos investimentos, • Precariedade dos serviços de infraestrutura urbana, • Falta de segurança, • Problemas de comercialização, • Escoamento da produção, • Concentração de renda e desigualdade de oportunidades.
Seridó	289.866 / 74.381 vivem na área rural	• Ensino Fundamental fragilizado, • Desestruturação do sistema de saúde, • Problemas de manejo de recursos naturais, • Restrições de oferta de assistência técnica, de conhecimentos científicos e tecnológicos sobre o uso da água, e • Dificuldades dos pequenos produtores para acessar crédito e mercados. • Cinturão central, as fragilidades identificadas são muito similares entre os territórios: • Infraestrutura deficiente, • Equipamentos públicos ausentes ou de baixa qualidade, • Ausência ou disponibilidade restrita de assistência técnica,

- Mão de obra pouco qualificada,
- Organizações produtivas frágeis, e
- Dificuldades para comercialização de produtos e acesso a crédito.

Agricultura Familiar

Após análise dos principais mapeamentos, realizados pelas instituições de apoio aos APL no Rio Grande do Norte, e levando em consideração o público alvo do Subcomponente Desenvolvimento Econômico e Social do Projeto RN Sustentável, destacou-se um conjunto de 10 APL potenciais através de sua ligação direta com as tipologias de investimento utilizadas no Projeto, tanto os Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional, quanto as Iniciativas de Negócios. São eles: Apicultura, Artesanato, Bovinocultura de leite, Cajucultura, Confeção, Fruticultura, Pesca artesanal marítima, Piscicultura de águas interiores, Turismo no litoral, Ovinocaprinocultura.

O apoio às iniciativas de negócios terá por base: (i) alta correlação com as atividades do campo, sobretudo a agricultura familiar; (ii) microempreendedores individuais que atuam principalmente no setor têxtil e de serviços voltados à atividade turística, com ênfase nos jovens e nas mulheres.

Segue-se em uma análise do mercado informal do RN, partindo da observação dos dados relativos aos Microempreendedores Individuais formalizados.

- Mais de 32.000 microempreendedores individuais na Junta Comercial do Estado (JUCERN, 2012) nas mais diversas áreas possíveis;
- Atividades de comércio e prestação de serviços, correspondendo a 72,3% do total de empresas individuais abertas no Estado;
- 209.834 microempreendedores individuais informais⁸ no RN, sendo 66.283 mulheres (31,5%) e 143.551 homens (68,5%); sendo 20,4% (42.863) meio rural e 79,5% (166.971) urbano. (IBGE, 2010)

A despeito de políticas públicas de estímulo à produção familiar e da variedade e importância de APL, como as salientadas acima, na economia regional do Estado, as demandas sociais são manifestas, à vista das análises apresentadas. Ressalta-se, particularmente, a questão de gênero, os baixos índices de frequência à escola, a defasagem idade série, a dificuldade e precariedade de acesso a estabelecimentos de educação pública, os gargalos na colocação dos produtos no mercado (muitos restritos à venda no meio imediato local), os baixos níveis de qualidade de produtos, ausência de ATER e da EMATER no cenário regional, dentre outros não menos relevantes.

Estes fatores apontam o padrão de desenvolvimento econômico hoje observado no Rio Grande do Norte que ainda apresenta traços de forte insustentabilidade, nos aspectos de natureza econômica, social e cultural, destacando-se uma profunda exclusão social em algumas regiões chave no contexto do desenvolvimento integrado.

As sugestões apresentadas abaixo contribuem para reverter os hiatos de assistência ao trabalhador rural, considerados os prazos de vigência do Projeto, seus impactos positivos na repercussão da inclusão social e econômica.

SUGESTÕES	AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO P/EXECUÇÃO
Buscar junto aos órgãos públicos meios para adequação das Unidades de Beneficiamento visando o	- Articular e viabilizar projetos de melhorias dos aspectos físicos e funcionais, visando o atendimento necessário a certificação dos	SETHAS	Na vigência do projeto

⁸ Por causa da ausência de dados precisos, fez-se uma *proxy* para retratar os microempreendedores individuais informais. A lógica de construção dessa variável segue a regulamentação adotada para a classificação desse tipo de categoria, quais sejam: a) receber até R\$5.000,00 mensais (correspondente a R\$60.000,00 anuais); c) ser trabalhador por conta própria; c) não contribuir para a previdência/ter carteira de trabalho assinada.

SUGESTÕES	AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO P/EXECUÇÃO
atendimento dos padrões exigidos pelo Ministério da Agricultura possibilitando a certificação dos produtos (aspectos físicos e funcionais);	produtos - Orientação articulada entre os órgãos envolvidos no processo de reestruturação física e funcional nas unidades de processamento, para facilitar e/ou agilizar as certificações	IDIARN/SAPE MAPA	
Buscar parcerias junto aos poderes públicos para implantar e ou regularizar o Selo de Inspeção Municipal (SIM) para os produtos de origem animal e vegetal;	- Articular, agilizar e priorizar a os investimentos para agricultura familiar para a certificação de produtos animal e vegetal, de acordo com os recursos do Projeto RN Sustentável.	SETHAS IDIARN/SAPE MAPA	Na vigência do Projeto
Maior mobilização e articulação na divulgação da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no PNAE, através de órgãos governamentais e não governamentais (EMATER, INCRA, Sindicatos, Secretarias Municipais, Estadual e Conselhos);	- Desenvolver ações, para o fortalecimento da divulgação do PNAE junto, aos agricultores familiares, visando estimular e ampliar a produção	SETHAS SAPE STTR CONSELHOS MUNICIPAIS CAE INCRA DRAE	Na vigência do projeto
<u>Controle na emissão de DAP</u>	Implementação de ações para fiscalização da emissão de DAP	EMATER INCRA STTR	
Mobilização dos Agricultores Familiares para organização na forma de cooperativas e ou organizações, visando o fortalecimento do grupo para o atendimento de compras que envolva um montante maior de recursos;	- Orientar os agricultores para se tornarem pessoas jurídicas constituídas.	EMATER INCRA STTR	
Atualização de dados cadastrais dos agricultores/ produtores familiares por município;	- Articular junto ao órgão competente para fazer o monitoramento das DAP	EMATER INCRA/MDA	Na vigência doo projeto
Facilitar acesso ao crédito	Identificar dentre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, mecanismos mais acessíveis ao crédito. Implantação de subprojetos de hortas comunitárias, viabilizando os investimentos voltados ao acesso das organizações comunitárias ao programas de aquisição de alimentos, com foco	SETHAS SAPE BNB BB	Na vigência do projeto

SUGESTÕES	AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO P/EXECUÇÃO
	nos mercados e na segurança alimentar e nutricional.		

Dadas às carências observadas, é imperioso cuidar de reverter a situação desfavorável encontrada, que tende a se agravar, no curto prazo, pelo impacto às populações rurais e urbanas, reféns do abandono de políticas públicas inclusivas, aliado aos efeitos da degradação ambiental, fruto das práticas inadequadas de exploração dos recursos naturais, o que pode levar a situações de completa inutilização do suporte físico.

Considerado o enfoque do Projeto nos Territórios de Cidadania, esta avaliação de impacto socioambiental destaca a importância de um diagnóstico participativo envolvendo todas as forças vivas do território reunidas num fórum de diálogo entre todos os protagonistas do processo de desenvolvimento endógeno: os produtores (agricultores familiares, partícipes da economia informal, empresários), representantes dos poderes constituídos locais, estaduais e federais, organizações da sociedade civil e, o corpo docente das escolas de vários graus.

O diagnóstico, em nível substantivo, trata de hierarquizar as necessidades sociais mais urgentes, a serem atacadas pelo plano de desenvolvimento local, a começar pela geração de oportunidades de trabalho, e superar o mais rapidamente possível as estratégias de mera sobrevivência.

O caráter construtivo do diagnóstico, identificando os recursos latentes e os projetos que podem resultar da mobilização destes recursos, à condição que sejam complementados por aportes externos devidamente identificados para que desempenhem suas funções. Um ponto de partida, para uma negociação através da qual se estabelece o que pode e deve ser feito localmente e quais as contribuições indispensáveis a serem fornecidas pelo poder público. Estas iniciativas permitem se criar um banco de dados para cada Território com todas as informações produzidas pelo diagnóstico, pelo conjunto dos programas que afetam o Território, por estudos existentes ou encomendados e pelas análises do desempenho do próprio programa Territórios da Cidadania.

Na medida em que o diagnóstico participativo vai se transformar com o tempo numa atividade contínua de planejamento do desenvolvimento territorial, a análise do conjunto dos programas que se recortam em cada Território da Cidadania conduz a evitar competições e duplicações desnecessárias e caminhar no sentido de uma maior complementaridade e sinergia entre as atividades dos diferentes agentes promotores de mudança.

III. ROL DOS INVESTIMENTOS FÍSICOS PROPOSTOS

Os investimentos previstos para o Projeto estão distribuídos pela UGP, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças, e as Unidades Executoras dos Subprojetos - UES, correspondendo às seguintes Secretarias:

SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças
SAPE – Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca
SETHAS – Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
SETUR – Secretaria de Estado do Turismo
DER – Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Norte
SEDEC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
SESAP – Secretaria de Estado da Saúde
SEEC – Secretaria de Estado de Educação e Cultura
SEARH – Secretaria de Estado de Administração e dos Recursos Humanos

O Projeto RN Sustentável, integra um conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento regional sustentável do Rio Grande do Norte, com investimento total de US\$ 540 milhões. Sua execução é prevista para 7 anos, em 02 (duas) etapas, sendo a 1ª etapa no valor de US\$ 360 milhões, e a 2ª etapa no valor de US\$ 180 milhões, sendo a liberação vinculada ao desembolso de 40% dos recursos propostos na 1ª etapa.

O Rol de Investimentos previstos para o Projeto RN Sustentável, em seus Componentes 1 – Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano; e, 2 – Reestruturação e Modernização da Gestão compõem-se de acordo com o quadro a seguir.

Figura 27 - Rol de Investimentos Físicos do Propostos (em US\$)

COMPONENTES/SUBCOMPONENTES	TOTAL	BANCO	ESTADO
COMPONENTE 1 - INVESTIMENTOS SOCIOECONÔMICOS SUSTENTÁVEIS VOLTADOS A INCLUSÃO PRODUTIVA	200.545.178	180.295.760	20.249.419
COMPONENTE 2 - MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	130.069.413	116.936.063	13.133.350
2.1. Atenção à Saúde	44.973.659	40.432.585	4.541.074
2.2. Melhoria da Qualidade da Educação Básica	68.813.770	61.865.516	6.948.254
2.3. Melhoria da Segurança Pública e Defesa Social	16.281.984	14.637.962	1.644.022
COMPONENTE 3 – GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO	65.535.409	58.918.177	6.617.232
SUBTOTAL	396.150.000	356.150.000	40.000.000
TAXA INICIAL	900.000	900.000	-
CONTINGÊNCIAS FÍSICAS E FINANCEIRAS	2.950.000	2.950.000	-
TOTAL	400.000.000	360.000.000	40.000.000

III.1. Tipologias, Componentes e Subcomponentes Inerentes aos Investimentos do RN Sustentável

Tipologia 1 – Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional;
Tipologia 2 - Projetos de Iniciativa de Negócios Sustentáveis;
Tipologia 3 - Projetos Socioambientais;
Tipologia 4 - Projetos de Inovação Pedagógica
Tipologia 5 – Projetos de Apoio ao Fortalecimento da Governança Local/Territorial/Institucional

Componente 1 – Investimentos Socioeconômicos Sustentáveis Voltados a Inclusão Produtiva

Componente 2 – Melhoria dos Serviços Públicos

Subcomponentes: 2.1. – Atenção à Saúde, com as seguintes Tipologias pactuadas:

- Tipologia 1 - Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional; e
- Tipologia 5 – Projetos de Apoio ao Fortalecimento da Governança Local/Territorial

Subcomponente 2.2 – Melhoria na Qualidade da Educação Básica, com as seguintes as Tipologias pactuadas:

- Tipologia 1 - Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional;
- Tipologia 4 - Projetos de Inovação Pedagógica;
- Tipologia 5 – Projetos de Apoio ao Fortalecimento da Governança Local/Territorial

Subcomponente 2.3. – Segurança e Defesa Social

- Tipologia 5 – Projetos de Apoio ao Fortalecimento da Governança Local/Territorial

As atividades inerentes às intervenções, previstas nas Tipologias 1 a 3, irão, também, considerar a conservação e recuperação em Pagamento por Serviços Ambientais na paisagem rural (*Payment for Ecosystem Services - PES*).

Componente 3 – Governança do Setor Público

Este componente terá o apoio dos investimentos destinados à Tipologia 5 - Projetos de Apoio ao Fortalecimento da Governança Institucional em todas as respectivas ações, como pode ser confirmado pelo Quadro Resumo dos Indicadores de Resultado, Atividades, Tipologias e Territórios Priorizados, no Capítulo I – Descrição do Projeto RN Sustentável.

IV. MARCO REGULATÓRIO E INSTITUCIONAL

O marco regulatório e institucional para o Projeto RN Sustentável aborda: (i) a legislação ambiental e demais legislações correlatas nos níveis federal, estadual e municipal, incidentes sobre as políticas públicas que apresentam interface com o Projeto; (ii) o arcabouço jurídico e institucional que rege os processos de licenciamento ambiental no Estado do Rio Grande do Norte; (iii) o órgão ambiental competente nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos propostos pelo Projeto; (iv) e as leis e normas específicas quanto à supressão de vegetação, manejo adequado de resíduos sólidos, audiências públicas; (v) a caracterização institucional nos níveis Federal, estadual e municipal e os mecanismos de gestão adotados.

O aparato jurídico-institucional aplicado às características do Projeto permite identificar, dentre as Políticas de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial, aquelas de aplicação mandatória e preventiva, identificando suas equivalências em perspectiva comparada, bem como permite estabelecer o referencial jurídico-institucional que confere legitimidade às ações propostas.

Ressalte-se, por oportuno, que o Plano de Regionalização e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PERGIRS/RN), o Programa de Ação Estadual de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE/RN) e o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Étnico Racial são instrumentos construídos por processos democráticos e que, apesar de não serem instituídos por Lei ou regulamentados por Decreto, atualmente são referências para a atuação do Estado nas áreas de abrangência.

IV.1. Políticas, Instrumentos e Procedimentos

Políticas e Instrumentos

O marco regulatório das políticas ambientais é constituído por um conjunto de normas que juntas compõem o arcabouço jurídico do qual emanam as diretrizes gerais e específicas a serem observadas no planejamento e implementação de ações do Projeto. A Constituição Federal de 1988, bem como diversas outras normas infraconstitucionais federais, estaduais e municipais tais como: leis ordinárias, leis complementares, decretos e resoluções, abordam e asseguram a proteção ao meio ambiente, da seguinte forma:

Constituição Federal de 1988 – Art. 23: Trata do Pacto Federativo. Estabelece como competência da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; art. 170 : Estabelece como princípio da ordem econômica a defesa do meio ambiente ; art. 186 : inclui a preservação do meio ambiente entre os requisitos para o atendimento da função social da propriedade, art. 216: atribui ao poder público o dever de proteção do patrimônio cultural brasileiro, no qual estão incluídas as áreas de valor paisagístico, arqueológico e ecológico; art.225 : Enuncia o direito comum a todos de usufruírem o meio ambiente, ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum, essencial à sadia qualidade de vida. É atribuído ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo.

Lei Federal nº 6.938/81 – Institui a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, define seus instrumentos: Zoneamento Ambiental, Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), Licenciamento Ambiental; institui o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e a sua respectiva estrutura: CONAMA, SEMA, órgãos setoriais, seccionais e locais.

Lei Federal nº 4.771/65 – Institui o Código Florestal. Trata das áreas de proteção permanente e estabelece a ação penal quando os bens atingidos forem florestas e demais formas de vegetação nas nascentes e ao longo dos cursos d'água.

Lei Federal nº 7.754/89: Estabelece medidas para a proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios.

Lei Federal nº 7.735/89 – Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –

IBAMA com vistas à preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais brasileiros;

Lei Federal nº 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais: dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, dentre outras providências.

Lei Federal nº 9.795/99 – Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Incumbe o poder público de definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental e aos órgãos integrantes do SISNAMA de promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Dá prioridade de eleição aos planos e programas dos órgãos integrantes do SISNAMA e do Sistema Nacional de Educação, para fins de alocação de recursos públicos.

Lei Federal nº 9.985/00 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, constituído pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Estabelece as definições de Parque Nacional – PARNA; Estação Ecológica; Reserva Biológica – REBIO; Reserva Ecológica; Área de Proteção Ambiental – APA; Reserva Extrativista – RESEX; e Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE.

Lei Federal nº 9.966/00 - dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.

Lei Federal nº 11.445/07 - estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, define os princípios fundamentais dos serviços públicos de saneamento básico.

Lei Federal nº 12.305/10 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e define os instrumentos da referida política.

Lei Federal nº 12.651/12 e Medida Provisória nº 571/12- Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Estabelece normas gerais com o fundamento central de proteção e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa, em harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico. Dispõe sobre a definição e regime de proteção das áreas de preservação permanente, estabelece normas para a supressão de vegetação, uso do fogo controlado,

Resolução CONAMA 001/86 – caracteriza o Impacto Ambiental como: “[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais”;

CONAMA 009/87 – Dispõe sobre as normas para realização de audiências públicas para a exposição e análise de estudos ambientais.

A Política Estadual de Meio Ambiente no Rio Grande do Norte

Lei Complementar nº 272 de 03 de março de 2004, define as diretrizes estaduais do Sistema Estadual de Meio Ambiente

- Uso sustentável dos recursos ambientais, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser preservado e protegido, em favor do uso coletivo;
- Acesso equitativo aos recursos ambientais;
- Prevenção, prevenção e proteção ambientais;
- Informação ambiental;
- Usuário e poluidor pagador; e
- Reparação ambiental.

A Lei Estadual define os instrumentos da Política Estadual de Meio Ambiente

- Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA), com objetivo de reunir informações sobre a qualidade do meio ambiente e dos recursos ambientais;
- Relatório de qualidade do meio ambiente;

- Cadastro técnico estadual de atividades relacionadas com o uso dos recursos ambientais e potencialmente degradadores
- A educação ambiental;
- Zoneamento ambiental;
- Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC);
- Compensação ambiental;
- Normas e padrões ambientais;
- Monitoramento ambiental;
- Auditoria ambiental; e
- Licenças e avaliação de impactos ambientais

A Política Estadual de Meio Ambiente articula-se complementarmente com outras políticas e programas existentes no Estado

- Política Estadual de Recursos Hídricos e o respectivo Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH) - instituída pela Lei Estadual nº 6.908, de 01 de julho de 1996, que em conformidade com a legislação federal, estabelece critérios para a utilização sustentável dos recursos hídricos;
- Programa de Ação Estadual de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Rio Grande do Norte (PAE/RN) – visa a melhoria da qualidade ambiental em áreas degradadas e a recuperação dos sistemas ambientais existentes ou em processo de fragilização no estado.
- Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos- instrumento que define as diretrizes para a gestão sustentável dos resíduos sólidos, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Para a implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (RN Sustentável), serão consideradas as diretrizes da Política Nacional e Estadual do Meio Ambiente, fortalecendo assim o Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) e, conseqüentemente, os sistemas municipais de meio ambiente (SISMUMA) nos municípios cuja gestão da política ambiental esteja municipalizada, com normas e diretrizes específicas.

Procedimentos

Os procedimentos vinculados à política ambiental abrangem a expedição de atos administrativos atinentes a licenças e autorizações.

O Decreto Federal 99.274/90

Regulamenta o Sistema de Licenciamento Ambiental, em três fases.

- Licença Prévia (LP) - fase preliminar do planejamento de atividades, com os requisitos básicos para localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;
 - Licença de Instalação (LI) - autoriza o início da implantação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, das quais constitui motivo determinante; e,
 - Licença de Operação (LO) - autoriza, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação.
-

O Conselho Nacional de Meio Ambiente, mediante resoluções define os seguintes aspectos:

CONAMA 237/97	Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental, e estabelece que as avaliações de impacto ambiental possam ser realizadas por outros estudos ambientais além do EIA/RIMA. Art.5º - atribui a competência ao órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal sobre o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades.
CONAMA 09/87	Trata das finalidades das audiências públicas, tais como: expor às partes interessadas o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA; Dirimir dúvidas e recolher dos presentes as críticas e sugestões a respeito das etapas da avaliação do impacto ambiental. Constitui-se em importante canal de participação da comunidade nas decisões em nível local. Sua obrigatoriedade é determinada pelo IBAMA, sempre que julgar necessário, ou por solicitação de entidade civil, do Ministério Público ou de 50 ou mais cidadãos. O edital de realização da audiência é publicado no Diário Oficial da União e em jornal regional ou local de grande circulação, rádios e faixas, com indicação de data, hora e local do evento.
CONAMA 09/87	Trata das finalidades das audiências públicas, tais como: expor às partes interessadas o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA; Dirimir dúvidas e recolher dos presentes as críticas e sugestões a respeito das etapas da avaliação do impacto ambiental. Constitui-se em importante canal de participação da comunidade nas decisões em nível local. Sua obrigatoriedade é determinada pelo IBAMA, sempre que julgar necessário, ou por solicitação de entidade civil, do Ministério Público ou de 50 ou mais cidadãos. O edital de realização da audiência é publicado no Diário Oficial da União e em jornal regional ou local de grande circulação, rádios e faixas, com indicação de data, hora e local do evento.

Licenciamento Ambiental - Procedimentos adotados no Estado do Rio Grande do Norte

O licenciamento ambiental no Estado do Rio Grande do Norte, de competência do IDEMA (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente), autarquia estadual vinculada à SEMARH, Regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 14.338, de 25/02/1999, formula, coordena, executa e supervisiona a política estadual de preservação, conservação, aproveitamento, uso racional e recuperação dos recursos ambientais, com base na legislação federal vigente e em normas estaduais, em especial nos seguintes instrumentos legais:

Constituição do Estado do Rio Grande do Norte – Arts. 150, 151, 152, 153 e 154.	Define como atribuição do poder público estadual e da coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente, bem como de harmonizá-lo, racionalmente, com as necessidades do desenvolvimento sócio - econômico, para as presentes e futuras gerações.
Lei Complementar Estadual nº 272/04	Institui a Política e o Sistema Estadual do Meio Ambiente, as infrações e sanções administrativas ambientais, as unidades estaduais de conservação da natureza e institui medidas compensatórias ambientais, dentre outras providências.
Lei Complementar Estadual nº 291/05	Regulamenta a concessão de licenças ambientais no âmbito do PROGÁS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo do Gás Natural).
Lei Complementar Estadual nº 336/06	Altera a Lei Complementar nº 272/2004, ao definir conceito normativo ao termo Compensação Ambiental, altera a composição e define a abrangência dos atos do CONEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente), e inclui critérios específicos para a concessão de licenças ambientais.

Lei Complementar Estadual nº 380/08	Altera artigos da Lei Complementar nº272/04, institui a atual denominação do órgão ambiental estadual (IDEMA).
Resolução CONEMA nº04/2006-	Estabelece parâmetros e critérios para a classificação, Segundo o porte e potencial poluidor e degradador dos empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores ou, ainda que, de qualquer forma possam causar degradação ambiental para fins estritos de enquadramento visando à determinação do preço para análise dos processos de licenciamento ambiental.
Resolução CONEMA nº04/2006	Aprova nova versão do anexo único da resolução nº 04/2006 do CONEMA.

O sistema de Licenciamento Ambiental adotado no Estado do Rio Grande do Norte contempla as seguintes modalidades de Licenças, Autorizações e cadastros:

- Licença Prévia (LP): concedida na etapa preliminar do projeto, contém os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas suas fases de localização, instalação e operação, observando-se a viabilidade ambiental do empreendimento nas fases subseqüentes do licenciamento;
- Licença de Instalação (LI): autoriza o início da implantação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;
- Licença de Operação (LO): concedida após as verificações necessárias, para facultar o início da atividade requerida e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas licenças prévia e de instalação;
- Licença Simplificada (LS): concedida para a localização, instalação, implantação e operação de empreendimentos e atividades que, na oportunidade do licenciamento, possam ser enquadrados na categoria de pequeno e médio potencial poluidor e degradador e de micro ou pequeno porte. A critério do interessado, esta licença poderá ser expedida em duas etapas, sendo a primeira para análise da localização do empreendimento (Licença Simplificada Prévia – LSP) e a segunda para análise das respectivas instalação, implantação e operação (Licença Simplificada de Instalação e Operação – LSIO);
- Licença de Regularização de Operação (LRO): de caráter corretivo e transitório, destinada a disciplinar, durante o processo de licenciamento ambiental, o funcionamento de empreendimentos e atividades em operação e ainda não licenciados, sem prejuízo da responsabilidade administrativa cabível;
- Licença de Alteração (LA): para alteração, ampliação ou modificação do empreendimento ou atividade regularmente existente;
- Licença de Instalação e Operação (LIO): concedida para empreendimentos cuja instalação e operação ocorram simultaneamente.

Prazos de Validade das Licenças

Em conformidade com a legislação estadual as licenças são expedidas por prazo determinado, considerando-se a natureza da atividade ou empreendimento e em observância aos seguintes limites:

- Licença Prévia (LP): terá prazo de validade mínimo igual ao estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não poderá ser superior a 2 (dois) anos.
- Licença de Instalação (LI): terá o prazo de validade máximo de 4 (quatro) anos e o prazo mínimo deverá ser igual ao estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade.
- Licença de Operação (LO): terá o prazo de 1 (um) a 6 (seis) anos, a depender das características e do potencial poluidor e degradador da atividade objeto de licenciamento.
- Licença Simplificada (LS): o prazo varia de 1 (um) a 6 (seis) anos, considerando-se as características

da obra ou atividade.

- Licença de Regularização de Operação (LRO): o prazo de validade não poderá exceder a 02 (dois) anos, utilizando-se como parâmetro para sua definição o tempo necessário para as análises da Entidade Executora para a decisão sobre a expedição de Licença de Operação e cumprimento das condicionantes feitas para a expedição dessa licença.
- Licença de Instalação e Operação (LIO): terá prazo de validade mínimo de 1 (um) ano e máximo de 10(dez) anos, a ser definido quando as características da obra ou atividade licenciada indicarem a necessidade de sua renovação periódica.

No âmbito do Projeto RN Sustentável, nas intervenções referentes à Tipologia 1 – Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional, nas situações em que seja identificada a necessidade de Reassentamento Involuntário de população marginal ao traçado de rodovias, será demandado o Licenciamento Ambiental, em consonância com os procedimentos e diretrizes constantes do Marco de Resassentamento Involuntário, em anexo deste Relatório, no Volume 3.

Supressão de Vegetação

A legislação federal regulamenta a supressão de vegetação nos seguintes termos:

Instrução Normativa IBAMA Nº 006/09	Disciplina os procedimentos relativos às autorizações de supressão de vegetação em empreendimentos de interesse público ou social: (i) emite a Autorização de Supressão de Vegetação – ASV; e (ii) as respectivas Autorizações de Utilização de Matéria-Prima Florestal – AUMPF, quando aplicável.
Art.5º, parágrafo único (IBAMA – IN 006/09)	O levantamento florístico deverá apresentar informações sobre a família, nomes científico e comum, hábito, tipo de vegetação, estratos e, quando for o caso, Estado fenológico (decorrente dos eventos periódicos da vida das plantas em função da sua reação às condições do ambiente) e o número de tombamento.
Art.7º (IBAMA - IN 006/09)	A supressão de espécies constantes de lista oficial da flora brasileira ameaçada de extinção e dos anexos CITES - Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestre Ameaçadas de Extinção, as áreas onde tais espécies ocorrem deverão ser, previamente à supressão, objeto de um Programa de Salvamento de Germoplasma Vegetal. Este Programa deve ser apresentado junto com a caracterização qualitativa da vegetação contendo o plano de destinação do germoplasma coletado, as espécies selecionadas para coleta e a metodologia com cronograma detalhado, conforme Modelo de Requerimento de Solicitação para Autorização de Utilização de Matéria-Prima Florestal.

Povos Indígenas

No âmbito das intervenções propostas pelo Projeto RN Sustentável, as ações demandadas terão suas diretrizes e procedimentos conforme determinado no Marco Conceitual de Povos Indígenas do Estado do Rio Grande do Norte em anexo deste Relatório, no Volume 2.

Apresenta-se quadro resumido da legislação federal e do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Étnico-Racial do Rio Grande do Norte.

Lei Federal nº 5.371/67	Fundação Nacional do Índio – FUNAI: coordenar a execução das políticas públicas de etnodesenvolvimento; as populações indígenas isoladas, a demarcação das terras onde vivem e a proteção ao meio ambiente, de forma a garantir sua sobrevivência física e cultural.
-------------------------	--

Lei Federal nº 6.001/73

Institui o Estatuto do índio. Art. 26 : Dispõe sobre as áreas reservadas : Reserva Indígena, Parque Indígena e Colônia Agrícola Indígena. Define o parque indígena como área contida em terra na posse de índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região.

Plano Estadual de Promoção da Igualdade Étnico-Racial do Rio Grande do Norte

Tem como ancora as diretrizes e princípios do Plano Nacional, e está amparado legalmente pela Constituição Federal de 1988, baseado nos acordos e convenções internacionais e nas legislações e recomendações de ordem jurídica sobre direitos e igualdade racial. Adota as seguintes diretrizes:

- Garantir a institucionalização da política de promoção da igualdade racial, por meio de parcerias sólidas local, estadual, nacional e internacional para implantação do Plano de Promoção da Igualdade Racial e combate ao racismo institucional;
- Garantir programa de formação sistemática aos gestores do Estado e do FIPIR/RN, a partir da intersetorialidade na gestão das ações com adoção de metodologias que promovam a integração dos órgãos governamentais e promova a igualdade racial;
- Garantir a participação da sociedade civil, por meio de suas organizações representativas, na execução das propostas apresentadas no Plano Estadual.
- Primazia da responsabilidade do Estado na condução das ações da Política de Promoção da Igualdade Étnico Racial;
- Articular a universalidade das políticas de promoção da igualdade, para avaliar na perspectiva de espaço de cobertura de 10 anos, quais as mudanças ocorridas na melhoria de qualidades de vida dos segmentos alvos do Plano Estadual.
- Políticas públicas integradas das diversas secretarias de Estado com foco étnico racial para o desenvolvimento democrático e sustentável dos territórios étnicos.

Saneamento Básico

Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007

- Estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico e para a política federal de saneamento básico. Define o saneamento básico como : conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais.

Lei Federal nº 12.305/10

- Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispendo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Plano Estadual de Regionalização e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Rio Grande do

Investimentos previstos para o fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis.

O Plano tem por objetivo definir estratégias de gestão dos resíduos sólidos gerados no Estado, adequando-as às diretrizes da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre a gestão associada de Serviços Públicos e Consórcios Públicos, Convênios de Cooperação e Contratos de Programa, à Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que trata do Saneamento Básico e estabelece diretrizes nacionais para o setor e à própria Lei Federal nº 12.305 de 12 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Audiências Públicas

Constitui uma das etapas da avaliação do impacto ambiental. E regulamentada pela Resolução nº 09/87 do CONAMA 09/87, tem como finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise, dirimir dúvidas, obter sugestões. Obrigatoriedade definida pela IBAMA. O edital de realização da audiência deverá ser publicado em Diário Oficial da União e em jornal regional ou local de grande circulação, rádio, faixas, com indicação de data, hora e local do evento.

IV.2 Caracterização Institucional

A caracterização institucional do Projeto RN Sustentável refere-se aos diferentes órgãos e atores da governança das políticas ambientais, no nível federal, estadual e municipal, bem como das demais políticas públicas que possuem interface direta no processo de implementação socioambiental do Projeto. Aborda, ainda, os mecanismos de gestão do Projeto.

Ambito Federal

Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Órgão de planejamento da política nacional;
Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)	Órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), composto por representantes do Governo e da Sociedade Civil. Composto por câmaras técnicas permanentes e temporárias é o órgão que determina os padrões de qualidade ambiental no País
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA),	órgão responsável pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente, da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais brasileiros. Responsável pelo controle e a fiscalização de atividades que possam provocar degradação ambiental.
Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), estrutura institucional :	• Conselho de Governo : órgão superior com função de assessoria à Presidência da República • CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) : órgão consultivo e deliberativo da política ambiental em nível federal • SEMA (Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República) : órgão central. Tem por finalidade planejar, coordenar, como órgão federal, a política nacional de meio ambiente e suas respectivas diretrizes • IBAMA: órgão executor da política de meio ambiente no nível federal • Órgãos seccionais: são os órgãos ou entidades estaduais que executam programas e projetos e pelo controle e fiscalização de atividades que possam causar degradação ambiental. • Órgãos locais: são os órgãos ou entidades municipais que executam a política ambiental em suas respectivas jurisdições.

O Plano Brasil Sem Miséria articula e mobiliza os esforços do governo federal, estados e municípios para a superação da extrema pobreza. Suas ações baseiam-se em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos essenciais.

Âmbito Estadual: órgãos de interesse

Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, órgão central, integrante da administração direta, com a finalidade de planejar, elaborar e avaliar a Política Estadual do Meio Ambiente.

IDEMA - Entidade executora da política ambiental no Estado, com a competência de executar, coordenar e supervisionar a política.

CONEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) - órgão colegiado superior de natureza consultiva e deliberativa do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISNEMA), composto por representantes da sociedade civil e de entidades governamentais. Decomposição multisetorial, agrega os órgãos de interesse: Secretaria Estadual do Planejamento e das Finanças; Secretaria Estadual da Agricultura, da pecuária e da pesca; Secretaria do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria de Estado do Turismo; IDEMA; IBAMA; Assembleia Legislativa Estadual; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RN); Federações patronais; instituições educacionais de nível superior; organizações não governamentais; associações profissionais; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público; Federação dos Municípios do RN (FEMURN).

Âmbito Municipal

Nos municípios a rede institucional de implementação das políticas locais de meio ambiente focaliza-se no Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA), composto por um órgão central (secretaria municipal de meio ambiente) e um colegiado deliberativo e consultivo (Conselho Municipal de Meio Ambiente) composto por representantes de entidades governamentais e não governamentais.

As ações socioambientais do Projeto RN Sustentável não obstante o seu enfoque territorial, repercutem diretamente no fortalecimento das políticas municipais de meio ambiente e de todas as demais políticas públicas sejam federais ou estaduais em execução nos municípios.

No âmbito municipal, o Projeto irá articular-se com uma diversidade de instituições municipais tais como: prefeituras e câmaras municipais, conselhos de políticas públicas, organizações não governamentais, entidades públicas e privadas prestadoras de assistência técnica e organizações produtoras e de microempreendedores com atuação nos municípios.

Arranjo institucional na execução operacional do Projeto

Composto por órgãos da administração direta e indireta, qualificados como co-executores: Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), Secretaria de Estado da Administração e Recursos Humanos (SEARH), Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEEC), Secretaria de Estado da Saúde (SESAP), Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAPE), Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC), Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Norte (DER).

Programas e Projetos – Interface com as Tipologias do RN Sustentável

UNIDADE EXECUTORA SETORIAL (UES)	TIPOLOGIAS	PROGRAMAS E PROJETOS EM INTERFACE COM RN SUSTENTÁVEL	MARCO REGULATÓRIO	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS
SEPLAN	Fortalecimento	Modernização da Gestão e do	Constituição	Governo

	da governança	Planejamento - PNAGE Gestão para resultados	Federal (Art.37)	Federal e Estadual
SEARH	Fortalecimento da governança	Gestão e desenvolvimento de Recursos Humanos capacitação de servidores Modernização da logística administrativa	Constituição Federal (Art.37)	Governo Federal e Estadual
SAPE	Iniciativa de negócios sustentáveis Estruturantes de desenvolvimento regional	Aquisição de alimentos; PRONAF; Territórios da Cidadania; Programa Agroecológico; Garantia Safra; Projeto Aprisco; Sementes e Mudanças; Entrepósito de Comercialização; Central de Comercialização da Agricultura Familiar; Sementes e mudas; Entrepósito de Comercialização; Programa do leite; Centro vocacional tecnológico da fruticultura; Classificação dos produtos animais e vegetais; Pesquisa agropecuária;	Constituição de 1998 (art. 6º, art. 37); Lei Federal 11.346/06 ;	SEMARH ; EMATER ; IDIARN ; EMPARN ; UFRN ; UFERSA ; EMBRAPA ; MMA ; MAPA ; SEARA ; INCRA ; MDA ; Prefeituras municipais ; SEBRAE ;
SETHAS	Iniciativa de negócios sustentáveis ; Socioambientais ; Estruturantes de Desenvolvimento Regional	RN Mais Justo; Economia Solidária; Artesanato; Projovem; Aquisição de Alimentos/Agricultura familiar; Alimentação do Trabalhador; Qualificação do Trabalhador; Bolsa Família; Plano Brasil sem Miséria; Territórios da Cidadania	Constituição de 1998 (Art.6º); Lei Federal 12.435/11 ; Lei Federal 11.346/06 ; Lei Federal 10.741/03 ; Lei Federal nº 10.836/04 Lei Federal 8.069/90 ; Lei Federal nº 11.079/04 Decreto nº 5.296/04 ; Decreto 7.037/09 Lei Federal nº 12.305/10	SINE ; Ministério do Trabalho e Emprego ; Federação do Comércio ; Prefeituras municipais ; SEBRAE
SETUR	Estruturantes de desenvolvimento regional	PRODETUR Nacional; Regionalização do Turismo; Marketing;	Lei Federal nº 10.257/01 Lei Federal nº 11.445/07	DER ; SETUR ; EMPROTUR ; CTI Nordeste ; Ministério do Turismo ; CAERN ; SIN ; Prefeituras Municipais
SEDEC	Estruturantes de desenvolvimento regional	Mão Amiga Feiras e eventos Desenvolvimento e	Lei Federal nº 11.079/04 (PPP's)	AGN ; Federação do Comércio ;

		implantação de APL's Capacitação e promoção de intercâmbio;		Associações comerciais ; SEBRAE
DER	Estruturantes de Desenvolvimento Regional	Recuperação e construção de rodovias estaduais Implantação de rodovias estaduais	Lei Federal nº 10.257/01	INCRA
SEEC	Estruturante de Desenvolvimento Regional Projeto de Inovação Pedagógica	Brasil Alfabetizado Olhar Brasil PRONATEC Acesso ao ensino técnico e emprego PROFUNCIONÁRIO PROJOVEM Campo Educação do Campo	Lei Federal 10.172/01	SEJUC SESAP FNDE SENAC SENAI UFRN IFRN Prefeituras Municipais
SESAP	Estruturantes de Desenvolvimento Regional	Rede cegonha; Urgência e emergência; Atenção Básica e vigilância em saúde; Atenção oncológica	Lei Federal 8.080/90	Ministério da Saúde Corpo de Bombeiros Forças armadas Prefeituras municipais

Principais órgãos estaduais em apoio às atividade do Projeto:

SEMARH (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos); SIN (Secretaria de Estado do Infraestrutura); IDEMA (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente); CAERN (Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte); EMATER; EMPARN; IDIARN; SESED, SEJUC, ESCOLA DE GOVERNO, ESCOLAS ESTADUAIS, EMPROTUR (Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo), PGE (Procuradoria Geral do Estado); e CONTROL (Controladoria do Estado), dentre outros.

Instituições parceiras no apoio ao Projeto:

Serviço Brasileiro de Apoio à micro e Pequena Empresa (SEBRAE/RN), Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN/IEL), Serviço Nacional de Assistência Rural (SENAR), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade do Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Delegacias Federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DFDA/MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), (Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério da Saúde (MS), Serviço Nacional de Apoio à Indústria (SENAI), Agentes Financeiros, Escolas Profissionalizantes Estaduais, Instituto Federal de Ensino Técnico e Científico do Rio Grande do Norte (IFRN), Centro Vocacional Tecnológico (CVT), Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN), entre outros.

Mecanismos de gestão socioambiental

A gestão socioambiental do Projeto RN Sustentável, em alinhamento às demandas sociais por bens e serviços e as respostas governamentais a tais demandas, abrange os mecanismos de gestão administrativa e os mecanismos de controle social, fundamentados nos princípios da descentralização e participação nas fases de planejamento, execução e avaliação.

A gestão administrativa do Projeto será feita por meio dos seguintes órgãos:

Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP): A gestão operativa do Projeto ficará sob a

responsabilidade da Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP, vinculada e subordinada diretamente ao Gabinete do Secretário de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), sendo responsável pela administração geral do Projeto, incluindo o planejamento, a coordenação, o monitoramento e avaliação de todas as atividades, bem como pela gestão financeira, processos de licitação, desembolso e controles internos, manutenção de contas do Projeto e preparação de relatórios sobre a gestão do Projeto, sendo composta por um Gerente Executivo, um Gerente Administrativo e Financeiro, contando com uma equipe de assessoria financeira (aquisições e contratações, unidade instrumental de finanças, desembolso), além de assistentes administrativos, e por uma equipe de assessoria técnica fixa composta por controle interno, assessoria jurídica; assessoria de comunicação e informação; assessoria de monitoramento, avaliação e controle; assessoria de articulação institucional e planejamento estratégico; assessoria de apoio aos componentes; e assessoria de gestão socioambiental.

Comitê Gestor do Projeto (CGP): órgão de deliberação colegiada será composto pelo Titular da SEPLAN e pelos Titulares dos Órgãos e Entidade co-executores do Projeto e da Unidade de Gerenciamento do Projeto, tendo as seguintes competências: (a) deliberar sobre as políticas e diretrizes de funcionamento do Projeto, observando as normas e diretrizes do mesmo, bem como as diretrizes e metas do Plano Plurianual (PPA); (b) apreciar e aprovar decisões estratégicas para o melhor desenvolvimento do Projeto; (c) analisar e avaliar os relatórios de monitoramento e avaliação das ações, planos operativos anuais, planos de aquisições, relatórios de progresso do Projeto e relatórios de auditoria externa; e (d) promover a integração interinstitucional, tendo em vista o desenvolvimento e a implementação efetiva das ações planejadas no Projeto.

Unidades Executoras Setoriais (UES): Órgãos da Administração Direta do Estado do Rio Grande do Norte definidos como co-executores do Projeto. As UES estarão a cargo de um Gerente Técnico e deverão contar com uma estrutura básica mínima que assegure a execução das respectivas ações do Projeto sob sua responsabilidade. Esta estrutura incluirá dois assessores diretos (um da área de planejamento estratégico e controle, e outro na área técnica operacional), que contarão com apoio de técnicos específicos, conforme a área de atuação do Projeto, e entre outras atividades supervisionará as ações desenvolvidas, no âmbito da respectiva órgãos co-executores, e acompanhará sistematicamente a sua implementação relativa à execução de obras, aquisição de bens e serviços e consultorias, atestando tecnicamente a sua execução física, parcial e final, bem como subsidiará a UGP na liberação de desembolso para assegurar a correta aplicação dos recursos envolvidos no Projeto.

A gestão socioambiental do Projeto fundamenta-se nos seguintes mecanismos de controle:

- **Conselhos Estaduais:** Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS), Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), o Conselho Estadual de Turismo, Conselho Estadual de Educação e Conselho Estadual de Saúde: Mecanismos de gestão do Projeto no nível estadual. São órgãos colegiados de caráter consultivo, responsáveis pelo acompanhamento das ações realizadas no âmbito do Projeto sob sua área de atuação, recomendando medidas que permitam o seu aperfeiçoamento, quando necessário. No caso dos investimentos de iniciativas de negócios sustentáveis e socioambientais, o **CEDRUS** e o **CEES**, terão ainda como responsabilidade analisar e referendar os projetos aprovados pelas UES referentes às demandas das organizações beneficiárias do Projeto.
- **Colegiados Territoriais:** instância de articulação e implementação de ações político-institucionais no âmbito dos territórios. Composto por representantes de instituições do governo federal, estadual e municipal, organizações sociais, redes e movimentos sociais, sindicatos, associações, fóruns e conselhos de políticas públicas. Instância de legitimação das propostas e de elaboração de estratégias territoriais para cadeias de valor de modo a: (i) harmonizar o planejamento territorial para a inclusão econômica e social; e (ii) facilitar, por meio das APLs, a execução de Planos de Negócios.

Entidades de apoio a estratégia territorial de desenvolvimento:

- **Escritórios Regionais e Locais da EMATER** - Apoiarão ao Projeto nas ações de mobilização, no acompanhamento, fiscalização e supervisão das ações nos territórios. Juntamente com os Colegiados Territoriais compoem a instância territorial de apoio ao Projeto.
- **Conselhos Municipais de Desenvolvimento** : São entidades representativas locais oficialmente

reconhecidas que podem facilitar a participação das Organizações Produtivas nas APLs, juntamente com outros representantes dos setores público, privados e ONGs. O CMD também é o principal veículo para exercer controle social em relação à implementação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável e verificação da elegibilidade das Organizações Produtoras para acessar subsídios de contrapartida dos projetos. Nos municípios, os Conselhos de Desenvolvimento terão o papel primordial de contribuir para a promoção do desenvolvimento local, garantindo o processo participativo dos beneficiários em todas as fases de implementação do Projeto, estimulando a integração de políticas públicas e dos investimentos públicos e privados a nível local. É papel dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento no âmbito do Projeto: (i) promover e divulgar o Projeto no Município; (ii) informar o sobre o processo de seleção adotado sobre as manifestações de interesse apresentadas pelas organizações que poderão vir a ser apoiadas pelo Projeto; (iii) analisar e emitir parecer, em conjunto com a Emater Local, sobre a elegibilidade das organizações produtivas beneficiárias do Projeto relativas as manifestações de interesse recebidas; (iv) acompanhar a implantação dos investimentos comunitários apoiados pelo Projeto no município; (v) apoiar a UGP e UES no monitoramento e avaliação da execução e operacionalização do Projeto no município, com ênfase para as ações apoiadas e a integração de políticas públicas; (vi) monitorar e supervisionar a implementação dos investimentos aprovados e acompanhar, em conjunto com os Comitês de Acompanhamento, as obras e os serviços financiados pelo Projeto; (vii) participar da avaliação e acompanhamento, junto com a Emater Local, UES e UGP, de desempenho do projeto no município; (viii) participar de programas de capacitação organizados pelo Projeto no município, (viii) fornecer à UES e UGP todas as informações e dados sobre as manifestação de interesse recebidas, analisadas, aprovadas ou rejeitadas e quaisquer outros que sejam solicitados para permitir um adequado acompanhamento da implementação do Projeto; e (ix) articular-se com os demais Conselhos Municipais no sentido de viabilizar a integração dos programas e projetos que visem o desenvolvimento regional.

- **Instituições de ATER Privada.** Desenvolverão serviços de assistência técnica para promover o desenvolvimento regional sustentável do Estado, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente. Contribuirão para a inclusão econômica e social das pessoas, equidade nas relações de gênero, raça e etnia, com adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão das políticas públicas, mediante integração de ações multisetoriais e complementares de assessoramento técnico gerencial, organizacional e empresarial nas diversas fases das atividades econômicas, e na gestão de negócios, com foco na inserção ao mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias de valor, conforme princípios e objetivos do PNATER e as diretrizes do Projeto RN Sustentável.
- **Alianças Produtivas** - são conglomerados formados por: (i) Organizações Produtoras; (ii) pequenas e médias empresas; (iii) provedores de serviços técnicos, públicos e privados; (iv) instituições financeiras e acadêmicas; e (v) ONGs, todas localizadas no território do mutuário em acordos mutuamente benéficos; e (v) cooperativas de serviços da agricultura familiar.
- **Organizações Produtoras** - São responsáveis principalmente pela execução e implementação de projetos financiados com subsídios de contrapartidas no contexto dos Investimentos de Iniciativas Negócios Sustentáveis e Investimentos Socioambientais.
- **Organizações Não-governamentais (ONG).** A participação das ONG poderá e deverá permear todo o ciclo do Projeto, desde os níveis mais altos da coordenação estadual até as organizações beneficiárias. Neste sentido, as organizações não-governamentais serão estimuladas a participar do Projeto da seguinte forma: (i) colaboração na divulgação do Projeto e na sensibilização e mobilização das organizações beneficiárias; comunidades; (ii) participação nos investimentos; (iii) participação nas reuniões dos Conselhos Municipais; e (iv) assessoramento técnico à UGP e UES, ou ainda às organizações beneficiárias, quando solicitado.
- **Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores.** Os Poderes Executivo e Legislativo municipais, à luz do contrato firmado entre o Estado e o Banco Mundial, não têm obrigações compulsórias para a implementação do Projeto. Entretanto, dado o caráter descentralizado do Projeto, caberá, ao Estado, diretamente ou através da UGP e UES, estabelecer com os referidos poderes as conexões que sejam consideradas essenciais ou condizentes ao bom desempenho do Projeto e para promoção do desenvolvimento regional (Componente 1).

- **Caixas Escolares** – Associações civis com personalidade jurídica de direito privado vinculadas às respectivas unidades estaduais de ensino. São responsáveis pelo recebimento, aplicação e correta prestação de contas dos recursos destinados às escolas públicas para implementação dos Planos de Desenvolvimento Escolar - PDE, objetivando a realização de projetos e atividades educacionais.

IV.3. Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais adotadas pelo RN Sustentável

IV.3.1. Avaliação Ambiental – OP 4.1

A Avaliação Ambiental – (AA), na Política Ambiental do Banco Mundial, aborda as questões naturais e sociais de forma integrada. Considera o ambiente natural (ar, água e solo); a saúde e segurança humana; os aspectos sociais envolvidos pelo projeto (reassentamento involuntário, povos indígenas e propriedade cultural); e, os aspectos transfronteiriços e do meio ambiente global.

Considera, ainda:

- O conjunto de políticas, legislação nacional e capacidade institucional relacionadas aos aspectos ambientais e sociais; e,
- As obrigações do país, relativas às atividades do projeto, no âmbito de tratados e acordos internacionais relevantes ao meio ambiente.

Os instrumentos de AA:

- Estudo de Impacto Ambiental – EIA;
- AA regional ou setorial;
- Auditoria ambiental, na avaliação de perigo ou risco; e,
- Plano de Gestão Socioambiental (PSGA).

Estes instrumentos são utilizados de acordo com o grau de impacto ambiental do projeto, avaliado por uma análise ambiental preliminar, que determina o grau e tipifica os impactos resultantes do projeto em:

- Categoria A: impactos ambientais adversos significativos e de caráter sensível, diverso e sem precedentes;
- Categoria B: impactos adversos (menos significativos que a Categoria A), sobre as populações humanas ou áreas ecologicamente importantes (ecossistemas aquáticos, florestas, pastos e outros habitats naturais), de medidas mitigadoras mais rápidas; e,
- Categoria C: possibilidade mínima ou não existente de impactos ambientais adversos.

A Política Ambiental do Banco considera, ainda, a capacidade institucional, jurídica ou técnica do mutuário de:

- Análise da AA; e,
- Monitoramento e gestão das medidas mitigadoras.

Credita, ainda, a importância de consultas públicas e a ampla divulgação sobre aspectos ambientais resultantes da implementação do projeto, ouvindo as solicitações e demandas, em plena participação da sociedade envolvida em todas as etapas do projeto.

IV.3.2. Habitats Naturais – OP 4.4

De importante valor biológico, social, econômico e existencial, os habitats naturais abrangem as porções de terra e água onde se formam comunidades biológicas endêmicas constituídas por espécies de plantas e animais nativos, nas quais a atividade humana não alterou, essencialmente, as funções ecológicas primárias da área.

Os habitats naturais essenciais são as áreas oficialmente protegidas e propostas pelos governos, de acordo com a classificação da União Internacional de Conservação da Natureza – UICN. A Política do Banco Mundial estabelece as medidas apropriadas de conservação e mitigação, no sentido de remover ou reduzir o impacto adverso sobre os habitats naturais e suas funções. Para tanto, a Política Ambiental do Banco orienta sobre os limites socialmente definidos de mudança ambiental aceitável, seja pela proteção plena do sítio, por meio da reformulação do projeto; pela retenção estratégica do habitat; pela conversão ou modificação restrita; pela reintrodução de espécies; medidas de mitigação para minimizar o dano ecológico; obras de restauração pós-construção; restauração de habitats degradados; e o estabelecimento e manutenção de área ecologicamente semelhante em tamanho e contiguidade adequados. Tais medidas incluem a supervisão e avaliação, com a coleta de dados que informem sobre os resultados da conservação e constituam orientação para o desenvolvimento de novas medidas corretivas apropriadas.

IV.3.3. Controle de Pragas e Parasitas – OP 4.09

No controle de pragas e parasitas que afetam tanto a agricultura quanto a saúde pública, o Banco Mundial apoia uma estratégia que promove o uso de métodos de controle biológicos ou ambientais e reduz a dependência de pesticidas químicos sintéticos. Impõe-se ao mutuário o controle de pragas e parasitas no contexto da Avaliação de Impacto Ambiental do Projeto.

IV.3.4. Povos Indígenas – OP 4.10

A política social de Povos Indígenas estabelece que todos os projetos tenham em sua proposta a possibilidade de afetar as populações indígenas ou o seu território é necessário a realização de consultas prévias, livres, informadas de forma culturalmente adequadas (OP 4.10). Sendo necessário, ainda, na execução de um projeto, os seguintes cuidados e procedimentos:

- Preservar a integridade territorial e cultural dos povos indígenas;
- Respeitar e reconhecer os direitos indígenas;
- Criar condições aos povos indígenas de exercerem seu direito de participar efetivamente das decisões que se referem ao seu futuro econômico, social, político e cultural, num contexto de participação democrático e de construção pluriculturais, vital no sentido de preservação de suas identidades, onde haja um diálogo com a construção/legitimação de sentidos de pertencimento.
- Os projetos devem ainda evitar impactos adversos às comunidades indígenas, através do planejamento de ações. Nas situações contrárias mitigar esses impactos com ações compensatórias, garantindo que as mesmas obtenham benefícios econômicos, sociais, ambientais, adequados a sua cultura.

Como já citado as ações demandadas terão suas diretrizes e procedimentos conforme determinado no Marco Conceitual de Povos Indígenas do Estado do Rio Grande do Norte em anexo deste Relatório, no Volume 2.

V.3.5. Reassentamento Involuntário – OP 4.12

A Política de Reassentamento Involuntário é constituída por diretrizes e procedimentos que devem ser seguidos para que o processo de reassentamento seja o mais adequado possível, reduzindo ao máximo os possíveis transtornos gerados à vida das pessoas afetadas.

O Reassentamento Involuntário é aplicado e acionado quando existe à necessidade de reassentar a população, situadas em territórios requeridos para implantação das obras do Projeto. Uma Política de Reassentamento Involuntário deve, acima de tudo, garantir a recomposição da qualidade de vida das famílias afetadas nos seus vários aspectos:

- Físico (perda de moradia, de bens);
- Financeiro (interrupção de atividades produtivas, com consequente empobrecimento);
- Sócio familiar (quebra da rede de apoio social, das relações de vizinhança, memória, etc.).

Para tanto, devem ser considerados os aspectos econômicos, sociais e ambientais; de desagregação dos sistemas de produção; de empobrecimento pela perda de patrimônio ou fontes de renda; de realocação em locais menos favorecidos em capacidade de produção; pressão na competição por acesso a recursos; de enfraquecimento das redes sociais e instituições comunitárias; de dispersão de grupos familiares; diminuição de identidade cultural, exercício da autoridade tradicional e o potencial de ajuda mútua, a política do Banco Mundial objetiva a orientar e atenuar estes riscos.

Como apresentado anteriormente, o Projeto RN Sustentável, de Categoria B, não prevê intervenções que conduzam à adoção da OP 4.12. Contudo, o anexo Volume 3 deste Relatório, traz o Marco Conceitual de Reassentamento Involuntário, como medida preventiva na eventual identificação, ao longo dos estudos inerentes ao 1º ano do Projeto, da necessidade de ser acionada esta política operacional. Ressalta-se que toda e qualquer medida neste sentido será tomada mediante as diretrizes específicas emanadas pelo Banco Mundial.

IV.3.6. Recursos Culturais Físicos – OP 11.03

Refere-se aos recursos culturais físicos como: objetos, sítios, estruturas, grupos de estruturas, além dos aspectos e paisagens naturais, móveis ou imóveis, de importância arqueológica, paleontológica, histórica, arquitetônica, religiosa, estética ou outro significado histórico. Estes bens podem ser localizados em ambientes urbanos ou rurais, no solo, subsolo ou imersos em corpos d'água. O interesse cultural pode ser de âmbito local, provincial, nacional ou da comunidade internacional.

A Política do Banco objetiva a evitar ou atenuar os impactos adversos sobre os recursos físicos culturais no âmbito do projeto, considerando a legislação nacional incidente, e as obrigações em tratados e acordos ambientais internacionais relevantes. A Política Operacional 11.03, estabelece as diretrizes do Banco Mundial, sobre os recursos físicos culturais. Nestas encontram-se os compromissos da contraparte relativos ao tratamento dos recursos físicos culturais encontrados a serem geridos pelo sistema de gerenciamento social e ambiental do cliente. Destacam-se consultas públicas, durante o processo e avaliação ambiental, cujo processo consultivo inclui a participação dos principais grupos sociais afetados pelo projeto, as autoridades governamentais interessadas e as ONGs relevantes, na avaliação dos possíveis impactos e na exploração das opções de prevenção e atenuação, dando-lhes toda a publicidade necessária.

IV.3.7. Florestas - OP. 4.36

A política do Banco no tocante às florestas refere-se ao manejo, conservação e o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas florestais e de seus recursos associados. As florestas são essenciais para a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável de forma duradoura, quer estejam situados em países que dispõem de florestas abundantes, ou em outros com recursos florestais naturais limitados ou esgotados.

O objetivo desta política é oferecer assistência aos mutuários com objetivo de:

- Utilizar o potencial das florestas na redução da pobreza de forma sustentável,;
- Integrar as florestas ao desenvolvimento econômico sustentável de maneira efetiva; e
- Proteger os valores e serviços ambientais vitais das florestas no âmbito local e global.

Nos locais onde sejam necessários o desenvolvimento de plantações e a restauração de florestas para o atendimento destes objetivos, o Banco assiste os mutuários nas atividades de restauração de florestas que mantenham ou aumentem a biodiversidade e a funcionalidade do ecossistema.

O Banco também assiste os mutuários no estabelecimento e manejo sustentável de plantações de florestas ambientalmente adequadas, socialmente benéficas, e economicamente viáveis, de modo a atender à crescente demanda por bens e serviços florestais.

Esta política se aplica aos seguintes tipos de projetos de investimento financiados pelo Banco:

- Projetos que impactem ou possam impactar a saúde e a qualidade das florestas;
- Projetos que afetem os direitos e a qualidade de vida de pessoas e seu nível de dependência ou

- Operações de exploração florestal realizadas por pequenos proprietários de terras, comunidades locais que participem de manejo florestal comunitário, ou entidades que tenham estabelecido acordos de manejo florestal conjunto, caso essas operações:
 - Cumpram com os padrões de manejo florestal, desenvolvidos com a participação significativa das comunidades locais afetadas, e sejam consistentes com os princípios e critérios de manejo florestal responsável; ou,
 - Comprometam-se com um plano de ação com um respectivo cronograma com o objetivo de atingir esse padrão. O cronograma deve ser desenvolvido com a participação ativa das comunidades locais afetadas e ser aceito pelo Banco.

O mutuário irá acompanhar todas as operações com a participação significativa das comunidades locais afetadas.

IV.3.8. Segurança de Barragens - OP. 4.37

Refere-se tanto à segurança das novas barragens quanto das já existentes, que dependem diretamente de projetos financiados pelo Banco, considerando-se as graves consequências quando do mau funcionamento ou o rompimento de uma barragem.

Durante a vida de qualquer barragem, cabe ao proprietário a responsabilidade de assegurar que sejam tomadas todas as medidas adequadas e fornecidos recursos suficientes para a segurança da barragem, independentemente das suas fontes de financiamento ou do estágio da construção.

O proprietário, de acordo com a compreensão do Banco, diz respeito ao: *“governo nacional ou local, uma empresa paraestatal ou privada, ou um consórcio de entidades.”* Se uma entidade diferente da que detém o título legal do local da barragem, da barragem, e/ou do reservatório possuir uma licença para operar a barragem e tem a seu cargo a responsabilidade de segurança da barragem, o termo “proprietário” passa a incluir esta outra entidade.

O Banco pode financiar os seguintes tipos de projetos que não incluam uma nova barragem, mas que irão depender do desempenho de uma barragem existente ou em construção (*Dam Under Construction – DUC*): [...] sistemas de abastecimento de água que captem água diretamente de um reservatório controlado por uma barragem existente ou por uma DUC; barragem de derivação ou estruturas hidráulicas a jusante de uma barragem existente ou de uma DUC, onde a falha de uma barragem a montante poderia causar danos consideráveis ou até comprometer a nova estrutura financiada pelo Banco; e projetos de irrigação ou de abastecimento de água que dependam da reserva e operação de uma barragem existente ou de uma em construção (DUC), para o fornecimento de água e que não possam funcionar se a barragem falhar. Os projetos nesta categoria incluem ainda operações que precisem do aumento de capacidade de uma barragem existente, ou alterações de características dos materiais represados, onde a falha de uma barragem existente poderia causar danos consideráveis ou até comprometer as instalações financiadas pelo Banco.

As medidas adicionais necessárias de segurança de barragens ou obras corretivas poderão ser financiadas no âmbito do projeto proposto. Quando há necessidade de obras corretivas consideráveis, o Banco exige que:

- as obras sejam projetadas e fiscalizadas por profissionais competentes;
- sejam elaborados e implementados os mesmos relatórios e planos que são necessários a uma barragem nova financiada pelo Banco.

IV.4. Análise Comparativa da legislação ambiental adotada no RN Sustentável e as Políticas de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial

Os procedimentos ambientais adotados no âmbito do Projeto RN Sustentável estão alinhados às diretrizes definidas nas políticas nacional e estadual de meio ambiente. O marco regulatório no qual se encontra amparado o Projeto, permite identificar a existência de simetrias entre a legislação brasileira e as demandas das políticas de salvaguardas do Banco Mundial.

A análise comparativa entre a legislação brasileira e as salvaguardas sociais do Banco Mundial revela um significativo grau de equivalência entre os instrumentos e procedimentos socioambientais do Projeto e as adotadas pelo Banco no escopo das Políticas Operacionais, sobretudo quanto à OP 4.01, OP 4.04, OP 4.09, OP 4.10, OP 4.11, OP.4.36 e OP.4.37.

Percebe-se, a partir da referida análise, que as demandas sociais das políticas operacionais, com exceção da OP 4.12, encontram a correspondente previsão normativa na legislação brasileira. No tocante à OP 4.12, dada à inexistência de legislação que regulamente especificamente os procedimentos a serem aplicados às hipóteses de reassentamento involuntário, o Projeto adotará, como referencial normativo, as diretrizes contidas em legislações que indiretamente respaldam o reassentamento involuntário, notadamente aquelas que dispõem sobre a regularização fundiária.

Nesse contexto, serão considerados os seguintes instrumentos normativos: Lei Federal nº 11.481/2007, que dispõe sobre a regularização de ocupações em bens imóveis da União; Lei Federal nº 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, alterada pela Lei Federal nº 12.424/2011. No âmbito estadual será observada a seguinte legislação: Lei Estadual nº 6.383/76, que regulamenta a cessão de terras devolutas do Estado e o respectivo Decreto regulamentador de nº 19.595/06; Lei Estadual nº 5.398/85, que dispõe sobre a regulamentação de terras em áreas urbanas e o respectivo decreto regulamentador de nº 9.372/85; Lei Estadual nº 5.816/1988, que institui o regime jurídico de terras públicas e o respectivo decreto regulamentador de nº 11.030/91; Lei nº 6.950/96 que institui o plano estadual de gerenciamento costeiro e a Lei nº 8.897/06, que regulariza e regulamenta os projetos de assentamento rural promovidos pelo Estado.

Por conseguinte, apontam-se os respectivos instrumentos normativos que apresentam simetria com as políticas operacionais do Banco Mundial, a serem observados durante a implementação dos procedimentos e instrumentos de gestão socioambiental no âmbito do Projeto RN Sustentável.

Não obstante a utilização da legislação apontada serão utilizados, complementarmente, durante a execução do Projeto, procedimentos e instrumentos de planejamento, a exemplo de planos e programas existentes no Estado que se correlacionam com as políticas operacionais, a saber: OP 4.01: observância do Plano Estadual de Combate à desertificação e recuperação de áreas degradadas e do Plano Estadual de Resíduos Sólidos; OP 4.04: Observância das diretrizes contidas no Programa Estadual de Unidades de Conservação; OP 4.09: observância, nos processos de avaliação ambiental, das normas de segurança e saúde preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho, como referencial complementar às normas nacionais aplicadas ao controle sustentável de pragas e parasitas; OP 4.10: aplicação das diretrizes definidas no Plano Estadual de Promoção da Igualdade Étnico Racial no Rio Grande do Norte; OP 4.12: utilização da legislação fundiária e urbanística como referencial normativo nas hipóteses de reassentamento; OP 4.36: Imposição de condicionantes à supressão de vegetação nos processos de licenciamento e utilização do manejo sustentável dos recursos florestais OP 4.37: Exigência de projetos de engenharia e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em todos os processos de Licenciamento Ambiental de projetos de construção de barragens; OP 11.03: utilização de critérios de proteção dos recursos culturais físicos, do patrimônio imaterial, dos tombamentos, dos bens culturalmente protegidos, definidos pelo IPHAN no Rio Grande do Norte.

V. POTENCIAIS IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS

Para o delineamento dos possíveis efeitos sobre o meio ambiente, decorrentes das atividades inerentes às tipologias de obras previstas no Projeto RN Sustentável, considerou-se o conceito de impacto ambiental adotado na Resolução CONAMA nº 001 de 1986, qual seja:

"qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam: a saúde; a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais".

Tomando-se as 5 (cinco) Tipologias adotadas pelo Projeto 1 – Impactos Gerados pelos Projetos de Iniciativas de Negócios; 2 – Impactos Gerados pelos Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional; 3 – Impactos Gerados pelos Projetos Socioambientais; 4 – Impactos Gerados por Projetos de Desenvolvimento Escolar Pedagógicos; e, 5 – Impactos Gerados pelo Fortalecimento da Governança, percebe-se que os impactos físicos de algum potencial negativos encontram-se, mais significativamente, na Tipologia 1, ocorrendo em zonas urbanas e rurais, porém, de caráter temporário, com poucos efeitos adversos, e com resultados positivos para as regiões rurais e zonas urbanas afetadas. A Tipologia 3 poderá acarretar impactos ambientais de caráter temporário positivo de extraordinária relevância para a sociedade norte-rio-grandense como um todo.

V.1. Tipologia 1 – Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional

Consideram-se os empreendimentos de interesse regional e natureza pública, privada ou mista, constituídos, designadamente, por obras de infraestrutura, equipamentos, unidade móveis de sanidade animal, e outros bens ou serviços necessários e adequados ao desenvolvimento de atividades econômicas de reconhecido interesse regional, preferencialmente relacionados com novas formas de economia, especificamente as mais intensivas em conhecimento e em qualquer caso relevantes para a estratégia definida no Projeto RN Sustentável.

Os Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional mostram-se particularmente aptos a acolher:

- a) Polos de competitividade regional produtiva, com base na inovação empresarial e social;
- b) Implantação de infraestruturas socioeconômicas voltadas a melhoria de inovações tecnológicas, inspeção sanitária, transporte e logística da produção regional;
- c) Investimentos na recuperação de infraestrutura econômica existente e nas necessidades estruturais do território; e
- d) As atividades que, pela sua natureza, aconselham uma localização regional, em contextos integrados no território, adequados às características das cadeias e arranjos produtivos locais e compatíveis com o modelo de desenvolvimento regional proposto no Projeto RN Sustentável.

PROJETOS ESTRUTURANTES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA SAÚDE

Neste subcomponente 1.2, as intervenções de algum impacto negativo, de caráter temporário, se baseiam em a reestruturação física de hospitais da rede estadual e municipal, acarretando inconvenientes transitórios, sejam: ruídos, poeira, espaços provisórios de instalação de emergências, notadamente na fase de implantação/construção, até a conclusão das obras.

Público Beneficiário. É beneficiária de forma direta e indireta do subcomponente a população das regiões priorizadas. O Projeto terá também como público-alvo as duas esferas de gestão do SUS no Rio Grande do Norte (as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde), na medida em que propiciará a devida e adequada organização gerencial, organizacional e programática, de modo que cada um possa exercer, em plenitude, os papéis que lhes são próprios. A atuação articulada requerida potencializará, também, os meios disponíveis em cada um dos entes federados, evitando-se a superposições de ações e o desperdício de recursos.

PROJETOS ESTRUTURANTES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

Serão apoiadas intervenções para os seguintes investimentos: construção de 06 escolas no campo que poderão ser também centro de treinamento profissional para os engajados nas atividades produtivas na região e funcionar como mobilizadora e coordenadora das atividades da comunidade na localidade; (c) integração da rede de educação profissional, através da contratação de consultoria para elaboração de planos de cursos profissionalizantes, considerando as atividades produtivas regionais; (d) realização de seminários e fóruns para revisão e divulgação dos projetos políticos e pedagógicos de educação profissional; (e) contratação de consultoria para levantamento dos principais arranjos e das cadeias produtivas a serem desenvolvidas pelo ensino profissionalizante; (f) realização de oficinas nos polos de educação para mobilizar e sensibilizar os professores das escolas de ensino profissionalizantes com relação reuniões aos cursos ofertados pelo PRONATEC; (g) prestação de serviços gráficos para confecção de material de divulgação dos planos dos cursos profissionalizantes ofertados; confecção de cartilhas orientadoras sobre o PNAE; e (h) realização de seminários de sensibilização e orientação sobre o acesso ao PNAE; (i) contratação de consultoria para ministrar a formação alfabetização da população jovem e adulta do campo não escolarizada, onde a prioridade é alfabetizar a população que estiver engajada em projetos produtivos, com ênfase na mulheres.

A melhoria da qualidade da educação requer também que as escolas ofereçam um mínimo de qualidade em sua infraestrutura, recursos humanos, equipamentos e mobiliários segundo a modalidade de ensino oferecida pela escola, através da viabilização dos investimentos: (a) contratação de consultoria especializada para apoiar a SEEC na adaptação dos padrões mínimos, do MEC com relação aos aspectos pedagógicos (ii) prestação de serviços gráficos para elaboração dos manuais dos padrões mínimos, (iii) contratação de consultoria para elaboração de 50 projetos executivos de ampliação e 4 projetos executivos de construção de escolas, (iv) obras de infraestrutura para adequação de escolas aos padrões mínimos estabelecidos (construção de 04 escolas com 10 salas, ampliação e reforma de 50 escolas, reparação de 80 escolas); e (e) aquisição de equipamentos/mobiliários para as escolas (considerando bibliotecas, refeitórios, sala de aula, e demais ambientes). Para definição dos padrões mínimos serão estabelecidos critérios e incentivos para que as escolas que atinjam os padrões mínimos e continuem a melhorar as suas instalações, e conservar seus equipamentos nos anos subsequentes.

Público Beneficiário. É público alvo das intervenções na área da Educação os alunos e profissionais da educação da rede pública estadual e municipal de ensino, sendo diretamente beneficiados os 700 estabelecimentos escolares da rede estadual de ensino, sendo 589 localizados em área urbana e 111 localizados na área rural, compreendendo 297 alunos na educação infantil, 142.409 no ensino fundamental, 125.395 no ensino médio, 42.049 na educação de jovens e adultos e 199 alunos na educação profissional, totalizando 310.349 matrículas, o que representa 33,40% da população atendida na educação básica no Estado.

V.2. Tipologia 2 – Projetos de Iniciativa de Negócios Sustentáveis

No conjunto dos subprojetos previstos, os impactos surtirão efeitos cumulativos positivos, pois atendem as necessidades do desenvolvimento sustentável, de forma integrada, buscando a conciliação dos aspectos sociais, econômicos e ambientais, quais sejam:

- a) Melhoria na elevação de renda dos beneficiários pelo fortalecimento e estruturação da produção familiar;
- b) Ressocialização de grupos sociais e fortalecimento de outros já existentes e atuantes;
- c) Melhoria do bem estar dos beneficiários, através de investimentos de economia solidária e gestão ambiental, além da permanência dos grupos sociais afetados em seu ambiente natural, seja meio rural ou urbano, onde convivam dignamente com o espaço, a melhoria da renda, da saúde e da educação.

A orientação para o processo de seleção e preparação de investimentos em Iniciativas de Negócios e Socioambientais tem seu fluxo em detalhamento em Anexo 3 deste Relatório. Igualmente, o Ciclo de Aprovação dos Investimentos Estruturantes encontra-se detalhado no Anexo 4.

V.3. Tipologia 3 – Projetos Socioambientais

As atividades relacionadas às intervenções nas obras físicas de recuperação e melhoria de tráfego nas vias de acesso aos Subprojetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional da produção familiar; do turismo; e, de melhorias físicas nas escolas e postos de saúde poderão gerar impactos transitórios, relacionados, especialmente, aos períodos de implantação das intervenções propostas. Da mesma forma, as intervenções em Subprojetos de sistemas simplificados de abastecimento e/ou tratamento de água; ou de infraestrutura hidroambientais; ou, ainda na recuperação de áreas degradadas e, finalmente na triagem e beneficiamento de resíduos sólidos, os impactos negativos são de natureza transitória. Contudo os efeitos dos impactos positivos serão sentidos de imediato.

Para a Tipologia 3, os impactos gerados são mínimos, pois restringem-se, na sua maioria, aos efeitos e transtornos relacionados ao período de realização das obras em estruturas já existentes e operantes; ou, ainda, aos riscos de acidentes associados ao manejo de matérias de construção; de resíduos sólidos; ou eventual ocorrência de vazamento de resíduos líquidos poluentes pelo manejo desses resíduos.

Apresentam-se, a seguir, os conteúdos mínimos de intervenções, seus impactos e medidas mitigadoras, quando necessário, sob a forma de matriz:

- Coluna “MEIO”: agrupa os impactos, segundo as características a serem observadas na área de influência do projeto (físico-bióticas ou socioeconômicas);
- Coluna “INTERVENÇÃO”: apresenta as possíveis atividades causadoras de impactos ambientais, independentemente de suas intensidades e probabilidades de ocorrência, uma vez que estas variam em função das condições do meio e das especificidades de cada projeto;
- Consideraram-se, ainda, as possíveis regiões em que possam vir a ser desenvolvidas (área urbana ou rural);
- Coluna “IMPACTOS”: descreve os potenciais impactos ambientais decorrentes do desenvolvimento de cada intervenção apresentada, classificando-os, ainda, quanto a sua natureza, isto é, se adverso ou benéfico (na matriz, negativo ou positivo, respectivamente), e se de efeitos temporário ou permanente; e,
- Coluna “PROGRAMAS / MEDIDAS”: elenca as ações a serem desenvolvidas com o objetivo de mitigar os potenciais impactos, bem como de prover contrapartidas às populações direta ou indiretamente afetadas pela correspondente intervenção.

Impactos e Medidas Mitigadoras em Obras de Edificação

MEIO	INTERVENÇÃO		IMPACTO		PROGRAMAS/ MEDIDAS
	Atividade	Região	Descrição	Natureza	Programação adequada dos serviços
FÍSICO-BIÓTICO	Transporte das equipes de obra e de materiais/ equipamentos	U	Risco de acidentes ao pessoal próprio ou a terceiros	(-) T	Programação adequada dos serviços
	Instalação de canteiro de obra	U	Poluição sonora e visual, poeira	(-) T	Acondicionamento apropriado dos materiais e equipamentos Adequação dos critérios construtivos às condições ambientais Recuperação das áreas degradadas
	Criação e controle de áreas de bota fora	U		(-) T	
	Implementação da obra e instalações elétricas e hidráulicas	U	Interferência no trânsito Contaminação do solo por resíduos de concreto, alumínio, ferro, cobre, plástico,	(-) T	
	Retirada das equipes de obra e de materiais/equipamentos	U			

	após a conclusão dos serviços		vidro, estopa, óleo, graxa, solvente		Recolhimento, acondicionamento, controle, transporte e descarte adequado de resíduos Comunicação Social
SOCIO ECONÔMICO	Implementação da obra e instalações elétricas e hidráulicas	U	Interrupção de atendimento ao público/estudantes	(-) T	Programação adequada dos serviços Monitoramento dos indicadores de qualidade e continuidade Monitoramento e fiscalização de perdas/desperdícios Comunicação Social
	Retirada das equipes de obra e de materiais/equipamentos após a conclusão dos serviços	U	Melhoria da qualidade dos edifícios	(+) P	
LEGENDA Região de INTERVENÇÃO: U – Urbana; R – Rural Natureza do IMPACTO: (-) Negativo; (+) Positivo; T – Temporário; P – Permanente					

- a) Projetos de Sistemas de Abastecimento e Tratamento de Água. A infraestrutura de implantação, ampliação e melhoria de sistemas simplificados de abastecimento e tratamento de água coletivo e serviços de saneamento básico, a ser financiada no âmbito do Subcomponente 1.1, incluindo a elaboração de projetos de engenharia, aquisição e instalação de equipamentos, capacitação para autogestão da água, obras de infraestrutura, será uma combinação de investimentos orientados tanto pela procura como pela oferta, contribuindo para a universalização do acesso a água em quantidade e qualidade adequadas ao consumo humano, especialmente voltada ao atendimento da população rural do Estado, por meio de uma gestão integrada, sustentável e participativa. O Modelo O&M de gestão da CAERN seria o modelo recomendado para ser adotado na implementação dos sistemas pelas comunidades atendidas. Os serviços de saneamento básico consistirão em soluções individuais e domésticas que incluem a instalação de sistemas de fossas sépticas em todas as comunidades onde o abastecimento de água potável será implantado. Concomitantemente, será apoiado o desenvolvimento de novas tecnologias e técnicas de tratamento e reuso da água na agricultura, p.ex., o reaproveitamento da água em determinadas áreas de produção (quintais produtivos). O processo de seleção para os investimentos baseada criará incentivos específicos para as organizações que apresentarem propostas dessa natureza. A ação tem como objetivo fortalecer o Programa RN Mais Justo, contribuindo com o Programa Água para Todos para universalizar o acesso e uso da água para populações rurais dispersas, utilizando fontes de água existentes, rios, pequenas barragens e poços, e adicionando a infraestrutura disponível para complementar a rede entre os principais sistemas de distribuição de água. O Projeto irá beneficiar as aglomerações e localidades rurais com até 250 famílias (ou cerca de mil habitantes), onde a oferta regular de água não está disponível.
- b) Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas. As atividades antrópicas vêm causando processos de impactos ambientais, dentre os quais podemos destacar o processo de degradação de áreas, anteriormente produtivas e que serviam de fontes de rendas para as famílias de agricultores residentes nas localidades. Além da perda da produtividade, estas áreas perdem também suas funções ambientais e assim promovem alterações negativas como a perda da biodiversidade local, mudanças no micro clima, dentre outros que trazem problemas diversos ao ambiente e especialmente a qualidade de vida dos moradores locais. De acordo com o PAE/RN, o Rio Grande do Norte tem 96,7 % do seu território susceptível a desertificação, o que prova a realidade local ser eminente quanto a evidencia de áreas degradadas e necessitando de ações que busquem a recuperação das mesmas e até mesmo a mitigação de áreas em processos de degradação. Em especial, nas Áreas Susceptíveis a Desertificação faz-se necessário realizar diagnóstico e identificação das áreas mais afetadas pelo processo, buscando delimitar as áreas a serem

beneficiadas e atendê-las de acordo com as diretrizes contidas no PAE/RN. Também será realizada uma análise sobre a possibilidade da inserção de Pagamentos por Serviços Ambientais, levando em consideração as atividades e legislações atuais, em colaboração com órgãos ambientais e de recursos hídricos do Estado, como incentivo para um novo modelo de convivência com as riquezas naturais e fomento a iniciativas agroecológicas. Esses investimentos incluirão ações de proteção e/ou recuperação do meio ambiente, voltadas ao restabelecimento ou a manutenção dos recursos naturais, a biodiversidade, recuperação de coberturas vegetais para o sequestro de carbono e proteção de áreas de relevante interesse ambientais para se ter direito ao benefício dos pagamentos dos serviços ambientais. As ações apoiadas irão procurar a valorização dos serviços ambientais e a melhoria da gestão recursos naturais pelas organizações produtivas, melhorando a relação entre o homem e o meio ambiente, promovendo um equilíbrio ambiental nas áreas susceptíveis à desertificação, atrelados a educação ambiental contextualizada.

- c) Projetos de Obras Hidroambientais. Os projetos hidroambientais são ações articuladas que irão apoiar a sustentabilidade dos recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Norte, buscando a manutenção da quantidade e da qualidade das águas em pequenas áreas espalhadas por uma bacia hidrográfica, preservando suas condições naturais de oferta d'água, tendo o homem como ponto focal. Dentre as ações apoiadas destacam-se a construção e operação de barragens subterrâneas e sucessivas, renques assoreadores, barramentos assoreadores, perfuração e operações de poços, construção de cisternas calçadão, entre outros. Para tanto, será adotado como instrumento de planejamento das intervenções a Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como estudos básicos e diagnósticos que se fizerem necessários para definição das bacias hidrográficas de atuação, onde se espera que proporcionar melhorias no processo de desenvolvimento socioeconômico nas bacias hidrográficas priorizadas. Em função do caráter demonstrativo das soluções financiadas, defende-se a replicação dessas experiências em outras microbacias hidrográficas do semiárido do Rio Grande do Norte, tendo em vista que irão contribuir para reduzir a erosão, melhorar a qualidade e aumentar o volume da água disponível, ampliar a cobertura vegetal, diversificar os cultivos, aumentar a consciência preservacionista, incorporar novos métodos e alternativas de produção, além de fortalecer o capital humano e social. Enfim, reduzir os efeitos da degradação ambiental de forma sustentável no longo prazo.
- d) Projetos de Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis. O Estado do Rio Grande do Norte construiu o seu Plano de Regionalização e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que, dentre as suas metas, propõe a criação de uma unidade gestora e técnica de resíduos sólidos como instrumento de assessoramento aos municípios, e estimula a instalação de Consórcios Públicos, priorizando a participação do catador cidadão e do trabalhador informal na gestão dos resíduos. Sendo assim, o Projeto apoiará a implementação do citado Plano através dos investimentos para fortalecimento da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, seja para construção de áreas de triagem ou para aquisições de equipamentos de beneficiamento e ações de capacitação que possam melhorar os sistemas de coleta seletiva nos municípios, fortalecendo, assim, uma rede de comercialização de recicláveis, melhorando a infraestrutura de logística e também a gestão das organizações.

Seleção das propostas socioambientais: As Organizações Produtivas deverão responder às Chamadas de Interesse Público para participação na seleção de propostas iniciais. Os critérios de seleção incluem: (a) relevância e adequação da intervenção ao contexto local (potencialidades, desafios e demandas locais) (b) mínimo de 30 famílias atingidas pelo investimento proposto (tal preocupação deve ser traduzida, no momento oportuno, na definição do limite para o custo per capita como critério para a priorização de investimentos em projetos); (c) alinhamento às diretrizes do PAE, da Política de Recursos Hídricos e de Resíduos Sólidos, bem como à estratégia socioambiental do Projeto; (d) análise do contexto, apresentação da organização e participação no processo de gestão e sustentabilidade da atividade prevista após o término do investimento; (e) coerência e consistência da atividade e forma de operacionalização ; (d) número de agricultores familiares participantes da propostas, incluindo quilombolas e indígenas; (e) número de mulheres e jovens atuantes no processo, e população em condições de extrema pobreza; (f) potencial de indução e reaplicabilidade; (g) intersecção espacial dessas comunidades com as fontes de água disponíveis; (h) se o uso e o manejo dos recursos naturais propostas observam as orientações legais de conservação, recuperação e uso sustentável da terra; e (i) coerência entre o cronograma de ações e o cronograma físico-financeiro do Projeto.

V.4. Tipologia 4 – Projetos de Inovação Pedagógica

O grande papel do Educador consiste em resgatar a esperança na educação, no ensino, nos educandos e em si mesmo, a começar pela humanização das práticas pedagógicas e de uma efetiva gestão democrática e participativa nas escolas, em que todos se reconheçam como gestores e partícipes desse processo que é uma construção coletiva.

Nesse sentido, visando o fortalecimento da governança educacional local/ territorial o Projeto apoiará:

- Realização de capacitações focadas na melhoria e fortalecimento dos técnicos da SEEC e Secretarias Municipais de Educação e professores no processo de institucionalização do regime de colaboração e do sistema único de ensino e na implantação das diretrizes e matrizes curriculares;
- Contratação de consultorias especializadas para apoiar SEEC nas diversas atividades propostas;
- Realização de eventos de mobilização e sensibilização envolvendo profissionais de educação e gestores para discutir a implantação de práticas pedagógicas;
- Realização de eventos de divulgação de divulgação e marketing das atividades realizadas; prestação de serviços gráficos para apoiar os treinamento e a divulgação das atividades propostas; e
- Construção e implantação de sistemas de avaliação e monitoramento da educação básica; entre outros.

Complementarmente, o Projeto RN Sustentável buscará:

- Melhorar a gestão e o desempenho das escolas através da construção de uma nova relação do professor com a escola, e com a comunidade. Inclui o financiamento de projetos escolares apresentados pelas escolas para solucionar os seus problemas pedagógicos e de gestão que incidem na diminuição do desempenho dos alunos e das escolas. A proposta parte da definição de um conjunto de atividades que as escolas (universalização do PDE escola) no contexto da realidade local, deverão elaborar para atingir metas de fortalecimento da gestão pedagógica, do Conselho Escolar, da autonomia da escola e de sua responsabilidade em relação a resultados significativos de aprendizagem. Serão apoiadas as seguintes intervenções: (i) diagramação e impressão de cartilhas e folders de orientação para elaboração, execução e prestação de contas dos projetos de inovação e práticas pedagógicas; (ii) realização de seminários e oficinas regionais/locais e estadual para divulgação e orientação dos projetos de inovação e práticas pedagógicas, bem como para apresentação dos resultados e das experiências exitosas; (iii) repasses para projetos de inovação e práticas pedagógicas das Escolas (PIPP); (iv) publicação anual das melhores práticas.
- O projeto irá apoiar a construção e implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica e Profissional do Rio Grande do Norte (SAEB-RN) com objetivo de monitorar e avaliar a qualidade da educação Básica, bem como a construção e implantação do Observatório da Vida do Estudante da Educação Básica – OVEEB, com objetivo de garantir o acompanhamento do desempenho escolar dos alunos da rede estadual. O OVEEB constitui-se em um centro de estudos e de análises de informações qualitativas e de natureza estatísticas sobre os estudantes que ingressam e os que já estão matriculados. Além disso, será apoiada a aquisição de equipamentos de TI para a SEEC, as DIREC, e as Escolas, e ainda a prestação de serviços gráficos para impressão de manuais específicos, visando fortalecer a avaliação e o monitoramento.

V.5. Tipologia 5 – Apoio ao Fortalecimento da Governança

O Fortalecimento da Governança é, por excelência, um fator de impacto positivo, em face de seu aspecto de desenvolvimento da capacidade de atuação e de tomada de decisão dos indivíduos.

Além dos investimentos diretos, serão aplicados recursos nas atividades de apoio ao fortalecimento da governança local e territorial. Essas atividades serão totalmente financiadas pelo Projeto e serão realizadas pelo Estado através da contratação de prestadores de serviços especializados, contando com o apoio das organizações não governamentais e demais parceiros.

Busca-se preparar a base necessária para troca de ideias e experiências, exposição das melhores práticas, experimentos, novas metodologias, pesquisa e divulgação das potencialidades das atividades econômicas da

região, permitindo-lhes ampliar sua área de atuação com a conquista de novos mercados, construindo alianças, parcerias e redes em municípios, centros acadêmicos, instituições de pesquisa, organizações privadas e organizações da sociedade civil. A qualificação dos atores envolvidos no processo é uma exigência para a obtenção da excelência no trabalho e nos resultados advindos. A introdução de novos conhecimentos, através da formação profissional continuada, principalmente para os que já estão no mercado de trabalho, é fonte de agregação de valor, de crescimento pessoal e profissional, com impactos positivos sobre a produtividade e competitividade. Nesse sentido, o incentivo se efetuará através de capacitação contextualizada dos agentes envolvidos no processo, especialmente em gestão social, ambiental, gestão organizativa; gestão econômica, financeira e empresarial; treinamento a nível municipal e territorial das organizações de controle social para participação nos mecanismos de gestão descentralizada do Projeto; treinamento para ATER e técnicos envolvidos na execução do Projeto; mobilização e sensibilização dos atores envolvidos na implementação; assistência técnica especializada contínua e bem como para preparação dos planos de negócios; realização de estudos (por ex. estudos de mercados e análise de cadeias de valor, estudos das cadeias voltadas a agricultura familiar, estudos técnicos na área de competitividade), pesquisas e diagnósticos; divulgação e marketing do Projeto e dos produtos financiados; realização de feiras (locais, regionais, nacionais e internacionais, inclusive feiras da economia solidária) e rodadas de negócio, realização de oficinas e intercâmbios de experiência, desde que atendam o interesse de fortalecimento das ações propostas pelo Projeto e envolvam o seu público-alvo.

Os beneficiários e suas organizações serão capacitados nas mais diversas áreas de acordo com os projetos estruturantes apoiados e nas atividades necessárias à sustentabilidade dos sistemas, cadeias e arranjos produtivos, transformação de produtos de origem animal e vegetal, certificação, organização e legalização de grupos, estratégias de mercados, viabilidades econômica e comercialização, políticas públicas, gestão administrativa, especialmente na gestão dos empreendimentos (organizacional e empresarial). Forte atividade de capacitação também será realizada na área de gestão ambiental, envolvendo temas como produção agroecológica, segurança e soberania alimentar, gestão de recursos hídricos, legislação ambiental, manejo integrado, entre outros. Os investimentos possibilitarão acesso a informação, formação e trocas de experiência, ajudando os beneficiários a identificarem suas vantagens comparativas em cadeias produtivas e nichos de mercados específicos, além de identificar oportunidades mais lucrativas e estimular o aparecimento de iniciativas de negócios sustentáveis. O Plano de Capacitação será construído com a inclusão de atividades voltadas as organizações dos grupos sociais mais vulneráveis, como os povos indígenas, quilombolas, jovens e mulheres, que possuem maior dificuldade de acesso às políticas públicas e programas. Além disso, poderão ser contratadas consultorias especializadas para acompanhar e avaliar os empreendimentos apoiados e implantados e propor ajustes técnicos, administrativos, jurídicos ou fiscais, visando garantir a eficácia na aplicação dos recursos e o alcance dos objetivos do Projeto.

Por outro lado, em função da necessidade de fortalecimento institucional da EMATER, o Projeto financiará um curso de formação em serviço (MBA) na área de Gestão de Negócios voltado para jovens graduados nas diferentes áreas de conhecimento, que atuam no setor agropecuário, para que os mesmos possam fortalecer o quadro de técnicos das EMATER Locais, e assim, possibilitando aos agricultores familiares subsídios teórico-empíricos no campo técnico e da gestão, visando promover e desenvolver vantagens competitivas para as organizações presentes nas principais cadeias agropecuárias do Rio Grande do Norte. Serão formados 210 gestores de negócios com recursos do Projeto, sendo 35 profissionais por semestre (02 por ano), constituindo 06 turmas, com curso de 24 meses para cada turma, abrangendo, portanto, praticamente todo o período do Projeto.

O Projeto se propõe a financiar 100% da assistência técnica para acompanhamento dos beneficiários do Projeto, incluindo indígenas e quilombolas, bem como para elaboração de seus planos de negócio. Os planos de negócios serão financiados em separado dos recursos destinados à assistência técnica continuada prestada aos beneficiários do Projeto. A proposta é promover o desenvolvimento regional sustentável compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente, visando contribuir para a inclusão econômica e social das pessoas, equidade nas relações de gênero, raça e etnia, com adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública, mediante integração de ações multisetoriais e complementares de assessoramento técnico gerencial, organizacional e empresarial nas diversas fases das atividades econômicas, e na gestão de negócios, com foco na inserção ao mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias de valor, conforme princípios e objetivos da PNATER e as diretrizes do Projeto RN Sustentável.

As diretrizes de ATER serão regidas por procedimentos descritos em Manual Operacional do Projeto, e no geral terão as seguintes atribuições: (i) assessorar e apoiar os beneficiários e gestores de subprojetos na implementação da sistemática de planejamento e monitoramento/ avaliação permanente, como parte do processo de controle social das políticas voltadas para o desenvolvimento regional sustentável; (ii) apoiar na promoção do desenvolvimento regional, considerando a diversidade dos recortes territoriais, priorizando os segmentos das cadeias e arranjos produtivos locais, com foco no mercado; (iii) promover, orientar e fomentar a produção, a comercialização e o consumo de alimentos sustentáveis dos segmentos alvo do Projeto, considerando a sociobiodiversidade e a agrobiodiversidade dos biomas, visando garantir renda e segurança alimentar e nutricional; (iv) apoiar a organização e dinamização econômica dos segmentos alvos do Projeto, tendo como estratégia as formas de organização cooperadas, associativas e solidárias, assessorando na organização, planejamento e gestão dos empreendimentos e das unidades produtivas, das cadeias produtivas, dos arranjos produtivos locais, nas formas de agregação de valor e nas práticas inovadoras de comercialização, tomando como base as políticas públicas voltadas para estes segmentos; (v) priorizar as potencialidades, especificidades ambientais e demandas locais, promovendo alternativas de produção e considerando o planejamento do desenvolvimento rural sustentável territorial; (vi) promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional e internacional; (vi) desenvolver ações que levem à conservação e recuperação dos ecossistemas e ao manejo sustentável dos agroecossistemas, visando assegurar que os processos agrícolas e não agrícolas evitem danos ao meio ambiente e a saúde humana e animal; e (vii) valorizar o papel das mulheres e dos jovens como sujeitos sociais fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar, considerando as potencialidades e necessidades econômicas locais, territoriais e regionais a partir da contribuição nas atividades agrícolas e não agrícolas, incentivando a economia solidária e o comércio justo e solidário; entre outros.

A ATER privada financiada pelo Projeto inclui: (a) gestão e educação ambiental em áreas agrícolas, incluindo procedimentos de pedido de licenciamento ambiental; (b) projetos de pequena escala em nível de unidades de demonstração para promover a adoção de práticas agrícolas sustentáveis; (c) formação sobre a prestação de serviços ambientais em áreas agrícolas (por exemplo, a qualidade da água, armazenamento de carbono); (d) desenvolvimento de capacidades para melhorar o processamento ou práticas de produção, planejamento, gestão social e empresarial dos empreendimentos e das unidades produtivas, das cadeias de valor, na forma de agregação de valor e na adoção de práticas inovadoras de comercialização; (e) assistência técnica para as comunidades rurais para operar, manter e cobrar pelo abastecimento de água e serviços de solução de saneamento; (f) capacidade de construção e fortalecimento de associações comunitárias rurais para criar uma cultura de uso sustentável e racional da água e proteção de fontes; (g) desenvolvimento da capacidade de participação das mulheres e jovens no processo de produção, considerando as potencialidade e necessidades econômicas locais e territoriais, incentivando a economia solidária, e (h) elaboração do Plano de Negócio, com viabilidade técnica, social, ambiental, econômica, financeira, e empresarial.

Para melhor compreensão, de forma conceitual, encontram-se na tabela a seguir potenciais impactos negativos e suas medidas mitigadoras, articulando-se às intervenções previstas.

MEIO	INTERVENÇÃO		IMPACTO		PROGRAMAS/ MEDIDAS
	Atividade	Região	Descrição	Natureza	Programação adequada dos serviços
FÍSICO-BIÓTICO	Transporte das equipes de obra e de materiais/equipamentos	U	Risco de acidentes ao pessoal próprio ou a terceiros	(-) T	Programação adequada dos serviços; Acondicionamento apropriado dos materiais e equipamentos; Adequação dos critérios construtivos às condições ambientais; Recuperação das áreas degradadas;
	Instalação de canteiro de obra	U	Poluição sonora e visual, poeira	(-) T	
	Criação e controle de áreas de bota fora	U		(-) T	
	Implementação da obra e instalações elétricas e hidráulicas	U	Interferência no trânsito	(-) T	
	Retirada das equipes de obra e de	U	Contaminação do solo por		

	materiais/equipament os após a conclusão dos serviços		resíduos de concreto, alumínio, ferro, cobre, plástico, vidro, estopa, óleo, graxa, solvente		Recolhimento, acondicionamento, controle, transporte e descarte adequado de resíduos; Comunicação Social
SOCIOECONÔMIC O	Implementação da obra e instalações (elétricas e hidráulicas)	U	Interrupção de atendimento ao público/estudent es	(-) T	Programação adequada dos serviços; Monitoramento dos indicadores de qualidade e continuidade; Monitoramento e fiscalização de perdas/desperdícios Comunicação Social.
	Retirada das equipes de obra e de materiais/equipament os após a conclusão dos serviços	U	Melhoria da qualidade dos edifícios	(+) P	
LEGENDA Região de INTERVENÇÃO: U – Urbana; R – Rural Natureza do IMPACTO: (-) Negativo; (+) Positivo; T – Temporário; P - Permanente					

Tipologia de Investimento: Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional

MEIO	TIPO DE IMPACTO AMBIENTAL	Início do projeto- Fase de planejamento ou preparação do subprojeto	Durante intervenção – Fase de Implantação ou Construção	Finalização do projeto Fase de Operação do subprojeto
FÍSICO – BIÓTICO	Possibilidade de erosão (por práticas de cultivos ou inclinações fortes do terreno)		x	
	Solos descobertos (devido a preparação para cultivos)		x	
	Compactação do solo (por pecuária ou práticas de cultivo inadequadas)		x	
	Perda de matéria orgânica (diminuição de cobertura vegetal)		x	
	Contaminação por agroquímicos (fertilizantes, pesticidas)			
	Outras causas de contaminação			
	Alto consumo de volumes de água		x	
	Redução da capacidade de conservação de umidade devido à perda de matéria orgânica		x	
	Interrupção dos fluxos de água (represamento, desvio)		x	X
	Poluição da água (fertilizantes, pesticidas, resíduos, outros)		x	
	Poluição por derramamento de resíduos líquidos ou águas não tratadas		x	
	Poluição por derramamento de resíduos sólidos		x	
	Redução de mananciais devido à utilização pelas atividades agropecuárias		x	
	Assoreamento dos corpos d'água		x	

	Perda da biodiversidade devido o estabelecimento de monocultivos			
	Redução da biodiversidade da área devido outras causas: especifique			
	Impactos na flora e fauna devido à utilização de produtos químicos			
	Introdução de espécies exóticas			
	Invasão de espécies exóticas ou daninhas (proliferação de pragas) devido monocultivos			
	Destruição ou degradação de áreas de mata		x	
	Impactos em nascentes e outros locais frágeis do ecossistema devido disposição de sólidos ou líquidos			
	Impactos na vida silvestre		x	
	Modificação da paisagem		x	X
	Níveis elevados de poeira		x	
	Poluição do ar devido emissão de partículas ou gases		x	
	Níveis elevados de ruído		x	
	Geração de odores			
	Fumaça devido à queima de lixo, resíduos de colheita e pastagem			
SOCIOECONÔMICO	Doenças causadas pela água (vetores patogênicos)			
	Doenças causadas pela utilização de agroquímicos			
	Outras causas que podem gerar doenças			
	Uso de materiais perigosos (agroquímicos tóxicos, cáusticos, explosivos, material medico/farmacêutico, outros)			
	Possibilidade de acidentes usos de máquinas e equipamentos, áreas desprotegidas, outros		x	
	Intervenção em zonas históricas		x	
	Intervenção em zonas arqueológicas		x	
	Reassentamentos de produtores rurais		x	
	Conflitos com culturas indígenas ou autóctones		x	
	Falta de participação da comunidade		x	X
	Desequilíbrio social devido imigração de mão de obra com melhor qualificação		x	X
	Introdução de práticas de cultivo, de trabalho e de processamento novos ou estranhos às culturas e tradições locais		x	X
	Efeitos sobre as expectativas econômicas		x	X

Para esta tipologia de investimento podem ser relacionadas às seguintes possíveis medidas mitigadoras, a saber:

- Apresentação de proposta para destinação dos resíduos e reuso da água (efluentes).
- Evitar a construção de tanques em áreas de manguezais e de remanescentes florestais primários, observando a legislação pertinente;
- Localizar os tanques de modo que não interrompam os usos tradicionais da água à jusante e à montante dos mesmos;
- Requerer a outorga do uso da água para controlar o seu uso, de acordo com as vazões permitidas, evitando conflitos futuros com os usuários de água da mesma bacia hidrográfica, conforme legislação vigente;
- Projeto de construção e de criação e manejo;
- Utilização preferencial de área já desmatada;
- Previsão de filtros na entrada e saída dos tanques;
- Planejamento do uso da água;
- Buscar os usos múltiplos para a água dos tanques, tais como agricultura irrigada;
- Evitar o lançamento de todos e quaisquer efluentes;
- Racionalizar o uso de produtos químicos e drogas, seguindo orientação expressa da Secretaria de Agricultura e da SEMARH;
- Uso de filtros na entrada e saída dos tanques;
- Evitar o uso excessivo de água;
- Evitar a introdução de espécies exóticas, exceto quando conhecida a sua biologia e as ameaças ao ecossistema natural;
- Observar a legislação específica a cerca da introdução de espécies exóticas;
- Comprar alevinos de origem conhecida e com qualidade garantida;
- Observar a capacidade suporte da água dos reservatórios;
- Controlar a quantidade de tanques e sua população;
- Promover o deslocamento ou realocação de tanques;
- Manejo dos peixes, evitando excesso de ração, controlando o PH da água, criar a quantidade adequada de peixes, usando adubação orgânica para surgimento de plâncton e fitoplâncton.
- Apresentação de proposta para destinação dos resíduos e reuso da água (efluentes)-Utilização preferencial de área já desmatada; Respeitar as distâncias adequadas entre o local dos apiários e as residências, escolas rurais e instalações de criação de animais;
- Considerar a orientação dos ventos predominantes na região, de modo a evitar a localização dos apiários sob a influências de fontes de fumaça que prejudicarão e/ou inviabilizarão a produção apícola;
- Promover e incentivar a correta utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando dos manejos.
- Não localização em áreas de encostas, mantendo a distancia apropriada dos cursos d'água.;
- Projeto construtivo incluindo lay-out, projeto arquitetônico e projetos complementares, devidamente licenciados nos órgão competentes;
- Projeto de construção incluindo destino final do esgoto, aprovado pelo órgão competente;
- Aproveitamento do entulho para reaterro;
- Aproveitamento do material particulado na descarga/recepção da castanha em bruto, dependendo da qualidade/origem da castanha, misturando-o com matéria orgânica seca, tipo palha, para compostagem;
- Redução de resíduos sólidos através do incentivo ao uso de “tecnologias limpas” e da reciclagem de resíduos;
- Tratamento e disposição dos resíduos sólidos em conformidade com o regulamento para o manejo dos resíduos sólidos;
- Incentivar o uso de resíduos orgânicos em compostagem;
- Incorporação de resíduos orgânicos em solos pobre de matéria orgânica;
- Minimizar o ruído no processo de centrifugação e descortificação da castanha;
- Tratamento de águas residuárias na lavagem da castanha;
- Evitar, tanto quanto possível, a utilização de lenha como fonte de calor na geração de vapor e, com isso, eliminando ou minimizando a geração de material particulado (uma alternativa, já viável em alguns pontos do interior do RN, será a utilização do gás natural). Caso venha a ser necessária a utilização de lenha, esta deverá ser oriunda de corte raso, poda ou restos de vegetação, não implicando em desmatamento e evitando a exposição completa do solo.
- Aproveitamento da borra/resíduo do líquido da castanha de caju (LCC) com o material da castanha no processo de cozimento;
- Especial atenção com a segurança dos funcionários no processo de manuseio manual da castanha (quebra), de forma a evitar graves queimaduras com o LCC;

- Promover e incentivar a correta utilização de proteção individual – EPI;
- Implementar medidas de controle de qualidade e normas estritas de higiene.
- Não localização em áreas de encostas, mantendo a distancia apropriada dos cursos d'água.;
- Projeto construtivo incluindo lay-out, projeto arquitetônico e projetos complementares, devidamente licenciados nos órgão competentes;
- Projeto de construção incluindo destino final do esgoto, aprovado pelo órgão competente;
- Aproveitamento do entulho para reaterro;
- Aproveitamento do material particulado na descarga/recepção da castanha em bruto, dependendo da qualidade/origem da castanha, misturando-o com matéria orgânica seca, tipo palha, para compostagem;
- Redução de resíduos sólidos através do incentivo ao uso de “tecnologias limpas” e da reciclagem de resíduos;
- Tratamento e disposição dos resíduos sólidos em conformidade com o regulamento para o manejo dos resíduos sólidos;
- Incentivar o uso de resíduos orgânicos em compostagem;
- Incorporação de resíduos orgânicos em solos pobre de matéria orgânica;
- Minimizar o ruído no processo de centrifugação e descortificação da castanha;
- Tratamento de águas residuárias na lavagem da castanha;
- Evitar, tanto quanto possível, a utilização de lenha como fonte de calor na geração de vapor e, com isso, eliminando ou minimizando a geração de material particulado (uma alternativa, já viável em alguns pontos do interior do RN, será a utilização do gás natural). Caso venha a ser necessária a utilização de lenha, esta deverá ser oriunda de corte raso, poda ou restos de vegetação, não implicando em desmatamento e evitando a exposição completa do solo.
- Aproveitamento da borra/resíduo do líquido da castanha de caju (LCC) com o material da castanha no processo de cozimento;
- Especial atenção com a segurança dos funcionários no processo de manuseio manual da castanha (quebra), de forma a evitar graves queimaduras com o LCC;
- Promover e incentivar a correta utilização de proteção individual – EPI;
- Implementar medidas de controle de qualidade e normas estritas de higiene.
- Redução do emprego de máquinas agrícolas pesadas, diminuindo a pressão exercida sobre o solo;
- Recomendar a adubação orgânica para a conservação e incremento dos níveis de matéria orgânica no solo;
- Cobertura do solo, para mantê-lo protegido das intempéries, podendo ser cobertura vegetal de plantas cultivadas (cobertura viva), ou mortas (cobertura morta);
- Cultivos integrados;
- Curvas de nível e terraços, especialmente em áreas inclinadas;
- Proteger corretamente os sistemas de drenos, evitando gradientes excessivos, nivelando o terreno para reduzir os riscos de erosão, com proteção e conservação dos taludes;
- Projetar adequadamente a lâmina de irrigação a ser aplicada;
- Observar e aplicar a Lei Estadual de Recursos Hídricos e do IDEMA para o licenciamento ambiental e a outorga d'água, com a obrigatoriedade da inclusão do Manejo de Agrotóxicos e Plano Integrado de Pragas.

Firmar parcerias com a EMATER/RN e SEMARH, visando à adoção de técnicas agrícolas que assegurem:

- A rotação de culturas;
- A utilização de variedades geneticamente resistentes;
- O controle biológico e/ou integrado de pragas;

A não utilização de agrotóxicos e, se necessário o seu emprego, a capacitação dos produtores no uso correto dos equipamentos de proteção individual (EPI), assim como na aplicação das dosagens tecnicamente recomendáveis;

- O não lançamento de dejetos;
- A capacitação dos produtores / irrigantes para o uso de técnicas de irrigação ambientalmente sustentáveis.
- A escolha de culturas adequadas ao ecossistema local;
- A utilização de práticas de cultivo de acordo com as características naturais do lugar;
- A não utilização de áreas de refúgio de espécies;

- A manutenção da vegetação nativa nas áreas não utilizáveis para irrigação;
- O reflorestamento das áreas desmatadas e/ou degradadas;
- A preservação de áreas de valores ecológicos, paisagísticos e de lazer;
- A observância do receituário agrônomo e florestal, com as dosagens e recomendações técnicas pertinentes;
- Planificação e administração adequada das captações de água com vistas à irrigação, respeitando vazões mínimas para a manutenção da vida aquática;
- Evitar o desvio de cursos naturais de água;
- Proteger fontes e nascentes de água;
- Uso racional e eficiente da água evitando desperdícios;
- Evitar ao máximo a utilização da prática de queimadas e, havendo necessidade de utilizá-la, buscar orientação e aval da autoridade ambiental competente;
- Divisão da área agrícola em pequenas parcelas com implantação de quebra-ventos, transversalmente à direção principal dos ventos;
- Integrar o cultivo de árvores e arbustos à agricultura (agrossilvicultura e fruticultura);

Apresentação de propostas de compensação pela supressão vegetal, e verificar a possibilidade de vegetação rasa que garanta a segurança do usuário; Prover os projetos de recuperação das áreas degradadas após o término das obras; Procurar lugares já alterados do ponto de vista de supressão vegetal e movimento de solo para a instalação dos canteiros de obras e usinas de asfaltos; Elaborar projetos de drenagens compatíveis com a nova realidade de impermeabilização do solo; Elaborar planos de gerenciamento dos resíduos gerados; Planos de conservação de taludes e cortes; Contemplar nos projetos as obras complementares (passarelas, faixas de pedrestes e outros) que garantam a segurança dos usuários; promover campanhas de comunicação e orientação durante e após execução da obra e assegurar a fiscalização e controle que preserve a rodovia, a faixa de domínio e as obras complementares, explicitando as normas vigentes a serem repetidas por terceiros, tanto na execução da obra, quanto na operação da rodovia.

Tipologia de Investimento: Projetos Socioambientais

Para esta tipologia de investimento podem ser relacionadas as seguintes possíveis medidas mitigadoras, a saber:

- Instalação de drenos (descarga de fundo), construção poço amazonas a montante da barragem para monitorar a concentração de sais da água, construção das obras em áreas adequadas.
- Realizar estudos prévios com equipes técnicas multidisciplinares, para definir a intervenção adequada cada caso.
- Análise física, química e bacteriológica da água e realizar o tratamento de acordo com os parâmetros exigidos pela legislação vigente, com monitoramento técnico qualificado. . Promover ações junto aos beneficiários no sentido de educa-los para racional da água e instalação hidrômetros para controlar os desperdícios.
- Acompanhamento por técnico qualificado e construir estruturas para destinar os resíduos resultantes do tratamento

Na fase de preparação do Subprojeto, nas eventuais situações encontradas de intervenções mais profundas, seguir o quadro acima referente aos Projetos Estruturantes.

VI. DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

VI.1. Diretrizes Socioambientais adotadas pelo Projeto RN Sustentável

O arcabouço institucional, de respaldo às diretrizes ambientais de planos e programas de desenvolvimento regional econômico, social e humano, traduz a proposta finalística das políticas públicas voltadas ao meio ambiente, tendo como objetivo comum:

- Geração de benefícios sociais, pela melhoria da qualidade de vida da população;
- Preservação do patrimônio natural e cultural;
- Promoção do crescimento econômico ambientalmente sustentável.

A ação sinérgica entre os agentes governamentais federais, estaduais e municipais, e as empresas do setor privado, representa importante vetor de gestão ambiental integrada, pela eficácia no atendimento das necessidades essenciais das sociedades locais e regionais, e eficiência no tratamento das questões ambientais decorrentes.

Aspectos relevantes do planejamento ambiental foram igualmente considerados. Destaca-se o planejamento ambiental como um processo de pensar e estruturar possibilidades que levem ao gerenciamento de conflitos de diversas ordens: econômicos, sociais, políticos, culturais, e naturais. É visto, assim, como um processo que permite dar racionalidade a ações, quase sempre buscando ordenar os conflitos para, com isso, diminuir desigualdades socioeconômicas e impactos ambientais. Por essa razão, ele deve ser constantemente revisto em função das dinâmicas naturais e sociais. Constitui-se como uma ferramenta institucional e processual que permite a visão das escalas - micro, meso e macro de ordenamento territorial.

O processo de elaboração do planejamento ambiental implica em identificar e diagnosticar problemas, propor soluções e aplicar ações que venham a se estruturar ao longo de um período, modificando, assim, a realidade verificada inicialmente. Não sendo um produto acabado, visto sob a perspectiva sistêmica, constitui-se um ciclo interdependente, que envolve aspectos legais, políticos e administrativos, cujas etapas de elaboração, para ALMEIDA (1999, p. 13), podem ser resumidamente entendidas como:

- Identificação e descrição do sistema analisado, por meio do reconhecimento das variáveis necessárias para compreensão de sua estrutura e funcionamento;
- Definição de objetivos a partir de problemas atuais e futuros e suas interações ao longo do tempo;
- Geração de soluções que satisfaçam os objetivos, sem violar as restrições impostas pelo sistema;
- Seleção das soluções que melhor satisfaçam os objetivos através de um processo de avaliação, quando serão feitas certas apreciações subjetivas;
- Execução e controle das propostas e ações prognósticas.

O planejamento ambiental consiste, assim, na busca de mecanismos para adequar as ações humanas realizadas no território a partir de suas potencialidades, vocação e capacidade de suporte sociocultural e natural, buscando, dessa forma, possibilidades de desenvolvimento que ocasionem menores níveis de impactos ambientais possíveis. A busca sempre deve visar ao melhor aproveitamento dos recursos ambientais existentes em uma área, admitindo as necessidades humanas, inclusive aquelas de caráter econômico, desde que sejam respeitadas suas condições de resiliência dos sistemas naturais e socioculturais. Por essa razão, sua elaboração deve apoiar-se em níveis de fragilidade do meio natural, em características socioculturais e em demandas socioeconômicas.

Como destaca SANTOS (2004, p. 28),

“o planejamento ambiental: ... fundamenta-se na interação e integração dos sistemas que compõem o ambiente. Tem o papel de estabelecer as relações entre os sistemas ecológicos e os processos da sociedade, das necessidades socioculturais a atividades de interesse econômico a fim de manter a máxima integridade possível dos seus elementos componentes.”

Isso indica que o planejamento ambiental representa uma tentativa de equacionar os conflitos derivados das relações do homem com a natureza e com seus semelhantes. Constitui-se a busca de um limiar ideal que possibilite uma relação mais harmônica do homem com seu meio. É, predominantemente, uma tentativa de entender e compatibilizar duas escalas de tempos e ritmos muito diferentes quase sempre incompatíveis, e que, por sua vez, são responsáveis pela organização e estruturação das sociedades e da natureza. Como o ambiente é dinâmico, as características da organização acabam por refletir, positiva ou negativamente, estas duas escalas, daí a importância de as pesquisas relacionadas à temática ambiental abordá-las concomitantemente.

Os impactos ambientais, detectados em uma localidade, muitas vezes não são fruto de ações isoladas ou mero acaso. A materialização dos processos humano-históricos que ficaram registrados na natureza devido à incapacidade de absorção. Por isso, o planejamento ambiental visa a analisar a realidade a partir do desvendar de processos históricos, conectando eventos do passado, condições atuais e possibilidades futuras. Assim, ele permite entender e registrar o quadro de impactos ambientais atuais, bem como projetar possibilidades de mudança no futuro. Sua realização deve estar pautada na capacidade do homem, agente social e ativo, para modificar o meio ao seu redor, seja ele natural ou não, segundo os seus interesses e necessidades.

Nesse ponto, diferentemente de outras formas de planejamento, o *ambiental* tem, como fundamento, a satisfação das necessidades básicas da população de uma localidade, a partir da adoção de critérios de desenvolvimento regional integrados aos condicionantes ambientais locais, o que exige a implementação de ações em curto, médio e longo prazos e, muitas vezes, a formulação de medidas restritivas, normatizadoras e regulamentadoras. As diferenças surgem no momento da elaboração, especificamente durante a definição dos objetivos, da condição de temporalidade envolvida, das tecnologias utilizadas e sugeridas, da concepção do desenvolvimento das propostas, da organização produtiva e da resolução dos conflitos existentes.

Esses conceitos aplicam-se perfeitamente na escala municipal. O município constitui-se como a porção territorial onde ocorrem os conflitos da vida cotidiana, onde se registram e se manifestam os impactos ambientais, é onde se aplica, diretamente, a legislação, em todas as suas esferas, daí sua importância como escala analítica para Geografia e a elaboração de propostas de planejamento ambiental. O planejamento ambiental, como já destacado, visa a ordenar as atividades humanas no território para que os impactos ambientais negativos sejam os menores possíveis e, com isso, os benefícios sejam potencializados a longo prazo, principalmente por meio da implantação de mecanismos de gestão compatíveis com a realidade local. No caso do desenvolvimento da atividade turística, o planejamento ambiental é de extrema importância, pois permite identificar e hierarquizar, no território, áreas ou setores prioritários para o desenvolvimento da atividade, bem como realizar prognoses ambientais para a conservação dos patrimônios natural e sociocultural.

As características estruturantes dos empreendimentos do RN Sustentável em análise, em face das especificidades regionais e locais, levaram a priorizar o conjunto de diretrizes para o planejamento e gerenciamento de ações estratégicas socioambientais, de forma integrada e compatível com as diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente.

1. DIRETRIZES GERAIS

Ciclo de planejamento do empreendimento	Características gerais do processo de planejamento; Abordagem metodológica dos estudos socioambientais; Procedimentos técnico-operacionais nas etapas do ciclo de projeto; e Instrumentos técnicos.
Articulação institucional e relacionamento com a sociedade	Articulação institucional; Relacionamento com a sociedade; Comunicação social.
Financiamento de programas socioambientais	Custos socioambientais nos orçamentos do empreendimento; Recursos para o financiamento de programas setoriais (programas e ações intrínsecas e indispensáveis ao bom desempenho do RN Sustentável); Recursos para o financiamento de programas extra-setoriais (ações

	complementares de interesse local/regional).
Capacitação e organização interna da concessionária	Processo sistemático de relacionamento das várias unidades intra e inter empresas envolvidas no planejamento, construção e operação de empreendimentos; Eficácia no equacionamento das questões socioambientais locais/regionais; Formulação dos Planos de Comunicação Social dos empreendimentos.

2. DIRETRIZES PARA O RELACIONAMENTO COM POVOS INDÍGENAS – apresentadas em Volume 2 – Marco Conceitual de Povos Indígenas, em anexo neste Relatório
3. DIRETRIZES PARA O REMANEJAMENTO DE GRUPOS POPULACIONAIS – apresentadas no Volume 3 - Marco de Reassentamento Involuntário, anexo a este Relatório.
4. DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO E A RECUPERAÇÃO DE FLORA E FAUNA

Áreas de Intervenção	Em terras protegidas pelo Poder Público, somente será permitida a intervenção através de leis específicas.
Planejamento de estudos e atividades	Em abrangência espacial, conduzir estudos e atividades segundo as leis que regem o comportamento dos ecossistemas; garantir a continuidade e integridade dos estudos e programas de flora e fauna; garantir os recursos financeiros necessários aos estudos e programas, desde a etapa inicial de planejamento dos empreendimentos.
Diagnóstico	Conhecer qualitativamente e quantitativamente a composição florística e faunística das áreas afetadas: espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção; espécies de valor alimentício, comercial ou de interesse científico, ecossistemas únicos; áreas com potencial estabelecimento de unidades de conservação; e sítios ímpares de reprodução.
Monitoramento das intervenções	Assegurar que todas as ações de intervenção sejam pautadas em diagnósticos efetuados; assegurar o monitoramento dos efeitos das intervenções para ratificar ou retificar, em tempo real, as ações implantadas, bem como fornecer subsídios para uma avaliação das soluções gerais adotadas;
Divulgação das informações	Promover a divulgação sistemática, entre UES e a sociedade, sobre as informações disponíveis, vez que as informações técnico-científicas sobre flora e fauna estão no sentido de desenvolver uma consciência conservacionista;
Limpeza da bacia de acumulação	Considerar a proteção dos equipamentos e estruturas dos empreendimentos; as diferentes possibilidades de uso dos reservatórios; a prevenção da deterioração da qualidade das águas; a proteção da ictiofauna; a exploração econômica racional dos recursos naturais da área afetada; e o estado de degradação /conservação da área da bacia de acumulação;
Exploração econômica	Estudar a viabilidade de incentivar a exploração econômica racional dos recursos naturais destas áreas, por meio da utilização da biomassa vegetal, do aproveitamento da biomassa florestal em caso de desmatamento subaquático; da exploração mineral e da utilização agrícola dos solos, através de procedimentos de efeito positivo ao ecossistema;
Recomposição vegetal	Promover a recomposição vegetal das áreas degradadas (áreas de empréstimo, depósitos de cinza, canteiro de obras, etc.); orientar sua intervenção no sentido de melhorar a situação encontrada (áreas previamente degradadas), associando-se aos demais interventores e entidades competentes na adoção de medidas adequadas;
Conservação da fauna aquática	Fornecer subsídios a estudos e pesquisa destinados à conservação da fauna aquática, tais como: sistemas de transposição de populações; estações/postos de hidrobiologia e piscicultura; proteção aos rios tributários e lagos marginais a montante e/ou jusante de empreendimentos, de forma isolada ou associada;
Resgate de fauna	Desenvolvimento de estudos e programas de monitoramento que levem em

	consideração a avaliação de alternativas quanto à soltura a distância dos reservatórios; soltura seletiva após estimativas de densidade nas áreas de destino; utilização de animais para recolonização de áreas; e as consequências do deslocamento da fauna provocado pelo processo de limpeza da bacia de acumulação;
Condicionante	“O proprietário ou concessionário de represas em cursos d’água ... é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna” (Decreto-Lei nº 221/67 – Código da Pesca), complementado pelo Código de Águas, Código de Saúde, Código de Minas e a Resolução CONAMA 020/86, que dispõe sobre o recurso natural “água”, do qual depende a sobrevivência da fauna aquática.

5. DIRETRIZES DO RITO PROCESSUAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Nas intervenções físicas de Subprojetos que exijam licenciamento ambiental de obras, registra-se o rito processual a ser adotado, atendendo-se às exigências do órgão ambiental competente.

Rito Processual de Licenciamento Ambiental

A rotina para o fornecimento das licenças ambientais pertinentes segue as etapas abaixo conforme

- Compete à UES, como responsável pelos Subprojetos, elaborar e conduzir o processo de Licenciamento Ambiental.
- Os documentos são encaminhados a SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, com o objetivo de obter a Licença Prévia - LP;
- A SEMARH analisa a documentação e fornece a LP acompanhada dos requisitos para emissão da Licença de Instalação – LI;
- A SEMARH pode exigir: Plano de Controle Ambiental- PCA ou Relatório Ambiental Simplificado – RAS;
- A UES contrata empresa especializada para elaboração do PCA ou RAS;
- A UES encaminha os documentos exigidos solicitando a emissão da LI;
- A SEMARH analisa documentos e emite LI, onde são estabelecidas as condições para a emissão da Licença de Operação - LO;
- A UES encaminha cópia ao IBAMA com a solicitação de Autorização para intervenção proposta.
- Na conclusão da obra são encaminhadas as documentações exigidas para emissão da LO.

6. DIRETRIZES PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS SOCIAIS - PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Consideradas as diretrizes e procedimentos acima descritos e, em particular, o Plano de Comunicação Social, por sua complexidade técnica, diversidade de ações e a necessária disponibilidade da presença de especialistas da área social ao longo das diversas fases de sua implementação, o Projeto RN Sustentável veio a exigir a construção de um Programa de Comunicação Social.

Nesse sentido, este Relatório apresenta conteúdos básicos a nortear as ações do Programa de Comunicação Social, tendo em vista o imperioso levantamento de informações no processo de consolidação de Base de Dados, bem como a análise e avaliação das ações a serem empreendidas pelas UES, no atendimento das necessidades dos grupos sociais afetados pelo RN Sustentável.

VI.2. Boas Práticas Adotadas para o Projeto RN Sustentável

VI.2.1. Desenvolvimento de Competências na Gestão Socioambiental

Identificam-se, a seguir, um conjunto de ações transversais aos desafios propostos pela agenda de sustentabilidade, que atua diretamente no desenvolvimento de conhecimento e habilidades dos gestores do

RN sustentável capacitando-os para a análise, supervisão e correta implementação das atividades do Projeto.

VI. 2.2. Programas de Treinamento em Planejamento e Gestão Socioambiental

A implantação de programas de treinamento em planejamento e gestão socioambiental visa aumentar a capacidade de gestão do corpo gerencial e técnico da UGP e UES.

Encontra-se elencado a seguir um rol de cursos e treinamentos a serem oferecidos, no conjunto das atividades propostas para o Fortalecimento Institucional na Gestão Socioambiental deste RN sustentável.

Tabela 2 - Boas Práticas de Gestão Socioambiental

Boas Práticas de Gestão Socioambiental	
Objetivo	Reconhecer as boas práticas do planejamento e gestão ambiental, incluindo práticas nacionais e internacionais, quando pertinente
Programa	Panorama atual da gestão socioambiental nas organizações
	Tendências na gestão socioambiental
	Procedimentos usuais nas fases de planejamento, construção e operação de sistemas simplificados de abastecimento e tratamento de água
	Procedimentos usuais nas fases de planejamento, construção e operação de infraestrutura hidroambiental
	Procedimentos usuais nas fases de planejamento, construção e operação de triagem e beneficiamento de resíduos
	Visitas técnicas pré-selecionadas para o reconhecimento in loco de boas práticas adotadas na gestão socioambiental de organizações similares
Resultados	Capacitação de gestores e técnicos das Assessorias de Meio Ambiente dos municípios envolvidos
	Elaboração de Guia de Boas Práticas na Gestão do Setor Agroindustrial
	Elaboração de Guia de Boas Práticas na Gestão do Turismo

Tabela 3 - Legislação Ambiental Aplicada

Legislação Ambiental Aplicada	
Objetivo	Adquirir noções gerais sobre a legislação ambiental federal e estadual, bem como dos aspectos legais específicos dos diversos recursos naturais: ar, água, solo, flora e fauna
Programa	Sistema normativo ambiental
	Meio ambiente nas constituições federal e estadual
	Política Nacional de Meio Ambiental
	Lei de Crimes Ambientais
	Licenciamento ambiental estadual
	Atuação dos órgãos ambientais competentes
	Proteção da fauna e flora
	Legislação de ar, águas (superficiais e subterrâneas) e solo
Resultados	Capacitação de gestores e técnicos da UGP, com pessoal do quadro técnico da área ambiental nos municípios envolvidos
	Elaboração de Guia Básico para Licenciamento Ambiental

Tabela 4 - Avaliação da Qualidade Ambiental de Sistemas de Abastecimento de Água

Avaliação da Qualidade Ambiental de Sistemas de Abastecimento de Água	
Objetivo	Adquirir conhecimento sobre sistemas de gestão ambiental em sistemas de abastecimento de água potável
Programa	Reconhecimento dos Sistemas de Gestão Ambiental aplicados,
	Avaliação dos resultados alcançados pela implantação de PGSA nas comunidades envolvidas
	Definição de um roteiro mínimo padrão para a implantação de PGSA
Resultados	Capacitação de gestores e técnicos da UGP e UES, com pessoal do quadro técnico da área ambiental nos municípios envolvidos
	Elaboração de Guia Básico para Implantação de Sistemas de Gestão Ambiental

Tabela 5 - Procedimentos para Atuação no Gerenciamento de Áreas Contaminadas

Procedimentos para Atuação no Gerenciamento de Áreas Contaminadas	
Objetivo	Reconhecer técnicas e procedimentos adequados no manejo de resíduos perigosos
	Adquirir conhecimento sobre gerenciamento de áreas contaminadas
Programa	Noções sobre prevenção e controle da contaminação de solos e águas subterrâneas
	Aspectos legais
	Gerenciamento de áreas contaminadas
	Técnicas de investigação de áreas contaminadas
	Avaliação preliminar
	Investigação confirmatória
	Investigação conclusiva
	Avaliação de risco
	Comunicação de risco
	Remediação de áreas contaminadas
Resultados	Capacitação de gestores e técnicos da UGP, com pessoal do quadro técnico da área ambiental dos agentes envolvidos
	Adoção de projeto piloto para remediação de área contaminada, se necessário
	Elaboração de Guia Básico para Gerenciamento de Áreas Contaminadas

Tabela 6 - Programa de Gerenciamento de Risco

Programa de Gerenciamento de Risco – PGR	
Objetivo	Adquirir orientações para elaboração dos itens que compõem um programa de gerenciamento de risco - PGR, dentro do contexto do Licenciamento Ambiental
Programa	Introdução e reconhecimento de normas usuais e boas práticas do setor
	Escopo mínimo do PGR
	Escopo complementar
	Plano de ação de emergência
	Exercícios e estudo de caso
Resultados	Capacitação de gestores e técnicos da UGP, com pessoal do quadro técnico da área ambiental dos agentes envolvidos
	Manual Ambiental de Gerenciamento de Risco

VI.3. Boas Práticas Internacionais

O Projeto RN Sustentável, vem atender a normas e procedimentos que buscarão junto a instituições voltadas aos produtores agropecuários e às relações comerciais sustentáveis e includentes, vinculando pequenos produtores ao mercado moderno para internalização do processo de boas práticas internacionais.

Estas boas práticas deverão ser vislumbradas através da análise e adoção de procedimentos que visem a operacionalização de todas as etapas do Projeto, cujos detalhamentos estão de forma estratégica descrita neste AISA, bem como estará detalhado no Manual Operacional.

Ressalta-se que as boas práticas que serão adotadas, deverão atender aos critérios definidos na Estratégias de implementação do Projeto, a saber:

- a) Identificação das ações previstas;
- b) Focalização da realidade territorial;
- c) Público envolvido;
- d) Acordos Setoriais para desenvolvimento das ações previstas;
- e) Formas de implementações das ações previstas.

VII. MARCOS CONCEITUAIS ADOTADOS NO RN SUSTENTÁVEL

Considerando-se o objetivo amplo do Projeto, a adoção de marcos conceituais é justificada pelo atual estágio de elaboração dos projetos técnicos específicos para cada uma das obras previstas, com a realização de estudos conceituais e de viabilidade técnica e financeira, porém ainda sem a elaboração de projetos básico/executivo. Estes projetos traduzem-se em elementos essenciais para a clara identificação de demandas, sejam por: reassentamento involuntário, interferências com habitats naturais e florestas ou, ainda, populações indígenas afetadas/beneficiárias, dentre outros.

A elaboração de um Plano de Gestão Socioambiental - PGSA do Projeto é essencial para garantir a sustentabilidade das intervenções propostas, pois contempla um conjunto de ações e intervenções que deverão garantir os objetivos do Projeto, ao mesmo tempo em que busca prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais gerados pelas obras e/ou intervenções propostas pelo Projeto.

Há um conjunto de impactos previamente identificados, entendidos como potenciais impactos, que somente serão confirmados com a finalização dos estudos técnicos e ambientais pertinentes a cada obra prevista. Desta forma, o PGSA é visto como um documento referencial, sempre entendido como um documento vivo, flexível e em processo contínuo de revisão e aprimoramento.

A avaliação ambiental será feita por subprojetos, seguindo o cronograma proposto de implantação das intervenções. Portanto, no ano 1 do Projeto, deverão ser elaborados os estudos ambientais e projetos básico/executivo das obras que irão iniciar apenas no 2º ano de Projeto, observando a sequência programada das obras, atentando-se, portanto, ao ciclo de projeto.

Entende-se por **subprojeto** o conjunto de intervenções previstas em um dado território, determinado pelo cronograma de implantação do Projeto. Para os subprojetos com potencial impacto socioambiental relativo às Tipologias definidas, a Avaliação Ambiental das Intervenções identifica e define a aplicação dos Marcos Conceituais do subprojeto e/ou a necessidade de planos específicos.

Este RN Sustentável identifica os seguintes planos de aplicação mandatória no âmbito das políticas de salvaguardas ambientais do Banco Mundial:

- Avaliação Ambiental de Projetos e seus Marcos Conceituais ;
- Plano de Comunicação Social, com mecanismos de consulta e participação (vide Anexo1);
- Plano de Educação Sanitária e Ambiental (Anexo 1);
- Plano de Prevenção de Desastres Naturais (Anexo 1); e
- Manual Ambiental de Obras, apresentado no Anexo 2 deste Relatório.

Os marcos conceituais, a seguir apresentados, compreendem um conjunto amplo de diretrizes a serem adotadas pelo Projeto e pelo Plano de Gestão Socioambiental. O PGSA deverá conter não apenas as medidas a serem implementadas, tendo-se por base os estudos e avaliações anteriores, mas também a definição de cronogramas de atividades, além da definição de responsabilidades e recursos.

O PGSA visa o atendimento à Política de Avaliação Ambiental (OP 4.01) do Banco Mundial, bem como o conjunto de instrumentos de legislação federal, estadual e municipal, que regulam o atendimento do setor público à necessidade de avaliação ambiental para intervenções de infraestrutura.

O objetivo proposto será, portanto, medido pelos indicadores de desempenho construídos a partir do Projeto Básico.

VII. 1. Avaliação Ambiental de Projetos

VII.1.1 . Justificativas e Diretrizes para o Marco de Avaliação Ambiental

De acordo com a Política de Avaliação Ambiental - OP 4.01, a Avaliação Ambiental avalia os potenciais riscos ambientais do projeto na sua área de influência; examina alternativas ao projeto; identifica maneiras de melhorar a seleção, localização, planejamento, concepção e execução do projeto, pelo uso de medidas destinadas a evitar, minimizar, mitigar ou compensar os efeitos ambientais adversos, e a realçar os impactos positivos, o que inclui o processo de mitigar e gerir os impactos ambientais decorrentes ao longo de toda a execução do projeto.

Em seu escopo, a AA considera o ambiente natural (ar, água e solo); saúde e segurança humana; aspectos sociais, bem como aspectos transfronteiriços e do meio ambiente global, em abordagem integrada. Considera, ainda, a variabilidade nas condições do projeto e do país; as conclusões de outros estudos ambientais no país; planos de ação nacionais para o meio ambiente; o conjunto de políticas, legislação nacional e capacidades institucionais relacionadas com os aspectos ambientais e sociais; e obrigações do país, relativas a atividades do projeto, no âmbito de tratados e acordos internacionais relevantes sobre o meio ambiente.

Considerando que os estudos de inventário, viabilidade socioambiental, bem como os empreendimentos a serem apoiados pelo Projeto ainda serão detalhados em nível de concepção e projeto básico/executivo, optou-se por oferecer um Marco de Avaliação Ambiental com vistas a levantar potenciais impactos associados às questões ambientais. Com este propósito, buscou-se identificar um rol de potenciais demandas decorrentes das intervenções propostas pelo Projeto, no sentido de orientar as ações a serem adotadas nestes casos.

Os potenciais impactos ambientais identificados pela influência do Projeto, anteriormente apresentadas, subsidiam este Marco Conceitual de Avaliação Ambiental na identificação da conformidade entre os programas e medidas mitigadoras, ali apontadas, e as Políticas de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial.

Para os aspectos de mitigação, monitoramento e capacitação, o Plano de Avaliação Ambiental, deverá fornecer (i) um cronograma de implementação das medidas que devam ser executadas como parte do projeto, mostrando a sua integração gradual e coordenação com os planos gerais de implementação do Projeto; e (ii) as estimativas de custos de investimento e de operação, e as fontes de financiamento para a execução do Plano de Avaliação Ambiental, cujos valores são integrados nas tabelas de custos totais do Projeto, a ser apresentada na fase de elaboração dos Planos de Negócio.

Conforme já descrito, eventualmente outras políticas de salvaguardas ambientais serão acionadas a depender dos impactos a serem identificados para cada projeto. O elenco de Marcos Conceituais e respectivas diretrizes a seguir apresentado, e em conformidade com as Políticas Operacionais de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial, são considerados passíveis de adoção, quais sejam:

OP.4.04 - Marco Conceitual de Habitats Naturais

OP.4.09 - Marco Conceitual de Controle de Pragas e Parasitas

OP.4.10 - Marco Conceitual de Povos Indígenas

OP.4.12 - Marco Conceitual de Reassentamento Involuntário

OP.4.36 – Marco Conceitual de Florestas

OP.4.37 – Marco Conceitual de Segurança de Barragens

OP. 11.13 - Marco Conceitual de Recursos Culturais Físicos

VII.2. Marco Conceitual de Habitats Naturais e Florestas OP 4.04

Marco Conceitual de Habitats Naturais e Florestas	OP 4. 11 e OP 4.36
Seus objetivos são: • Integrar ao desenvolvimento nacional e regional à conservação dos habitats naturais; • Assegurar a manutenção de suas funções ecológicas; • Utilizar o potencial das florestas e integrá-las para a redução da pobreza de forma sustentável; • Proteger os valores e serviços ambientais das florestas no âmbito local e global.	
Principais Diretrizes em face dos potenciais impactos: • Interferência em Unidades de Conservação; • Interferência na rota de migração da fauna; • Supressão de cobertura vegetal; • Danos temporários ao solo e à vegetação; e • As ações demandadas serão as seguintes: • Retenção do habitat estratégico; • Replantio de vegetação adequada. • Proteção aos recursos hídricos; • Estudos da fauna e da flora; • Plano de manejo de flora e fauna; • Sistema adequado de sinalização aérea e/ou outros procedimentos para minimizar interferências; • Adequação dos critérios construtivos às condições ambientais; • Controle dos processos erosivos; • Recuperação de áreas degradadas; • Desmatamento seletivo e poda apropriada; • Replantio da faixa de servidão com vegetação adequada; • Plano de uso múltiplo dos benefícios das florestas.	
Conteúdo Mínimo Em atendimento à necessidade de um eventual impacto adverso nos habitats naturais e florestas é recomendável o plano de manejo florestal, sugerido em linha mestra, a seguir: • Estrita observância às leis federais e estaduais quanto às interferências permitidas; e aprovação dos órgãos competentes aos projetos e iniciativas determinadas pelo plano de manejo ou reflorestamento. Os planos de manejo dos projetos devem incluir técnicas de baixo impacto, definidas pela legislação vigente e pelas instituições a cargo de pesquisa e suporte à gestão florestal; • Reconhecimento e respeito ao direito de uso das áreas de floresta, bem como dos povos indígenas e trabalhadores locais; • Ações para manter e aprimorar relações sólidas e eficientes com a comunidade, refletidas por proposta de projetos de base comunitária, ou clara expressão dos objetivos sociais de curto e longo prazo, contendo as informações sobre a distribuição de benefícios e responsabilidades entre os grupos locais; • Efetivo planejamento de manejo florestal, cujo plano deverá conter mapas de identificação das Áreas de Reserva Permanente, Áreas de Preservação Permanente, e áreas para agricultura e sobrevivência. Estes mapas devem estar incorporados ao plano de manejo das áreas comunitárias para assegurar que as práticas são consistentes com outros usos da terra; • Plano de preservação da biodiversidade em suas funções ecológicas; • Plano de manutenção de habitats naturais críticos, excluindo qualquer atividade produtiva nessas áreas, que deverão ser demarcadas e georreferenciadas. Se o uso for inevitável, medidas mitigadoras eficientes devem ser apresentadas; • Preservação e minimização de impactos ambientalmente adversos à utilização das florestas, contendo padrões de uso de baixo impacto, inventários e plano de uso da madeira extraída, bem como técnicas de extração. No caso de reflorestamento, deve ser dada prioridade a espécies nativas. • Manutenção ou aprimoramento dos benefícios de uso múltiplo dos recursos florestais, incluindo soluções • alternativas para o uso da madeira extraída;	

- Monitoramento e avaliação de impactos adversos ao manejo da floresta reflorestamento, cujos projetos devem ser apresentados aos beneficiários com a definição de critérios e indicadores de impactos das atividades.

VII.3. Marco Conceitual de Manejo de Pragas e Parasitas OP 4.09

Marco Conceitual de Manejo de Pragas e Parasitas	OP 4. 09
A ser acionada nas intervenções propostas quando percorrendo espaços rurais de uso agrícola, é passível de serem identificadas situações que venham a exigir o acionamento desta política, tais como a eventual ocorrência de encontrar colônias de insetos e parasitas instaladas nas áreas de influência do Projeto.	
Principais Diretrizes em face dos potenciais impactos: • Estrita observância às leis federais e estaduais quanto ao uso dos produtos; e aprovação dos órgãos competentes aos projetos e iniciativas determinadas pelo plano de controle de pragas e pesticidas. Estes planos de controle devem incluir produtos e técnicas de mínimo impacto, definidas pela legislação vigente e pelas instituições a cargo de pesquisa e suporte à saúde pública e aos produtos agrícolas; • Ações para manter e aprimorar relações sólidas e eficientes com a comunidade, refletidas por clara expressão dos objetivos sociais envolvidos, contendo as informações sobre os procedimentos a serem adotados no uso e aplicação dos produtos; • Preservação e minimização de impactos ambientalmente adversos à utilização de pesticidas, contendo padrões de uso de baixo impacto; • Monitoramento e avaliação de impactos adversos decorrentes da aplicação de pesticidas no controle de pragas e parasitas.	
Conteúdo Mínimo Para a seleção de pesticidas em projetos financiados pelo Banco os critérios adotados são os seguintes: • Terem efeitos adversos mínimos na saúde humana. • Terem sua eficácia comprovada no combate às espécies alvo. • Terem efeito mínimo nas espécies que não sejam alvo da sua aplicação e no ambiente natural. Os métodos, momento e frequência da aplicação de pesticidas devem minimizar os danos aos inimigos naturais das espécies alvo. Os pesticidas usados em programas de saúde pública têm que ter demonstrado efeito inócuo para os habitantes e animais domésticos nas áreas tratadas, bem como para as pessoas que o aplicam. Seu uso tem que considerar a necessidade de se evitar o desenvolvimento de resistência nos parasitas. • Serem fabricados, embalados, rotulados, manuseados, armazenados, eliminados e aplicados de acordo com padrões aceitáveis pelo Banco, que não financia produtos cujas formulas se enquadrem nas categorias IA e IB da Organização Mundial da Saúde, ou fórmulas da Classe II, se (i) o país não exigir restrições à sua distribuição e uso; ou (ii) se existir a probabilidade destes pesticidas serem utilizados ou acessíveis por pessoal sem preparação profissional, agricultores, ou outros que não disponham de formação, equipamento, e instalações para manusear, armazenar e aplicar adequadamente estes produtos. As ações sugeridas neste conteúdo mínimo de Plano de Controle de Pragas e Parasitas apoiam-se em estratégia segura, eficaz e ambientalmente benigna para esse controle, de forma a minimizar os efeitos adversos nos organismos benéficos, nos seres humanos e no meio ambiente. Nos critérios para a seleção e uso de pesticidas, estes deverão ser avaliados quanto à natureza e grau de riscos associados ao seu uso, levando em consideração o uso proposto e os usuários previstos. Esta avaliação deverá constar da Avaliação Ambiental do Projeto, nos documentos que a compõem, registrando a lista de pesticidas autorizados para aquisição no âmbito do Projeto. O Banco utiliza a <i>Classificação Recomendada de Pesticidas em Função do Perigo e Normas para Classificação</i> (Genebra: WHO 1994-95), documento disponível na Biblioteca Setorial do Banco Mundial.	

VII.4. Marco Conceitual de Povos Indígenas OP 4.10

Marco Conceitual de Povos Indígenas	OP 4.10
A ser acionada na eventual interferência em áreas de comunidades indígenas, definidos por um grupo distinto, vulnerável, social e cultural que possua pelo menos uma das seguintes características: auto-identificação como membros de um grupo cultural indígena distinto; ligação coletiva a habitat geograficamente distinto ou a território ancestral na área do projeto e a recursos naturais neste habitat e território. A política de Povos Indígenas tem por objetivo reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável, assegurando que o processo de desenvolvimento respeite plenamente a dignidade, os direitos humanos, as economias e as culturas dos Povos Indígenas.	
Principais Diretrizes • Apoio às comunidades indígenas; • Relocação de infraestrutura econômica e social; • Redimensionamento dos serviços e instalações sociais; • Plano de Comunicação; • Plano de Monitoramento.	
Conteúdo Mínimo • Resumo da avaliação social; • Resumo dos resultados dos Diálogos Sociais (consulta livre, prévia e informadas) às comunidades dos Povos Indígenas, realizada durante a fase de preparação do projeto, que resultou em amplo apoio da comunidade ao projeto; • Estrutura de projeto que assegure os Diálogos Sociais (consulta livre, prévia e informadas) às comunidades, durante a implementação do projeto; • Plano de ação com medidas que garantam que os Povos Indígenas recebam benefícios sociais e econômicos culturalmente adequados, incluindo, se necessário, medidas de capacitação das agências implementadoras do projeto; • Plano de ação que evitem, minimizem, atenuem ou compensem impactos negativos, quando inevitáveis; • Estimativa de despesas e plano financeiro; • Procedimentos acessíveis do projeto para lidar com as reclamações dos Povos Indígenas afetados, disponibilizando recursos judiciais e de mecanismos usuais de acordos em caso de litígio; • Mecanismos de “benchmarks” (pontos de referência) adequados ao projeto visando monitoramento, avaliação e preparação de relatórios sobre a implementação do projeto, incluindo disposições à Diálogos Sociais às comunidades afetadas dos Povos Indígenas.	

VII.5. Marco Conceitual de Recursos Culturais Físicos – OP 4.11

Marco Conceitual dos Recursos Culturais Físicos	OP 4.11
A ser acionada na eventual interferência em áreas de comunidades indígenas ou outros grupos étnicos, como populações quilombolas, definidos por um grupo distinto, vulnerável, social e cultural que possua pelo menos uma das seguintes características: • auto-identificação como membros de um grupo cultural indígena distinto, sendo que os outros reconhecem esta identidade; • ligação coletiva a habitat geograficamente distinto ou a território ancestral na área do projeto e a recursos naturais neste habitat e território; • instituições culturais, econômicas, sociais ou políticas tradicionais separadas da sociedade e cultura dominante; e, • um idioma indígena, muitas vezes diferente do idioma oficial do país ou região. Na eventual necessidade de separação forçada de determinada comunidade, em função das obras na área de influência do Projeto, e que venha a perder a ligação coletiva ao seu habitat geograficamente distinto ou ao seu território ancestral, esta poderá ser abrangida pela política. A política de Povos Indígenas tem por objetivo reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável,	

assegurando que o processo de desenvolvimento respeite plenamente a dignidade, os direitos humanos, as economias e as culturas dos Povos Indígenas.
Principais Diretrizes • Apoio às comunidades indígenas, e/ou comunidades quilombolas; • Indenização de terras e benfeitorias; • Relocação da população afetada; • Relocação de infraestrutura econômica e social; • Redimensionamento dos serviços e instalações sociais; • Plano de Comunicação; • Plano de Monitoramento.
Conteúdo Mínimo • Resumo da avaliação social; • Resumo dos resultados da consulta livre, prévia e informada às comunidades dos Povos Indígenas, realizada durante a fase de preparação do projeto, que resultou em amplo apoio da comunidade ao projeto; • Estrutura de projeto que assegure a consulta livre, prévia e informada as comunidade, durante a implementação do projeto; • Plano de ação com medidas que garantam que os Povos Indígenas recebam benefícios sociais e econômicos culturalmente adequados, incluindo, se necessário, medidas de capacitação das agências implementadoras do projeto; • Plano de ação que evitem, minimizem, atenuem ou compensem impactos negativos, quando inevitáveis; • Estimativa de despesas e plano financeiro; • Procedimentos acessíveis do projeto para lidar com as reclamações dos Povos Indígenas afetados, disponibilizando recursos judiciais e de mecanismos usuais de acordos em caso de litígio; • Mecanismos de “benchmarks” (pontos de referência) adequados ao projeto visando monitoramento, avaliação e preparação de relatórios sobre a implementação do projeto, incluindo disposições à consulta livre, prévia e informada às comunidades afetadas dos Povos Indígenas.

VII.6. Marco Conceitual de Reassentamento Involuntário OP 4.12

Encontra-se am anexo no Volume 3 deste Relatório o Marco Conceitual de Reassentamento Involuntário. Considerada a Categoria B do RN Sustentável, não estão previstas ações de reassentamento. Contudo, encontra-se disponível para eventual necessidade, desde que apontada pelos estudos do 1º ano do Projeto, e em absoluta consonância com a diretrizes emanadas pelo Banco Mundial.

VII.7. Marco Conceitual de Segurança de Barragens Op 4.37

Marco Conceitual de Segurança de Barragens	OP 4. 37
A ser acionada na eventual necessidade de funcionamento inadequado ou do rompimento de barragens pequenas. São determinadas medidas de segurança nas etapas de projeto, licitação e aquisições, construção, operação e manutenção da barragem e obras associadas. O Banco Mundial define por barragens pequenas, aquelas com altura inferior a 15 metros. Nesta categoria incluem-se, por exemplo, as barragens agrícolas, barragens locais para retenção de sedimentos, e pequenos diques.	
Principais Diretrizes: • Obras que não incluam uma nova barragem, mas que irão depender do desempenho de uma barragem existente ou em construção (DUC); • Sistemas de abastecimento de água que captem água diretamente de um reservatório controlado por uma barragem existente ou por uma DUC; • Barragem de derivação ou estruturas hidráulicas à jusante de uma barragem existente ou de uma DUC, onde a falha de uma barragem à montante poderia causar danos consideráveis ou até comprometer a nova estrutura financiada pelo Banco; e • Projetos de irrigação ou de abastecimento de água que dependam da preservação e operação de uma barragem existente ou de uma em construção (DUC), para o fornecimento de água e não possam funcionar se a barragem falhar.	

- Os projetos nesta categoria incluem ainda operações que precisem do aumento de capacidade de uma barragem existente, ou alterações de características dos materiais represados, onde a falha de uma barragem existente poderia causar danos consideráveis ou até comprometer as instalações financiadas pelo Banco.

Conteúdo Mínimo:

Para pequenas barragens as medidas de segurança genéricas concebidas por engenheiros qualificados são normalmente suficientes.

Os Programas complementares: Comunicação Social – PCS; PEA; Prevenção de Desastres Naturais, prevenção de Inundações; Prevenção de Queimadas, bem como o Manual Ambiental de Obras, encontram-se, respectivamente, no Anexo I e II deste Estudo de Avaliação de Impacto Socioambiental.

PARTE B

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL

VIII. PLANO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL – PGSA RN SUSTENTÁVEL

A Avaliação Ambiental é um pressuposto para as intervenções a serem feitas pelo RN Sustentável, tendo por objetivo garantir a sua sustentabilidade em termos ambientais e sociais, contribuindo também para a melhoria do processo de tomada de decisão.

O Projeto, de classificação na Categoria B, não identificada, a necessidade de reassentamento de população e, portanto, as consequências inerentes a essa ação, ou mesmo a interrupção de atividades produtivas em decorrência das obras. Contudo, o marco conceitual OP 4.12 encontra-se disponível para ser adotado, caso ocorrências sejam identificadas por ocasião da elaboração dos projetos básico e executivo. Cabe notar que, neste caso todas as ações serão desenvolvidas em consonância com as diretrizes emanadas pelo Banco Mundial. Nos casos de subprojetos em comunidades de baixa renda, deverá ser assumido um procedimento padrão, em especial quanto aos critérios para áreas sem regularização fundiária.

Para todo e qualquer subprojeto com potencial impacto socioambiental serão adotadas medidas preventivas e corretivas relativas aos procedimentos a serem adotados durante a execução das obras, mitigando os transtornos temporários de obras. Especial atenção será dada aos cuidados relativos ao manejo de resíduos poluentes, advindos do inadequado manejo, especialmente cimento, óleos e material de desmonte de equipamentos, com riscos de contaminação.

Todo o 1º ano do Projeto é dedicado à elaboração de projetos básico e executivo, acompanhados dos respectivos licenciamentos ambientais, quando pertinentes. As obras terão início somente a partir do 2º ano de Projeto, permitindo-se, portanto, a preparação e consolidação de documentos relativos aos principais procedimentos e rotinas a serem implantadas visando o adequado planejamento e gestão ambiental dos empreendimentos.

Os critérios e restrições para a realização de investimentos deverão considerar, além das diretrizes e precedimentos propostos neste AISA, a lista negativa apresentada a seguir:

- Intervenções que incluam operações comerciais madeireiras (corte de madeira);
- Intervenções que incluam a compra de equipamentos para uso em florestas primárias;
- Aquisição e uso de agrotóxicos e outras substâncias proibidas pela legislação nacional ou cujo uso não seja registrado para a aplicação pretendida, bem como os enquadrados nas Classes I e II, segundo a classificação nacional, e nas Classes Ia e Ib, segundo a classificação da OMS;
- Aquisição e uso de agrotóxicos em desacordo com receituário agrônomo ou sem que tenha sido previamente assegurada à qualificação dos aplicadores e disponibilizados os equipamentos de proteção apropriados;
- Intervenções que produzam efluentes contaminantes para o solo ou mananciais hídricos, sem o devido tratamento, nas cadeias produtivas prioritárias;
- Intervenções em áreas de alto risco de desastres naturais;
- Intervenções em áreas com litígio e/ou com pleito de reconhecimento, como exemplo em terras indígenas;
- Intervenções sem a devida regularização da propriedade do imóvel;
- Intervenções que demandem reassentamento involuntário acima de 200 pessoas;
- Intervenções nas cadeias produtivas prioritárias - ovinocaprinocultura/bovinocultura de leite - situadas em áreas de desertificação sem a adoção de planos de manejo agroecológico da Caatinga adequados;
- Atividades produtivas que requeiram o cultivo de florestas/matias/caatinga com finalidade comercial, extração ou queima de madeira no processo de produção;
- Atividades que promovam degradação de habitats naturais críticos, desmatamento ou perda de vegetação nativa;
- Atividades que impliquem na exploração de Mata Atlântica primária ou secundária em estágio avançado de regeneração ou em qualquer estágio de regeneração quando localizada em áreas indicadas como prioritárias para a conservação da biodiversidade pelo MMA, exceto em casos

- excepcionais previstos em lei e devidamente autorizados pelo órgão competente;
- Atividades que impliquem supressão de vegetação secundária de Mata Atlântica para exploração de madeira ou lenha ou para uso alternativo do solo sem autorização do órgão competente;
- Supressão ou exploração de vegetação nativa primária do bioma Caatinga;
- Atividades localizadas em áreas suscetíveis a desertificação e com perda de população, desde que não estejam previstas ações mitigadoras e manejo agroecológico de convivência com o semiárido;
- Atividades que promovam a degradação irreversível ou sem mitigações em Áreas de Relevante Interesse Ambiental, como as ZPAs, APPs, APAs, UCs e outras categorias enquadradas pela legislação ambiental vigente.
- Atividades e obras capazes de gerar impactos ambientais considerados significativos e impedidos pela legislação nacional, por não serem consideradas compatíveis com a categoria em que foi enquadrado o Projeto, conforme classificação do Banco Mundial (Categoria B);
- Atividades ou obras que impliquem intervenções em áreas de preservação permanente, assim definidas pelo Código Florestal, exceto no caso de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto e desde que devidamente autorizadas pelo órgão competente;
- Atividades em Unidades de Conservação de Proteção Integral;
- Atividades realizadas em áreas de proteção de mananciais legalmente estabelecidas, sem que haja a devida autorização pelo órgão de meio ambiente competente;
- Realização de atividades em áreas localizadas em Zonas de Amortecimento de Unidades de Conservação de Proteção Integral que representem ameaças à biota da área protegida; incluindo o uso de agrotóxicos e a introdução de animais exóticos;
- Introdução e disseminação de espécies exóticas de interesse econômico consideradas invasoras em Zonas de Amortecimento de UC de Proteção Integral e nas UCs de Uso Sustentável. Nas demais áreas, o uso de tais espécies deve ser avaliado previamente; e
- Utilização ou beneficiamento de produtos derivados de animais da fauna nativa provenientes de caça ou de criadouros não autorizados pelos órgãos competentes.

Além destas, a atenção para as demais atividades relacionadas com bebidas alcoólicas, fumo, edificações para fins religiosos e/ou políticos, insumos ou animais de grande porte para engorda e terrenos, imóveis e bens usados, que, em caráter mandatório pelo Banco Mundial, não podem ser financiadas, as quais deverão compor a lista completa a ser incluída no Manual Operacional do Projeto.

Sugere-se iniciar a Avaliação Ambiental pela tabela a seguir, já apresentada anteriormente, e que contem o elenco de Impactos Ambientais Potenciais – IAP, passíveis de ocorrência nas intervenções do RN Sustentável. Estes potenciais impactos serão avaliados conforme cada um dos tipos de IAP qualificados como **B – Baixo**; **M – Médio**; **A – Alto**; ou **P – Potencial**, especificando-se os aspectos pertinentes.

Figura 28 - Impactos Ambientais Potenciais (IAP)

MEIO	TIPO DE IMPACTO AMBIENTAL	Início do projeto	Durante intervenção	Finalização do projeto
FÍSICO – BIÓTICO	Possibilidade de erosão (por práticas de cultivos ou inclinações fortes do terreno)			
	Solos descobertos (devido a preparação para cultivos)			
	Compactação do solo (por pecuária ou práticas de cultivo inadequadas)			
	Perda de matéria orgânica (diminuição de cobertura vegetal)			
	Contaminação por agroquímicos (fertilizantes, pesticidas)			
	Outras causas de contaminação			
	Alto consumo de volumes de água			
	Redução da capacidade de conservação de umidade devido à perda de matéria orgânica			

	Interrupção dos fluxos de água (represamento, desvio)			
	Poluição da água (fertilizantes, pesticidas, resíduos, outros)			
	Poluição por derramamento de resíduos líquidos ou águas não tratadas			
	Poluição por derramamento de resíduos sólidos			
	Redução de mananciais devido à utilização pelas atividades agropecuárias			
	Assoreamento dos corpos d'água			
	Perda da biodiversidade devido o estabelecimento de monocultivos			
	Redução da biodiversidade da área devido outras causas: especifique			
	Impactos na flora e fauna devido à utilização de produtos químicos			
	Introdução de espécies exóticas			
	Invasão de espécies exóticas ou daninhas (proliferação de pragas) devido monocultivos			
	Destruição ou degradação de áreas de mata			
	Impactos em nascentes e outros locais frágeis do ecossistema devido disposição de sólidos ou líquidos			
	Impactos na vida silvestre			
	Modificação da paisagem			
	Níveis elevados de poeira			
	Poluição do ar devido emissão de partículas ou gases			
	Níveis elevados de ruído			
	Geração de odores			
	Fumaça devido à queima de lixo, resíduos de colheita e pastagem			
SOCIOECONÔMICO	Doenças causadas pela água (vetores patogênicos)			
	Doenças causadas pela utilização de agroquímicos			
	Outras causas que podem gerar doenças			
	Uso de materiais perigosos (agroquímicos tóxicos, cáusticos, explosivos, material medico/farmacêutico, outros)			
	Possibilidade de acidentes usos de máquinas e equipamentos, áreas desprotegidas, outros			
	Intervenção em zonas históricas			
	Intervenção em zonas arqueológicas			
	Reassentamentos de produtores rurais			
	Conflitos com culturas indígenas ou autóctones			
	Falta de participação da comunidade			

	Desequilíbrio social devido imigração de mão de obra com melhor qualificação			
	Introdução de práticas de cultivo, de trabalho e de processamento novos ou estranhos às culturas e tradições locais			
	Efeitos sobre as expectativas econômicas			

Os procedimentos de avaliação e gestão socioambiental dos subprojetos propostos acompanham o ciclo de projetos, com ações em diferentes fases de implantação do empreendimento, quais sejam: a) pré-subprojeto; b) preparação do sistema de gestão socioambiental; c) execução das obras; e, d) operação.

Para cada uma das fases são apresentados os critérios e requerimentos ambientais para cada tipologia das intervenções propostas, assim como fluxogramas do processo de avaliação socioambiental.

Nesse sentido, inicia-se por apresentar o Marco de Operações Ambientais como elemento norteador das ações iniciais do RN Sustentável.

VIII.1. Marco de Operações Ambientais - MOA

Objetivos:

O Marco de Operações Ambientais – MOA, cumprirá o papel de instrumento orientador para facilitar o processo de seleção, avaliação ambiental e monitoramento da implantação dos projetos.

Justificativas:

Os projetos a serem selecionados apoiarão atividades com reduzidos impactos ambientais, devendo, entretanto, estarem identificados e detalhados nos planos de gestão ambiental (PGSA) para permitir a deflagração do processo de aprovação e liberação de recursos para a implantação. Neste sentido, o instrumento MOA; que inclui tipologia de projetos e lista de atividades elegíveis, cumprirá papel relevante para a tomada de decisão e implementação de iniciativas nos níveis local, regional e estadual, em função de:

- Assegurar o cumprimento das disposições legais ambientais nos níveis federal, estadual e municipal;
- Assegurar o cumprimento das salvaguardas, em especial as de Avaliação Ambiental (OP 4.01), Habitats Naturais (OP 4.04), Manejo de Pragas (OP 4.09), Povos Indígenas (OP 4.10), Recursos Culturais Físicos (OP 11.03) e Atividades Florestais (OP 4.36); Segurança de Barragens (OP 4.37)
- Priorizar o desenvolvimento de subprojetos que contribuam para o melhoramento das características naturais do entorno;
- Evitar, prevenir ou minimizar os impactos adversos dos subprojetos produtivos e de abastecimento;
- Promover a absorção por parte das populações locais dos aspectos ambientais nos projetos, assegurando a sustentabilidade dos mesmos.

O MOA será parte integrante do Manual Operacional do Projeto, na orientação dos procedimentos administrativos, financeiros, técnicos e de monitoramento e avaliação do Projeto e de cada um dos projetos selecionados.

O MOA está estruturado em três vertentes principais:

- Ciclo Ambiental do Projeto – CAP;
- Plano de Ação para consolidação de aspectos ambientais do projeto e
- Estrutura, mecanismos de operação e custos para o desenvolvimento do MOA.

VIII.2. Ciclo Ambiental do Projeto – CAP

Etapas do Ciclo Ambiental do Projeto:

O CAP deverá ser desenvolvido em três etapas básicas complementares entre si:

- Seleção de projetos;
- Identificação de Impactos Ambientais Potenciais (IAP) e definição do Plano de Gestão Socioambiental (PGSA) para os projetos selecionados; e,
- Monitoramento e Avaliação – M&A dos PGSA dos projetos implantados.

Neste âmbito, deverão estar incluídos todas as ações e procedimentos, que permitam maior clareza e eficiência nas ações e procedimentos relacionados à transversalidade ambiental. Adicionalmente, deve-se destacar que ao abrigo dos Planos de Gestão Socioambiental – PGSA estão incluídas as medidas e ações mitigadoras dos IAP de forma a permitir a implantação de um sistema permanente de monitoramento, avaliação e ajustes no PGSA durante sua execução.

O CAP terá um fluxograma ilustrando o processo de eleição e qualificação dos subprojetos, que deverá guardar coerência com os requerimentos ambientais legais e terá no mínimo as seguintes fases:

- i. Preparatória;
- ii. Análise e avaliação;
- iii. Financiamento e execução dos investimentos;
- iv. Operação e manutenção dos subprojetos; e
- v. Avaliação dos resultados e impactos.

Etapas do CAP - Seleção de Subprojetos

Esta etapa contempla a identificação de subprojetos elegíveis e inelegíveis, para serem financiados.

É recomendável que cada subprojeto, desde o início de sua preparação, seja submetido aos critérios de elegibilidade. Sendo aprovado, estará assegurado o prazo para cumprimento dos demais requisitos exigidos para o enquadramento e disponibilização de recursos financeiros.

Linha de Base Ambiental

Para o estabelecimento da elegibilidade para os investimentos dos subprojetos no âmbito do Projeto RN Sustentável, são critérios fundamentais as políticas operacionais estabelecidas pelo Banco Mundial e as decorrentes salvaguardas ambientais, sociais e culturais tendo como referência a legislação ambiental Federal, Estadual e Municipal.

Nível de Risco Ambiental

O Banco Mundial adota uma classificação de Nível de Risco Ambiental - NRA para diferentes tipos de projetos, a saber:

- NRA I – projetos que não causam impactos negativos e geram benefícios ambientais;
- NRA II – projetos que normalmente têm um mínimo ou nenhum impacto negativo sobre o meio ambiente;
- NRA III – projetos com moderado impacto ambiental nos quais as repercussões adversas são próprias do local, controláveis e poucas são irreversíveis;
- NRA IV – projetos com alto impacto ambiental que poderá ser irreversível ou afetar uma área que extrapole o local da implantação. No MOA, projetos com NRA IV não serão enquadrados como elegíveis.

Roteiro para estabelecer a elegibilidade

Para facilitar o processo de identificação de projetos elegíveis, será usada uma lista de referência para estabelecer a elegibilidade de projetos pelas características e localização.

As normas ambientais destinam-se a orientar e especificar as ações, e os modos de implantação e execução dos serviços para a perfeita realização das tarefas, confiadas no detalhamento dos projetos básicos, na realização dos serviços de supervisão, monitoramento e qualquer outra atividade ligada, para evitar ou reduzir a poluição e/ou a degradação agravante de tais atividades.

A análise dos riscos ambientais será observada em todas as fases dos projetos, desde a solicitação de apoio, passando pela execução e acompanhamento, onde ocorrerá a apreciação de todos os componentes que envolvem as atividades, para atingir o patamar da sustentabilidade.

O Projeto RN Sustentável irá avaliar os potenciais riscos ambientais na área de influência do Projeto e de cada Subprojeto, examinando alternativas e identificando maneiras de melhorar a seleção, localização, planejamento, concepção e execução, através de medidas para evitar, minimizar, compensar e mitigar os impactos adversos. Sempre que possível, são preferidas as medidas preventivas às mitigadoras ou compensatórias. Apresenta-se, na sequência, lista que oferece roteiro para estabelecer a elegibilidade de subprojetos, por suas características e localização.

Figura 29 - Roteiro para os Critérios de Elegibilidade de Projetos Produtivos

Enquadramento do subprojeto: Defina se o subprojeto produtivo ou de abastecimento encontra-se em alguma das áreas listadas ou inclui algumas das características indicadas na coluna esquerda. Na coluna direita, pode-se identificar sob quais condições o subprojeto é elegível. No caso de que nenhuma condição esteja presente, o subprojeto é elegível sem condicionantes especiais.	
1. Características do subprojeto:	Características de elegibilidade
☐ NRA IV	Não elegível
☐ Incluem operações comerciais madeireiras – corte de matas	Não elegível
☐ Incluem a compra de equipamentos para uso em florestas primárias tropicais	Não elegível
☐ Incluem o uso de agroquímicos das categorias IA e IB da OMS	Não elegível
2. O subprojeto está localizado em:	Características de elegibilidade
☐ Uma APA Estadual	NRA I. Licença SEMA/IMA
☐ Uma APA Municipal	NRA I. Licença da Prefeitura
☐ Um Parque Nacional	NRA I. Licença IBAMA
☐ Um Parque Estadual	NRA I. Licença SEMA/IMA
☐ Um Parque Municipal	NRA I. Licença da Prefeitura
☐ Uma Reserva Biológica, Ecológica e Extrativista Federal	NRA I. Licença IBAMA
☐ Uma Floresta Nacional - FLONA	NRA II. Licença IBAMA
☐ Uma Reserva Biológica, Ecológica e Extrativista Estadual	NRA I. Licença SEMA/IMA
☐ Um Monumento Natural Estadual	NRA I. Licença SEMA/IMA
☐ Uma Área Estadual de Relevante Interesse Ecológico	NRA I. Licença SEMA/IMA
☐ Uma Estação Ecológica Estadual	NRA I. Licença SEMA/IMA
☐ Uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN	NRA II. Licença IBAMA
☐ Uma Reserva Indígena	Sujeito à regulamentação indígena específica
☐ Um Área de Patrimônio Cultural	NRA I. Autorização do IPHAN
☐ Um área de alto risco de desastres naturais	Não elegível
☐ Um local com alto grau de erosão ou com propensão	NRA I. Proposta de atividades de conservação dos solos
☐ Um Município ou Distrito adotando Manejo Integrado incluindo conservação dos solos	NRA II e III
☐ Uma bacia hidrográfica em processo de ordenamento	

	NRA II e III
() Uma área não protegida de alto valor de conservação	NRA I

Etapas 2 do CAP - Identificação de IAP e definição dos PGSA dos projetos

Cada projeto elegível com ou sem condicionantes, deverá ser submetido a uma Avaliação Ambiental (OP 4.01) visando à identificação dos Impactos Ambientais Potenciais – IAP, positivos ou negativos, e a proposição das medidas para prevenir ou mitigar, em casos adversos, e também a divulgação, no entorno, em caso de exemplo positivo. O conjunto de medidas propostas servirá de base para a definição do Plano de Gestão Ambiental – PGA.

O MOA do Projeto recomendará a elegibilidade de projetos apenas enquadrados como de nível de risco ambiental – NRA I, II ou III. Dessa forma, os IAP serão sempre mitigáveis. O Formulário de Revisão Ambiental a ser preenchido por profissional da área ambiental, membro da equipe de coordenação do projeto, em articulação com atores relevantes locais, que servirá como ferramenta fundamental para a identificação de IAP, para a elaboração do PGA e processo de tomada de decisão sobre a qualificação ambiental de cada um dos subprojetos produtivos propostos.

Formulário de Revisão Ambiental

O Formulário de Revisão Ambiental está estruturado em 6 partes, quais sejam: i) informação básica sobre o subprojeto; ii) identificação e qualificação dos impactos ambientais potenciais – IAP; iii) características dos IAP e medidas de gestão propostas; iv) definição do Plano de Gestão Ambiental – PGA; v) decisão ambiental final; e vi) documentos anexados.

A parte 1 do Formulário de Revisão Ambiental está dividida em dois capítulos. O primeiro de maneira sucinta apresenta a descrição do subprojeto incluindo a qualificação quanto à tipologia e nível de risco ambiental – NRA. O segundo capítulo contempla a descrição e análise da localização do subprojeto proposto, quando será fornecida informação se o subprojeto irá necessitar de alguma licença ambiental específica.

Na parte 2, serão inseridos os elementos sobre os possíveis impactos ambientais do subprojeto sobre o solo, recursos hídricos e biológicos, o ar, saúde humana e aspectos socioculturais locais.

Todos os IAP identificados serão qualificados conforme uma escala para enquadramento positivo ou negativo:

- P = Efeitos ambientalmente positivos
- B = Nível reduzido de efeitos ambientalmente negativos
- M = Nível médio de efeitos ambientalmente negativos
- A = Alto nível de efeitos ambientalmente negativos

A parte 3 aborda a caracterização dos IAP identificados (nível de severidade, áreas e grupo de pessoas afetadas) e as medidas de prevenção e mitigação para diminuir a intensidade dos IAP, assim como recomendações para o melhoramento do entorno.

Na parte 4 do Formulário, tem-se a estrutura do PGSA elaborado com bases nas medidas de prevenção e mitigação identificadas nas partes anteriores. Deve-se salientar que todos os projetos obrigatoriamente deverão incluir em sua preparação um PGSA que se constitui em pré-condição para a aprovação dos mesmos. No conteúdo do plano deverão ser destacados:

- as medidas de gestão propostas;
- em que momento (prazos) as medidas serão aplicadas;
- recursos humanos e financeiros necessários para implementação; e
- responsáveis pela implementação das medidas.

O Formulário preenchido nas partes 1 a 4 sofrerá revisão final pelo especialista ambiental principal do Projeto que colocará suas observações na parte 5 e tomará a decisão ambiental final sobre a viabilidade ambiental do subprojeto proposto incluindo o nível de risco ambiental final - NRA. Para que um subprojeto seja classificado como de NRA I, todos os IAP deverão ser positivos (P), enquanto que o enquadramento para NRA II poderá ocorrer quando todos os IAP são de nível B e com um máximo de um IAP de nível M.

O especialista responsável pela decisão ambiental final deverá especificar também se o subprojeto exigirá algum tipo de licenciamento ambiental especial, como para o desenvolvimento das atividades dentro de uma unidade de conservação. Assim sendo, a aprovação final do subprojeto estará condicionada à obtenção da licença ambiental.

Apresenta-se, a seguir, modelo sugerido de Formulário de Revisão Ambiental.

FORMULÁRIO DE REVISÃO AMBIENTAL

Projetos produtivos

Elaborado por:

Data:

1. Informação básica do Subprojeto:

a) Descrição do Subprojeto:

Nome e Código do projeto:	
Participantes no projeto:	
Localização do projeto:	
Município:	
Distrito:	
Coordenadas:	
Tipo de subprojeto: (Ver componentes):	
NRA - Nível de Risco Ambiental proposto:	
Alcance do projeto:	
Custo estimado:	
Número de pessoas que serão beneficiadas:	
Data preliminar de início do subprojeto: Data preliminar de término:	Data efetiva de início do subprojeto: Data efetiva de término:
Pessoas responsáveis pela supervisão e desenvolvimento do subprojeto	
Objetivos do projeto	
Atividades a realizar:	

b) Descrição e Análise do local:

Localização do Subprojeto:
O subprojeto está localizado em áreas restritas incluídas no Roteiro? Não () Sim ()
Especifique:
Está sujeito a alguma exigência legal especial? Não () Sim ()

Licença ambiental () Licença específica () Outorga de águas () Outro () Especifique: De acordo com a legislação e o zoneamento territorial o subprojeto está localizado em uma área: () Produtiva () De proteção () De conservação () De uso misto () Restrita devido ameaças de riscos () Outras. Indique A legislação e o zoneamento estabelecem recomendações ou diretrizes específicas para o uso da área na qual está localizado o subprojeto? Não () Sim () Especifique: Anotações:								
Uso atual do solo: <table> <tr> <td>() Agricultura</td> <td>() Área degradada, erodida</td> </tr> <tr> <td>() Pecuária</td> <td>() Úmida, pantanosa</td> </tr> <tr> <td>() Mata nativa</td> <td>() Plantação florestal</td> </tr> <tr> <td>() Outros. Indique</td> <td></td> </tr> </table>	() Agricultura	() Área degradada, erodida	() Pecuária	() Úmida, pantanosa	() Mata nativa	() Plantação florestal	() Outros. Indique	
() Agricultura	() Área degradada, erodida							
() Pecuária	() Úmida, pantanosa							
() Mata nativa	() Plantação florestal							
() Outros. Indique								
Descrição da localidade: (Tamanho, topografia, usos, edifícios, vias de acesso, serviços públicos)								
Receptores sensíveis no entorno: (descreva) () Áreas residenciais () Colégios () Escolas () Hospitais Outros								
Existem fontes de poluição? (descreva) () Saídas de água () Resíduos sólidos () Tráfego () Mineração () Outras Indique								
Áreas de recursos naturais (descreva) <table> <tr> <td>() Nascentes</td> <td>() Serras</td> </tr> <tr> <td>() Riachos, ribeirões</td> <td>() Matas</td> </tr> <tr> <td>() Terras úmidas</td> <td>() Outros</td> </tr> </table>	() Nascentes	() Serras	() Riachos, ribeirões	() Matas	() Terras úmidas	() Outros		
() Nascentes	() Serras							
() Riachos, ribeirões	() Matas							
() Terras úmidas	() Outros							

2. Identificação e qualificação de impactos ambientais potenciais (IAP).

Preencha cada célula abaixo, utilizando as seguintes qualificações para os efeitos causados pelo subprojeto:

- P = Apresentam efeitos ambientais positivos
 B = Nível baixo de efeitos ambientais negativos
 M = Nível médio de efeitos ambientais negativos
 A = Alto nível de efeitos ambientais negativos
 NA = Não se aplica ou não é necessário fazer uma qualificação

Tipos de Impacto Ambiental

Potenciais impactos ambientais de subprojetos nos diferentes recursos naturais ao longo das fases: Inicial (I); Desenvolvimento (D); e, Finalização (F)		I	D	F
SOLO	Possibilidade de erosão (por práticas de cultivos ou inclinações fortes do terreno)			
	Solos descobertos (devido a preparação para cultivos)			
	Compactação do solo (por pecuária ou práticas de cultivo inadequadas)			
	Perda de matéria orgânica (diminuição de cobertura vegetal)			
	Modificação da paisagem			
	Contaminação por agroquímicos (fertilizantes, pesticidas)			
	Outras causas de contaminação			
ÁGUA	Alto consumo de volumes de água			
	Redução da capacidade de conservação de umidade devido à perda de matéria orgânica			
	Interrupção dos fluxos de água (represamento, desvio)			
	Poluição da água (fertilizantes, pesticidas, resíduos, outros)			
	Poluição por derramamento de resíduos líquidos ou águas não tratadas			
	Poluição por derramamento de resíduos sólidos			
	Redução de mananciais devido à utilização pelas atividades agropecuárias			
BIÓTICO	Assoreamento dos corpos d'água			
	Perda da biodiversidade devido o estabelecimento de monocultivos			
	Redução da biodiversidade da área devido a outras causas			
	Impactos na flora e /ou fauna devido à utilização de produtos químicos			
	Introdução de espécies exóticas			
	Invasão de espécies exóticas ou daninhas (proliferação de pragas) devido monocultivos			
	Destruição ou degradação de áreas de mata nativa			
AR	Impactos em nascentes e outros locais frágeis do ecossistema devido disposição de sólidos ou líquidos			
	Impactos na vida silvestre			
	Níveis elevados de poeira			
	Poluição do ar devido emissão de partículas ou gases			
	Níveis elevados de ruído			
SOCIAL	Geração de odores			
	Fumaça devido à queima de lixo, resíduos de colheita e pastagem			
	Doenças causadas pela água (vetores patogênicos)			
	Doenças causadas pela utilização de agroquímicos			
	Outras causas que podem gerar doenças: Ex.:			
	Uso de materiais perigosos (agroquímicos tóxicos, cáusticos, explosivos, material medico/farmacêutico, outros) que também afetam o solo			
	Possibilidade de acidentes usos de máquinas e equipamentos, áreas desprotegidas, outros			
	Intervenção em zonas históricas			
	Intervenção em zonas arqueológicas			
	Reassentamentos de produtores rurais			
	Conflitos com culturas indígenas ou autóctones			
	Falta de participação da comunidade			

	Desequilíbrio social devido imigração de mão de obra com melhor qualificação			
	Introdução de práticas novas ou estranhas às culturas e tradições locais de cultivo, de trabalho e de processamento			
	Efeitos sobre as expectativas econômicas			

3. Características dos IAP e medidas de gestão propostas

Para cada um dos tipos de IAP qualificados como B, M, A ou P especifique os seguintes aspectos:

Características do IAP (natureza e gravidade; áreas afetadas; grupos de pessoas ou indivíduos afetados)	Propostas de medidas de prevenção, mitigação ou melhoramento do entorno

4. Definição do Plano de Gestão Socioambiental

O Plano de Gestão Socioambiental (PGSA) se constrói com base nas medidas de manejo propostas no quadro 3 anterior.

Medida de manejo proposta	Momento de aplicação (1)	Recursos necessários (2)		Pessoa (s) responsável (eis) pela aplicação da medida
		Pessoal	Financeiro	

(1) Indicar se aplicável:

(2) Indique com um (*) se dispõe do recurso

i. No início do subprojeto

Caso disponha apenas de parte do recurso indique o recurso que falta entre parênteses.

ii. Durante todo o subprojeto

Outro: especifique

5. Decisão ambiental final: NRA final: _____

	Não se esperam impactos ambientais negativos significativos; prosseguir com o subprojeto
	Os impactos ambientais podem ser eliminados ou reduzidos a níveis aceitáveis através das medidas de mitigação de impacto previstas e acordadas nesta avaliação; prosseguir com o subprojeto
	Os impactos ambientais significativos são prováveis e exigem um estudo ambiental adicional; o coordenador ambiental da UGP preparará uma Avaliação Ambiental do Subprojeto
	Os impactos ambientais são prováveis e exigirão revisões na localidade do subprojeto ou na concepção ou no desenvolvimento de novas alternativas. É necessário consultar um especialista.
	Os impactos ambientais são prováveis e a mitigação das novas alternativas não será factível; o subprojeto será descartado.

O subprojeto exige alguma licença adicional: Não () Sim ()
Em caso positivo, especifique: _____

Situação :

- Por solicitar ()

- Em processo ()
- Negociado ()

6. Documentação anexada

Exemplo: licença ambiental, outorga de água, estudos ambientais existentes, inventários de recursos, oferta ambiental.

Revisão realizada por:

Apresentam-se, no quadro a seguir, exemplos de Impactos ambientais negativos mais comuns nos diferentes Projetos Produtivos, a título de orientação e ilustração.

Figura 30 - Impactos Ambientais Comuns em Projetos Produtivos

TIPO DE PROJETO	POTENCIAIS IMPACTOS NEGATIVOS	MEDIDAS DE MANEJO MAIS COMUNS
1. Agricultura de sequeiro e irrigada com segurança alimentar	Impactos diretos sobre solos e águas devido às práticas de cultivo inadequadas Impacto sobre recursos florestais e biológicos caso o cultivo esteja associado ao corte de matas Impacto sobre recursos hídricos e saúde pública devido uso inadequado de fertilizantes e pesticidas Impacto induzido sobre a sustentabilidade do sistema produtivo e degradação do meio natural pelas práticas agrícolas e colheita inadequadas	Manejo Agroecológico Planejamento estratégico e participativo para definir localização, produtos cultivados e práticas de cultivo. Transição ao manejo Agroecológico Sistemas de irrigação de baixo consumo hídrico e uso energias alternativas Preparação do solo (plantio mínimo) e práticas de conservação do solo (contorno, cobertura vegetal, faixas de proteção, outros) Manejo de transição agroecológica de insumos químicos a orgânicos (fertilizantes e pesticidas) Consulta e participação do agricultor e da comunidade Capacitação e assistência técnica Incentivos e subsídios Identificação de áreas e bacias hidrográficas degradadas e ecossistemas frágeis Promoção de práticas de sistemas produtivos integrados - agroflorestais Manejo Integral de Pragas Compostagem e reciclagem de matéria orgânica Proteção de cursos d'água e margens de rios – matas ciliares Proteção de ecossistemas frágeis Divulgação e extensão com "Dias de Campo" nas áreas demonstrativas Capacitação em serviço Participação e fortalecimento de entidades locais Promover cultivos consorciados e integrados Promover o uso de insumos orgânicos

TIPO DE PROJETO	POTENCIAIS IMPACTOS NEGATIVOS	MEDIDAS DE MANEJO MAIS COMUNS
2. Produção agropecuária Exemplo: ovinocaprinocultura, piscicultura, apicultura, e demais	Impactos diretos sobre solos - compactação, esgotamento e degradação e sobre águas que são contaminadas - por pastoreio inadequado em pastos localizados em encostas, sem rotação e sem melhoramento. Impacto sobre florestas e recursos biológicos. Impacto sobre rios e corpos d'água: a qualidade e a quantidade de água são afetadas assim como o regime hidrológico -devido à diminuição da capacidade de retenção e erosão dos solos Impacto sobre a sustentabilidade do sistema produtivo devido à degradação do solo, perda de capacidade regenerativa e impacto micro-climático.	Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) Planejamento estratégico e participativo para definir práticas de pastoreio e melhoramento e rotação de pastos Promoção de sistemas de pecuária semi-intensiva e sistemas silvo-pastoris Identificação de áreas inadequadas para pastoreio e definição por sua exclusão Adotar práticas de conservação do solo evitando o sobre-pastoreio, adotando o pastoreio rotativo e melhoramento dos pastos Consulta e participação do pecuarista, da comunidade e fortalecimento das associações e entidades locais Capacitação e assistência técnica Incentivos e subsídios Identificação de áreas degradadas e ecossistemas frágeis para proteção e recuperação Melhoramento de pastagens Cultivo de plantas forrageiras e leguminosas Cobertura arbórea (sistemas silvo-pastoris) Proteção de cursos d'água, nascentes e margens de rios - matas ciliares Proteção de ecossistemas frágeis, manutenção e recuperação Divulgação, capacitação e extensão <i>in situ</i> (áreas demonstrativas) Transformação de produtos derivados da pecuária (agregação de valor – por ex. Aproveitamento integral dos caprinos)
3. Sistemas agroflorestais e silvo-pastoris para recuperação e conservação dos recursos naturais	Impactos diretos sobre os recursos solo e água reduzidos devido à cobertura permanente, a estratificação dos cultivos e as práticas de conservação adotadas Impactos ambientais positivos caso as práticas de cultivo, aproveitamento e transformação de colheitas sejam aplicadas corretamente Os sistemas agroflorestais e pacotes produtivos integrados são particularmente adequados para programas de recuperação ambiental, manejo de bacias hidrográficas e proteção ambiental Exigência elevadas técnicas e financeiras para sustentar estes sistemas produtivos - requerem capacitação, assistência técnica e financeira e acompanhamento	Planejamento estratégico e participativo para definir consórcio de cultivos, práticas agro-silvo-pastoris e técnicas de colheita e transformação. Identificação de áreas não aptas para cultivos e pastoreio – definição da proteção adequada Adoção de práticas de conservação do solo e água, manejo integrado de pragas, compostagem e reciclagem de biomassa Consulta e participação ativa do agricultor e da comunidade Capacitação e assistência técnica (formação de recursos humanos) Incentivos e subsídios Identificação de áreas degradadas e ecossistemas frágeis para proteção e recuperação Transformação e comercialização de produtos

TIPO DE PROJETO	POTENCIAIS IMPACTOS NEGATIVOS	MEDIDAS DE MANEJO MAIS COMUNS
		Aproveitamento integral da produção (agropecuária) com agregação de valor e comercialização Adequação dos sistemas agroflorestais integrados à oferta ambiental existente Proteção de cursos d'água e margens de rios - matas ciliares Proteção de ecossistemas frágeis, manutenção e recuperação Pesquisa aplicada e avaliação periódica Assistência técnica e financeira para incentivar a participação e a manutenção dos sistemas agroflorestais Serviços ambientais Acompanhamento e supervisão
4. Transformação em pequena e média escala de produtos agrícolas com fins comerciais	Impactos derivados da construção das infraestruturas físicas e instalação de equipamentos Impactos derivados da localização da planta processadora Impacto devido ao uso de água e o derramamento de resíduos sólidos e líquidos Impacto potencial pelo uso de substâncias perigosas e risco de derramamento Impacto indireto devido à construção de vias de acesso, substituição de florestas por cultivos Conflitos sociais devido imigração, mudança de padrões laborais, mudança de expectativas econômicas, outros	Planejamento participativo para a localização da planta, instalação e gestão de equipamentos, métodos de transformação e comercialização Capacitação e assistência técnica aos produtores para coordenar colheitas e processamentos com qualidade Crédito e subsídio Planejamento e coordenação para prevenir efeitos induzidos, tais como, expansão da fronteira agrícola e desmatamento Participação cidadã e das entidades locais na identificação do local da planta industrial com relação a suprimento de água, rede de energia e esgotamento sanitário. Planejamento dos serviços educacionais, de saúde e de recreação Controle do uso da terra Gestão apropriada de resíduos sólidos e líquidos Capacitação e geração de emprego localmente Planejamento do uso da água e energia para evitar concorrência e desabastecimento Havendo possibilidade, promover a reciclagem de recursos (água) e a compostagem de resíduos sólidos Identificar e executar projetos de recuperação ambiental (medidas compensatórias) como a restauração de mananciais alterados, bacias degradadas e encostas erodidas
5. Produção irrigada de fruteiras e hortaliças, para a transformação e comercialização	Impacto devido ao uso de água e disposição de resíduos sólidos e líquidos Impacto potencial pelo uso de substâncias perigosas e risco de derramamento	Planejamento participativo para a localização da planta, seleção da matéria prima, instalação e gestão de equipamentos, métodos de transformação e comercialização Transição ao manejo Agroecológico

TIPO DE PROJETO	POTENCIAIS IMPACTOS NEGATIVOS	MEDIDAS DE MANEJO MAIS COMUNS
	Impacto indireto pela construção de vias de acesso Conflitos sociais devido imigração, mudança de padrões laborais, mudança de expectativas econômicas, outros Impacto devido o uso de pesticidas e herbicidas Impactos derivados do monocultivo Outros impactos	Sistemas de irrigação de baixo consumo hídrico e uso energias alternativas Capacitação e assistência técnica dos produtores para coordenar colheitas e qualidade da fruta Crédito e subsídio Planejamento e coordenação para prevenir efeitos induzidos, tais como, a expansão da fronteira agrícola e desmatamento Participação cidadã e das entidades locais na identificação do local da planta industrial com relação a suprimento de água, aptidão da terra e áreas frágeis e protegidas ou degradadas Planejamento das práticas agroecológicas de controle de pragas e adubação orgânica Gestão apropriada de resíduos sólidos e líquidos Capacitação profissional e geração de emprego local Promover o Manejo Integrado de Pragas e o uso de fertilizantes e inseticidas orgânicos Identificar e executar projetos de recuperação ambiental (medidas compensatórias) como a restauração de mananciais alterados, bacias degradadas e encostas erodidas
6. Cultivos orgânicos para fins comerciais	Devido à característica “orgânica” destes sistemas produtivos e de sua reduzida escala, os impactos diretos são mínimos, pontuais e facilmente reversíveis. Alguns impactos indiretos poderão derivar do processo de transformação dos produtos , sobretudo pela eliminação inadequada de resíduos sólidos e líquidos Em muitos casos, são projetos aptos para a recuperação ambiental sempre e quando existam as condições de mercado adequadas Alguns conflitos poderão ocorrer do tipo sociocultural por tratar-se de sistemas produtivos que promovem mudanças nas expectativas econômicas da comunidade.	Exige-se apenas uma Revisão Ambiental Planejamento participativo para a seleção dos produtos, os métodos de cultivo e a estratégia de transformação e comercialização Capacitação profissional e assistência técnica aos produtores para coordenar colheitas e qualidade dos produtos Crédito e subsídio Participação cidadã e das entidades locais na definição de uma estratégia de produção associativa e seleção dos produtos, em função da aptidão da terra e as condições do mercado Identificação de áreas frágeis , protegidas e degradadas Planejamento e capacitação para as práticas de cultivo, transformação, certificação orgânica e comercialização Gestão apropriada de resíduos sólidos e líquidos Capacitação e geração de emprego localmente Identificar e executar projetos de recuperação ambiental (medidas

TIPO DE PROJETO	POTENCIAIS IMPACTOS NEGATIVOS	MEDIDAS DE MANEJO MAIS COMUNS
		compensatórias) como a restauração de mananciais alterados, recomposição de matas ciliares e recuperação de encostas erodidas Buscar mercados “nichos” para produtos novos, estudar o mercado (demanda) para colocação dos produtos Divulgar informação, consultar e organizar debates sobre os sistemas de produção para promover a participação e prevenir conflitos de interesses.
7. Manejo e conservação de águas, solos e ecossistemas florestais	É muito improvável que a implementação de atividades de manejo e conservação de solos e água causem impactos ambientais adversos na medida em sejam bem concebidas e implantadas adequadamente	Avaliar o estado atual dos recursos naturais dentro das áreas dos subprojetos das componentes: Inclusão Econômica e Aproveitamento de Recursos Hídricos. O conhecimento sobre a forma como os programas de conservação de águas e solos são concebidos e implementados podem influenciar decisivamente no alcance do sucesso dos mesmos A conservação de solos e água deve transcender a aplicação de tecnologias e intervenções que unicamente tratam dos sintomas de degradação, buscando inovar através de um enfoque dirigido a proporcionar um melhor manejo do solo e água A conservação do solo e as práticas de plantio florestal deverão considerar a perspectiva de outros usos do solo Técnicas de cultivo, uso de adubo verde, uso de leguminosas que ajudam a fixar o nitrogênio e cultivos de cobertura, aplicação de compostos e esterco animais, espaçamento dos cultivos, consórcios e rotação de cultivos Embora seja fundamental haver um “enfoque integrado”, torna-se necessário uma eleição flexível de intervenções dirigidas aos problemas prioritários que tenham sido identificados pelas comunidades locais Dedicar atenção especial à engenharia de gestão de águas e às estruturas de desvio (canais e cortes).

Etapa 3 do CAP – M&A dos PGSA implementados

O Projeto RN Sustentável terá um Sistema de Monitoramento e Avaliação.

O monitoramento permanente do projeto deverá atender o PGSA, quanto aos seguintes elementos fundamentais:

- i. Permitir análises e correções das ações implementadas;
- ii. Permitir detectar os impactos induzidos e os efeitos cumulativos;

- iii. Propor ajustes aos planos elaborados;
- iv. Ser referência para os compromissos assumidos no Projeto.

VIII.3. Plano de Ação para Consolidação de Aspectos Ambientais do Projeto - Linhas de Intervenção

Uma segunda vertente do MOA, diz respeito à elaboração de um Plano de Ação com o objetivo geral de assegurar uma adequada gestão ambiental no âmbito do desenvolvimento do projeto, focando 3 linhas de intervenção:

- a) Consolidação de canais e fluxos de informação;
- b) Capacitação e aperfeiçoamento de especialistas e extensionistas na aplicação de procedimentos ambientais, destacando-se:
 - Características ambientais das áreas;
 - Análise e interpretação de informação ambiental;
 - Aplicação de novas e melhores práticas ambientais;
 - Sistematização de informação; e
 - Avaliação da gestão e desenvolvimento ambiental do Projeto.
- c) Estrutura organizacional, mecanismo de operação e custos.

VIII.4. Capacidade Institucional

A SEPLAN, para garantir a exequibilidade das ações, assim como preconizam os normativos do governo norte-rio-grandense para as demais secretarias e órgãos públicos que fazem a gestão de projetos oriundos de acordos internacionais de empréstimos, está reivindicando a constituição de uma Unidade de Gestão do Projeto - UGP, que será responsável pela coordenação executiva do RN Sustentável.

Através da UGP, a SEPLAN realizará os processos de análise, aprovação, liberação de recursos, acompanhamento e supervisão dos subprojetos à cargo das Unidades Executoras de Subprojetos – UES, representadas pelas Secretarias:

SAPE – Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca
SETHAS – Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
SETUR – Secretaria de Estado do Turismo
DER – Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Norte
SEDEC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
SESAP – Secretaria de Estado da Saúde
SEEC – Secretaria de Estado de Educação e Cultura
SEARH – Secretaria de Estado de Administração e dos Recursos Humanos

Em apoio ao arranjo institucional acima estão as instituições públicas estaduais coexecutoras. Da mesma forma, contarão com o apoio de uma rede de entidades parceiras; Universidades; Movimentos Sociais e Sindicais; e as ONGs, entre outros.

Assim, consolidará sua estrutura institucional mediante o aperfeiçoamento de mecanismos e instrumentos para descentralização coordenada e gerenciamento do novo Projeto, como o fortalecimento de unidades executoras descentralizadas.

Dessa forma, o Projeto RN Sustentável prevê apoiar e capacitar os diferentes níveis de atuação no Projeto, as instituições parceiras, os Conselhos Municipais, Colegiados Territoriais, além das entidades representativas dos beneficiários.

Toda a gestão do Projeto RN Sustentável caberá à UGP vinculada à SEPLAN, desde a implantação das ações iniciais de constituição das equipes de execução, nos primeiros momentos, até a avaliação final dos resultados e elaboração dos relatórios, nos últimos dias de conclusão do Projeto.

Pelo vínculo orgânico, a UGP guardará estreito e permanente relacionamento com a direção superior da SEPLAN que oferecerá direcionamento estratégico ao Projeto, assim como exercerá a representação maior, sempre que necessário e convocada, principalmente junto às demais secretarias e órgãos dos governos estadual e federal. Manterá, contudo, independência administrativa e funcional, tal qual preconizada em estruturas gerenciais deste nível que seguirá as regras do agente financiador, no caso o Banco Mundial.

Portanto, a UGP deverá se responsabilizar não apenas pela implantação dos projetos, considerando aqui todas as fases desde a seleção até a efetividade concebida, mas também pela rede de relacionamentos operativos, colaborativos e de controle social que estarão ao entorno para conferir o sucesso planejado de cada caso e no conjunto. Implica em formação dos agentes, divulgação, comunicação, monitoramento, acordos de cooperação com instituições públicas e privadas, entre as várias outras atividades.

VIII.5. Procedimentos de Avaliação e Gestão

Os procedimentos de avaliação e gestão socioambiental dos subprojetos propostos acompanham o ciclo de projetos, com ações em diferentes fases de implantação do empreendimento, quais sejam:

- Fase 1 - Pré-subprojeto;
- Fase 2 - Preparação do Sistema de Gestão Socioambiental de Subprojetos;
- Fase 3 – Construção e implantação das instalações dos Subprojetos
- Fase 4 - Operação dos Subprojetos.

Para cada uma das fases são apresentados os critérios e requerimentos ambientais de cada tipologia das intervenções propostas, assim como fluxogramas do processo de avaliação socioambiental, conforme a seguir ilustrado.

Figura 31 – Fluxograma dos Procedimentos Socioambientais do Projeto RN Sustentável - Fase 1 e 2

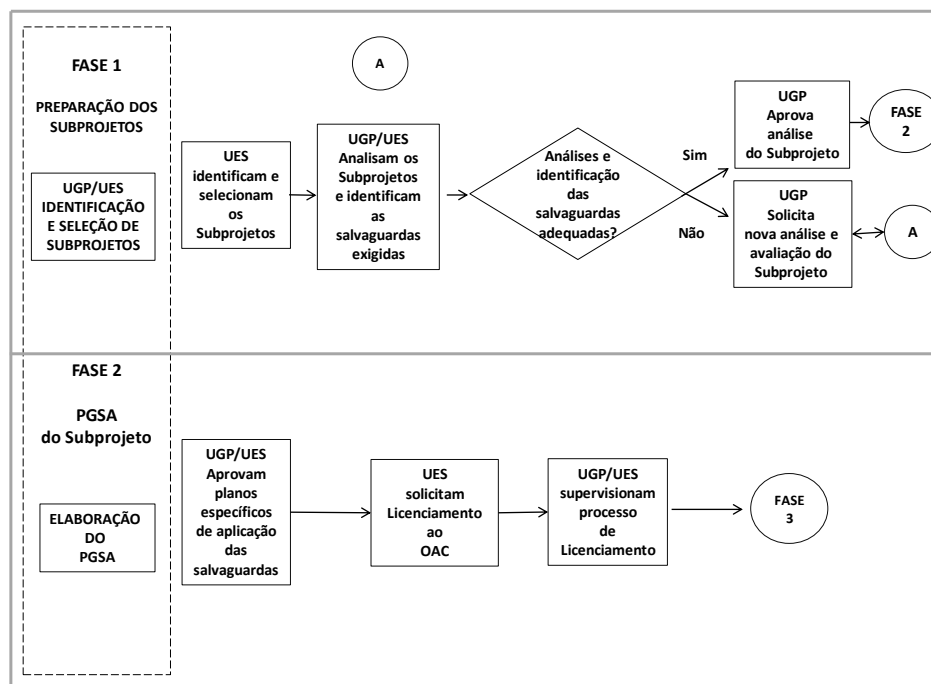
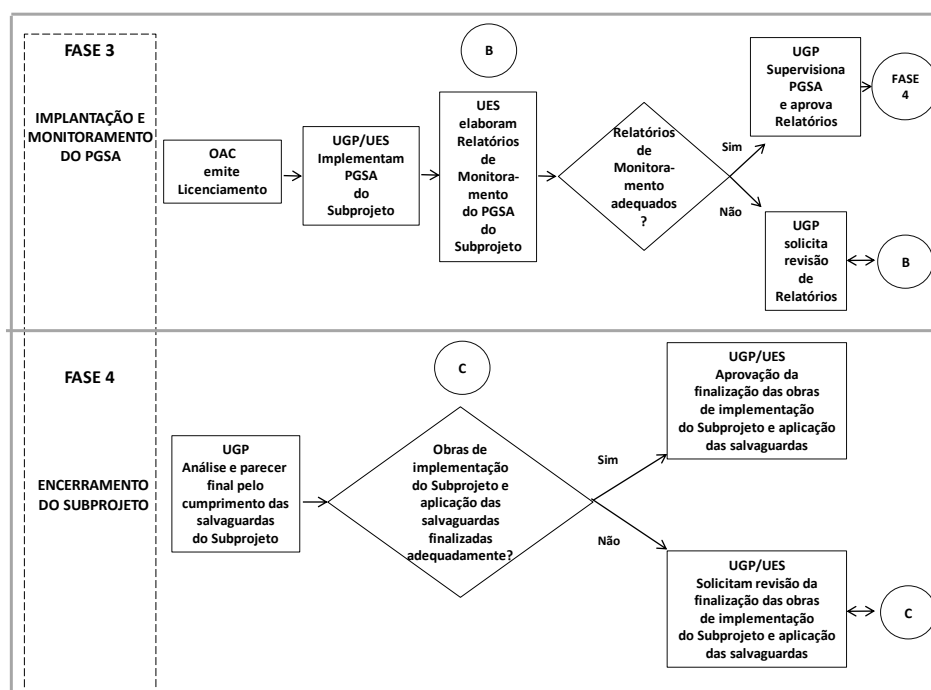


Figura 32 - Fluxograma dos Procedimentos Socioambientais do Projeto RN Sustentável - Fase 2 e 3



VIII.5.1. Fase 1 – Pré-Subprojeto

A fase de Pré-Subprojeto é entendida como a fase de preparação do subprojeto, com a seleção das intervenções propostas pelo Projeto. Uma vez definido o conjunto de intervenções serão, portanto, identificados os territórios de afetação e público-alvo beneficiário.

Assim, paralelamente às ações de contratação de subprojetos básico e executivo, serão reconhecidos, de forma preliminar, os impactos socioambientais associados às intervenções, por meio da realização de vistorias técnicas em todas as áreas objeto de investimento.

Uma vez identificado o território de afetação dos investimentos, o seu público-alvo e a magnitude e relevância dos potenciais impactos gerados, é possível endereçar de forma adequada as análises ambientais exigíveis, tanto pelo órgão ambiental competente, atendendo-se desta forma à legislação ambiental brasileira, como também aos requisitos de avaliação socioambiental firmados entre o Governo do Rio Grande do Norte e o Banco Mundial.

A proposição inicial das intervenções propostas e sua priorização é uma ação de responsabilidade da UGP e das UES, levando-se em conta os critérios ambientais e sociais usuais e outros critérios adicionais, apresentados anteriormente.

Feita a seleção dos subprojetos, serão realizados novos estudos específicos, coleta de informações e vistorias técnicas, para a confirmação do elenco de potenciais impactos identificados para cada uma das tipologias de intervenção, procedendo-se, na sequência, à identificação das medidas preventivas/mitigadoras e planos de ação aplicáveis, demandados por cada caso específico.

Uma vez reconhecido o rol de estudos e planos que comporão a avaliação socioambiental de cada uma das intervenções, serão reconhecidos e elaborados os estudos visando o licenciamento ambiental das obras junto ao órgão ambiental competente, adotando-se um protocolo ambiental único pela UGP/UES.

As intervenções em comunidades de baixa renda serão previamente acordadas, mediante a adoção de critérios únicos e comuns a todas as ações da UGP/UES.

Figura 33 - Principais Atividades e Responsabilidades da Fase 1

Atividades da Fase 1 – Pré-projeto	Entidade Responsável
1. Descrição do portfólio das intervenções	UGP/UES
2. Criação do Núcleo de Gestão Socioambiental para monitoramento do projeto	UGP/UES
3. Identificação preliminar dos impactos ambientais e sociais	UGP/UES
4. Reconhecidas as medidas e Planos de Ação aplicáveis	UGP/UES
5. Exigências para o licenciamento ambiental	Órgão Ambiental Competente (OAC), UGP e Banco Mundial
6. Definição do Protocolo Ambiental, com suporte técnico do Banco Mundial	Órgão Ambiental Competente (OAC), UGP e Banco Mundial

Na fase de Pré-projeto inicia-se com a finalização dos estudos de avaliação socioambiental, que compreende todo o 1º ano do Projeto, para o conjunto de obras já priorizadas para os primeiros anos do Projeto.

VIII.5.2. Fase 2 – Formatação da Gestão Socioambiental dos Projetos de Investimentos

Figura 34 - Principais Atividades da Fase 2 - Formatação da Gestão

Atividades da Fase 2 – Gestão Socioambiental	Entidade Responsável
1. Fornecer requisitos para elaboração do PGSA e planos de ação complementares	UGP/UES e Banco Mundial
2. Preparação dos estudos ambientais (RAS ou PCA)	UGP/UES
3. Elaboração do PGSA e Planos de Ação Específicos (se necessários)	UGP/UES
4. Aprovação dos estudos ambientais	OAC
5. Pedido das Licenças Ambientais	UGP/UES
6. Emissão das Licenças Ambientais	OAC
7. Verificação dos estudos existentes e definição de requerimentos adicionais e estudos complementares	Banco Mundial
8. Assessoria e apoio técnico ao tomador na elaboração dos estudos e planos ação	Banco Mundial
9. Verificação dos estudos adicionais, planos e licenciamento ambiental, com o RAS ou PCA aprovado.	Banco Mundial
10. Validação do PGSA e Planos de Ação pertinentes	Banco Mundial

A fase de formatação da Gestão Socioambiental inicia-se após a aprovação do conjunto de diretrizes adicionais propostas pela UGP/UES, atentando-se às obras já priorizadas para os primeiros anos do Projeto. Desta forma, estas ações deverão estar concluídas antes do início das obras.

Nesta etapa, UGP e UES desenvolverão as atividades relativas à formatação da gestão socioambiental do projeto, a partir dos requisitos definidos pelo presente Estudo de Avaliação de Impacto Socioambiental, contendo um marco conceitual para o Plano de Gestão Socioambiental, em função das diferentes tipologias das intervenções e demandas específicas que surjam quando da elaboração dos projetos básico e executivo.

Ressalta-se que para todos os Investimentos contidos nas Tipologias 1, 2, 3, 4 e 5 serão necessárias as ações de:

- Reuniões públicas com as principais partes interessadas; sempre apoiadas pelas diretrizes e ações firmadas pelo Plano de Comunicação.

Para Investimentos da **Tipologia 1 – Impactos Gerados pelos Projetos de Iniciativas de Negócios Sustentáveis** deverão ser realizadas as seguintes ações:

- Reuniões públicas com as principais partes interessadas; sempre apoiadas pelas diretrizes e ações firmadas pelo Plano de Comunicação;
- Contratação e finalização dos projetos básico/executivo;
- Elaboração de Plano de Gestão Socioambiental, elaborado de forma complementar ao subprojeto Básico/Executivo.

Para os Investimentos da **Tipologia 2 – Impactos Gerados pelos Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional:**

- Reuniões públicas com as principais partes interessadas; sempre apoiadas pelas diretrizes e ações firmadas pelo Plano de Comunicação;
- Contratação e finalização dos projetos básico/executivo;
- Avaliação ambiental, licenciamento ambiental (quando aplicável); e,
- Elaboração de Plano de Gestão Socioambiental, elaborado de forma complementar ao subprojeto Básico/Executivo, contemplando a adoção de ações de redução, mitigação e/ou compensação de impactos, quando pertinentes, como:
 - Plano de Reassentamento Involuntário, quanto pertinente;
 - Plano de Preservação do Patrimônio Físico Cultural;
 - Plano de Gestão de Resíduos Sólidos;
 - Manual Ambiental das Obras, para os subprojetos com potenciais impactos socioambientais.
- RAS ou PCA: Relatório de Avaliação Simplificada ou Plano de Controle Ambiental, para a obtenção da Licença Prévia e Licença de Instalação de forma a atender às demandas do órgão ambiental competente.

Para Investimentos da **Tipologia 3 – Impactos Gerados pelos Projetos Socioambientais** serão realizadas as seguintes ações:

- Reuniões públicas com as principais partes interessadas; sempre apoiadas pelas diretrizes e ações firmadas pelo Plano de Comunicação;
- Contratação e finalização dos projetos básico/executivo;
- Avaliação ambiental, licenciamento ambiental e elaboração de Plano de Gestão Socioambiental, elaborada de forma complementar ao Projeto Básico/Executivo, contemplando a adoção de ações de redução, mitigação e/ou compensação de impactos, quando pertinentes, como:
 - Plano de Reassentamento Involuntário, quando necessário;
 - Plano de Desenvolvimento de Povos Indígenas, quando necessário;
 - Plano de Manejo de Habitats Naturais e/ou Florestas, quando necessário;
 - Plano de Preservação do Patrimônio Físico Cultural, quando necessário;
 - Plano de Gestão de Resíduos Sólidos;
 - Plano de Controle de Pragas e Parasitas; quando pertinente; e,
 - Manual Ambiental das Obras.
- RAS ou PCA: Relatório de Avaliação Simplificada ou Plano de Controle Ambiental, para a obtenção da Licença Prévia e Licença de Instalação de forma a atender às demandas do órgão ambiental competente.

Preparação de Planos de Ação Específicos

Esta fase incluirá a preparação de Planos de Ação específicos, caso estes venham a ser aplicáveis, e que visem a adoção de um conjunto de medidas que permita promover e apoiar a sustentabilidade dos investimentos propostos.

Destaca-se que, mesmo não havendo a necessidade de elaboração de Planos de Ação Específicos, todo e qualquer subprojeto com potenciais impactos socioambientais será objeto do Plano de Gestão Socioambiental, onde estão previstas as ações relativas ao Plano de Gestão de Resíduos Sólidos/ Líquidos e Material de Desmanche de canteiro de Obras, assim como o Manual Ambiental das Obras, voltado para os subprojetos com potenciais impactos socioambientais, e, da mesma forma, as ações relativas ao Plano de Comunicação e Plano de Monitoramento e Avaliação.

Planos de Ação

As licenças ambientais e os planos elaborados serão encaminhados para o Banco Mundial, que poderá solicitar a consultores *ad hoc* pareceres sobre os planos elaborados. Caso os pareceres sejam favoráveis, o Banco Mundial valida o projeto. Cumpridos estes requisitos, o projeto estará apto a ser executado, incluindo a implementação das recomendações dos planos e das medidas mitigadoras do licenciamento, quando houver.

Sugere-se, também, a criação de Ouvidoria, como forma de comunicação permanente com o público alvo, em consonância com o Plano de Comunicação.

VIII.5.3. Fase 3 – Construção e Implantação das Instalações dos Investimentos

Tendo sido observadas as condições pactuadas no instrumento contratual, a UGP/UES dará início à construção das obras e às intervenções propostas nos ambientes urbanos e rurais, responsabilizando-se pela execução das ações acordadas no PGSA e respectivos Planos de Ação complementares e específicos.

Durante a fase de obras, o empreendimento terá uma equipe dedicada para tratar dos assuntos socioambientais, conforme as políticas de salvaguardas aplicáveis e seus planos específicos. Esta equipe faz o monitoramento contínuo das atividades previstas no PGSA e seus planos de ação, inclusive quanto ao cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo OAC, subsidiando a UGP/UES no preparo e envio ao Banco Mundial de relatórios mensais de monitoramento das obras e aspectos socioambientais.

Figura 35 - Principais Atividades da Fase 3 - Construção e Implantação das Instalações

Atividades da Fase 3 – Construção e Intervenções	Entidade Responsável
1. Implantação adequada do PGSA e respectivos planos de ação e sistemas de comunicação com população beneficiária/afetada	UGP/UES
2. Preparação de relatórios mensais de monitoramento do desenvolvimento do PGSA e respectivos planos de ação	UGP/UES
3. Sistema transparente de atendimento a queixas e comunicação com a comunidade	UGP/UES
4. Verificação do andamento do PGSA e planos de ação, conforme relatórios mensais da UGP/UES e definição de medidas corretivas, quando necessário.	Banco Mundial
5. Verificação do cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental e definição de medidas corretivas, quando necessário.	OAC
6. Pedido da Licença de Operação (LO) quando necessário	UGP/UES

VIII.5.4. Fase 4 – Operação dos projetos de Investimento

Com a finalização das obras de implantação dos projetos de investimentos (projetos estruturantes e subprojetos comunitários), tem início a fase de operação dos empreendimentos, podendo ocorrer eventuais ações de fiscalização dos órgãos ambientais competentes para expedições ou renovações das licenças de operação. Eventuais problemas socioambientais serão de responsabilidade da UGP/UES, que arcarão com os custos adicionais.

As obrigações relativas às ações socioambientais do Projeto constarão de cláusulas contratuais e, caso não sejam cumpridas, o Banco Mundial poderá, esgotadas as soluções plausíveis, acionar os dispositivos de multa e penalização do tomador.

Enquadramento do subprojetos (PINS ou PSA): Defina se o PINS ou PSA encontra-se em alguma das áreas listadas ou inclui algumas das características indicadas na coluna esquerda. Na coluna direita, pode-se identificar sob quais condições o subprojeto é elegível. No caso de que nenhuma condição esteja presente, o subprojeto é elegível sem condicionantes especiais.	
1. Características do subprojeto:	Características de elegibilidade
☐ NRA IV	Não elegível
☐ Incluem operações comerciais madeireiras – corte de matas	Não elegível
☐ Incluem a compra de equipamentos para uso em florestas primárias tropicais	Não elegível
☐ Incluem o uso de agroquímicos das categorias IA e IB da OMS	Não elegível
2. O subprojeto está localizado em:	Características de elegibilidade
☐ Uma APA Estadual	NRA I. Licença SEMA/IMA
☐ Uma APA Municipal	NRA I. Licença da Prefeitura
☐ Um Parque Nacional	NRA I. Licença IBAMA
☐ Um Parque Estadual	NRA I. Licença SEMA/IMA
☐ Um Parque Municipal	NRA I. Licença da Prefeitura
☐ Uma Reserva Biológica, Ecológica e Extrativista Federal	NRA I. Licença IBAMA
☐ Uma Floresta Nacional - FLONA	NRA II. Licença IBAMA
☐ Uma Reserva Biológica, Ecológica e Extrativista Estadual	NRA I. Licença SEMA/IMA
☐ Um Monumento Natural Estadual	NRA I. Licença SEMA/IMA
☐ Uma Área Estadual de Relevante Interesse Ecológico	NRA I. Licença SEMA/IMA
☐ Uma Estação Ecológica Estadual	NRA I. Licença SEMA/IMA
☐ Uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN	NRA II. Licença IBAMA
☐ Uma Reserva Indígena	Sujeito à regulamentação indígena específica
☐ Um Área de Patrimônio Cultural	NRA I. Autorização do IPHAN
☐ Um área de alto risco de desastres naturais	Não elegível
☐ Um local com alto grau de erosão ou com propensão	NRA I. Proposta de atividades de conservação dos solos
☐ Um Município ou Distrito adotando Manejo Integrado incluindo conservação dos solos	NRA II e III
☐ Uma bacia hidrográfica em processo de ordenamento	NRA II e III
☐ Uma área não protegida de alto valor de conservação	NRA I

PARTE C

FORTALECIMENTO DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO RN SUSTENTÁVEL

IX. PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A diversidade de abordagens adotadas pela UGP e UES qualifica o Projeto RN Sustentável como uma clara oportunidade de estabelecer diretrizes e procedimentos comuns no tocante à gestão socioambiental. Uma vez identificados os procedimentos usuais e as boas práticas do setor público, assim como o conjunto de diretrizes adicionais a serem adotados pelo Projeto, advindas da Política de Salvaguardas do Banco Mundial, faz-se possível reconhecer os principais desafios a serem assumidos pelo Programa de Fortalecimento da Gestão Socioambiental do Projeto, tendo-se por mote a sustentabilidade.

IX.1. Adequação Organizacional da Gestão Socioambiental

IX.1.1 - Gestão Socioambiental do Projeto RN Sustentável

O Projeto RN Sustentável será coordenado pela Unidade Gestora do Projeto – UGP, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN, órgão de natureza instrumental, integrante da Administração Pública Estadual Direta do Rio Grande do Norte, nos termos da Lei Complementar nº 139, de 25 de janeiro de 1996, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, sendo o elo formal entre o Estado e o Banco Mundial, responsável pelos desembolsos dos recursos do Projeto.

No entanto, a execução operacional dos Componentes ficará sob a responsabilidade das Unidades Executoras de Subprojetos – UES, vinculadas aos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, quais sejam:

SAPE – Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca
SETHAS – Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
SETUR – Secretaria de Estado do Turismo
DER – Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Norte
SEDEC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
SESAP – Secretaria de Estado da Saúde
SEEC – Secretaria de Estado de Educação e Cultura
SEARH – Secretaria de Estado de Administração e dos Recursos Humanos

As principais instâncias previstas para a implementação da estratégia de gestão do Projeto, as quais devem atuar de modo articulado e integrado, são:

UGP – Unidade de Gerenciamento do Projeto, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN, responsável pela coordenação geral, gestão e acompanhamento do Projeto durante a sua execução, por meio da consolidação das informações de progresso e andamento da execução, e

UES - Unidades Executoras de Subprojetos – (SEARH, SAPE, SETHAS, SETUR, SEEC, SESAP, SEDEC, e DER), responsáveis pela execução das obras e serviços no âmbito do Projeto, além de subsidiar e dar suporte a UGP, bem como fornecer as informações por ela solicitadas.

Para desempenhar as suas atividades, a UGP terá em sua estrutura organizacional a Coordenação do Projeto e o Núcleo Ambiental, vinculados a SEPLAN que serão responsáveis por:

- Acompanhar as ações socioambientais do Projeto nas diferentes UES.

Em estreita relação com os Departamentos de Meio Ambiente das UES, caberá Coordenação do Projeto e o Núcleo Ambiental:

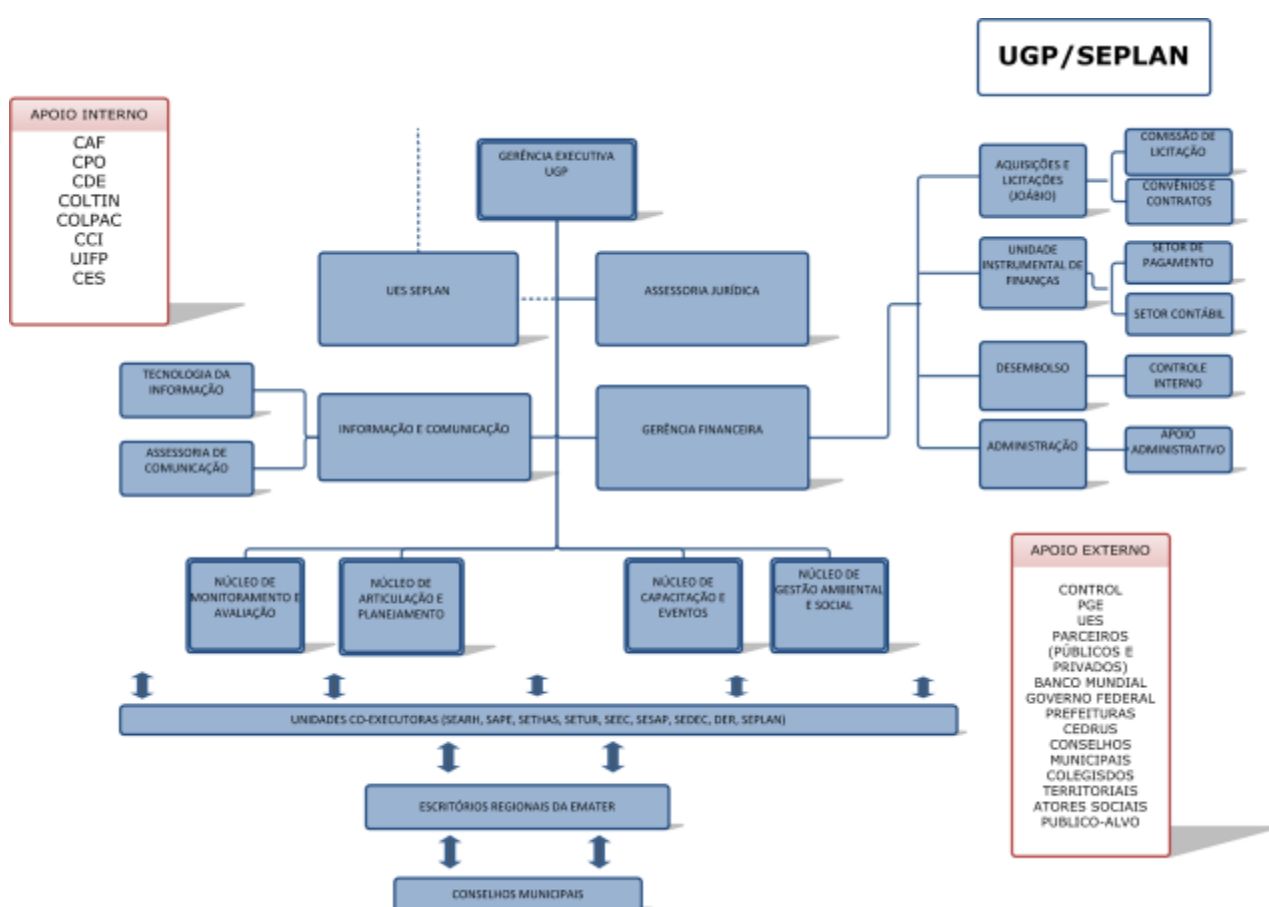
- Acompanhar e orientar a execução das medidas mitigadoras exigidas nas licenças ambientais das intervenções propostas, quando necessário, assim como as recomendações das avaliações ambientais empreendidas, específicas para cada intervenção;
- Acompanhar e orientar a execução dos planos de ação elegíveis para cada tipologia de intervenção; e,
- Acompanhar a supervisão ambiental das obras, por meio da implementação do Manual Ambiental de Obras.

Os custos dessa atividade gerencial estão incluídos no Componente de Fortalecimento da Gestão Socioambiental do Projeto RN Sustentável. Os custos das medidas mitigadoras propostas ou planos de ação específicos deverão constar dos respectivos subprojetos, como parte integrante da intervenção proposta.

A seguir são apresentadas as principais funções referentes à Gestão Socioambiental do Projeto:

- Coordenação de Gestão Socioambiental: exercida pela UGP, apoiada pelas UES;
- Supervisão Ambiental de Obras: exercida pelas UES, que serão responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e orientação das ações ambientais relativas ao Planos Básico/Executivo, constantes do Manual Ambiental de Obras e às medidas mitigadoras indicadas nas licenças ambientais e no conjunto de ações detalhadas no presente Plano de Gestão Socioambiental; e,
- Planejamento Ambiental de Obras: as ações de planejamento ambiental das obras são de responsabilidade das empresas construtoras que deverão seguir o Manual Ambiental de Obras e implementar as medidas mitigadoras constantes das licenças ambientais e do Edital de Contratação de obras.

Figura 36 – Arranjo Institucional do Projeto RN Sustentável



IX.2. Política de Sustentabilidade do Projeto RN Sustentável

A humanização do espaço terrestre, em face das questões ambientais contemporâneas, implicou em dois processos simultâneos, que, no dizer de Costa⁹ (1987) [...] *entrelaçados e de certo modo inexoráveis: a desnaturalização dos espaços naturais-originais e a constituição dos ambientes de vivência e produção*. O modo industrial de produzir introduziu um elemento novo na desnaturalização dos espaços geográficos. A potencialização concentrada de capitais, força de trabalho, técnicas, máquinas e matérias primas, a indústria se instala sob a forma de impactos – destrói e define o meio rural; produz ou amplia aglomerações urbanas de todo tipo; redefine completamente as formas de apropriação dos recursos naturais. Como usina de mudanças, altera dois elementos fundamentais do relacionamento entre atividades produtivas e ambientais: a escala e a intensidade dos impactos.

Nesse sentido, a busca pela sustentabilidade visa assegurar o crescimento e a continuidade dos espaços territoriais ocupados pelas organizações. Torná-las competitivas em seu mercado de atuação, com a rentabilidade esperada e atendendo às necessidades das demais partes interessadas, significa pensar estrategicamente não só sobre os produtos, tecnologias e processos, mas também o modelo de gestão socioambiental frente aos negócios ou serviços.

O papel da inovação, por seu turno, é fator promotor de mudanças, elevando o desempenho da organização. O conceito da inovação nasce da prática exercida não apenas com a finalidade de geração de valor econômico, mas também de valor socioambiental.

Quando a inovação vem associada ao adjetivo sustentável, não apenas com o sentido da capacidade de sobreviver, crescer e se perpetuar da organização, mas abrigada por políticas e iniciativas de respeito à sociedade e ao meio ambiente, por meio de uma prática deliberada e sistemática de enfrentamento e superação de desafios, essa organização será reconhecida pelo binômio inovadora sustentável. A sustentabilidade passa a ser o motor da inovação.

A busca da sustentabilidade não precisa ser um ônus para as empresas, como muitos gestores julgam ser. Aliás, tornar a empresa ecologicamente correta pode reduzir custos e aumentar os resultados. É por isso que a sustentabilidade é a base da inovação. Estudos realizados (NIDOMOLU, 2009) revelam que empresas que já iniciaram esse percurso passam por estágios distintos de mudanças. Em cada um enfrentam desafios distintos e precisam cultivar novos recursos para superá-los. Uma adaptação deste modelo proposto, tomando-se por base os estudos de avaliação socioambiental ora apresentados, é sugerida como ponto de partida para a elaboração de um Programa de Fortalecimento da Gestão Socioambiental do Projeto RN Sustentável.

1º ESTÁGIO: Encarar respeito às Normas como Oportunidade

Os primeiros passos de uma organização rumo à sustentabilidade normalmente decorrem da legislação. É árduo o caminho de adequação às normas: as leis ambientais variam de acordo com o país, o estado ou a região e até a cidade. É tentador se limitar a respeitar os padrões em ambientes mínimos até quando der. É mais inteligente, contudo, observar as normas mais rígidas – e antes que seja obrigatório. As empresas pioneiras ganham considerável vantagem no que tange ao fomento da inovação. Uma empresa que busque se adequar a novas normas ganha mais tempo para testar materiais, tecnologias e processos.

2º ESTÁGIO: Tornar a Cadeia de Valor Sustentável

Tendo aprendido a seguir o ritmo das normas, a empresa assume uma postura mais proativa na arena ambiental. O passo seguinte é reduzir o consumo de recursos não renováveis, como carvão, petróleo e gás natural e de recursos renováveis como água e madeira. Neste estágio, o de tornar a cadeia de valor

⁹ COSTA, Wanderley Messias da. Bases epistemológicas da questão ambiental: determinações, mediações e contradições. (in Almeida 2002).

sustentável, a empresa seleciona os fornecedores e varejistas dentre os que ofereçam condições para criar insumos e componentes que não agredam o meio ambiente e para reduzir resíduos.

3º ESTÁGIO: Criar Produtos e Serviços Sustentáveis

A sustentabilidade está na oferta de serviços/produtos de qualidade e com satisfatório grau de confiabilidade. Parcela considerável do público consumidor, tanto de baixa ou de alta renda, seja para o uso residencial ou comercial, prefere contar com estes elementos essenciais, e até pagam com satisfação pelo serviço de qualidade recebido. Serviço ainda mais valorizado como ambientalmente correto são aqueles prestados pela esfera pública, com qualidade e confiabilidade.

Desafios, Competências e Oportunidades da Sustentabilidade

1º Estágio: Encarar respeito às normas como oportunidade	Principal desafio: Garantir que conformidade com normas vire oportunidade para a inovação. Competências necessárias: Capacidade de trabalhar com outras empresas, para implantar soluções criativas; Capacidade de prever e influenciar regulamentação. Oportunidade de inovação: Promover parcerias entre empresas/Estado e agentes ambientais e de C,T&I para provar tecnologias, materiais e processos sustentáveis
2º Estágio: Tornar a cadeia de valor sustentável	Principal desafio: Aumentar eficiência de toda a cadeia de valor. Competências necessárias: Domínio de técnicas como gestão de carbono e avaliação do ciclo de vida; Capacidade de reformular operações para usar menos energia, poluir menos e gerar menos detritos; Capacidade para garantir que fornecedores e varejistas também se tornem social e ambientalmente corretos. Oportunidade de inovação: Desenvolver fontes sustentáveis de matéria-prima e componentes; Aumentar o uso de fontes de energia limpa; Achar usos inovadores para produtos descartados.
3º Estágio: Criar produtos e serviços sustentáveis	Principal desafio: Criar produtos e serviços sustentáveis para não agredir o meio ambiente. Competências necessárias: Capacidade de entender que produtos ou serviços agredem mais o meio ambiente; Capacidade de ter apoio público real com produtos e serviços sustentáveis; Capacidade gerencial para aumentar escala do suprimento de matéria-prima verde e da manufatura de produtos. Oportunidade de inovação: Criar novas técnicas para o planejamento e gestão ambiental; Criar novos procedimentos nas fases de planejamento, construção e operação de sistemas; Criar novas técnicas de comunicação e interação social; Criar novos produtos, novas tecnologias e novos suprimentos.

IX.2.1. Contexto Atual das Organizações e Principais Desafios Socioambientais

Há importantes desafios a serem reconhecidos e assumidos pelo setor público, especialmente quando se avaliam aspectos ligados aos passivos ambientais decorrentes da gestão não compartilhada.

Como ponto de partida, é preciso reconhecer que há ações que não se encontram em conformidade com a legislação ambiental brasileira. Assumir o desafio de enquadrá-las nos marcos ambientais legais é uma tarefa que demanda a capacitação de recursos humanos para o seu pleno atendimento.

Considerando que a degradação ambiental é uma perda econômica resultante de uma ineficiência gerencial, o Plano de Gestão Socioambiental – PGSA das organizações públicas e privadas deve contemplar os princípios de modelos, que permitam o gerenciamento eficiente e eficaz quanto à coleta de informações e mensuração dos dados, como instrumentos essenciais à tomada de decisão. Paralelamente, todo o quadro de pessoal da empresa deve se incorporar as diretrizes e boas práticas constantes do PGSA.

Um sistema de gestão eficaz, capaz de evitar o ônus decorrente da degradação do meio ambiente por poluição, deve trabalhar com, pelo menos, os 4 (quatro) componentes principais:

- Prevenção: conjunto de ações específicas com o objetivo de proteger o meio ambiente, por evitar qualquer agressão antrópica, ou até mesmo provocada pela natureza;
- Monitoramento: conjunto de ações que visam a acompanhar o desempenho das atividades potencialmente poluidoras;
- Recuperação: conjunto de ações que visam resgatar o estado do ambiente degradado, deixando o mais próximo possível de suas condições originais; e,
- Reciclagem de resíduos: conjunto de ações que objetivam permitir a reutilização de produtos, de modo a diminuir os problemas com emissão de poluentes.

Segundo sua origem, o passivo ambiental pode ser de natureza normal – que pode ser controlado, previsto e mensurado; e anormal – decorrente de sinistros ou acidentes, portanto, não previstos, não controlados, como os eventos da natureza – secas, inundações, furacões, terremotos, dentre outros.

Conceitos, características e formas de classificação de passivo ambiental são expressos por vários teóricos, mas sempre numa linha de pensamento, a de que o passivo ambiental, nem sempre se origina de ações no passado. Segundo Tinoco e Kraemer (2004), “podem originar-se de atitudes ambientalmente responsáveis, como as decorrentes da manutenção de um sistema de gerenciamento ambiental, os quais requerem pessoas para sua operacionalização”.

Ainda sob a conceituação teórica, de acordo com os autores Ribeiro e Gonçalves (2002): “constituem-se obrigações ambientais, aquelas decorrentes de compras de ativos ambientais, de elementos consumidos durante o processo de produção e aqueles provenientes de penalidades impostas às organizações por infração à legislação ambiental, por danos ao meio ambiente e à propriedade de terceiros”.

Convergem as conceituações para a capacidade técnica dos operadores e gestores do sistema de gerenciamento ambiental, para antecipar, monitorar, e recuperar os ativos para a reciclagem, antes de se tornarem passivos e componentes de significativas perdas econômicas, pela aplicação das leis ambientais.

Há, ainda, um conjunto de temas prioritários a serem enfrentados pela UGP e UES, no atendimento às muitas comunidades do Rio Grande do Norte com foco de investimentos e incentivos associados a projetos sociais de geração de trabalho e renda.

No tocante à gestão ambiental das empresas, as principais carências encontram-se, não só na ausência de uma estrutura organizacional exclusivamente dedicada à gestão socioambiental, mas também pela precariedade de pessoal técnico especializado vinculado à instituição. Em geral, o quadro técnico das organizações, além de reduzido e com nível de especialização reduzido, é formado majoritariamente por profissionais terceirizados.

IX.2.2. Resultados Consolidados pelo Projeto RN Sustentável

Alcançar um padrão de excelência sustentável e competitivo impõe o comprometimento das organizações com a obtenção de resultados. Os principais resultados são:

- Melhoria da Educação e da Saúde no Estado;
- Oferta de oportunidades de emprego e renda em qualidade e confiabilidade;
- Oferta de oportunidades estruturantes de desenvolvimento regional das cadeias de valor na economia do Estado;
- Melhoria da logística na rede de influência das cidades;
- Melhoria da assistência técnica e de governança aos municípios;
- Melhoria da oferta nos sistemas de abastecimento e tratamento de água;
- Melhoria do saneamento
- Melhoria da gestão socioambiental nas empresas públicas e nas principais partes interessadas.

Outros resultados esperados são:

- No curto prazo, a capacitação e a formação dos atores partícipes do RN Sustentável;
- No médio e longo prazo, a formulação de uma Política de Gestão Socioambiental apoiada por um conjunto de critérios, contendo as principais diretrizes e procedimentos a serem assumidos; assim como, a implantação de um Plano de Gestão Socioambiental necessário à boa governança.

As intervenções propostas no Projeto RN Sustentável traduzem estas frentes de atuação. A inclusão social é uma consequência primeira a ser buscada pelas intervenções.

IX.3. Contexto Atual das Organizacionais e Principais Desafios Socioambientais

Principais desafios socioambientais no contexto atual dos coletivos sociais envolvidos pelo RN Sustentável

Há importantes desafios a serem reconhecidos e assumidos pelo Projeto, especialmente quando se avaliam aspectos ligados aos passivos ambientais. Destacam-se, de forma abrangente, os aspectos da degradação ambiental, vez que engloba os vários fatores determinantes: efluentes; desmatamento; queimadas; dentre outros já mencionados na Parte I - Avaliação Ambiental deste Projeto.

Como ponto de partida, é preciso reconhecer as unidades em operação que não se encontram em conformidade com a legislação ambiental brasileira. Assumir o desafio de enquadrá-las nos marcos ambientais legais é uma tarefa que demanda a capacitação de recursos humanos para o seu pleno atendimento.

Considerando que a degradação ambiental é uma perda econômica resultante de ineficiência gerencial, um Sistema de Gestão Ambiental – SGA contempla os princípios de modelos, que permitem o gerenciamento eficiente e eficaz na coleta de informações e mensuração dos dados, instrumentos essenciais à tomada de decisão. Paralelamente, todo o quadro de pessoal envolvido deve incorporar as diretrizes e boas práticas constantes do SGA.

Um sistema de gestão eficaz, capaz de evitar o ônus decorrente da degradação do meio ambiente por poluição, deve trabalhar com, pelo menos, os quatro componentes principais do SGA:

- Prevenção: conjunto de ações específicas com o objetivo de proteger o meio ambiente, por evitar qualquer agressão antrópica, ou até mesmo provocada pela natureza;
- Monitoramento: conjunto de ações que visam a acompanhar o desempenho das atividades potencialmente poluidoras;
- Recuperação: conjunto de ações que visam resgatar o estado do ambiente degradado, deixando-o o mais próximo possível de suas condições originais; e,
- Reciclagem de resíduos: conjunto de ações que objetivam permitir a reutilização de produtos, de modo a diminuir os problemas com emissão de poluentes.

Segundo sua origem, o passivo ambiental pode ser de natureza normal – controlado, previsto e mensurado; e anormal – decorrente de sinistros ou acidentes, portanto, não previstos, não controlados, como os eventos da natureza – furacões, terremotos, etc.

Conceitos, características e formas de classificação de passivo ambiental são expressos por vários teóricos, mas sempre numa linha de pensamento, de que o passivo ambiental, nem sempre se origina de ações no passado.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004), a correção e a regeneração em ativos ambientais “podem originar-se de atitudes ambientalmente responsáveis, como as decorrentes da manutenção de um sistema de gerenciamento ambiental, os quais requerem pessoas para sua operacionalização”.

Ainda sob a conceituação teórica, de acordo com os autores Ribeiro e Gonçalves (2002): “constituem-se obrigações ambientais, aquelas decorrentes de compras de ativos ambientais, de elementos consumidos durante o processo de produção e aqueles provenientes de penalidades impostas às organizações por infração à legislação ambiental, por danos ao meio ambiente e à propriedade de terceiros”.

Convergem as conceituações para a capacidade técnica dos operadores e gestores do sistema de gestão ambiental, para antecipar, monitorar, e recuperar os ativos para a reciclagem, antes de se tornarem passivos e componentes de significativas perdas econômicas, pela aplicação das leis ambientais.

Desenvolvimento Regional e Inovação no Semiárido

A pesquisa científica e tecnológica é fundamental para elevar a produtividade do trabalho e da terra e o rendimento da agricultura familiar, desde que relacionadas aos outros aspectos temáticos de meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento social e o estímulo a atividades não agrícolas (industriais, artesanato, serviços, comércio).

É preciso romper a dicotomia rural-agrícola e urbano-industrial pela categoria território em torno de um conjunto de ações articuladas voltadas para o desenvolvimento regional, sendo-o uma unidade de planejamento e controle social das políticas públicas.

A política de fomento ao desenvolvimento consiste em reconhecer as demandas da sociedade, daqueles que não são governantes, que não ocupam cargos públicos, mas que conhecem os problemas em todas as suas escalas (local, regional, nacional e internacional) e que são fontes-chave de informações para as pesquisas e estudos. Nesse ambiente de discussão com enfoque territorial, há pessoas de todos os tipos, de categorias sociais diferentes; preponderantemente, são pessoas de grupos sociais que não têm mandato, não exercem o poder político da democracia representativa formal; apenas representam suas associações, seus coletivos formais e informais.

São várias as propostas dessas plenárias. Propostas-problemas que se resumem em temas problemas. Umas, abstratas, outras, mais concretas; umas mais obscuras, outras mais precisas; umas que revelam anseios de longo prazo para a região, outras talvez mais próximas de uma realidade aparentemente próxima e assim percebida pelo pesquisador ou profissional de planejamento. Podem ser até questionadas; entretanto, todas, legítimas, vindas do conhecimento popular, de quem se abastece e para quem deve convergir o conhecimento científico e tecnológico, quando apoiados com recursos públicos.

Nesse sentido, há vários exemplos de projetos de desenvolvimento que promovem a pesquisa aplicada, atividades de extensão e a popularização do conhecimento. Observa-se que todos revelam sua origem de classe, de categorias sociais. Por outro lado, provêm de iniciativas de organizações sociais vinculadas a agricultores familiares, quilombolas, indígenas e pescadores artesanais, outras categorias sociais urbanas que também fazem pesquisas, experimentam, criam e desenvolvem novas tecnologias, aplicando-as e difundindo-as. Concentram-se no semiárido, embora possam ser identificadas em todos os biomas brasileiros. Intrinsecamente, trazem a perspectiva de projetos multifuncionais e plurais que atuam nas várias dimensões da vida humana; promovem a diversidade econômica e geram renda e ocupações; em geral, baseados na ideia de economia solidária.

A constatação da oportunidade histórica de um projeto de desenvolvimento inclusivo no semiárido é material e socialmente concreta, em virtude de os coletivos sociais, provenientes das camadas populares, afirmarem, historicamente, primeiro, sua identidade de resistência, para depois, consolidarem sua identidade de projeto (CASTELLS, 2000).

Referências ao Desenvolvimento Regional e Inovação no Semiárido

Servem de referência os Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária, de 2006, o Atlas da Economia Solidária no Brasil, publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Nestes trabalhos foram identificados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil, sendo que 44% (6.459) situam-se no Nordeste. Foram identificadas 1.120 Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAFS) no Brasil e 51% delas concentram-se no semiárido nordestino. Os dados do Atlas da Economia Solidária confirmam essa perspectiva, conforme expressos a seguir:

Atlas da Economia Solidária

UF	Nº de EES	% EES	Nº Municípios	% Municípios
MA	567	3,8	73	33
PI	1.066	7,1	83	37
CE	1.249	8,4	134	72
RN	549	3,7	77	46
PB	446	3,0	101	45
PE	1.004	6,7	129	69
AL	205	1,4	48	47
SE	367	2,5	63	83
BA	1.096	7,0	153	37
Nordeste	6.549	44	861	48
Sudeste	2.144	14	389	23
Centro-Oeste	1.785	12	258	53
Total	14.954	100	2.274	41

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005, MTE, 2006. Adaptado.

IX.4. Desenvolvimento de Competências na Gestão Socioambiental

Há claras demandas para capacitação e treinamento de pessoal técnico e gerencial em atividades relativas ao planejamento e gestão socioambiental das empresas.

Neste aspecto, o caminho sugerido é o da busca pela certificação na norma ISO 14001, que dispõe sobre os Sistemas de Gestão Ambiental – Especificação e Diretrizes, definindo o PGSA como:

“a parte do sistema global que inclui estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental”.

As organizações precisam dispor de sua Política de Gestão Ambiental e de um PGSA estruturado, de avaliação periódica de seus objetivos e resultados. Na prática, significa a incorporação de considerações ambientais no dia-a-dia das funções e decisões gerenciais. Em outras palavras, o PGSA é definido como um ciclo contínuo de planejamento, implementação, análise crítica e melhoramento das ações de uma organização nas obrigações ambientais.

A implantação de um Sistema de Gestão Ambiental pode representar um elenco de benefícios, quais sejam:

- Controle do desempenho ambiental e promoção de sua melhoria;

- Redução de incidentes;
- Redução de casos que impliquem em responsabilidade civil;
- Diminuição de desperdício de materiais e melhor conservação de energia;
- Maior facilidade na obtenção de licenças e autorizações;
- Melhoria das relações com outras organizações;
- Satisfação de critérios de investidores com consequente aumento da possibilidade de acesso a financiamentos;
- Aumento da capacidade de coletar e comunicar informações sobre desempenho ambiental;
- Melhoria da imagem das organizações no mercado.

Experiências significativas na série de normas ISO 9000 e TQM - *Total Quality Management*, referentes à gestão da qualidade pelas empresas de modo geral, estimulam às certificações, bem como a de seus fornecedores, com vistas à harmonização de procedimentos e à melhoria de desempenho nas questões sociais e ambientais, inclusive.

A certificação de responsabilidade social SA 8000, norma editada pela SAI – *Social Accountability International*, baseada nas Convenções da Organização Mundial do Trabalho – OIT, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e das diretrizes de responsabilidade social emanadas pela Organização das Nações Unidas, visa à competitividade no viés da Conformidade Social. Especifica requisitos de responsabilidade social que permitem às organizações:

- Desenvolver, manter e executar políticas e procedimentos com o objetivo de gerenciar os temas de controle ou influência das organizações;
- Demonstrar para as partes interessadas - *stakeholders*, que as políticas, procedimentos e práticas estão em conformidade com os requisitos da responsabilidade social.

Os requisitos de responsabilidade social definidos pela SA 8000, como boa prática de gestão, e já incorporados por várias companhias de distribuição de energia elétrica, abrangem critérios para adoção das empresas, nos parâmetros a seguir resumidos:

- Trabalho infantil – não se envolver ou apoiar a utilização de trabalho infantil;
- Trabalho forçado – não se envolver ou apoiar a utilização de trabalhos forçados;
- Saúde e segurança do trabalhador – proporcionar ambiente de trabalho seguro e saudável; tomar medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde do trabalhador; nomear representante da alta administração responsável pela saúde e segurança de todos os empregados, bem como responsável pela implementação dos elementos de Saúde e Segurança da norma SA 8000;
- Liberdade de associação e direito à negociação coletiva – respeitar o direito de todos os empregados de formarem e associarem-se a sindicatos de trabalhadores de sua escolha, e de negociarem coletivamente;
- Discriminação – não se envolver ou apoiar a discriminação da contratação, remuneração, acesso a treinamento, promoção, encerramento de contrato ou aposentadoria, com base em raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, gênero, orientação sexual, afiliação política, ou idade;
- Práticas disciplinares – não se envolver ou apoiar a utilização de punição corporal, mental ou coerção física e abuso verbal;
- Horário de trabalho – cumprir com as leis e com os padrões aplicáveis sobre o horário de trabalho;
- Remuneração – assegurar que os salários pagos por uma semana de trabalho devem satisfazer a pelo menos os padrões mínimos da indústria e ser suficientes para atender às necessidades básicas dos empregados e proporcionar alguma renda extra;
- Sistemas de Gestão – a alta administração deve definir a política da empresa quanto à responsabilidade social e assegurar o comprometimento em conformidade com as leis nacionais e outras leis aplicáveis, com os requisitos que a empresa subscrever e a respeitar os instrumentos internacionais e suas interpretações, em melhoria contínua.

Dentre as exigências da SA 8000, os mecanismos de Conformidade Social constantes no Sistema de Gestão devem ser amplamente comunicados e acessíveis a todos colaboradores internos, em todos os níveis; plenamente documentada e publicamente disponível. A alta administração deve, periodicamente, analisar criticamente a adequação, aplicabilidade e contínua eficácia da política da empresa, estabelecendo os

critérios para programas de treinamento, conscientização e capacitação necessários à eficácia dos sistemas implementados, em atendimento à política da empresa e aos requisitos da SA 8000.

Como ferramenta de gestão organizacional, há o sistema de gestão *Balanced Scorecard*. Segundo seus idealizadores, Kaplan e Norton (1991), é uma técnica que visa à integração e balanceamento de todos os principais indicadores de desempenho existentes em uma empresa, desde os financeiros/administrativos até os relativos aos processos internos, estabelecendo objetivos da qualidade (indicadores) para funções e níveis relevantes dentro da organização, ou seja, desdobramento dos indicadores corporativos em setores, com metas claramente definidas.

O *Balanced Scorecard* é baseado em quatro perspectivas (financeira, clientes, processos internos e aprendizado/crescimento), formando um conjunto coeso e interdependente, com seus objetivos e indicadores se inter-relacionando e formando um fluxo ou diagrama de causa e efeito que se inicia na perspectiva do aprendizado e crescimento e termina na perspectiva financeira. Assim, esse modelo traduz a missão e a estratégia de uma empresa em objetivos e medidas tangíveis. As medidas representam o equilíbrio entre os diversos indicadores externos (voltados para acionistas e clientes), e as medidas internas dos processos críticos de negócios (como a inovação, o aprendizado e o crescimento).

A sigla BSC, pode ser traduzida para Indicadores Balanceados de Desempenho, vez que não se restringe unicamente ao foco econômico-financeiro, mas as organizações também se utilizam para focar ativos intangíveis como o desempenho de mercado junto a clientes, desempenhos dos processos internos e pessoas, inovação e tecnologia. Este conjunto de indicadores alavanca o resultado almejado pelas organizações de criação de valor futuro.

ANEXOS

Volume I

ANEXO 1 – PLANOS E PROGRAMAS COMPLEMENTARES

A. PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PCS

Apresentação

O Plano de Comunicação Social faz parte da Avaliação de Impacto Social e Ambiental (AISA) do Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Rio Grande do Norte – e traz em seu arcabouço as diretrizes conceituais e metodológicas que possibilitam a disseminação das informações sobre todas as fases e aspectos envolvidos no projeto.

Toda a proposta está alinhada de acordo com as diretrizes que norteia o Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN, que enfatiza a mobilização e envolvimento das populações nas definições das prioridades locais.

O diálogo social com as populações será o eixo central das atividades e dos debates que irão compor os processos de comunicação. Tem como objetivo a promoção de conscientização e debate sobre os aspectos das tipologias que fazem parte deste Projeto, quais sejam:

Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano:

- (i) Projetos estruturantes de desenvolvimento regional (econômicos, turísticos, de saúde e de educação);
- (ii) Projetos de iniciativas de negócios sustentáveis; – em suporte à Agricultura Familiar e o Artesanato;
- (iii) Projetos socioambientais; - focados no Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado, Áreas Degradadas, Obras Hidroambientais e Resíduos Sólidos
- (iv) Projetos de Desenvolvimento Escolar Pedagógicos;
- (v) Apoio ao fortalecimento da governança local/territorial:- em suporte à Mobilização, Sensibilização, Capacitação, Assistência Técnica, e Acompanhamento e Monitoramento das ações previstas neste Componente.

Reestruturação e Modernização da Gestão:

Proporcionará apoio técnico e financeiro nas ações setoriais prioritárias que fazem parte da estratégia do Governo para promover maior eficiência na gestão e na prestação de serviços públicos

O escopo e planejamento aqui apresentados se referem à primeira etapa do plano, que abrangerá os territórios do estado, não impedindo que os mesmos possam, entretanto, ser ampliados e ajustados às etapas subsequentes do Projeto.

Na primeira etapa do Plano de Comunicação será feita a identificação do potencial de cada território e de seus desafios, seguida de uma análise crítica desse cenário e propostos ajustes que assegurem o sucesso desse plano.

Será envolvida toda a sociedade como parte integrante dessa etapa no projeto. Os mesmos receberão em tempo hábil todas as informações sobre os acontecimentos relacionados aos empreendimentos, equipamentos, e benefícios que possam vir impactar seu cotidiano.

Visando dirimir eventuais conflitos, dúvidas, em todas as etapas das implantações das tipologias deste projeto, serão fornecidas informações sob os aspectos ambientais, segurança (se for o caso), aspectos de modernização, dentre outras.

O Plano de Comunicação Social abordará diversos temas ligados aos aspectos gerais envolvidos nas obras

sociais e estruturantes bem como a importância do respeito nas relações sociais com moradores e a responsabilidade compartilhada para a construção do desenvolvimento local.

A elaboração dessa proposta enfatiza a necessidade de se criar condições e atividades que fomentem a inclusão de toda a comunidade nas discussões sobre os temas coletivos, relacionados ao contexto das intervenções públicas. Todos os envolvidos direta ou indiretamente serão considerados como público a ser beneficiado pelas ações de comunicação.

Esse processo deverá ser implementado antes mesmo do início das ações/obras, engajando os públicos já no início das atividades. Esse processo dialógico e relacionamento se estenderão ainda por todo o período de execução do projeto. Não se pode limitar à capacitação meramente técnica sobre o funcionamento das interfaces comunicacionais, mas precisa-se considerar o desenvolvimento da capacidade comunicativa para as interações que possam promover a aprendizagem significativa. Essa iniciativa é uma estratégia eficiente para o estreitamento de vínculos com a comunidade e para fomentar a construção de uma cultura e gestão sustentáveis do território.

Justificativa

O Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN vem alinhar investimentos estruturantes de desenvolvimento regional, com foco na educação, saúde, e turismo, considerando o potencial deste setor na economia do Estado; investimentos socioambientais em sistemas simplificados de abastecimento e tratamento de água, em infraestrutura hidroambiental, triagem e beneficiamento de resíduos sólidos recicláveis; e apoio ao fortalecimento da governança, em estudos, diagnósticos e planos de ações de assistência técnica, capacitação e formação do público-alvo deste Projeto. Busca a inclusão econômica dos coletivos sociais rurais, de estrutura organizativa frágil, todavia, de expressiva participação nas cadeias produtivas existentes no Estado.

O Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN, tem como seus objetivos reconstruir e avançar na promoção do desenvolvimento regional em bases sustentáveis, cujas estratégias do Governo do Estado, irão focar ações sistêmicas em:

- ✓ Projetos estruturantes de Desenvolvimento Regional: (i) Econômico; (ii) Turístico; (ii) Saúde; e (iii) Educação;
- ✓ Iniciativas de Negócio Sustentáveis (público diferenciado rural e urbano) – PINS;
- ✓ Projetos Socioambientais - PSA: (i) abastecimento e tratamento de água; (ii) hidroambientais; (iii) recuperação de áreas degradadas; e (iv) triagem e beneficiamento de resíduos sólidos;
- ✓ Projetos de Desenvolvimento Pedagógico (PDE);
- ✓ Apoio para Fortalecimento da Governança: (i) estudos, diagnóstico e plano de negócios; (ii) mobilização e sensibilização; (iii) capacitação; (iv) assistência técnica; e (v) divulgação e marketing.

Este Projeto constitui-se, portanto, em um instrumento necessário para reunir as condições humanas, materiais, financeiras, tecnológicas e de inovação capazes de alavancar a dinâmica produtiva inclusiva do Estado.

Nesse cenário, o Plano de Comunicação Social assume um papel estratégico para a estruturação, implementação e legitimidade das relações entre os parceiros envolvidos nessa construção e a população local. Somente através do diálogo social a ser privilegiado pelo Plano é que as manifestações e demandas da comunidade poderão ser avaliadas e inseridas no planejamento das ações que envolvem o projeto como um todo.

O plano contribuirá efetivamente para incrementar e fortalecer um importante ativo social que é o relacionamento entre o governo estadual, a sociedade local e o órgão executor, no caso a UGP/SEPLAN e as UES, responsáveis pelo subprojeto a ser executado. Importante ressaltar a necessidade da busca de novos parceiros durante todo o processo de desenvolvimento do projeto, ampliando a participação local e atores sociais.

Ao priorizar e implementar uma gestão compartilhada, o Estado do Rio Grande do Norte, estará propiciando o exercício democrático e participativo, fazendo parte de um processo educativo inovador onde privilegia seus cidadãos a fazer parte de mudanças que os levarão a uma condição de agentes empoderados e responsáveis por suas escolhas.

Potenciais Parceiros

- ✓ Mídia Imprensa local;
- ✓ Mídias Falada e Televisiva locais: rádios e TVs;
- ✓ Internet e “Redes Sociais” (Facebook, Twitter, dentre outros)
- ✓ Órgãos públicos: UGPs envolvidas no projeto e demais órgãos direta ou indiretamente envolvidos.
- ✓ Sociedade em geral

Público

Toda a sociedade. Toda pessoa interessada, envolvida direta e indiretamente ao Projeto. Considerando os diversos públicos envolvidos e as relações existentes entre os diversos atores que dependem dessas intervenções, é importante conduzir o processo de comunicação de cada uma das etapas de maneira estratégica, reconhecendo o valor e o papel de parceiro e público específico. Assim, com a participação e compreensão de todos é possível minimizar os impactos e ressaltar os ganhos.

Objetivo Geral

Criar canais de comunicação permanentes e legítimos para cada um dos públicos envolvidos pelos subprojetos, com o propósito de alinhar e democratizar as informações e torna-los corresponsáveis pelo sucesso dos empreendimentos planejados dentro Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN.

Objetivos específicos

- ✓ Apresentar o projeto e o cronograma dos subprojetos ressaltando as melhorias e benefícios advindos das intervenções;
- ✓ Apresentar aos moradores todos os aspectos sociais, ambientais e econômicos envolvidos nas melhorias a serem implementadas;
- ✓ Divulgar e potencializar os benefícios trazidos pelo projeto;
- ✓ Atender demandas específicas de comunicação e relacionamento com os públicos identificados;
- ✓ Conscientizar a população sobre a necessidade e ganhos com a implementação dessas medidas e o impacto social e ambiental dessas ações.
- ✓ Manter todos informados sobre os processos ordinários e extraordinários que acontecem durante a execução dos subprojetos
- ✓ Criar uma cultura de cooperação e responsabilidade compartilhada pela busca de resultados coletivos, entre as equipe de gestores, executores e prestadores de serviços;
- ✓ Contribuir para a melhoria da imagem dos gestores responsáveis pelos subprojetos, perante aos diversos públicos;
- ✓ **Informar a sociedade sobre a conclusão das obras e/ou ações.**

A equipe de Comunicação do projeto deverá, em conjunto com o a UGP/SEPLAN-RN, Secretaria de Comunicação do Estado do Rio Grande do Norte, juntamente com as UES responsáveis pelos subprojetos, organizar um evento que marcará a conclusão das etapas e/ou ações e oficializará a entrega do benefício à sociedade.

Estratégias de Comunicação

O Plano de Comunicação Social irá permear todas as fases do Projeto RN Sustentável, de maneira que seja possível fornecer informações concretas e em tempo hábil aos públicos identificados. Para isso, o plano deverá pautar-se em um modelo de comunicação específica para cada localidade, com suas especificidades,

suas demandas e desafios locais. O processo de comunicação será gerenciado em campanhas de acordo com as etapas do empreendimento.

Cada campanha utilizará ferramentas específicas e uma abordagem apropriada, sendo utilizados muitas vezes, veículos e ferramentas de comunicação diferenciados para os territórios, suas comunidades e suas respectivas autoridades.

No entanto, as ações de comunicação deverão ser concentradas nos locais onde estão sendo feitas as intervenções de acordo com as tipologias já identificadas no Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN, nesta primeira fase, direcionadas às comunidades locais e aos usuários daquele serviço.

Como estamos falando em subprojetos, com diferentes tipologias, é importante lembrar que além dos impactos nas rotinas dos usuários provocará também alterações no cenário sociocultural, assim como no cenário econômico dos territórios. Para maximizar esses resultados, caso seja implementado um Plano de Educação Ambiental, o mesmo deverá atuar em parceria e de forma alinhada às ações da Comunicação Social, pois atuam com ferramentas semelhantes, temas complementares e com os mesmos públicos.

O Plano de Comunicação Social será desenvolvido com base em uma metodologia participativa e pode ser estruturada da seguinte forma:

- ✓ Participação da comunidade local em todas as etapas do plano;
- ✓ Criação de um canal de diálogo permanente entre o Governo do Estado, através do gestor, aqui no caso UGP/SEPLAN, população e o órgão responsável pela execução do projeto executor (UES);
- ✓ Criação de um link no website do governo, com perguntas e respostas, para que os executores e comunidade se comuniquem com agilidade e transparência.

A comunicação preventiva baseia-se na disseminação de informações de maneira **proativa**. Neste processo, a escolha dos meios de comunicação corretos e a adequação da mensagem são fundamentais para que a informação chegue ao público específico, no tempo previsto e com fidelidade de conteúdo.

Deve-se formalizar uma parceria entre a SEPLAN, FUNAI, representantes das comunidades tradicionais para que se possibilite a realização de consultas aos povos indígenas de uma forma culturalmente adequada às suas realidades socioculturais, e para que as UGPs responsáveis obtenham orientação e apoio no processo de licenciamento ambiental, caso seja proposto intervenções em terras indígenas ou outras intervenções nesses territórios.

A participação da FUNAI nesse processo de comunicação é de suma importância, tendo em vista que esse órgão indigenista poderá acompanhar e orientar a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) no planejamento e realização das consultas aos povos indígenas.

Equipe Técnica

A execução e manutenção das ações aqui propostas demandam uma equipe profissional, experiente e qualificada, que deverá se encarregar integralmente das ações sugeridas. É importante que a equipe esteja habilitada a desenvolver todos os processos comunicativos propostos neste plano, para que possam, além de desenvolver parte do conteúdo e mensurar os resultados, gerenciar e acompanhar o desempenho de empresas ou serviços subcontratados de forma convergente e coerente com as diretrizes aqui descritas.

A coordenação dos trabalhos deverá ser conduzida por um profissional com larga experiência em atividades comunitárias, já que essas exigem maturidade e perfil necessários para a interação e relacionamento com públicos tão diversos. Quando se trata de programas sociais, somente o conhecimento técnico não assegura o alcance dos objetivos e resultados previstos.

A equipe deverá ser composta por:

- ✓ 01 assessor de comunicação especialista em Comunicação, responsável pelo

relacionamento com os contratantes e parcerias locais; definição de estratégias e acompanhamento das atividades;

- ✓ 01 jornalista/publicitário, responsável pelas mídias sociais/ elaboração de releases /assessoria de imprensa / desenvolvimento técnico e monitoramento de Mídias sociais / criação de materiais gráficos;
- ✓ 01 estagiário (a) de Comunicação para as ações de intervenção pública e campanhas para toda a comunidade.

É importante avaliar a possibilidade de impressão gráfica dos materiais de apoio ser realizados no próprio estado ou por estabelecimentos conveniados, para legitimar a crença nas parcerias locais. Para a execução do plano de comunicação, poderá ser necessária a contratação esporádica de pessoas para o desenvolvimento de atividades como a realização das palestras e capacitações educativas e outras intervenções.

Levantamento do Cenário Local

Para esse fim utilizam-se ferramentas de construção e avaliação de cenários, dos quais possibilitará a análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças ligadas à implementação do Plano de Comunicação Social aqui proposto.

Com essa análise é possível definir e propor ajustes para as ações concebidas nesse plano. A mesma deverá ser apresentada aos gestores do projeto.

- **Meta:** aplicação de metodologias de avaliação de programas e projetos
- **Indicador:** validação dos gestores do empreendimento.

Identificação dos Parceiros e Elaboração do Banco de Dados do Plano

Será construído um banco de dados do Plano de Comunicação Social. Essa ferramenta é estratégica para agilizar todos os processos integrantes das obras e serão disponibilizados para todos os seus respectivos responsáveis. É fundamental centralizar todos esses dados referentes aos públicos e parceiros, para que a comunicação possa fluir de maneira ágil. Ao elaborar a lista com os principais parceiros do Plano, consegue-se veicular as informações de forma correta e que alcance os resultados previstos.

- **Meta:** criação do banco de dados dos parceiros do projeto por território
- **Indicador:** apresentação e validação pelos gestores do projeto

Assessoria de Imprensa

A equipe de coordenação da implantação do Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN, UGP/SEPLAN ficarão responsáveis por:

Relacionamento com a Mídia/Imprensa

- **Meta:** nomear /ou capacitar 01 profissional do projeto que será o interlocutor com a imprensa local;
- **Indicador:** reconhecimento desse profissional pela mídia (legitimidade).

Elaboração e envio de releases

O release é o conjunto de informações fundamentais que devem compor e estruturar uma matéria a ser veiculada pela mídia. Trata-se de um texto elaborado nos moldes estruturais do discurso jornalístico, objetivando informar as redações sobre assuntos de interesse do governo e da comunidade. O release funciona como uma sugestão de pauta, o ponto de partida do trabalho da mídia, que dará sequência às demais etapas da reportagem, que são entrevistas, consulta, checagem de informação, redação do texto final

da matéria e divulgação para a imprensa.

Press Release

É o monitoramento e compilação de todas as informações sobre as obras, que foram veiculadas em todas as mídias locais, regionais e ainda nacionais. Deve ser realizada e encaminhada ao órgão responsável pelo projeto (UGP/SEPLAN). O monitoramento das informações veiculadas é uma ação de extrema importância para se identificar a percepção dos públicos em relação ao Projeto, além de possibilitar a identificação de novas demandas de comunicação existentes e novas diretrizes de atuação, fortalecendo assim a dinâmica do processo.

Ferramentas de Comunicação

Comunicação de Massa

A comunicação de massa deverá ser articulada levando em consideração os veículos de comunicação de maior audiência, circulação e alcance entre os diferentes públicos. Para tanto, a equipe de Comunicação do projeto deverá fazer um levantamento prévio dos veículos e meios de comunicação existentes nos respectivos territórios que serão beneficiados.

Jornais e Revistas

Momentos como início da implementação dos subprojetos. Será necessário fazer um levantamento dos veículos de maior circulação entre as comunidades beneficiadas.

Rádio

O rádio será um importante e rotineiro instrumento de comunicação. Para informações extraordinárias, em especial na campanha de implantação e de mobilização, poderão ser veiculadas notícias sobre as obras em tempo real. Será necessário fazer um levantamento das rádios de maior audiência entre os territórios e os públicos que os utilizam.

TV:

A mídia televisiva possui inúmeras vantagens ao combinar som, visão e movimento, sendo assim de fácil assimilação e compreensão pela população, além de possuir alta repetição e cobertura territorial. Será necessário fazer um levantamento dos canais de maior audiência entre as comunidades a serem beneficiadas.

Comunicação Segmentada

Fóruns formais

DIÁLOGO COLETIVO

Reuniões, apresentações e conversas formais são modelos de comunicação direta que permite um contato mais próximo com determinados públicos. Nestas ocasiões é possível expor as questões do Governo bem como ouvir e registrar o que o público tem a dizer.

Para a realização das reuniões e apresentações do Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN, devem ser considerados os seguintes procedimentos:

- ✓ Definição das comunidades impactadas, autoridades e demais partes interessadas no Projeto RN Sustentável, que serão convidadas para as reuniões;
- ✓ Estruturação dos contatos;

- ✓ Elaboração dos convites e formas de divulgação (faixas, carro de som, rádios, etc.);
- ✓ Identificação de locais para a realização das reuniões;
- ✓ Estruturação de uma apresentação (por exemplo: power-point- *ppt*);
- ✓ Contratação de empresa especializada para cuidar da parte estrutural do evento, quando for o caso;
- ✓ Definição de responsável pelo acompanhamento da montagem do evento;
- ✓ Definição dos porta-vozes do Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN
- ✓ Cobertura fotográfica;
- ✓ Emissão de releases para a imprensa;

O Diálogo Coletivo destina-se à comunidade e autoridades governamentais.

Período de execução: Pré-projeto, Implantação e Mobilização e Pós-projeto.

Consultas Públicas

Consultas Públicas são discussões de temas relevantes, abertas a sociedade, onde se busca subsídios para o processo de tomada de decisão. Espera-se assim, tornar as ações governamentais mais democráticas e transparentes. A Consulta Pública deve contar com a participação, tanto de cidadãos quanto de setores especializados da sociedade, como sociedades científicas, entidades profissionais, universidades, institutos de pesquisa e representações do setor regulado.

Os temas dos subprojetos são colocados à disposição da população, por períodos variados e que podem ser prorrogados, para sugestões e comentários. As contribuições são analisadas e, se consideradas pertinentes, acatadas na versão final.

Se constituem em uma das etapas da avaliação do impacto ambiental, permitindo a participação da sociedade nas decisões em nível local. Regulamentada pela Resolução nº 09/87 do CONAMA 09/87, tem como finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise, dirimir dúvidas, obter sugestões.

Por outro lado as Consultas Públicas são uma obrigatoriedade definida pela IBAMA. O edital de realização da audiência deverá ser publicado em Diário Oficial da União e em jornal regional ou local de grande circulação, rádio, faixas, com indicação de data, hora e local do evento.

Campanhas Educativas e de Sensibilização

Faz-se necessária a contribuição da comunicação neste sentido, realizando campanhas de comunicação e humanização, principalmente nas ações das áreas de saúde e educação previstas no Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN, bem como nas questões da agricultura familiar, turismo, dentre outras.

Sugestões de campanhas: ambiental, saúde, educação, etc.

Devem ser realizadas em locais estratégicos de maneira a atingir um numero maior de pessoas que residem nas proximidades dos locais onde serão realizadas as ações dos subprojetos do Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN. Nestas campanhas serão utilizados os materiais de apoio, tais como: folders, panfletos, kits com adesivos, lixeira para o carro, cartilhas e etc.

É importante salientar que em eventos dessa natureza, dependendo do local deve-se contar com o apoio de outras organizações públicas e civis locais, visando à segurança, da equipe responsável bem como da comunidade participante.

Período de execução: durante a Implantação e Mobilização do projeto.

Outdoors e faixas

A mídia por meio de outdoor também é indicada para atingir o público no geral. Poderá ser utilizado em todas as campanhas, podendo ser de caráter institucional (anunciando o projeto, benefícios e etc.) ou caráter informativo (sobre etapas das ações/obras). Poderão ser dispostos na extensão do traçado das obras e nos territórios afetados pelos subprojetos. Devem ser limitados, para evitar poluição visual.

As informações deverão ser dispostas de forma simples, objetivas e usando poucas palavras.

MÍDIA IMPRESSA

As mídias impressas deverão seguir um roteiro de distribuição a ser elaborado pela equipe de Comunicação do projeto.

Cartilha institucional

A cartilha é uma ferramenta de comunicação de cunho institucional que permite detalhar todas as fases do projeto/subprojetos. Possibilita a interação com os públicos que necessitam de informações mais abrangentes, como: comunidades afetadas, autoridades governamentais, imprensa e etc. A cartilha deverá discorrer sobre pontos como: relevância do projeto, segurança, etapas, cronograma das ações do subprojeto, e contatos para informações.

Para uma comunicação efetiva, deve-se buscar uma maneira adequada de codificação e transmissão da mensagem. Portanto, deve haver uma preocupação com a adequação da linguagem em termos de quantidade de texto, vocabulário, tamanho de fontes etc. Como regra geral, os textos e falas nas cartilhas devem ser sucintos, possuir linguagem simples, ser adequados ao nível de instrução dos leitores, além de introduzir termos técnicos numa medida apropriada.

Cartas

A carta é um instrumento de comunicação de caráter pessoal e direto que formaliza a informação. Poderá ser utilizada, por exemplo, para informar públicos específicos sobre início e conclusão de etapas dos subprojetos. As cartas podem ser enviadas a autoridades governamentais, parceiros, representantes sociais, empresas, dentre outros.

Folders e panfletos

Folders e panfletos com informações específicas das etapas do projeto poderão ser produzidos para distribuição em pontos estratégicos. Os folders e panfletos também poderão ser utilizados como material de apoio das campanhas de humanização.

MÍDIAS ELETRÔNICAS

Website

A internet é um meio de comunicação utilizado por boa parte dos indivíduos da sociedade, e que permite divulgar um volume significativo de informações e estabelecer canais de interatividade. Utilização do site do Governo do Estado do Rio grande do Norte para divulgação das ações referentes às etapas e evolução da implantação dos subprojetos.

O site deverá ser estruturado e ter como eixos temáticos estruturantes:

- ✓ Institucional;
- ✓ Notícias sobre fases das obras e/ou as fases de implantação das ações
- ✓ Sobre campanhas;
- ✓ Últimas notícias;
- ✓ Fale conosco;

- ✓ Contatos;

Redes sociais na internet (Facebook, Twitter, etc.),

Este meio de comunicação instantâneo permite um DIÁLOGO COLETIVO entre os atores envolvidos no projeto além de atingir uma importante parcela da sociedade

Boletim Eletrônico

O boletim eletrônico é uma ferramenta que permite levar informações atuais sobre o projeto em todas as suas fases a públicos específicos. Uma ferramenta de interação entre a UGP/SEPLAN e as UES.

Apresentação (power point)

Esta ferramenta será utilizada na pré-campanha do projeto, quando se fizer necessária a apresentação do empreendimento às autoridades governamentais, comunidades e etc. Uma das linhas mestras de atuação para o Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN, se relaciona ao esclarecimento de seus diversos públicos. Assim, é necessário que se estruture uma apresentação gráfica de qualidade, que explice de forma objetiva e clara o Projeto.

Públicos a que se destina: comunidades, autoridades governamentais e demais representantes sociais.

Vídeo institucional sobre o projeto

O vídeo institucional, geralmente, é utilizado para ser transmitido em apresentações, cerimônias, bem como ser veiculado como propaganda nas redes de televisão. No caso do projeto, poderá ser utilizado em momentos como: anúncio da implantação do projeto e conclusão das obras. Deve estar disponível no site do projeto.

ABORDAGEM ESPECÍFICA PARA AS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS E COMUNIDADES AFETADAS PELO PROJETO.

Caberá ao coordenador da equipe de Comunicação montar estratégia para contatar as autoridades governamentais e demais representantes sociais de todos os territórios que fazem parte da área de influência do projeto. Para tanto, será necessário utilizar as diversas ferramentas já sugeridas, de acordo com as ações que forem ser realizadas.

A equipe que implantará o plano de comunicação deverá em conjunto com o responsável da UGP/SEPLAN, realizar as apresentações sobre o projeto a estes públicos. Nestes contatos formais, sugere-se utilizar recursos como: apresentação em *power point* e a cartilha institucional do projeto.

Abordagem geral para todos os públicos

Feitos os primeiros contatos com as autoridades e líderes de cada comunidade dos diversos territórios, é necessária uma divulgação mais abrangente do projeto que contemple os demais públicos identificados. Nesse momento, será priorizada a divulgação sobre o início da implementação do projeto e os benefícios por ele trazidos. As ações sugeridas para esta abordagem são:

- ✓ Trabalhos da assessoria de comunicação para apoio à divulgação de informações gerais sobre o projeto;
- ✓ Trabalho da assessoria de imprensa para articulação de matérias em jornais, revistas e TV por meio do envio de releases e contato direto com os jornalistas que cobrem este tipo de pauta;
- ✓ Distribuição da cartilha institucional que poderá ser disponibilizada em lugares estratégicos dos territórios afetados;

- ✓ Veiculação de propagandas sobre a implementação do projeto em revistas e jornais de grande circulação e rádios de maior audiência entre os públicos;
- ✓ Veiculação de propagandas sobre a implementação do projeto em outdoors em alguns pontos dos territórios afetados;
- ✓ Distribuição da cartilha, folders e panfletos do projeto em pontos estratégicos de implantação de cada subprojeto;
- ✓ Divulgação dos canais de comunicação interativos existentes (web-site, linha direta etc.);
- ✓ Atendimento de todas as demandas dos canais de comunicação interativos;
- ✓ Implementação das campanhas de humanização;
- ✓ Divulgação do o início e a conclusão da implantação/implementação dos subprojetos;
- ✓ Envio do boletim eletrônico ao maior número possível de públicos com as informações sobre o projeto.

Monitoramento e Avaliação do Plano de Comunicação Social

O monitoramento e o acompanhamento das atividades serão feito:

- ✓ Semanalmente pela coordenação da UGP/SEPLAN-RN através de reuniões com a equipe de Comunicação social e/ou consultoria;
- ✓ Através de reuniões com a UGP/SEPLAN-RN, e seus respectivos representantes das UES, conforme periodicidade definida no início dos trabalhos;
- ✓ Após as avaliações realizadas e feitas as propostas das ações corretivas, que se fizerem necessárias, deverão ser previamente validadas pelo Órgão competente (UGP/SEPLAN), assegurando a obtenção de melhores resultados e ganhos na logística necessária para a realização das atividades.

A equipe da UGP/SEPLAN-RN deverá receber um relatório mensal que deverá conter:

- ✓ As atividades previstas e realizadas;
- ✓ Propostas da equipe de consultoria visando à melhoria contínua dos processos;
- ✓ Depoimentos dos participantes e as considerações dos facilitadores;
- ✓ Registros fotográficos das atividades;
- ✓ Lista de presenças.

Cronograma (proposto)

Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Contratação da Equipe										
Treinamento e Capacitação da equipe e dos responsáveis das UES										
Elaboração do Banco de Dados/ PCS: dados parceiros e mailing										
Levantamento dos cenários										
Apresentação do PCS para toda a equipe executiva do Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Rio Grande do Norte										
Reuniões com parceiros para apresentação do PCS										
Criação de um vídeo institucional										
Criação e manutenção do website										
Criação do boletim eletrônico/quinzenal										
Criação de material para rádios e TV/veiculação										
Criação de material para mídia impressa/divulgação										
Criação de faixas e outdoors										
Distribuição de faixas e outdoors										
Elaboração das cartilhas/Distribuição										
Atuação da Assessoria de Imprensa										
Elaboração e envio de releases										
Envio do <i>press release</i> para gestores										
Fóruns e Diálogos com parceiros										
Avaliação/ Reuniões de monitoramento das atividades										
Evento de finalização das Ações/Obras (a definir de acordo com cronograma específico da execução do Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Rio Grande do Norte										
Avaliação/ Reuniões de monitoramento das atividades										

B. PLANO DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL - PEA

1- Introdução

Este plano tem seus princípios na ação dialógica e participativa, voltado às populações urbanas e rurais nos territórios do Estado do Rio Grande do Norte, onde haverá intervenções das ações/obras, bem como a todos os técnicos das UGP envolvidos no Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN. Tem por finalidade a formação da consciência humana, o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo e da coletividade, para elevar a qualidade das relações interpessoais, intergrupais e socioambientais.

O público alvo será constituído de diferentes grupos sociais, ficando portanto, aberto a participação de todos os cidadãos interessados em contribuir no processo do trabalho proposto.

Para início e realização do plano serão realizados contatos com as instituições locais, escolas, comunidades rurais, organizações civis, bem como sindicatos, igrejas e secretarias municipais afins ao termo do trabalho.

A compreensão da dinâmica local e interação dos problemas ambientais serão buscadas na sensibilização, envolvimento e apoio dos atores elencados para participarem da realização de todas as etapas e ações do plano. Entende-se que no momento em que houver uma aproximação para conhecimento das diferentes realidades urbana e rural, serão configurados e ressaltados os interesses da demanda social.

Ressalte-se que esta forma de agir permitirá uma compreensão da dinâmica local e uma maior interação com a complexidade dos processos ambientais, além de proporcionar a uma grande participação das pessoas envolvidas com os problemas em seu cotidiano.

A dinâmica do plano será desenvolvida por Investigação Exploratória, Reuniões, Entrevistas, Visitas Domiciliares, Cursos de Multiplicadores em Educação Ambiental, Palestras Temáticas, Participação em eventos Sociais e Ambientais.

2 – Objetivo Geral

Promover a Educação Ambiental permanente e sistemática, nos territórios do Estado do Rio Grande do Norte, buscando a melhoria da qualidade de vida da população com foco na relação socioambiental da população urbana e rural, através de ações educativas, reflexivas, construídas e discutidas com as comunidades.

Orientar a comunidade do entorno das ações/obras sobre aspectos relacionados ao meio ambiente e importância da preservação dos recursos naturais.

Busca-se com o plano oferecer a oportunidade das comunidades adquirirem conhecimentos, valores, atitudes, compromissos e capacidades necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente.

2.1 – Objetivos Específicos

- ✓ Educar e sensibilizar a população local para o processo de gestão ambiental;
- ✓ Promover a articulação e integração comunitária no processo de identificação e solução dos problemas socioambientais;
- ✓ Promover a articulação interinstitucional para envolvimento na busca de solução dos problemas socioambientais;
- ✓ Proporcionar à sociedade a compreensão e a concepção de ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural e construído, o socioeconômico e o cultural, o físico e o espiritual, sob o enfoque da sustentabilidade;
- ✓ Promover a democratização e interatividade na informação;
- ✓ Procurar garantir meios à continuidade do processo educativo voltado às questões ambientais;
- ✓ Estimular a população a ter o compromisso com a cidadania ambiental;
- ✓ Estimular os processos educativos ambientais na construção de valores e relações sociais mais solidárias, na edificação de sociedades sustentáveis;

- ✓ Formar multiplicadores em educação ambiental capacitando atores locais para serem multiplicadores de práticas ambientalistas;
- ✓ Contribuir para organização de voluntários, profissionais e instituições que atuam em programas de intervenção, ensino e pesquisa em educação ambiental.
- ✓ Mobilizar os envolvidos quanto à inadequação das queimadas
- ✓ Orientar os trabalhadores das obras/ações sobre a convivência social com as comunidades locais;
- ✓ Orientar os envolvidos sobre os hábitos de higiene e formas de evitar doenças.

3 -Justificativa

Na educação ambiental, entendida pela Lei nº 9.795 de Abril de 1999, como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do Meio Ambiente, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, servindo de suporte para a construção de uma sociedade mais consciente quanto ao uso dos seus recursos naturais. De acordo com o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA, deve abranger a transversalidade, fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente, o sistema de ensino, sustentabilidade, descentralização espacial e institucional, bem como a participação e controle social.

Ainda de acordo com a Lei 9.795/99 a educação ambiental tem como objetivos fundamentais:

- ✓ Desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- ✓ A garantia de democratização das informações ambientais;
- ✓ O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- ✓ O incentivo a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- ✓ O estímulo a cooperação entre as diversas regiões do país, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, da igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- ✓ O fomento e fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- ✓ O fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Dessa forma em todas as ações de intervenção social a educação ambiental vem sendo solicitada como instrumento de ação abordado em processos participativos dos atores sociais em suas comunidades, não se colocando como uma educação temática, e sim numa dimensão essencial do processo pedagógico, centrada no projeto educativo do desenvolvimento humano e definida a partir do paradigma ecológico e do entendimento do ambiente como uma realidade vital.

Assim sendo, a participação social é entendida como um processo de criação do homem para o enfrentamento dos desafios sociais. Esse processo de criação e enfrentamento resulta em dada realidade de consumo ou usufruto de bens, assim como numa outra realidade de funções e decisões que caracterizam fins sociais a serem alcançados.

Nesta ação coletiva, a participação social se constitui numa conjugação de interesses sociais, requerendo análise, reflexão e planejamento desta ação para se alcançar os objetivos finais.

Neste processo educativo de descoberta de interesses da população é que desponta a questão da consciência individual e da consciência social, alcançando a compreensão da avaliação e reavaliação da realidade social e seus enfrentamentos, em função de novas estratégias de reprodução social.

Tudo isso leva a entender que a “cidadania diz respeito à capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente

criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humanas abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (Coutinho, 1997).

Neste sentido, será ainda abordado no PEA, juntamente com o Plano de Comunicação Social capacitações que abordará em seu escopo, dentre outras, questões relativas à cidadania, à educação, saúde, segurança no trabalho, agricultura familiar, turismo, dentre outras questões com as quais se pretende disseminar formas de conduta e boa convivência para toda a população de influência, sobretudo aqueles procedentes de outras localidades em relação ao local de atuação.

O presente plano aborda a educação ambiental em dois níveis complementares e interdependentes. Por um lado, as práticas educativas se voltam para o mundo do trabalho, estimulando a conscientização, reflexões, práticas, procedimentos e condutas ambientalmente orientadas. Neste domínio buscam-se condutas afinadas com a preservação do meio ambiente. Por outro lado, as práticas educativas se voltam para a comunidade enquanto ser social e cidadão. Neste contexto busca-se, através do processo de educação ambiental, democratizar valores, conhecimentos, atitudes e práticas extensíveis às diversas situações experimentadas no curso de suas existências. O PEA não se volta para o domínio restrito do universo do trabalho, mas para a difusão de um conhecimento ambiental particularizável, por iniciativa dos próprios agentes sensibilizados, nos mais diversos contextos. A capacitação da população residente nas proximidades das ações do Projeto RN se insere neste segundo domínio onde se observa a disseminação do conhecimento para a sociedade.

Diante das discussões relativas à educação ambiental e desenvolvimento sustentável, as preocupações dos territórios da área de influência do projeto, os riscos de alteração da qualidade ambiental e em conformidade com os princípios preconizados na legislação brasileira, considera-se relevante a implantação de um plano educacional para os atores envolvidos durante todo o período de implantação e operacionalização dos subprojetos. O PEA é uma ferramenta fundamental para evitar impactos desnecessários.

4 – Metodologia

O Plano de Educação Ambiental indica um elenco de ações durante a fase de implantação e operação do projeto e deverá contemplar linhas básicas de ação, sendo a primeira voltada para a capacitação de todos os envolvidos diretamente com o mesmo, através de um treinamento introdutório que aborda aspectos e conceitos ambientais.

A segunda linha de atuação prevê a realização de palestras a serem ministradas por profissionais com formação e qualificação adequadas para trabalharem com os temas sugeridos, seguido de oficinas específicas sobre os assuntos abordados.

Visando aumentar o interesse e, conseqüentemente, o processo de aprendizado, para o desenvolvimento das atividades preconizadas pelo plano, será disponibilizado suporte de recursos audiovisuais e estrutura física adequada. Entre os recursos estão incluídos equipamentos tais como televisor, vídeo, retroprojeto, equipamento de som, projetor e computador.

Nas oficinas serão utilizadas técnicas participativas e integradoras visando estimular que os participantes empreguem os conceitos e categorias apreendidas, bem como desenvolvam o pensar acerca das dimensões ambientais que o cercam e o significado de suas práticas à luz da preservação ambiental.

A relação do sujeito com o ambiente será mediada e construída nas relações interpessoais.

A metodologia para a realização das ações seguirão as etapas de levantamento bibliográfico e fundamentação teórica, Investigação Exploratória, Reuniões, Entrevistas, Visitas domiciliares, Cursos de Multiplicadores em Educação Ambiental, Palestras Temáticas, Participação em Eventos Sociais e Ambientais,

4.1 Investigação Exploratória, Reuniões, Entrevistas e Visitas Domiciliares

A partir da fundamentação teórica será iniciada a investigação exploratória de conhecimento da Comunidade, a fim de identificarem-se as lideranças e os grupos sociais ali existentes, uma vez que há delimitação da área a ser desenvolvida, conforme cada subprojeto.

Para obtermos o objetivo da investigação exploratória serão usadas inicialmente algumas técnicas de desenvolvimento de comunidade, tais como: abordagem, observação, diálogo, entrevistas com a população na rua e nas instituições, identificando os grupos formais e suas lideranças, como também explicando nosso trabalho e a possibilidade de uma ação conjunta, a partir da realidade local. Após estes contatos, serão marcadas reuniões para discussão da realidade e definição de uma ação conjunta com a população.

Nas reuniões serão informados os objetivos do trabalho de Educação Ambiental em todos os territórios do estado do Rio Grande do Norte e/ou locais de intervenções do Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN. Na proporção que forem sendo desenvolvidos os trabalhos de mobilização com as comunidades, através de visitas, entrevistas, palestras e reuniões, os vínculos de interação e confiabilidade recíproca e gradativa, estabelecem canais de comunicação tendo em vista o desenvolvimento das ações educativas, a partir de cada realidade abordada, em sua problemática local.

As questões abordadas nas atividades vão abordar não só aos problemas locais, como também aos aspectos sócio-econômicos e ambientais globais dos territórios do Estado do Rio Grande do Norte.

“A prática educativa compreende a participação como exercícios (atitudes) cotidianos, em que indivíduos e grupos vão, através da gestão de seus espaços e do compartilhamento de interesses e sonhos, tecendo compromisso que são de cada um, de cada grupo e de cada comunidade com processos de desenvolvimento, com o todo, com a vida e com o planeta” (SORRENTINO, 2001).

As ações de mobilização deverão ocorrer através da organização da UGP/SEPLAN-RN, juntamente com a Equipe de Técnicos de outras UES e/ou de áreas afins, Conselhos, ONGs, Prefeituras, comunidade, dentre outros, responsáveis pela execução dos trabalhos, bem como os locais para a realização das atividades, sejam elas, curso, palestras, capacitações, etc.

4.2 - Cursos de Multiplicadores em Educação Sanitária e Ambiental

O Plano de Educação Ambiental do Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do RN, terá o objetivo de sensibilizar as pessoas que moram nos diferentes territórios, para que essas se sintam agentes proativas do meio ambiente e que possam, após conhecer conceitos e práticas de educação ambiental, serem os multiplicadores dessas ações de melhorias da qualidade social.

5 - Equipe Técnica

Para a operacionalização deste plano de educação ambiental será necessário a disponibilização de um técnico de nível superior, que coordenará as atividades previstas, Preferencialmente um profissional da área de Ciências Humanas e Biológicas, especializado em educação ambiental.

A equipe de técnicos/facilitadores/instrutores e monitores do curso será formada por uma equipe multidisciplinar, onde se abordará temas ambientais de interesse coletivo.

Palestrantes e instrutores deverão ser buscados em parcerias a serem estabelecidas com o serviço público, universidades, organizações não governamentais, para que sejam cadastrados profissionais para os diversos temas. Através do Plano de Educação Ambiental se buscará atender o maior universo de representatividade de pessoas da comunidade onde será executado. Entretanto por ter no seu objetivo a formação de multiplicadores em educação ambiental, terá como integrantes diversos públicos, formando assim uma heterogeneidade de representantes, somando no máximo trinta por capacitação.

6 - Materiais pedagógicos

Serão desenvolvidos e disponibilizados materiais pedagógicos e informativos como:

- ✓ Manuais, cartilhas, cartazes, painéis e vídeos informativos;
- ✓ Os manuais terão conteúdos relativos ao ambiente de trabalho e os procedimentos voltados para o desenvolvimento de práticas profissionais ambientalmente orientadas;

- ✓ As cartilhas conterão assuntos e temas relativos ao meio ambiente;
- ✓ Os cartazes, como são próprios deste meio, veicularão sintéticas mensagens ambientais vinculadas aos eixos temáticos;
- ✓ Os vídeos informativos, além de abordarem os aspectos e temas ambientais, tratarão das obras e ações dos subprojetos do processo de licenciamento ambiental, incluindo impactos e medidas de controle adotadas;
- ✓ A confecção de adesivos com slogans de proteção a fauna também são sugeridos.

Todo material utilizado no curso será elaborado e organizado com antecedência, levando em consideração os temas abordados pelos instrutores:

- ✓ Apostila com os conteúdos abordados;
- ✓ Caneta esferográfica
- ✓ Bloco de rascunho
- ✓ Crachá
- ✓ Materiais educativos auxiliares
- ✓ Pasta de papelão
- ✓ Outros materiais que se fizerem necessários para a execução das capacitações/palestras/reuniões/treinamentos e trabalhos.

7. Conteúdos Relacionados

- ✓ **Meio Ambiente** - conceitos sobre meio ambiente, lembrando todos os seus aspectos, inserindo aos participantes do curso uma nova visão de meio ambiente.
- ✓ **Principais problemas ambientais** – Abordam-se os principais problemas ambientais, enfocando a realidade local e global.
- ✓ **Meio Ambiente e Recursos Naturais** – após as noções dos conceitos de meio ambiente e os principais impactos ambientais ocorridos no mundo e localmente, trata-se de frisar cada um dos recursos naturais, sejam eles: água, ar e solo, relacionando com seu uso e com a ação antrópica sobre os mesmos – efeito da ação e reação. Trabalha-se a manutenção do suprimento de água, onde é observada e discutida a quantidade e qualidade; água contaminada e potável. Também é observada a importância dos Recursos marinhos e/ou Dulce aquícolas. O ar, a atmosfera e o clima são abordados nos mais variados aspectos, como os danos a saúde, efeitos da inversão térmica, ilhas de calor, efeito estufa, destruição da camada de ozônio e até chuva ácida.

O tema **solo** também é discutido desde suas formas de **contaminação** até a erosão.

- ✓ **Esgoto sanitário** - ao discutir esgotamento sanitário revela-se sua falta, mas também as dificuldades e problemas sociais que a ausência do mesmo ocasiona. Seu conceito também é refletido: **Saneamento básico X Saneamento ambiental**.
- ✓ **Drenagem** - Outro aspecto do saneamento que será refletido e discutido durante o curso é a drenagem, sua falta, seus problemas e sua fragilidade por parte da população.
- ✓ **Resíduos sólidos** - Os resíduos, conhecidos popularmente como lixo é sem dúvida em todas as comunidades um dos problemas do saneamento a ser focado, devido a essa afirmativa a discussão poderá ser mais rica e em muitos casos demorada. Será levantada a questão da relação entre Resíduos sólidos, Meio Ambientes e Saúde, abordando como esses resíduos são gerados e geridos no Brasil, no estado e na localidade do curso. A interação com os participantes é fundamental, inclusive deve-se buscar e incentivar o depoimentos dos mesmos, com suas experiências locais, enriquecendo o aprendizado.
- ✓ Trata-se também da **Limpeza urbana**, do tratamento e destinação final desses insumos, onde são vistos aspectos como quantidade e qualidade, além de serem expostas alternativas como: Coleta seletiva, Reciclagem, Compostagem e Aterro sanitário.
- ✓ **Saneamento ambiental** - A discussão reflete a relação entre saneamento básico X saneamento ambiental. Quais as vantagens e desvantagens.
- ✓ **Saúde, Qualidade de vida e Meio Ambiente** - Nesse tópico todas as relações de equilíbrio da vida e da qualidade ambiental serão expostas, isto é, depoimentos e resgates de momentos e situações de impacto. Aqui também é revelada a importância do desenvolvimento sustentável e as problemáticas do desenvolvimento insustentável, as legislações ambientais e o tema Urbanização.

- ✓ **Educação Ambiental** - Um momento importante do Plano de Educação Ambiental é o resgate da educação ambiental, história, presente e proposições.
- ✓ **Cidadania - Direitos e Deveres, Ética e Sociedade**, essas discussões mostrarão que de nada valeria o curso se não nos conscientizássemos, assumindo a postura de cidadão atuante na sociedade.

O curso/capacitação terá um caráter dinâmico e interativo, onde ocorrerá a participação efetiva de todos os alunos. Para isso acontecer serão usadas dinâmicas de sensibilização e resgate de conteúdos abordados.

7.1 – Palestras temáticas

Para abranger o maior número de pessoas nos territórios, serão realizadas palestras, cujos temas serão previamente discutidos em reuniões, sobre as questões ambientais. Estas palestras serão ministradas por profissionais da área ambiental convidados de instituições parceiras públicas e/ou privadas.

7.2 – Participação em eventos sociais e ambientais, bem como em datas comemorativas e outras.

Serão utilizados também os diversos Eventos Públicos alusivos a datas comemorativas, tais como: Dia Mundial das Águas; Dia Internacional do Meio Ambiente, da Ecologia; Dia da Árvore; Dia do Estudante, etc... para disseminar o objetivo do Plano, sensibilizar quanto ao processo de educação ambiental, identificar e estabelecer os canais de comunicação com os atores sociais das comunidades selecionadas, tendo em vista o desenvolvimento das ações educativas.

7.3 – Programa de arborização

É importante inserir junto ao PEC, o programa de arborização que será implementado nas áreas prioritárias de Preservação Permanente, seguindo a metodologia adotada pelas bibliografias e estudos mais recentes sobre a área e que se adeque aos processos de intervenção especial nos territórios.

As áreas de intervenção serão escolhidas a partir da demanda trazida pela comunidade. De posse dessa listagem, serão agendadas visitas “in loco”, com o intuito de diagnosticar a real situação das áreas a serem trabalhadas.

Em seguida, levando em consideração os resultados encontrados, devem-se preparar propostas de uso para cada área, levando-se em consideração suas características próprias, com a escolha de espécies vegetais nativas da flora local, seguindo recomendações técnicas adequadas.

Depois de concluída essa etapa, parte-se para preparação física da área para plantio, atividade realizada por equipe especializada, inserindo-se em cronograma próprio.

A ação de plantio propriamente dita será realizada após oficinas e trabalhos de educação ambiental sobre a temática, buscando conscientizar a população beneficiária acerca da importância deste tipo de trabalho.

Com o Programa de Arborização, busca-se recuperar as áreas escolhidas pela comunidade, especialmente no ponto de vista ambiental. Assim, espera-se ter um incremento na flora nativa local; aumento das áreas que possam proporcionar um lazer contemplativo para a população; diminuição de áreas livres que atualmente funcionam como depósito de lixo ou entulhos; melhoria nos aspectos paisagísticos das áreas trabalhadas e, sobretudo, aumento significativo da qualidade de vida da população de maneira geral.

7.4 – Programa de coleta seletiva

A categoria de catadores de materiais recicláveis - profissão reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – ainda precisa ser estimulada para e se fortalecer em grupos de cooperativas, buscando sua autonomia e assim acompanhar o crescimento sustentável do RN

As políticas públicas federais, estaduais e municipais (conquistas da categoria organizada e representada pelo Movimento Nacional dos Catadores) estão sendo um grande estímulo à organização dos grupos de catadores históricos.

No estado, muitos catadores atualmente ainda fazem parte do problema e desconhecem os direitos e conquistas de sua categoria.

O PEA buscará em suas ações e mobilizações em todos os territórios, inserir a população dos catadores, promovendo cursos e capacitações, cadastramento de catadores de rua e de lixões, levando o conhecimento da importância de se organizarem em cooperativas de catadores, tornando-se parceiros das ações de preservação do meio ambiente e público alvo de Coleta Seletiva Solidária.

Embora já existam diversas associações de catadores de coleta seletiva, no estado, como por exemplo, em Mossoró, Natal, Lucrécia, Macau, é preciso incentivar e investir neste segmento, propiciando inclusão social.

Além das ações de cadastramento e mobilização, inicia-se o processo para a criação do “Programa de Catadores” promovendo a capacitação e apoio à formalização dos grupos através de parcerias com o SEBRAE e UES, tais como a SETHAS, responsável pela inclusão social desta população que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade social, buscando assim atender o Decreto de nº7.405, de 23 de dezembro de 2010, que preconiza em seu art.2º, ações voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, a capacitação, formação e assessoria técnica, além de outras ações, visando incubações de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem.

8 – Resultados Esperados

Como o trabalho de mobilização social será intensivo e amplo, abrangendo os mais diversos territórios será permanente a introdução nas reuniões de sensibilização e apresentação de palestras introduzindo os objetivos do Plano, assim tornando-se frequente o processo de reflexão dos problemas abordados nestas palestras.

Mesmo sendo forte o processo de mobilização social, ainda deverá ser apresentadas palestras mais específica e técnicas sobre questões ambientais e urbanização. Espera-se ainda:

- ✓ Identificar as lideranças e grupos sociais ali existentes, bem como ficar caracterizada a delimitação da área a ser abrangida pelo Programa;
- ✓ Obter depoimentos de moradores e descrever alguns problemas sócio-ambientais locais, bem como potencialidades existentes é outro objetivo;
- ✓ As áreas problemas identificadas pela comunidade e técnicos devem ser descritas através de diagnóstico que norteará as ações a serem desenvolvidas
- ✓ Multiplicadores em educação ambiental nos territórios do Estado do Rio Grande do Norte para atuarem junto à comunidade e para, principalmente, dar continuidade às ações iniciadas durante o Programa.

9- Avaliação E Monitoramento

O Plano nunca poderá ser dado como finalizado, ele deverá ultrapassar uma etapa, e outras deverão ser seguidas. Educação é um processo contínuo e permanente, é uma construção de saberes e mudanças comportamentais.

O Monitoramento e acompanhamento das atividades acontecerão da seguinte forma:

- ✓ Semanalmente pela coordenação da UGP/SEPLAN-RN, através de reuniões com a equipe de Equipe do Plano de Educação Ambiental;
- ✓ Através de reuniões com a UGP/SEPLAN-RN, e seus respectivos representantes das UES, conforme periodicidade definida no início dos trabalhos;

- ✓ Após as avaliações realizadas e feitas as propostas das ações corretivas, que se fizerem necessárias, deverão ser previamente validadas pelo Órgão competente UGP/SEPLAN, assegurando a obtenção de melhores resultados para a realização das atividades.

A equipe da UGP/SEPLAN-RN deverá receber um relatório mensal que deverá conter:

- ✓ As atividades previstas e realizadas;
- ✓ Registros fotográficos das atividades;
- ✓ Lista de presenças;
- ✓ Depoimentos dos participantes e as considerações dos facilitadores;
- ✓ Propostas da equipe de consultoria visando a melhoria contínua dos processos.

O Plano de Educação Ambiental deverá ser permanente e contínuo, promovendo o processo de participação ativa do ator social na construção da Cidadania Ambiental.

10 – Cronograma de Atividades Ano e/ou Semestral

ATIVIDADE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Reuniões e atividades técnicas de preparação e estruturação Administrativa e Financeira	X		X		X		X		X	
Levantamento Bibliográfico e Fundamentação Teórica	X		X		X		X		X	
Investigação Exploratória, Reuniões, Entrevistas e Visitas Domiciliares	X		X		X		X		X	
Cursos de Multiplicadores em Educação Sanitária e Ambiental		X	X		X		X		X	
Palestras Temáticas		X		X		X		X		X
Participação em Eventos Sociais e Ambientais		X		X		X		X		X
Programa de Arborização			X			X			X	
Avaliação e Monitoramento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

11- Ficha de Avaliação - PEA

FICHA DE AVALIAÇÃO – PEA		
SELEÇÃO DA TIPOLOGIA	➤ Inclusão produtiva nas cadeias e arranjos produtivos locais (APL), com foco no acesso aos mercados. ➤ Ampliação e melhoria da infraestrutura socioeconômica e o fortalecimento da governança, de forma complementar, voltados ao desenvolvimento regional sustentável. ➤ Fortalecimento da rede de atenção materno-infantil. ➤ Fortalecimento da rede de atenção oncológica. ➤ Fortalecimento da rede de atenção às urgências e emergências. ➤ Melhoria do processo de ensino-aprendizagem. ➤ Integração da educação na agenda de desenvolvimento regional.	
ESTUDO SOCIAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	A compreensão da dinâmica local e interação dos problemas ambientais serão buscadas na sensibilização, envolvimento e apoio dos atores elencados para	

	participarem da realização de todas as etapas e ações do programa. Entende-se que no momento em que houver uma aproximação para conhecimento das diferentes realidades urbana e rural, serão configurados e ressaltados os interesses da demanda social. Utilização do estudo social já realizado e/ou aplicação da FICHA DE AVALIAÇÃO DAS DEMANDAS SOCIAIS	
SELEÇÃO ÁREA DE INTERVENÇÃO	➤ Açu-Mossoró. ➤ Agreste Litoral Sul. ➤ Alto Oeste. ➤ Mato Grande. ➤ Potengi. ➤ Seridó. ➤ Sertão do Apodí. ➤ Sertão Central Cabugi e Litoral Norte. ➤ Trairí. ➤ Terra dos Potiguaras.	
EQUIPE TÉCNICA	Coordenador técnico de nível superior; Um profissional da área de Ciências Humanas; Um profissional da área Biológicas, especializado em educação ambiental.	
	Equipe multidisciplinar de técnico facilitadores/instrutores e monitores.	
	Palestrantes e instrutores deverão ser buscados em parcerias a serem estabelecidas com o serviço público, universidades, organizações não governamentais.	
LINHAS BÁSICAS DE AÇÃO	➤ Levantamento bibliográfico e fundamentação teórica. ➤ Investigação Exploratória. ➤ Reuniões. ➤ Entrevistas. ➤ Visitas domiciliares. ➤ Cursos de Multiplicadores em Educação Ambiental. ➤ Palestras Temáticas. ➤ Participação em Eventos Sociais e Ambientais. ➤ Outras	Todas estas ações deverão estar articuladas com o Plano de Comunicação Social
LINHAS ESPECÍFICAS DE AÇÃO	➤ Programa temático: ARBORIZAÇÃO	Marco Regulatório / Amparo legal Esta ação deverá estar articulada com o Plano de Comunicação Social
Programas temáticos	➤ Programa temático: COLETA SELETIVA	Marco Regulatório / Amparo legal. Esta ação deverá estar articulada com o Plano de Comunicação Social
CURSOS CAPACITAÇÕES	➤ Cidadania - Direitos e Deveres, Ética e Sociedade. ➤ Drenagem. ➤ Educação Sanitária e Ambiental. ➤ Esgoto sanitário: <i>Saneamento básico X Saneamento ambiental.</i> ➤ Limpeza urbana. ➤ Meio Ambiente e Recursos Naturais. ➤ Meio Ambiente. ➤ Principais problemas ambientais. ➤ Resíduos sólidos. ➤ Saneamento ambiental.	Marco Regulatório / Amparo legal Todas estas ações deverão estar articuladas com o Plano de Comunicação Social

	➤ Outras demandas	
AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	Semanalmente pela coordenação da UGP/SEPLAN-RN, através de reuniões com a equipe de Equipe do Programa de Educação Ambiental.	
	Através de reuniões com a UGP/SEPLAN-RN, e seus respectivos representantes das UES, conforme periodicidade definida no início dos trabalhos.	
	Após as avaliações realizadas e feitas as propostas das ações corretivas, que se fizerem necessárias, deverão ser previamente validadas pelo Órgão competente UGP/SEPLAN, assegurando a obtenção de melhores resultados para a realização das atividades.	
	A equipe da UGP/SEPLAN-RN deverá receber um relatório mensal que deverá conter: ➤ As atividades previstas e realizadas; ➤ Registros fotográficos das atividades; ➤ Lista de presenças; ➤ Depoimentos dos participantes e as considerações dos facilitadores; ➤ Propostas da equipe de consultoria visando a melhoria contínua dos processos.	

Nome do(s) Avaliador (es)

E-mail (s)

Tel.

Data de avaliação:

Observações e Comentários Gerais:

Nome do Coordenador

E-mail

Tel.

Data de avaliação:

C. PLANO DE PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS

O Projeto RN Sustentável prevê um Plano de Ação de Prevenção de Desastres Naturais, principalmente voltado para prevenção de inundações e de incêndios florestais, já que mesmo sendo inserido no Semiárido, o Estado do Rio Grande do Norte está sob a influência da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), caracterizada por uma variabilidade climática extremamente acentuada.

De fato, ao contrario do que se pensa, não são as secas que representam um risco de desastre natural (com as quais o povo nordestino já sabe conviver), mas sim as inundações e as queimadas, as primeiras decorrentes de um regime pluviométrico de intensa variabilidade espacial e temporal, que pode provocar chuvas torrenciais acima de 200 mm em menos de 24 horas, enquanto os incêndios florestais resultam de práticas agrícolas de preparo de solo como também de descuidados nas beiras das estradas aonde a população joga lixo com potencial inflamável.

Prevenção de Inundações

O processo de desertificação provocado, entre outros, pelo desmatamento das matas ciliares e das nascentes principalmente para fins produtivos, exacerba os efeitos destruidores das enchentes e inundações, ao deixar desprotegidas as margens dos cursos d'água. Mesmo que considerada pelo Código Florestal Federal como área de preservação permanente, as matas ciliares vêm sofrendo forte pressão em decorrência de uma tendência de maximização do aproveitamento fundiário das terras aluviais para produção agropecuária.

O Projeto RN Sustentável exigirá, para o repasse de recursos aos projetos e subprojetos das Componentes 1, um Plano de Prevenção de Inundações, incentivando a recuperação florestal nas nascentes e matas ciliares, com os objetivos específicos seguintes:

- Preservar a biodiversidade;
- Proteger os cursos d'água;
- Controlar o escoamento das águas da chuva;
- Diminuir os picos dos períodos de cheia;
- Estabilizar as margens e barrancos de cursos d'água;
- Proteger o solo contra processos erosivos;
- Controlar o ciclo de nutrientes na bacia hidrográfica;
- Contribuir para a estabilidade térmica dos pequenos cursos d'água;
- Manter a qualidade da água;
- Controle do ciclo hidrológico.

O Plano de Prevenção de Inundações é focado na recuperação e conservação de uma faixa de segurança para proteção de mananciais, promovendo assim controle de enxurradas e inundações.

A principal vantagem do estabelecimento de uma faixa de segurança é que ela constitui uma solução de continuidade entre a zona de atividades humanas (doméstica e agrícola) e a própria água. Essa faixa não evitará o acesso do homem à margem do manancial, mas poderá evitar o contato de um meio aquático que se queira preservar como ambiente natural com o meio produtor. O ideal é que essa faixa de segurança tenha as características que mais se aproximem do ambiente terrestre natural.

Uma proteção mais completa da qualidade da água do manancial só poderá ser obtida pelo zoneamento das atividades que se desenvolverão por trás da faixa de segurança, do citado levantamento das condições sanitárias dos empreendimentos a serem financiados e da fiscalização permanente dos focos potenciais de poluição.

No que refere aos aspectos jurídicos, a proteção das áreas de mananciais se dá, principalmente, por normas de uso e ocupação do solo, onde estão previstas taxas de ocupação, coeficientes de aproveitamento, restrições a atividades potencialmente poluidoras e manejo da vegetação.

A Constituição Federal brasileira apresenta três artigos relacionados ainda que indiretamente à proteção de áreas de mananciais:

- art. 170,VI – a ordem econômica deverá observar os princípios da defesa do meio ambiente;
- art. 186,II – a função social da propriedade rural será cumprida se, dentre outros requisitos, houver a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- art. 225 – todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo.

Desta forma, os subprojetos contemplados pelo Projeto RN Sustentável obrigatoriamente respeitarão o Código Florestal Brasileiro e as Resoluções CONAMA 302 e 303.

Conforme o Código Florestal (Lei Nº 4.771/1965, Artº 2), “Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d’água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:
 - de 30 (trinta) metros para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura;
 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d’água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
 - de 100 (cem) metros para os cursos d’água tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d’água que tenham de 200 (duzentos) a 500 (quinhentos) metros de largura;
 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d’água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;
- b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d’água naturais ou artificiais; e,
- c) Nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d’água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura.

O Projeto RN Sustentável considera que as ações de recuperação e conservação da faixa de segurança para proteção de mananciais poderão representar contrapartida da comunidade ou associação beneficiada pelo financiamento de subprojeto.

Ações de reflorestamento são consideradas como serviços de suporte e regulação, ou seja, como ações que mantêm os processos ecossistêmicos e as condições dos recursos ambientais naturais, de modo a garantir a integridade dos seus atributos para as presentes e futuras gerações.

Além do reflorestamento do entorno dos mananciais, o Projeto São José também reconhecerá como compensação ambiental atividades que promovem a recuperação e conservação do conjunto dos recursos naturais, tais como:

- terraceamento e o desenvolvimento de culturas em harmonia com as curvas de nível evitam a erosão, o assoreamento dos rios, aumentam a infiltração das águas e a alimentação do lençol freático, reduzem as enxurradas e, a longo prazo, melhoram a qualidade do solo agricultável.
- Matas ciliares reduzem o assoreamento, a evaporação e as enxurradas, além de protegerem as nascentes e conservarem as essências vegetais nativas e a fauna local.
- A rotação racional das culturas, a adubação orgânica, a cobertura do solo com palhadas conservam a umidade, aumentam a infiltração, reduzem a erosão, o assoreamento e as enxurradas, aumentam a umidade e melhoram a saúde do solo.
- A construção de bacias de captação, às margens das estradas vicinais, além de preservá-las, contribuem para ampliar a infiltração e a alimentação do freático e reduzir as enxurradas.

As enxurradas ou inundações relâmpago, freqüentes nos pequenos rios do Estado, que apresentam grandes variações de deflúvios, após poucas horas de chuvas concentradas, são minimizadas por minuciosos trabalhos de planejamento e gestão integrada das microbacias. Todas as medidas que contribuem para

reduzir o volume de sedimentos transportados pelos cursos de água diminuem o processo de assoreamento dos rios e a magnitude das cheias.

Da mesma forma, a alimentação regularizada das calhas dos rios pelos lençóis freáticos marginais e de fundos de vale, ao permitir uma melhor distribuição espacial da água, contribui para horizontalizar a curva de acumulação e de depleção hidrográfica.

Por esse motivo, as atividades de manejo integrado das microbacias contribuem para minimizar:

- as secas;
- as inundações relâmpago ou enxurradas;
- os processos erosivos.

Dentre as Técnicas de Manejo Integrado de Microbacias, destacam-se:

- Florestamento e o reflorestamento de áreas de preservação e de proteção ambiental, em encostas, morros, matas ciliares e matas de proteção de mananciais.
- Cultivo em harmonia com as curvas de nível e a utilização de técnicas de terraceamento. Os sulcos, quando abertos em sentido perpendicular ao do escoamento das águas, contribuem para reter a água e para reduzir a erosão.
- Sempre que possível, deve-se roçar e não capinar as entrelinhas das culturas. Os restos da capina, ao permanecerem sobre o solo, contribuem para reduzir a erosão, reter a umidade e diminuir o aquecimento das camadas superficiais do solo.
- Plantio de quebra-ventos, em sentido perpendicular ao dos ventos dominantes, reduz a erosão eólica e a evapotranspiração.
- A adubação orgânica, mediante a utilização de técnicas de compostagem, permite a utilização de esterco, lixo orgânico e palhada, devidamente curtidos, com o objetivo de aumentar a fertilidade e a saúde do solo humificado, e contribui para otimizar a infiltração da água.
- A incorporação ao solo dos restos de cultura reduzem a erosão, diminuem a insolação direta do solo e a evaporação da água e preservam a umidade.
- A rotação de culturas contribui para evitar a especialização das pragas, ao reduzir a oferta regular de um determinado padrão de substrato alimentar.
- Adensamento das culturas, pela redução do espaçamento, permite uma maior concentração das plantas por unidade de área e diminui a exposição do solo à insolação direta e reduz os processos erosivos.
- A utilização de culturas intercalares, plantando leguminosas entre as fileiras de culturas gramíneas, como ou de tubérculos, diminui os fenômenos erosivos e a evapotranspiração e aumenta a fixação de nitrogênio no solo, por intermédio dos rizóbios que se desenvolvem em regime simbiótico, nas raízes das leguminosas.

Prevenção de Queimadas

A prevenção de queimadas no Rio Grande do Norte é realizada por meio do Programa PREVFOGO, coordenado pelo IBAMA e vinculado ao Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. O Programa tem como objetivos promover, apoiar, coordenar e executar atividades de educação, pesquisa, monitoramento, controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais, avaliando seus efeitos sobre os ecossistemas, a saúde pública e a atmosfera.

O Decreto Federal nº 2.661/98 estabeleceu normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais e atribuiu ao IBAMA a competência para conceder autorização para a prática da queima controlada, bem como para fiscalizar e monitorar o emprego do fogo de maneira a prevenir incêndios em florestas ou qualquer outra forma de vegetação.

ANEXO 2 - MANUAL AMBIENTAL DE OBRAS

CONJUNTO AMPLO DE MEDIDAS QUE JUSTIFICAM ESTE MANUAL

O Projeto RN Sustentável apresenta algumas características peculiares que, requerem um ordenamento das práticas construtivas a serem desenvolvidas, de forma a garantir uniformidade na aplicação de procedimentos adequados ambientalmente, quais sejam:

- Diversidade construtiva entre as componentes e as tipologias de intervenções definidas;
- Variedade quanto à natureza dos potenciais impactos ambientais identificados, ora afetando a vegetação, ora impactando o solo, a comunidade etc; e,
- Obras curto prazo de implantação e baixo impacto de operação, ocasionando poucas alterações de diante das realidades regionais distintas em face da abrangência do projeto em todo o Estado e as tipologias das componentes.

Com foco na adequada condução das obras do Projeto, requer-se o delineamento de macro diretrizes a serem observadas por todos aqueles atores que, direta ou indiretamente, irão participar do êxito ambiental dos empreendimentos, quais sejam:

- Instituir, como estratégia de gestão geral superior, a Unidade Gestora do Projeto – UGP, atribuindo-lhe competências na coordenação geral, gerenciamento e acompanhamento do Projeto durante sua execução;
- A estratégia de gestão local de todo Projeto será realizada pelas UES, às quais compete: executar as obras e serviços no âmbito do Projeto, subsidiar e dar suporte a UGP, bem como fornecer as informações por ela solicitadas;
- A execução e gestão local serão acompanhadas pela Assessoria de Meio Ambiente da UES e representada por seu coordenador de nível local, que servirá de interface entre a UGP e a UES;
- A Supervisão Ambiental composta por equipe própria ou empresa especializada contratada pela UGP prestará apoio à Assessoria de Meio Ambiente quanto ao planejamento ambiental das obras. Para tanto, deverá apresentar qualificação técnico-ambiental e experiência comprovada na execução de projetos e obras similares;
- Observar os requerimentos ambientais exigidos pela legislação brasileira, bem como, pelos marcos ambientais conceituais do Banco Mundial incidentes no Projeto;
- Adquirir materiais e equipamentos cujas características não propiciem situações de risco ao meio ambiente; e,
- Planejar e implantar as obras, observando-se as diretrizes do Manual Ambiental de Obras.

Planejamento Ambiental de Obras

Corresponde à elaboração de planos antecedentes à obra, onde deverão constar:

- Os métodos de construção propostos para cada tipo de intervenção;
- Planejamento de sua execução;
- Os principais aspectos ambientais a serem considerados e as principais medidas construtivas a serem adotadas. Especial atenção deverá ser dispensada para com o patrimônio histórico de centros urbanos, contatando o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e aplicando-se as demais regras e procedimentos inerentes à sua preservação;
- O início das obras só será autorizado pela UGP após parecer favorável da SEMARH, quanto ao planejamento ambiental de obras.

No caso de a obra vir a ser executada por empresa contratada, esta deverá apresentar a UGP, antes do início das obras, um detalhamento dos serviços, com base: no projeto executivo elaborado, nas diretrizes gerais constantes desse Manual Ambiental de Obras, nos planos de ação e programas constantes nos estudos ambientais, quando necessários ou existentes; e nas licenças de instalação – LI.

Este detalhamento deverá conter:

- As medidas adotadas ou a serem adotadas para cumprimento das exigências e condicionantes de execução de obras constantes na Licença de Instalação – LI, quando for o caso;
- A definição dos locais para implantação de canteiros, áreas de bota-foras e de áreas de empréstimo com as devidas licenças ambientais;
- Planejamento ambiental das obras a serem executadas.

A implantação do Manual Ambiental de Obras tem como característica relevante, a análise prévia do dia-a-dia das obras.

O planejamento ambiental deve ser reavaliado periodicamente, com a seguinte pauta geral:

- Apresentação, pela Equipe de Construção, do planejamento da construção para as semanas seguintes, de forma global e detalhada com os aspectos ambientais relevantes relacionados aos serviços a serem executados nas semanas seguintes, de forma detalhada;
- Outros assuntos relacionados, tais como a situação do licenciamento e fiscalização pelo órgão ambiental, andamento de outros planos ou programas ambientais específicos etc.;
- Planejamento Ambiental deve prever e requerer que, durante a execução das obras, o acompanhamento dos aspectos ambientais seja realizado por meio de uma série de relatórios periódicos. Esses, de periodicidade mensal, devem contemplar as realizações quantitativas nos aspectos ambientais, subsidiando as medições dos serviços contratados, quando se aplicar.

Recomenda-se que os relatórios para acompanhamento disponham, sempre que possível, de registros fotográficos da evolução das obras e das medidas e planos de ação socioambientais.

Execução Ambiental de Obras

ARMAZENAGEM DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Sendo as intervenções previstas predominantemente em áreas rurais, convém manterem-se os estoques de materiais e equipamentos no próprio local da obra e/ou da empresa construtora contratada.

Na eventual necessidade de se alocar alguns itens específicos de materiais e equipamentos na proximidade das obras, deve-se prever a definição de um pequeno local para sua estocagem, desde que provido de vigilância permanente e que se adotem todas as medidas necessárias a uma adequada prevenção ambiental.

TRANSPORTE DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

As operações de transporte de materiais e equipamentos necessários às obras devem ser realizadas de acordo com as disposições das autoridades responsáveis pelo trânsito. Ruas, estradas ou mesmo caminhos de acesso não devem ser obstruídos. O transporte deve ser feito de forma a não constituir perigo para o trânsito normal de veículos.

Medidas Preventivas

- Treinamento dos recursos humanos envolvidos;
- Procedimentos específicos para atividades relevantes; e,
- Materiais e equipamentos, especificados de acordo com as normas em vigor.

Para tanto, deve-se:

- Instruir a equipe de obras na operação e manutenção dos equipamentos de construção, para evitar a descarga ou derramamento de combustível, óleo ou lubrificantes, acidentalmente.

- Preparar uma lista sobre o tipo, quantidade, local de armazenamento de contenção e material de limpeza para ser usado durante a construção. A lista deve incluir procedimentos e medidas para minimizar os impactos no caso de derramamento.
- Realizar um inventário dos lubrificantes, combustíveis e outros materiais que possam acidentalmente ser derramado durante a construção.

Medidas Corretivas

- Em caso de derramamento de óleos combustíveis e lubrificantes, a prioridade mais imediata é a contenção. O derramamento deve ser mantido no local, sempre que possível.
- Procedimentos de limpeza devem ser iniciados assim que o derramamento for contido. Em nenhuma circunstância deve-se usar o equipamento de contenção para armazenar material contaminado. Em caso de derramamento, deve-se notificar a Assessoria de Meio Ambiente da UGT e a Coordenação da UGP, através de seu Responsável Ambiental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS TRABALHADORES E CÓDIGO DE CONDUTA

Antes do início das obras, devem ser implementadas ações de educação ambiental no âmbito das intervenções, as quais deverão ensinar e mostrar, conscientizar e prover as ferramentas necessárias para que os trabalhadores, e gerentes envolvidos na obra possam cumprir todas as medidas de proteção ambiental planejadas para a construção.

Essas ações devem cobrir todos os tópicos ambientais, exigências e problemas potenciais do início ao término dos serviços. O método deve contemplar a utilização de uma apresentação sucinta, objetiva e clara de todas as exigências e restrições ambientais e das correspondentes medidas de proteção, restauração, mitigação e corretivas, no campo.

As atribuições dos responsáveis pelas ações de gestão ambiental devem ser descritas de forma a enfatizar suas responsabilidades e autoridade. As responsabilidades de cada trabalhador e sua respectiva especialidade devem ser definidas de forma objetiva.

Um dos principais impactos que deve ser gerenciado é o contato entre os trabalhadores e a comunidade local, além do comportamento desses trabalhadores frente ao meio ambiente.

Justifica-se, assim, a emissão de normas de conduta, bem como a promoção de atividades educacionais, para a manutenção de bom relacionamento com as comunidades.

Deve ser requerido dos trabalhadores o cumprimento das normas de conduta e a obediência a procedimentos de saúde e de diminuição de resíduos, nas frentes de trabalho, como os relacionados a seguir:

- Os trabalhadores devem obedecer às diretrizes de geração de resíduos e de saneamento. Assim, deve ser observada a utilização de sanitários (é bastante comum a sua não utilização) e, principalmente, verificado o não-lançamento de resíduos no meio ambiente, tais como recipientes e restos de refeições; e,
- Os trabalhadores devem ser informados dos limites de velocidade de tráfego dos veículos e da proibição expressa de tráfego em velocidades que comprometam a segurança das pessoas, equipamentos, animais e edificações.

SAÚDE E SEGURANÇA

É possível antever alguns tipos de acidentes que podem ocorrer em obras de natureza semelhante às intervenções propostas pelo Projeto: da utilização (ou da não utilização) de equipamentos e ferramentas;

lesões causadas por animais selvagens ou peçonhentos; doenças causadas por vetores transmissores, parasitas intestinais, dentre outros.

Definem-se como objetivos gerais de Saúde e Segurança:

- Promover as condições de preservação da saúde e segurança de todos os envolvidos nas obras;
- Dar atendimento às situações de emergência;
- Ampliar o conhecimento sobre prevenção da saúde e de acidentes, aos trabalhadores vinculados às obras;
- Definir diretrizes para atuação das construtoras no controle de saúde dos seus funcionários, garantindo a aplicabilidade do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – Portaria no 3.214, de 08/06/78, NR-07, do Ministério do Trabalho; e,
- Atender às ações discriminadas na Norma Técnica Complementar de Medicina e Segurança do Trabalho.

A UGP e/ou empresa construtora terá, também, as seguintes responsabilidades:

- Exigir dos fornecedores dos equipamentos de proteção individual o certificado de aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- Cuidar para que os responsáveis pelo pessoal da obra instrua com detalhes as tarefas dos seus subordinados, objetivando maior eficiência e menor número de acidentes.

GERENCIAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS

As ações de Gerenciamento e Disposição de Resíduos têm como objetivo básico assegurar que a menor quantidade possível de resíduos (sólidos ou sanitários) seja gerada durante a implantação das obras e que esses resíduos sejam adequadamente coletados, estocados e dispostos, de forma a não resultar em emissões de gases, líquidos ou sólidos que representem impactos significativos sobre o meio ambiente.

Resíduos Sólidos

O gerenciamento ambiental dos resíduos sólidos está baseado nos princípios da redução na geração, na maximização da reutilização e da reciclagem e na sua apropriada disposição.

A construção deve contar com uma sistemática de coleta de resíduos sólidos, os quais devem ser devidamente recolhidos, acondicionados e transportados de volta ou colocados em locais próprios para serem recolhidos pelo sistema público de coleta e disposição.

No transporte de entulho e lixo, para evitar a perda do material transportado deve ser evitado o excesso de carregamento dos veículos, além de ser mantida uma fiscalização dos cuidados necessários no transporte.

A disposição final do entulho de obra deve considerar o que preconiza a Resolução CONAMA 307/2002, alterada pela Resolução 348/2004 e 448/2012, disciplina o gerenciamento dos resíduos sólidos da construção civil, atribuindo responsabilidades aos grandes geradores e ao poder público municipal. Apresentam-se, a seguir, alguns aspectos relevantes para este Relatório.

Resolução 307 de 05 de julho de 2002	Resolução 348 de 16 de agosto de 2004
Art. 2º: IV - Classe D - são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.	IV - Classe D: são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

Resolução 307 de 05 de julho de 2002	Resolução 448 de 18 de janeiro de 2012
Art. 2º: IX - Aterro de resíduos da construção civil: é a área onde serão empregadas técnicas de disposição de resíduos da construção civil Classe "A" no solo, visando a preservação de materiais segregados de forma a possibilitar seu uso futuro e/ou futura utilização da área, utilizando princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente; X - Áreas de destinação de resíduos: são áreas destinadas ao beneficiamento ou à disposição final de resíduos.	IX - Aterro de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros: é a área tecnicamente adequada onde serão empregadas técnicas de destinação de resíduos da construção civil classe A no solo, visando a preservação de materiais segregados de forma a possibilitar seu uso futuro ou futura utilização da área, utilizando princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente e devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente; X - Área de transbordo e triagem de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATT): área destinada ao recebimento de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, para triagem, armazenamento temporário dos materiais segregados, eventual transformação e posterior remoção para destinação adequada, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos; XI - Gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma da Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010; XII - Gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.
Art. 4º: Os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final. § 1º Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei, obedecidos os prazos definidos no art. 13 desta Resolução. § 2º Os resíduos deverão ser destinados de acordo com o disposto no art. 10 desta Resolução.	"Art. 4º Os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. "§ 1º Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei.
Art. 5º: É instrumento para a implementação da gestão dos resíduos da construção civil o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a ser elaborado pelos Municípios e pelo Distrito Federal, o qual deverá incorporar: I - Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil; e II - Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.	"Art. 5º É instrumento para a implementação da gestão dos resíduos da construção civil o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, a ser elaborado pelos Municípios e pelo Distrito Federal, em consonância com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos."
Art. 6º: Deverão constar do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil: I - as diretrizes técnicas e procedimentos para o	"Art. 6º Deverão constar do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil: I - as diretrizes técnicas e procedimentos para o

Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e para os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil a serem elaborados pelos grandes geradores, possibilitando o exercício das responsabilidades de todos os geradores. II - o cadastramento de áreas, públicas ou privadas, aptas para recebimento, triagem e armazenamento temporário de pequenos volumes, em conformidade com o porte da área urbana municipal, possibilitando a destinação posterior dos resíduos oriundos de pequenos geradores às áreas de beneficiamento; III - o estabelecimento de processos de licenciamento para as áreas de beneficiamento e de disposição final de resíduos; IV - a proibição da disposição dos resíduos de construção em áreas não licenciadas; V - o incentivo à reinserção dos resíduos reutilizáveis ou reciclados no ciclo produtivo; VI - a definição de critérios para o cadastramento de transportadores; VII - as ações de orientação, de fiscalização e de controle dos agentes envolvidos; VIII - as ações educativas visando reduzir a geração de resíduos e possibilitar a sua segregação.	exercício das responsabilidades dos pequenos geradores, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local e para os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil a serem elaborados pelos grandes geradores, possibilitando o exercício das responsabilidades de todos os geradores;" III - o estabelecimento de processos de licenciamento para as áreas de beneficiamento e reservação de resíduos e de disposição final de rejeitos;"
Art. 8º: Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil serão elaborados e implementados pelos geradores não enquadrados no artigo anterior e terão como objetivo estabelecer os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente adequados dos resíduos. § 1º O Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, de empreendimentos e atividades não enquadrados na legislação como objeto de licenciamento ambiental, deverá ser apresentado juntamente com o projeto do empreendimento para análise pelo órgão competente do poder público municipal, em conformidade com o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. § 2º O Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil de atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, deverá ser analisado dentro do processo de licenciamento, junto ao órgão ambiental competente.	"Art. 8º Os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil serão elaborados e implementados pelos grandes geradores e terão como objetivo estabelecer os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente adequados dos resíduos. § 1º Os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, de empreendimentos e atividades não enquadrados na legislação como objeto de licenciamento ambiental, deverão ser apresentados juntamente com o projeto do empreendimento para análise pelo órgão competente do poder público municipal, em conformidade com o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil. § 2º Os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil de empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental deverão ser analisados dentro do processo de licenciamento, junto aos órgãos ambientais competentes."
Art. 9º: Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil deverão contemplar as seguintes etapas: I - caracterização: nesta etapa o gerador deverá identificar e quantificar os resíduos; II - triagem: deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas no art. 3º desta Resolução; III - acondicionamento: o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem; IV - transporte: deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas	"Art. 9º Os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil deverão contemplar as seguintes etapas:

técnicas vigentes para o transporte de resíduos; V - destinação: deverá ser prevista de acordo com o estabelecido nesta Resolução.	
Art. 10º: Os resíduos da construção civil deverão ser destinados das seguintes formas: I - Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; II - Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; III - Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas. IV - Classe D: deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.	"Art. 10. Os resíduos da construção civil, após triagem, deverão ser destinados das seguintes formas: I - Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros; IV - Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
Art. 11º: Fica estabelecido o prazo máximo de doze meses para que os municípios e o Distrito Federal elaborem seus Planos Integrados de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil, contemplando os Programas Municipais de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil oriundos de geradores de pequenos volumes, e o prazo máximo de dezoito meses para sua implementação.	"Art. 11. Fica estabelecido o prazo máximo de doze meses, a partir da publicação desta Resolução, para que os municípios e o Distrito Federal elaborem seus Planos Municipais de Gestão de Resíduos de Construção Civil, que deverão ser implementados em até seis meses após a sua publicação. Parágrafo único. Os Planos Municipais de Gestão de Resíduos de Construção Civil poderão ser elaborados de forma conjunta com outros municípios, em consonância com o art. 14 da Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010." (NR)

Art. 13. No prazo máximo de dezoito meses os Municípios e o Distrito Federal deverão cessar a disposição de resíduos de construção civil em aterros de resíduos domiciliares e em áreas de "bota fora".

Resíduos Sanitários

Com relação aos resíduos sanitários, havendo infraestrutura no local das obras, os efluentes líquidos gerados só devem ser despejados diretamente nas redes de águas servidas, após uma aprovação prévia da concessionária com o serviço público.

Não existindo infraestrutura, devem ser previstas instalações completas para o tratamento dos efluentes sanitários e águas servidas por meio de fossas sépticas, atendendo aos requisitos da norma brasileira NBR 7229/93, da ABNT.

Resíduos de Serviços de Saúde

Em caso de investimentos em Unidades de Saúde apoiados pelo Projeto RN Sustentável, os projetos deverão atender as seguintes recomendações:

- Todos os projetos apoiados deverão estar de acordo com a Resolução CONAMA 358/05 e os demais normativos mais específicos, como legislações estaduais e municipais se houver;
- Todas as Unidades de Saúde apoiadas pelo Projeto deverão ter elaborado e implementado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde, conforme estabelece a Resolução CONAMA 385/05 e Lei 12.305/10.

CONTROLE DE RUÍDO

Várias atividades previstas no contexto da implantação das obras poderão gerar alteração dos níveis de ruído, entre as quais betoneira, serras, trânsito de caminhões, entrega de materiais e transporte de pessoal.

O ruído e as vibrações provenientes da execução dessas atividades deverão ser minimizados. Deve ser evitado o trabalho no horário noturno (das 22 até as 7 horas).

Deverão ser consideradas as características de uso dos locais de intervenção, os principais equipamentos previstos nas obras e suas características de emissão de ruído, de modo a atender à legislação vigente: CONAMA 1/90, Norma ABNT NBR 10151 e legislações municipais correspondentes.

Da avaliação preliminar, poderão ser adotadas medidas para minimização e controle dos níveis de ruído, tais como restrição de horários de operação, tapumes etc., sejam:

- Padrão Primário – Concentrações que, se ultrapassadas poderão afetar a saúde da população.
- Padrão Secundário – Concentrações abaixo das quais se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem estar da população bem como o mínimo dano à fauna e à flora.

Especificações Construtivas em Obras

CANTEIRO DE OBRAS

Trata-se de instalação provisória cuja escolha do local deverá considerar os seguintes aspectos:

- Local deve ser de fácil acesso, livre de inundações, ventilado e com insolação adequada;
- Não serão permitidos grandes desmatamentos deverão ser mínimo, procurando-se preservar as árvores de grande porte;
- Deve-se escolher locais onde não serão necessários grandes movimentos de terra; e,
- A localização dos canteiros, o planejamento de suas instalações e as rotinas de operação devem levar em conta as características das comunidades locais.

Ações de comunicação social devem ser realizadas para conhecer as peculiaridades locais, promovendo o diálogo com as comunidades sobre as atividades que ali serão desenvolvidas e informando-as, dentre outros temas, sobre:

- Os benefícios do empreendimento e os riscos potenciais das atividades de construção;
- A localização do canteiro que deverá ser licenciada pelo órgão de meio ambiente, conforme a legislação vigente.

A escolha dos locais para implantação do canteiro deve contar com a participação direta da UGP/UES, para propiciar a integração dessas instalações com a infraestrutura existente.

Deve ser evitada a implantação de obras e canteiros próximos a unidades de conservação, áreas de preservação permanente e áreas com cobertura natural preservada. Para instalação do canteiro deve-se, preferencialmente, escolher área já alterada.

O planejamento das instalações das obras e dos canteiros deve considerar a previsão, quando do término da obra, do possível aproveitamento da infraestrutura pela comunidade local.

Deve-se solicitar o apoio da UES e líderes comunitários locais para cadastrar a mão-de-obra local disponível para as obras, priorizando-se o seu recrutamento, reduzindo assim o contingente de trabalhadores de fora da região e, ao mesmo tempo, diminuindo a estrutura de apoio às obras (alojamentos, sanitários, lixo etc.). Este

procedimento contribui, também, para evitar a veiculação de doenças transmissíveis e minimizar os problemas de aumento da prostituição e da violência, dentre outros.

O tráfego de caminhões e de equipamentos deve se restringir aos horários que causem a menor perturbação na vida cotidiana da população.

O canteiro deve atender às diretrizes da Legislação Brasileira de Segurança e Medicina no Trabalho, especialmente o Plano de Emergência Médica e Primeiros Socorros, para eventuais remoções de acidentados para hospital da região.

Os operários deverão dispor dos equipamentos adequados de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho.

Não deverá ser permitido o abandono da área de obra e do canteiro sem recuperação do uso original, nem o abandono de sobras de materiais de construção, de equipamentos ou partes de equipamentos inutilizados. Os resíduos devem ser acondicionados em locais apropriados, os quais devem receber tratamento adequado, conforme suas características.

A documentação fotográfica, retratando a situação original das áreas do canteiro e das obras, é essencial para a restauração correta dos espaços originais, quando exigido.

Além da restauração definitiva das instalações eventualmente danificadas pela obra, os serviços devem englobar a execução de proteção vegetal nas áreas alteradas, de forma a garantir a estabilidade do terreno, dotando as obras de uma proteção permanente.

DESMOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS

Toda a infraestrutura apresentada para ser utilizada durante as construções deverá ser realocada e removida ao final da obra.

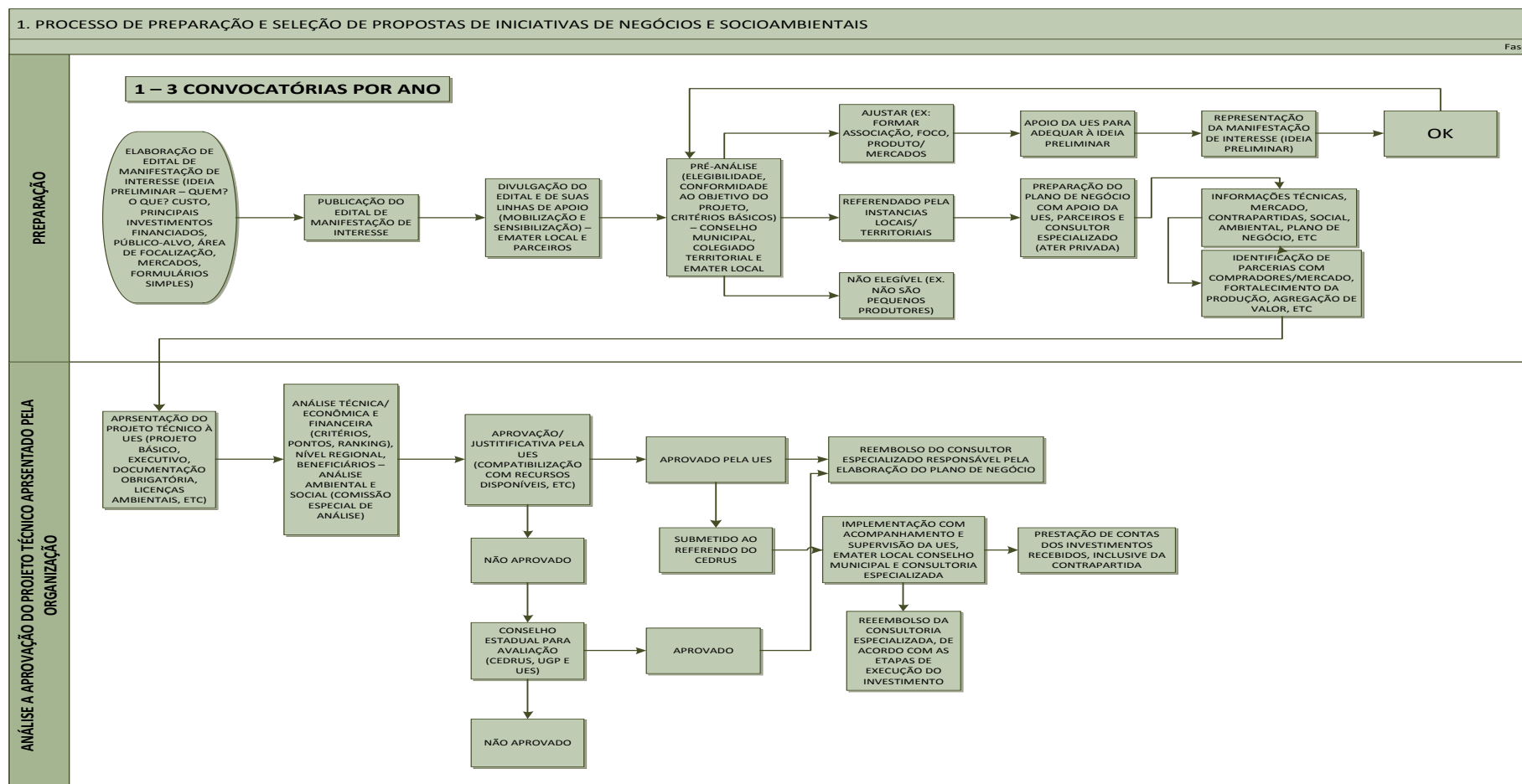
Para esta atividade deverão ser instrumentalizadas as etapas de remoção de operários e equipamentos associados com depósitos de combustível (incluindo a camada de solo contaminada), equipamentos de oficinas e garagem de caminhões e tratores.

Durante e após a duração das obras pode ocorrer à degradação de uso do solo causada pela exploração de ocorrências de materiais de construção, abandono de áreas utilizadas em instalações provisórias, disposição inadequada de bota-fora de materiais removidos, falta de limpeza das áreas exploradas e/ou utilizadas em instalações. Diante disso não será permitido o abandono da área de acampamento sem recuperação do uso original; bem como o abandono de sobras de materiais de construção, de equipamentos ou partes de equipamentos inutilizados. Os resíduos de concreto devem ser acondicionados em locais apropriados, os quais devem receber tratamento adequado.

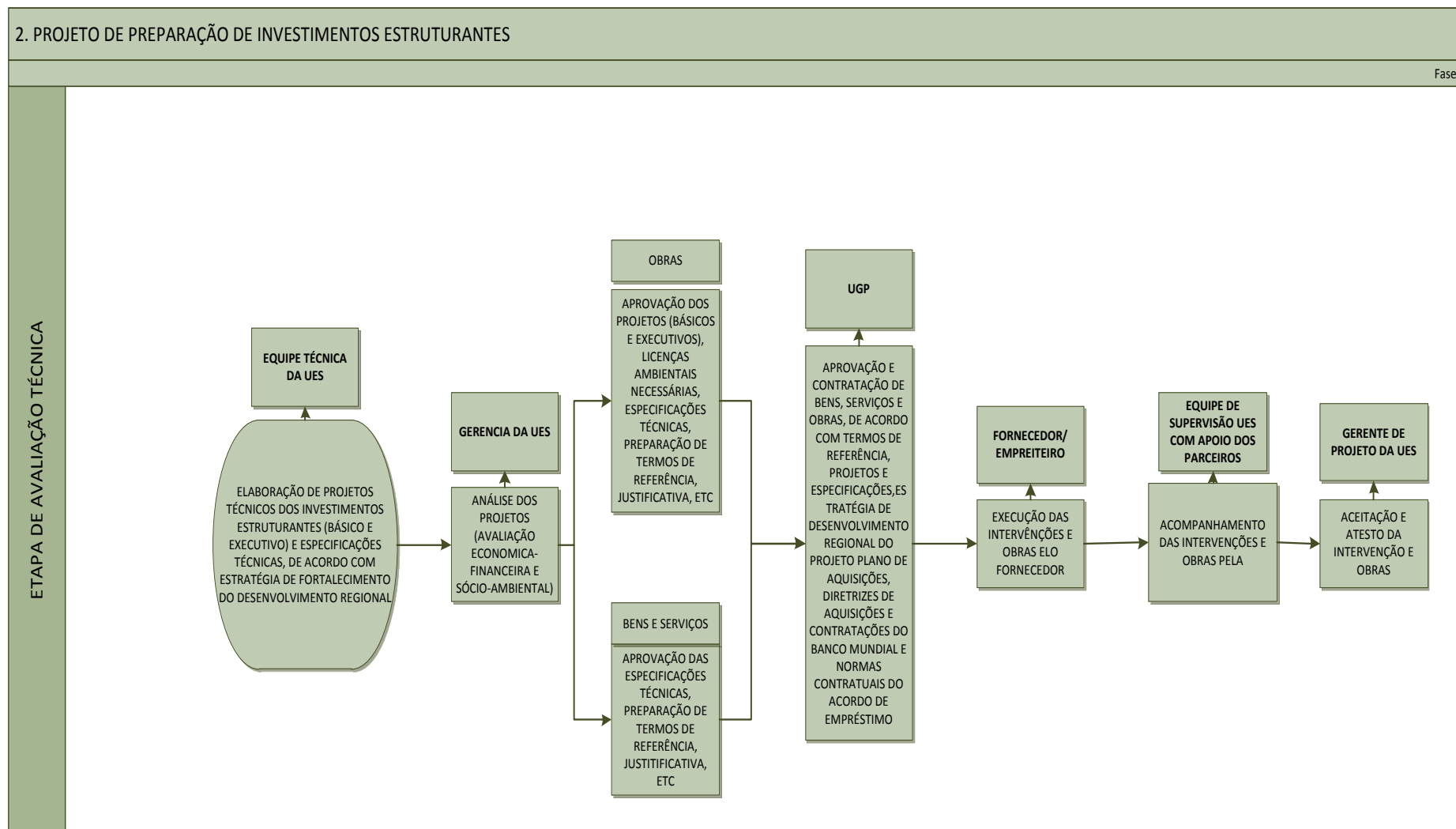
As áreas de canteiros de obras que não forem utilizadas posteriormente para outro fim devem ser reflorestadas:

- O tratamento paisagístico a ser dado às áreas dos caminhos de serviços, após a conclusão das obras, consiste em espalhar o solo vegetal estocado durante a construção, regularizar o terreno e reflorestar com gramíneas e espécies nativas.

ANEXO 3 - PROCESSO DE SELEÇÃO E PREPARAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INICIATIVAS DE NEGÓCIOS E SOCIOAMBIENTAIS



ANEXO 4 - CICLO DE APROVAÇÃO DOS INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES



ANEXO 5 – MATRIZ DE RESPONSABILIDADES NO PROJETO RN SUSTENTÁVEL

COMPONENTES ATIVIDADES				ATORES/INSTITUIÇÕES IMPLEMENTADORAS E EXECUTORAS																
♦ = Responsabilidade Geral pela Atividade ¥ = Implementador Primário (co-executor) ○ = Implementador Parceiro da Atividade ⊖ = Executor Direto dos Investimentos Financeiros	SEPLAN/ UGP	SAPE	SETHAS	SETUR	SEDEC	DER	SESAP	SEEC	SEARH	GOVERNO ESCOLAR DE	SIN	SESED	EMATER REGIONAL	CAERN	IDEMA	SEMARH	CAIXA ESCOLAR	BENEFICIÁRIO	FORNECEDOR	
	COMPONENTE 1 – INVESTIMENTOS SOCIOECONÔMICOS SUSTENTÁVEIS VOLTADOS À INCLUSÃO PRODUTIVA																			
	Projetos de Iniciativas de Negócios Sustentáveis	♦	¥	¥										○		○	○		⊖	
	Projetos Socioambientais	♦		¥										○	○	○	○		⊖	
	Projetos Estruturantes de Desenvolvimento Regional	♦	¥	¥	¥	¥	¥					○				○	○			⊖
	Fortalecimento da Governança	♦	¥	¥	¥	¥	¥													
	Estudos, Diagnósticos e Planos	♦	¥	¥	¥	¥								○						⊖
	Mobilização e Sensibilização	♦	¥	¥	¥	¥	¥							○						⊖
	Assistência Técnica Especializada	♦	¥	¥																⊖
	Capacitação e Formação	♦	¥	¥	¥						○			○						⊖
Divulgação e Marketing	♦	¥	¥	¥	¥	¥							○						⊖	
COMPONENTE 2 – MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS																				
1.1. Subcomponente - Atenção à Saúde	♦						¥				○								⊖	

Projetos Estruturantes de Saúde	♦						¥				○				○				⊖
Apoio ao Fortalecimento da Governança	♦						¥			○									⊖
1.2. Subcomponente - Melhoria da Qualidade da Educação Básica	♦							¥									⊖		⊖
Projetos de Inovação Pedagógica (PIP)	♦							¥									⊖		
Projetos Estruturantes de Educação	♦							¥			○				○				⊖
Apoio ao Fortalecimento da Governança	♦	○	○					¥		○			○						⊖
1.3. Subcomponente - Melhoria da Segurança Pública e da Defesa Social	♦¥								○			○							⊖
Fortalecimento da Governança	♦¥								○			○							⊖
COMPONENTE 3 – GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO																			
Atividade 3.1 - Concepção, desenvolvimento e implantação de um modelo integrado de planejamento	♦¥						○	○				○							⊖
Apoio à Implementação do Projeto	♦¥	○	○	○	○	○	○	○	○										⊖
Atividade 3.2 - Reestruturação da máquina administrativa do Estado	♦¥						○	○				○							⊖
Atividade 3.3 - Implantação de modelo de gestão de recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos	♦○						○	○	¥		○	○							⊖

ANEXO 6 – COMUNIDADES TRADICIONAIS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E CIGANOS NO ESTADO

Indígenas

O principal garantidor da autonomia das populações indígenas é seu território. Direito reconhecido pela Constituição. No Rio Grande do Norte ainda não há terras indígenas demarcadas. Permanece o desafio de demarcar terras, onde a presença de não índios dificulta os processos.

Estudos vêm acontecendo e aprofundando estas questões, mostrando com maior exatidão números, locais e demais aspectos relativos a esta temática, notadamente no foco da inclusão social. O mesmo acontece junto aos pesquisadores do Estado, que ressaltam, que nos censos de 1991 e 2000 também chamaram a atenção devido aos seus indicadores, quais sejam: 394 e 3.168 respectivas auto declarações indígenas em todo o território norte-rio-grandense. Cabe tomar estas quantificações com ressalvas, já que sozinhas não expressariam as situações diversas que aparentemente representam.

Para garantir o cumprimento da Política Operacional 4.10 – Povos Indígenas, o RN Sustentável aprofundou a questão elaborando o Documento “Marco Conceitual dos Povos Indígenas” (vide Volume 2 deste Relatório) apresentando as diretrizes para participação destas comunidades, como documento complementar. Este documento apresenta o perfil social, econômico, cultural, político demográfico dos povos indígenas do RN, que poderá orientar as estratégias de atendimento a esses povos, no âmbito do Projeto.

Quilombolas

O negro africano chegou à província do Rio Grande no início do século XVII, vindo de Pernambuco, para trabalhar, como escravo, nos engenhos de cana-de-açúcar. A ocupação do interior e o seu povoamento efetivou-se durante o século seguinte, num processo marcado pelo extermínio dos indígenas e pelo ingresso da população negra escrava.

No Rio Grande do Norte, apesar da historiografia afirmar a pouca presença dos escravos, os seus descendentes estão espalhados por todas as regiões, compondo um conjunto de dezenas de comunidades negras rurais. Esses grupos, vivendo situações variadas e complexas, apresentam elementos comuns no que diz respeito à relação com a terra, à consanguinidade, ao passado histórico e às alianças e aos confrontos com a sociedade do entorno. (Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-RN-2007).

C	Município	Código do IBGE	Comunidade	Data de Publicação
RN	Parelhas	2408904	Boa Vista dos Negros	04/06/2004
RN	Poço Branco	2410108	Acauã	10/12/2004
RN	Tibau do Sul	2414209	Sibaúma	08/06/2005
RN	Lagoa Nova	2406502	Macambira	19/08/2005
RN	Pamamirim	2403251	Sítio Moita Verde	12/05/2006
RN	Currais Novos	2403103	Negros do Riacho	07/06/2006
RN	Bom Jesus	2401701	Sítio Grossos	13/12/2006
RN	Bom Jesus	2401701	Sítio Pavilhão	13/12/2006
RN	Patu	2409308	Jatobá*	13/12/2006
RN	Pedro Avelino	2409704	Aroeira	13/12/2006
RN	Portalegre	2410207	Sítio Arrojado / Engenho	07/02/2007
RN	Portalegre	2410207	Sítio Lajes	07/02/2007
RN	Portalegre	2410207	Sítio Pega	07/02/2007
RN	Portalegre	2410207	Sítio Sobrado	07/02/2007
RN	Macaíba	2407104	Capoeiras	13/03/2007
RN	São Tomé	2412906	Gameleira de Baixo	05/05/2009
RN	Ielmo Maranhão	2404606	Nova Descoberta	19/11/2009
RN	Ipanema	2404705	Picadas	04/11/2010
RN	Touros	2414407	Baixa do Quinquim	04/11/2010
RN	Touros	2414407	Geral	04/11/2010
RN	Assú	240020	Bela Vista do Piató	11/05/2011
Total				21

Podemos constatar a distribuição geográfica das 21 Comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Observa-se a ocorrência de 04 quilombos no município de Porta Alegre, certificados em 2007. Registra-se como a primeira comunidade Quilombola a ser certificada no RN, a Comunidade de Boa Vista dos Negros, localizada no município de Parelhas. A mais recente certificação foi a da Comunidade Bela Vista do Piatô, em Assu, em maio de 2011.

Como agente mediador na organização e mobilização das comunidades negras a Kilombo vem contribuindo tanto pra sua visibilidade como para que estas comunidades demandem aos poderes em âmbito da união, estado e municipais do RN, a formulação e implementação de políticas públicas sociais. A Kilombo elaborou um documento em que registra cerca de 40 comunidades negras rurais existentes no RN.

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais transitórias, da Constituição federal de 1988, identifica como sujeitos de direito, os “remanescentes das comunidades dos quilombos”, ficando ao Estado a responsabilidade de “conferir-lhes os títulos definitivos de propriedade”, conforme já discurremos anteriormente. O Decreto 4.887 regulamenta o artigo 68 do ADCT da Constituição federal, definindo competências, atribuições e procedimentos para a sua execução. A Instrução Normativa 20/2005 do INCRA requer a elaboração de um relatório antropológico que oriente os procedimentos de delimitação, demarcação e titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos.

Cabe salientar que o artigo 3º da Instrução normativa 20/2005, concebe grupo-étnico-raciais, segundo critérios de auto definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Este princípio também está presente no documento da Convenção 169 da OIT.

A Constituição apresenta amparo legal para as questões da terra e a cultura e mais do que isso, o estado brasileiro se assume como estado pluriétnico. O direito dos quilombolas a terra está diretamente associado ao direito à preservação de sua cultura e organização social específica.

No entanto, em um rápido olhar econômico e social percebe-se que na maioria das comunidades as atividades concentram-se na economia agrícola, no cultivo de mandioca, feijão e milho. É prática comum o corte de cana-de-açúcar diário. Alguns quilombos têm entre suas principais atividades econômicas os serviços de cerâmica, agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte.

Um elevado número de crianças quilombolas tem dificuldades para frequentar os bancos escolares; as unidades educacionais estão longe das residências, os meios de transporte são insuficientes e as condições de infraestrutura precárias; poucas possuem água potável e as instalações sanitárias são inadequadas. O currículo escolar está longe da realidade destes meninos e meninas, que raramente identificam sua história, sua cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos. Os professores não são formados adequadamente e em número insuficiente para atender demanda (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Relatório Nacional de Acompanhamento, 2010; Programa Brasil Quilombola – 2012).

Por fim, é necessário ressaltar que é visível a exclusão social de grande parte desses cidadãos. Em uma sociedade onde a realidade é da existência de uma grande concentração da riqueza, a luta por cidadania se torna fundamental. Percebe-se também, neste estudo, que a efetivação das políticas públicas para dar suporte aos direitos inalienáveis do cidadão, como acesso à saúde e educação de qualidade, emprego e geração de renda, ainda não são suficientes para o atendimento às demandas das Comunidades Quilombolas.

Ciganos

Pelo Decreto nº6.040, de 7 de fevereiro de 2007, outras formas de organização social foram incluídas na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. De acordo com o decreto em seu parágrafo 3º, os povos ciganos recebem a seguinte definição: “Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tal, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Além de diferenças de língua e cultura, há também diferenças de aspecto econômico e social. Muitos ciganos sedentários têm empregos assalariados, em lojas, fábricas e/ou instituições públicas. A maioria dos ciganos nômades e seminômades, por outro lado, tem dificuldade para encontrar emprego qualificado. Nesses grupos, os homens comumente atuam como vendedores ambulantes de produtos diversos. As mulheres, por sua vez, costumam vender panos de prato, roupas, além de lerem as linhas da mão e praticarem a cartomancia. Muitas também se dedicam à arte.

Com a criação do Conselho Nacional do Cigano - CONACI, a comunidade cigana terá mais acesso ao Governo Federal e poderá garantir melhorias sociais para seu povo.

O Ministério da Saúde, reconhecendo a especificidade da cultura cigana, fez constar na Portaria que regulamenta o cadastramento dos usuários do SUS - o Cartão SUS, uma cláusula que dispensa a população cigana de comprovação de endereço:

“Art. 19 - Durante o processo de cadastramento deverá ser solicitado o endereço do domicílio permanente do usuário, independentemente do município no qual esteja no momento do cadastramento ou do atendimento”.

§ “1º – Não estão incluídos nessa exigência os ciganos nômades e os moradores de rua.” Portaria 940, de 28 de abril de 2011.

Grupo de Trabalho Interministerial Cigano – GTI/Cigano propôs ampliar o levantamento sobre as condições de saúde da população cigana iniciadas em 2010 com populações acampadas, e também a formação de uma rede de apoio do Ministério da Saúde com as secretarias de saúde dos municípios e o Programa Saúde da Família, para que ofereçam cobertura às necessidades específicas em saúde dos ciganos acampados ou em rotas.

Os ciganos no Estado do Rio Grande do Norte, segundo o Programa de Erradicação da Pobreza/ RN (2009), grupos de ciganos estão em alguns municípios: Florânia, Cruzeta e João Câmara, além de alguns bairros da periferia da cidade do Natal, como Nova Natal, Golandim, Novo Horizonte, e Parque Industrial. Estima-se que residam em Florânia, cerca de 200 famílias, distribuídas nos bairros de Rainha do Prado, Bugi e bairro Paz e Amor.

A demanda desta população por políticas públicas específicas para melhorar a qualidade de vida, respeitando suas peculiaridades culturais, é uma das principais reivindicações dos povos ciganos.

ANEXO 7 – RELATÓRIO DAS CONSULTAS PÚBLICAS AO PROJETO RN SUSTENTÁVEL

Durante o processo de construção do Projeto foram realizadas Consultas Públicas com o objetivo de reunir os principais grupos sociais beneficiários e/ou potencialmente afetados, cuja participação é refletida na Lista de Presenças, em resposta à divulgação midiática e à programação a seguir.

1. Divulgação das Consultas Públicas

A divulgação da consulta pública foi realizada da seguinte forma:

- i. Divulgação na mídia do Estado, por intermédio de jornais, rádio e meios de comunicação adequados;
- ii. Contato telefônico da UGP e UES, e via e-mail com lideranças comunitárias, autoridades, instituições, associações, ONGs, empreendedores locais e outros atores de interesse para participação e divulgação da Consulta.
- iii. Publicação da íntegra do Estudo de Avaliação de Impacto Socioambiental do Projeto no sítio da SEPLAN/RN, para leitura e sugestões dos beneficiários e potenciais afetados na rodada de consultas programada: http://www.seplan.rn.gov.br/paginas/noticias/detalhe_noticias.aspx?coNoticia=427

2. Programação de Consultas Públicas

1ª Rodada

Conselhos Territoriais

Local: Auditório do STTR em Açú/RN

Data: 01/08/12

Horário: 09 horas

Conselhos Territoriais

Local: Associação SOS Piquiri em Pedro Velho/RN

Data: 01/08/12

Horário: 15 horas

Conselhos Territoriais

Local: Auditório da ATOS em Caraúbas/RN

Data: 03/08/12

Horário: 09 horas

Conselhos Territoriais

Local: Câmara Municipal em São Paulo do Potengi/RN

Data: 03/08/12

Horário: 16 horas

Território do Seridó

Local: Clube Municipal de Acari

Data: 08/08/12

Horário: 09 horas

Povos Indígenas

Local: Auditório SEPLAN/RN

Data: 24/10/12

Horário: 10 hs

2ª Rodada – Apresentação do Relatório AISA

Município de Pau dos Ferros/RN

Local: Auditório do IFRN/RN

Data: 20/11/12

Horário: 09 horas

Município de João Câmara/RN

Local: Auditório do IFRN/RN

Data: 22/11/12

Horário: 09 horas

Município de Caicó/RN

Local: Auditório do IFRN/RN

Data: 23/11/12

Horário: 09 horas

3. Resultado das Consultas Públicas

Em todas as Consultas havidas registrou-se a presença de autoridades governamentais interessadas ou seus representantes, ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais, agricultores, representantes de associações comunitárias e técnicos da UES. Perfizeram um total de 481 participantes, nas duas rodadas de discussão do Projeto, bem como de apresentação do AISA, abrangendo os 10 territórios do Estado, no âmbito do RN Sustentável.

O contexto geral das discussões girou em torno de: (i) papel dos conselhos (CMD), (ii) assistência técnica especializada e continuada aos projetos, (iii) fortalecimento das informações e comunicação das ações, e (iv) fortalecimento da articulação regional para o controle social do Projeto.

Durante a realização das Consultas Públicas discutiram-se: as linhas de investimentos do Projeto, seus componentes e subcomponentes sob os cuidados, prevenção e avaliação na atenuação de possíveis impactos negativos sobre os recursos naturais, culturais, e sociais, e atenção permanente a política de salvaguardas, com ênfase na participação e controle social. Ressalta-se que a realização das Consultas do AISA além de discutir o referido relatório, foi mais uma oportunidade de informação e divulgação do Projeto. Em geral, a expressão dos participantes foi bastante clara acerca da identificação das salvaguardas em garantir a participação e controle social, assim como em relação aos aspectos ambientais, manifestando apoio às ações do projeto, destacando as seguintes observações: (i) inclusão de atividades vinculadas a piscicultura, (ii) interiorização do turismo, (iii) transparência e clareza dos editais e nos critérios de manifestação de interesse, e (iv) investimento em capacitação dos beneficiários diretos do Projeto.

No sentido de dar continuidade ao fortalecimento da participação social no Projeto, a equipe social da UGP continuou discutindo nos territórios o papel e formalização dos conselhos municipais no âmbito do Projeto RN Sustentável, e na sequência, permanecem a realização de reuniões com os prefeitos para maior fortalecimento e parceria na gestão do Projeto. Esses encontros têm permitido cada vez mais a divulgação, a compreensão, e a incorporação das diretrizes e operacionalização das ações previstas pelo Projeto para a população do Estado.

Observou-se que, em todas as ocasiões, os questionamentos foram de grande pertinência, focados, principalmente nos efeitos e impactos sobre o público-alvo do Projeto. O Gerente Ambiental, Josivan Cardoso teve a oportunidade de expor detalhadamente sobre a legislação do estado, que não autoriza, por exemplo, o uso de tanque-rede, quando questionado sobre sua utilização no semiárido nordestino.

Da mesma forma foram claramente expostas as condicionantes da política do Banco Mundial referente às comunidades tradicionais sob o aspecto étnico – OP 4.10 – Povos Indígenas, referindo-se, no Projeto, aos indígenas, quilombolas e ciganos. As interpretações sobre a terminologia povos indígenas, sobre citada OP, carecia de esclarecimentos, visto confundirem-se com comunidades tradicionais, por exemplo, pesqueiras, referentes à atividade econômica desempenhada, estando estas igualmente inseridas no contexto da inclusão social e do desenvolvimento integrado proposto pelo Projeto.

Pode-se dizer que o Projeto obteve a aprovação por unanimidade, coroando-se de sucesso, pelas diversas audiências.

Ressaltam-se, contudo as dificuldades de inclusão social e econômica registradas pelos representantes das comunidades indígenas, conforme o relato, a seguir.

3.1.Registro da Reunião dos Diálogos Sociais com Povos Indígenas

Data: 24/10/2012

Auditório da SEPLAN/RN

Início da reunião: 10:00h

Técnicos da UGP/SEPLAN: Coordenadora do projeto Ana Guedes; Consultora Social do AISA Magda Blaha, Consultora de Reassentamento Involuntário M^a Eleonora Silva, Gestor Ambiental Josivan Cardoso; Técnica da UGP Joana Dantas , Técnica da UGP Cristina e a Gestora Social Sueli Paulo.

Público Presente: UES DER, UES SETHAS, UES SEEC, SEJUC, Núcleo de Educação do Campo, Representante da FUNAI, Comunidades Indígenas Caboclos do Açu, Comunidade Tapará, Comunidade Mendonça do Amarelão, Comunidade Eleotéreos do Catu, Comunidade Sagí/Trabanda.

O encontro teve início com a coordenadora do Projeto dando boas vindas aos presentes e fez uma breve introdução retomando os objetivos do encontro lembrando ser este momento mais um entre outros já realizados com o objetivo do atendimento as Salvaguardas do Banco Mundial para o Projeto RN Sustentável.

Logo após, sugere uma breve apresentação dos presentes ressaltando a oportunidade de cada representante das comunidades presentes a falar um pouco de sua realidade, como também a todos os demais presentes como grupo técnico envolvido nas ações do Projeto.

As apresentações tiveram início com o representante da **Comunidade Caboclo do Açu**, município de Assú, Antonio Adriano Lopes que fez um breve relato sobre a realidade atual da comunidade;

- ✓ É uma comunidade carente com aproximadamente 170 pessoas onde as casas em sua maioria são de taipa;
- ✓ A terra não pertence ao grupo. Pois desde o ano de 2010 lutam para regularizar a posse junto ao proprietário e a Prefeitura local;
- ✓ Na comunidade falta infraestrutura básica. No período de seca são abastecidos por carro-pipa;
- ✓ A renda mais segura é através de pessoas da família quando possuem aposentadoria, caso contrário os trabalhadores saem em busca de trabalho fora da comunidade (biscates).

A representante da **Comunidade Mendonça do Amarelão** , município de João Câmara, Tayse Michelle, fez as seguintes colocações:

- ✓ A Comunidade possui 250 famílias com mais ou menos 1300 pessoas e possui uma identificação há mais de três séculos. É considerado um assentamento da reforma agrária onde foi agregado parte de 02 PA (Santa Terezinha e Serrote de São Bento);
- ✓ Possui os piores índices de educação do Estado. É desejo da comunidade qualificar alunos da comunidade para serem professores na comunidade;
- ✓ Com relação à Saúde não são assistidos por nenhuma política social. “O Estado não fala em saúde para povos indígenas. Somos discriminados” (sic);
- ✓ Desde 2005 que lutam pela regularização da terra;
- ✓ A comunidade é organizada, sabem o que querem e lutam pelos seus direitos. Pois devido à falta de documentação não são reconhecidos pela Secretaria de Educação.

O representante, Sr. José Luiz da **Comunidade Vale do Catu**, município de Canguaretama , fez o seguinte relato:

- ✓ A Comunidade fica na divisa dos municípios Goianinha e Canguaretama;
- ✓ Na educação tem sido um foco e sendo uma luta constante desde 2011 cobram do ministério público uma solução/posição na espera que essa escola seja reconhecida como escola indígena. Atualmente a escola não possui autorização para funcionar, faltam docentes, mas mesmo assim funciona com 35 alunos;
- ✓ Quanto à saúde diz que o posto está fechado com placa indicando: **por tempo indeterminado**.

- ✓ Sobre os problemas ambientais faz referência a duplicação da BR-101 que corta o rio Catu e a comunidade, onde não consultaram a população residente, gerando sérios problemas como a obstrução do rio ocasionando várias mortes de animais na pista.
- ✓ Somos “ilhados” a comunidade é cercada por 02 Usinas (Estivas e Vale Verde) que utilizam agrotóxicos em grande quantidade, impossibilitando-os de acessarem a essas terras para realizarem as coletas de frutas nas matas e também de caçarem.

Na **Comunidade de Sagí**, município de Baía Formosa, representada pelo Sr. Manoel Leôncio, a situação é a seguinte:

- ✓ A comunidade está brigando na justiça pela legalização da posse da terra;
- ✓ A escola da comunidade funciona até o 5º ano, a outra parte dos alunos se desloca para Baía Formosa. Atualmente os alunos usam os ônibus da usina como transporte sem as mínimas condições dignas. A Prefeitura dispõe de 2 ônibus escolares que são destinados apenas para os universitários;
- ✓ Com relação à saúde o médico atende uma vez por semana limitando apenas 10 atendimentos;
- ✓ Estrada de acesso é carroçável, não possuem transporte até a comunidade, não tem trabalho, e denunciam a construção da pista do Sagí, pois com a construção da ponte obstruiu o rio, e está matando o mangue que era uma fonte de renda da comunidade, além da perda dos recursos naturais.

A representante da **Comunidade Tapará**, município de Macaíba, Francisca da Conceição, professora formada em Pedagogia falou das dificuldades da comunidade, quais sejam:

- ✓ A falta de sensibilização por parte do gestor municipal quanto ao reconhecimento da comunidade indígena, vez que lutam com a prefeitura para atendimento de suas demandas afirmando não ter transporte, escola, posto de saúde, etc.
- ✓ As estradas carroçáveis com péssimas condições de acesso;
- ✓ A comunidade é organizada possui um Conselho Comunitário com sede própria e beneficiam também outras comunidades.
- ✓ Na agricultura trabalham como meeiros e mais de 30 famílias se reconhecem como descendentes de indígenas.

Com a palavra a Consultora Magda Blaha fala sobre o objetivo do encontro....

O Sr. Josivan Cardoso fala sobre o Acordo de Empréstimo, os critérios, as observâncias dos impactos que as obras vão gerar, e a solicitação do Banco Mundial sobre o estudo de impactos do projeto. Ressaltando que ainda não se sabe o que vai construir, e o que isso pode impactar socialmente ou ambientalmente, e que tudo isso vem mostrar. Cita nesse momento as duas escolas que estão previstas para as comunidades indígenas e a necessidade de discutir com as comunidades sobre essa obra, citam ainda outras áreas em que haverá também investimentos. Ressaltou também que os marcos conceituais já vêm sendo construídos e discutidos para serem apresentados e contempla 2 documentos (o marco indígena e o de reassentamento). Esses documentos mostram as diretrizes para que o projeto evite impactos negativos. Informa que a divulgação do documento será feita tendo o acordo do Banco e será entregue 1 cópia para cada Comunidade.

Martinho - (Ouvindo sobre algo que o Estado está criando e o que se pode melhorar no projeto). Existem já duas ações previstas que são as escolas, que foram dadas como certo, mas existe a possibilidade de não serem construída. A 2ª coisa é que vão ter projetos de iniciativas de negócios sobre a castanha, e sobre a questão dos editais e na nossa experiência de trabalho com o banco, com projetos indígenas a sugestão é que o governo do Estado busque espaço para negociar com o banco para essa especificidade.

Gorete SEEC- Fórum do Campo fala sobre a escolha da **Comunidade Amarelão** e que esse processo vem desde 2005 e fala das más condições do prédio da escola. Fala sobre a escola da comunidade Sagi informando que a SEEC recebeu denuncia das condições da escola, que tinha uma família morando na escola, e também a dificuldade no transporte das crianças por não terem ônibus e utilizando o ônibus da usina. Informa que as demais comunidades não tinham oficializado as suas demandas à SEEC. Foram à comunidade para conferir a documentação da terra doada e viram que a terra não estava legalizada. E questiona porque a FUNAI não está nessa questão? E responde: É porque a comunidade está com um advogado particular.

Ana Guedes considera a demanda legítima, mas diz que o projeto não financia investimento em áreas sem que a questão fundiária esteja legalizada. A nossa garantia é que os investimentos sejam para os povos indígenas, e temos que enfrentar essas dificuldades.

Luiz Catu - Sei como a Gorete se doa como pessoa a causa indígena, e é diferente de instituição, não concordei pela escola ser definida sem a participação de todos os representantes das comunidades e diz que no Catu o senso reconheceu como sendo a única escola que os alunos são indígenas.

Os editais são uma metodologia nova do banco. É uma concorrência e nem todo mundo tem condições de concorrer. Na questão dos indígenas e das mulheres estão sendo negociadas pontuações para preservar um olhar especial para essas comunidades. Sabemos que só isso não resolve então se pretende, e está previsto no projeto que essas comunidades se preparem para participar dos editais. A assistência técnica dessa vez o Estado vai pagar do início até o fim da implementação dos subprojetos. E só será pago com a aprovação da comunidade. A análise dos editais, outras instituições ou organizações participam das análises.

A Sra. Thaise da comunidade Amarelão explica a escolha das comunidades.

É solicitado as representantes da SEEC que fale sobre a escolha das comunidades para a construção das escolas. Paula (UES SEEC) pede desculpas por não vir participando desde o início, mas confirma que tudo hoje exige 'dominialidade' da terra. E diz que a tarde a Profª Ednaide estará vindo para acompanhar as discussões.

Luiz lembra que o Estado, desde 2011, vem pedindo o reconhecimento da escola, como escola indígena. Nesse momento encerram-se as discussões e a Sra. Magda dá início a apresentação do AISA

Algumas correções são colocadas pelos indígenas: etnia potiguara, Mendonça é a família. Tapará algumas famílias se identificam como tal, mesmo não se afirmando indígena.

Alguém diz: consultas a FUNAI sobre intervenção em áreas indígenas não é mais expedido pela FUNAI. Martinho diz poder responder por escrito a posição da FUNAI.

14:00 – Maria Eleonora Silva
Apresentação do marco de reassentamento involuntário

15:15 - A professora Ednaide da SEEC faz o histórico do processo de escolha das comunidades para a construção das escolas e afirma a SEEC respeitou as definições dessas escolas. Surgem alguns conflitos entre as próprias lideranças sobre o processo de escolha das comunidades. Daí surge a proposta de se sentar SEEC e todas as representações das comunidades para discutirem e definirem sobre o local das escolas. Uma vez que a escolha das comunidades para a construção das escolas terem sido questionadas por outros membros das comunidades.

Adna, Coordenadora da SEJUC, faz uma intervenção e diz que se a comunidade do Sagui quiser pode subestabelecer o processo de legalização das terras para a FUNAI. Caso isso não ocorra a FUNAI não pode ajudar no processo.

Alda, da Aldeia Tapara, chama a atenção do grupo sobre a exposição dos conflitos que são de ordem interna dos indígenas.

Martinho - diz estar faltando centralidade no Governo do Estado há uma difusão e uma baixa institucionalidade. Diz não tratar as questões como interesse pessoal do técnico.

A consultora Magda intervém e lembra mais uma vez o fortalecimento da governança que o projeto prevê para o 1º ano.

O Estado se mostra com centralidade e organização, com convocação responsável dos parceiros, que o governo não dá conta sozinho, lembra sobre a ação do IDEMA e a questão da ponte do Sagi. Thaise retoma sobre os editais e diz que deveria ter editais e recursos diretos do projeto para as comunidades étnicas, pois a concorrência será injusta com a população indígena.

Finalizando, Sueli Paulo, Gestora Social, agradece a presença de todos reforçando a importância da oportunidade do encontro para a realização dos diálogos com as comunidades indígenas, lembrando que este momento faz parte de um processo em construção permanente, e da cidadania de todos.

ANEXO 8 - LISTAS DE PRESENÇA NAS CONSULTAS PÚBLICAS

Apresentam-se, a seguir, as listas de presença nas Consultas Públicas ao Projeto RN Sustentável, em resposta à divulgação midiática e à programação acima descrita.

Optou-se por iniciar a Lista de Presenças com a participação no encontro com os representantes das Comunidades Indígenas, realizado em 24 de outubro de 2012, no auditório da SEPLAN/RN, em Natal.

Povos Indígenas – 24/10/2012 SEPLAN/RN



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte- Projeto RN Sustentável

LISTA DE PRESENÇA

Reunião de Realização dos Diálogos Sociais - Consultas Prévias com Povos Indígenas

Dia: 24/10/2012

Local: Auditório SEPLAN

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
01	Eduardo Gomes da Costa	Coepir - Sepec	Coordenador	Telefone: 813+2201 (084) Email: gcosta@coepir.org.br
02	Martinho Andrade	FUNAI/RN	CH DE COORDENAÇÃO	Telefone: 32011662/96426977 Email: martinho.andrade@funai.gov.br
03	Antônio Adriano Lopes	ASSOCIAÇÃO C. dos CABOCLOS	PRESIDENTE	Telefone: 99183815 Email: ASSOCIACAO CABOCLOS@gmail.com
04	Francisco Joaquim Neto	Caboclos-ASSU		Telefone: _____ Email: _____
05	Valter Claudio da Silva	SAGI		Telefone: _____ Email: _____
06	Marcelo Gonçalves do Monte	SAGI		Telefone: _____ Email: _____
07	Antônio Lucas Neto	Caboclos-ASSU		Telefone: _____ Email: _____
08	M ^a Luciene de Lima	Tapará		Telefone: 9167-7912 Email: _____
09	M ^a Dagmar Lima da Silva	Tapará		Telefone: 9474-7791 Email: ~~9474~~

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
10	Francisca da Conceição Bezerra	C.P. Lagoa do Tapará	Tesoureira	Telefone: 9618-5884 Email: franciscasinema@bol.com.br
11	Zuleide Maria Bezerra	C.P. Lagoa do Tapará	Educação Pública	Telefone: 9139-8725 Email: zuleideeduc@hotmai.com
12	Maria de Lourdes da Silva	DER	Social/Divulgação Voc. Nível Médio	Telefone: 8852602 Email: lurdady@hotmail.com
13	Josefa Soares	Catu		Telefone: Email: 94686448
14	Mida Conceição T. do Nascimento	Catu		Telefone: 9426-2775 Email:
15	Maria Gorete Nunes Pereira	SEEC/INEAD	Téc. Pedagógico	Telefone: 8881005/96362512 Email: zee.peraupaba@yahoo.com.br
16	Adma Ligia Dias de S. Martins	CODEN/SESUC	Coordenadora	Telefone: 8237-2206 Email: adnamartins@mg.gov.br
17	José Luiz Soares	CATU - CANGARATAMA	MEMBRO TITULAR DO COMITÊ REGIONAL DA ECODE-NAÇÃO REGIONAL DA PUNAI	Telefone: 91226024 Email: Luiz.Catu@bol.com.br
18	Tayse Michelle Campos da Silva	Amaralão/Apoinme	Liderança Coordenadora	Telefone: 9103-3044 Email: tayse.potiguara@hotmail.com
19	Maria Luísa de Campos da Silva	Amaralão/ACA	Presidente do Associação ACA	Telefone: 9103-3044 Email: luizickasa@hotmail.com
20	Francisco Carlos do Nascimento	Amaralão/ACA	LIDERANÇAS Associação A.C.A	Telefone: 94846646 Email:
21	Tomás de Leite Soares	Amaralão	Associação A.C.A	Telefone: Email:
22	Mearla da Silva Nascimento	Praia do Sagi		Telefone: 3244-5057/9416-1870 Email:

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
23	MARIA ELENORA SILVA	SEPLAN	CONSULTORA	Telefone: 3231 9086 Email: elenorasilva@yahoo.com.br
24	SILVESTRE DUO DO NASCIMENTO	UES/SETHAS	TECNICO	Telefone: 8809-7655 Email:
25	Jose GINART Lima de Jesus FILHO	UES/SETHAS	Tecnico	Telefone: 9976-0920 Email:
26	Magda Marys Barb	DER	eng. civil	Telefone: magda.bairballo@hotmail.com Email: 9406-4959
27	Sueli Paulo Teixeira Costa	Consultora/SEPLAN	consultora	Telefone: 3232 1818 Email: suelipaulete@hotmail.com
28	ANDRÉ LUIS FARIAS DE OLIVEIRA	SETUR - UES	TÉCNICO	Telefone: 3232-2499 Email: ANDREARIAS@GMAIL.COM.BR
29	Paula Francimar da S. Eleuterio	UES/SEEC	gestão Pedagógica	Telefone: 3232 1356 / 88214331 Email: ppeleuterio@yahoo.com.br
30	Zélio do Nascimento	Arca do Sagi		Telefone: Email:
31	RITA DE CÁSSIA DE ANDRADE SILVA	SAPE / EMATER	TÉCNICA/ANALISTA	Telefone: 8831-1315 / 3232-1170 Email: RITAANDRADE-RN@YAHOO.COM.BR
32	Gislina Mª Juntas de Medeiros	SEPLAN/UGP	Técnica	Telefone: 3232-1818 Email:
33	MAGDA REGINA S. G. BLAHA	SEPLAN/UGP	CONSULTORA/ARSA	Telefone: 9136-3188 Email: MAGR5BR@YAHOO.COM.BR
34	Zélio do Nascimento	Sagi		Telefone: Email:
35	Valdampria P. da Silva	Catu	Coordenadora Mulheres indígenas/APOL	Telefone: 9346-3336 / 8773-9560 Email: valda.arconjo@hotmail.com

103
23
32

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte- Projeto RN Sustentável

LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO DE TRABALHO – APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL PARA OS CONSELHOS TERRITORIAIS

Dia: 01/08/2012

Local: Auditório do STTR em Açu /RN

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
01	Maria de Lourdes de Oliveira Sobrinho	Museu Cultural do Açu	Presidente	Telefone: 9959-3562 Email: losangasobrinho@hotmail.com
02	Silviane Cirilo de Souza	ASSOC. C. Açu	Secretaria	Telefone: _____ Email: _____
03	Francisca de Assis Bezerra	Assoc. C. Açu	2ª Secretária	Telefone: _____ Email: _____
04	Ivami Brito de Oliveira	Assoc. B. ASAFE	2ª Pres. Presidente	Telefone: 9922-8366 Email: _____
05	Francisca Carolina de Fátima	Assoc. De Vista Alegre	Presidente	Telefone: 99229525 Email: carolinadefatima@gmail.com
06	Marinela Oliveira da Silva Almeida	Assoc. Comunitária de Baía		Telefone: 9953 7111 Email: _____
07	Maria Elizabeth Duarte Souza	Assoc. Comunitária de Baía	Presidente	Telefone: 9412 4781 Email: _____
08	BRIAN E TIPLER	2ª PE do Sertão	Pres.	Telefone: _____ Email: brian@3le.com
09	Antonio Barreira de Lima	Assoc. Comunitária de Baía	Presidente	Telefone: 96244723 Email: _____
10	Maria Lourenço da Silva	Assoc. Com. de Baía	Tesoureira	Telefone: 9807-0155 Email: _____

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
11	Francisca Zélia Nogueira Zacarias	Associação C. de Baque	Presidente	Telefone: 3331.3099 Email: 99996067
12	Antônio Adriano Lopes	Assoc. Cam. de Baque	Presidente	Telefone: 9918.3815 Email: 9948.0187
13	Manoel Cícero de Sousa	Assoc. Cam. de Baque	Presidente	Telefone: 9994.2701 Email: 9994.2701
14	Adilson de Sousa	Assoc. Cam. de Baque	Presidente	Telefone: 9976.1857 Email: 9976.1857
15	Ass. de Mécido Barros e Leite	Assoc. Cam. de Baque	Presidente	Telefone: 98.06.8473 Email: 98.06.8473
16	Cintia Pereira de Nascimento	Assoc. Cam. de Baque	Presidente	Telefone: 9902.2885 Email: 9902.2885
17	Osana Moura da Costa	Assoc. Cam. de Baque	Presidente	Telefone: 9660.6346 Email: 9660.6346
18	Franciane Bezerra de Nascimento	Assoc. Cam. de Baque	Presidente	Telefone: 9974.0492 Email: 9974.0492
19	Valmécia Lima de Araújo	Assoc. Cam. de Baque	Vice-Presidente	Telefone: 9655.7209 Email: 9655.7209
20	Associação de Saúde dos Santos	Assoc. Cam. de Baque	Presidente	Telefone: 9607.4570 Email: 9607.4570
21	Antônio Germano de Souza	Assoc. Cam. de Baque	Presidente	Telefone: 9943.5572 Email: 9943.5572
22	Maria Comanillo	Assoc. Cam. de Baque	Presidente	Telefone: 9943.5572 Email: 9943.5572
23	Adilson dos Santos	Assoc. Cam. de Baque	Fiscal	Telefone: 9943.5572 Email: 9943.5572

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
24	FRANCISCO LINDO DE LIMA	ASSOC. AGROPEC. DO R. GRANDE DO NORTE 600 PAR. S. T. R. S. C. M. S. T. R.	SECRETÁRIO	Telefone: 9992-6162 Email:
25	Francisco Edson da Bezerra	Assu/ST. Claro	Presidente	Telefone: 9148-7430 Email:
26	José Valdi de Oliveira	AUTOINOM	ENG. Agrônomo	Telefone: 9148-1353 Email: jos-feras2@hotmail.com
27	Alcides de Paula	ST. R. Canavieiras	Tec. Agrônomo	Telefone: 99823434 Email: ST. Canavieiras@6mail.com
28	Josévaldo Emídio da Costa	Associação dos Bons Fazendeiros do Rio Grande	Presidente	Telefone: 94402380 Email:
29	João Darc D. Dias			Telefone: Email:
30	Francisco de Assis	FUMAE	Presidente	Telefone: Email: franciscolimauro@yahoo.com
31	Selma Maria de Moura	Fazenda Nova	Presidente	Telefone: 9992-2079 Email:
32	Maria Edite da Costa Farias	Mutambacano	Vice-Presidente	Telefone: 9922-8873 Email: selmamouras@461.com
33	Sueli de Moura	Fazenda Nova	Produtora	Telefone: 99608394 Email:
34	Iramilza Maria Lopes Ferreira	Fazenda Nova		Telefone: Email:
35	Edna Guiherme dos Santos	Agente de D. Local - AACC	Agente de D. Local	Telefone: (84) 9668-9920 Email: edna-gui@hotmail.com
36	Antonio Carlos Viana	Associação dos Bons Fazendeiros do Rio Grande	Presidente	Telefone: 9958-9948 Email:

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
37	Jenete Calval dos Santos	Associação P. Pauco I	Presidente	Telefone: 9626 3015 Email: jcalval@hotmail.com
38	Adriana Fernandes de Medeiros	Associação do Pálmeiro II	Presidente	Telefone: 99807033/99695931 Email: adriana.medeiros27@bol
39	Franco Carlos dos Anjos de Albuquerque	Associação do Pálmeiro II	Tesoureiro	Telefone: 96587445 Email:
40	Maria Valdeir Martins	Associação do Manduá I	Presidente	Telefone: 9636-0191 Email:
41	Antônio Francisco Zucaris Costa	Associação Bom Lugar II	Tesoureiro	Telefone: 99950041 Email:
42				Telefone: 99950041 Email: 99950041
43	Maria de Jesus Rodolfo Lima	EMATER/RN Araraú	Bolacha	Telefone: 9618-0748 Email: jmaurilima@hotmail.com
44	PAULO SÉRGIO DE SOUSA	EMATER/RN-ITAP	ENG. AGRÔNOMO	Telefone: 9904 3333 Email: ENGAGROPSSOUSA@YAHOO.BR
45	EULÁZIO DANTAS DE VASCONCELOS	EMATER-RN	GESTOR REGIONAL	Telefone: 9950-9339 Email: eulaziodantas@emater.gov.br
46	MARCOS DO NASCIMENTO SILVA	Colônia Peste 13 de Abril	AGENTE	Telefone: 9925 3560 Email: marcosnascimento@brt
47	PEDRO CAVALCANTE ALMEIDA	CEPLA	PRESIDENTE	Telefone: 9617 8000 Email: almeida.cavalcante@cepla
48	Graciela M ^a Dantas	SEPLAN	Técnica	Telefone: 3232 1818 Email: Graciela.Dantas@seplan
49	GERARDO J. B. GUARÁ	SETIAS	GERENTE	Telefone: 99843897/55993897 Email: GerardoGuara@hotmail.com



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte- Projeto RN Sustentável

LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO DE TRABALHO – APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL PARA OS CONSELHOS TERRITORIAIS

Dia: 01/08/2012

Local: Assoc. SOS Piquiri em Pedro Velho/RN

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
01	Gabriela Moura de Pontes	Soc. Mun. de Educação	Secretária	Telefone: 91178969-88953827 Email: pontesgmc@yahoo.com.br
02	Osmar Batista de Amorim	Banco do Nordeste	Agente de Avaliação	Telefone: 9908-7031 Email: OSMARBATISTA@BANCOBR.com.br
03	Fábio Moura de Oliveira	N Cruz STTB/PROVIDA	COORDENADOR DE AÇÕES DO MTR E TÉCNICO AGT.	Telefone: 9122-5144 Email: FAIRMO@SISTAR@GMAIL.COM
04	Josiercio de Oliveira	SINABIO 470 P/B-ROZAS	PROVEDOR	Telefone: 9972-6575 Email: SPAS-SINABIO@GMAIL.COM
05	Emmilda Rodrigues de Freitas	Emater-RN/Santa Helena	Estimulista Rural	Telefone: 96856666/9115-3653 Email: emmildarodrigues@emater.br
06	Afonso Barreto	CHEGNIA GRUPO FAL	MEMBRO	Telefone: 99268088 Email: PEREIRA@BARRETO@HOTMAIL.COM
07	ALCIDES FORTALEZA DE SOUZA	SECRETARIA DE PESCA	B. Formosa CHEFE DE S. DE AGRICULT.	Telefone: 9672-0643 Email: FORTALEZA@GMAIL.COM
08	UBALDO ARAÚJO TOMPSON JUNIOR	EMATER-RN	AGRONOMO/BOLSISTA	Telefone: 9966-3657 Email: TOMPSONJUNIOR@YAHOO.COM.BR
09	EDSON BARBOSA DA SILVA	SEC. MUN. DE PESQ. AGRIC. E PECUÁRIA	SECRETÁRIO	Telefone: 9966-3657 Email: SEMPA@BIA FORMOSA.RN.GOV.BR
10	Fábio Duarte da Silva	CENTRO SOCIAL DE BIA FORMOSA	MEMBRO	Telefone: 9110844 Email: fabio.duarte@GMAIL.COM

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
11	DAMIANE GOMES DA SILVA	FETARN STR	PRESIDENTE	Telefone: 88555626 Email:
12	Pedro Rodrigues de Souza	ASS PA JOSE R	PRESIDENTE	Telefone: Email: 88 12 55 62
13	Jose Otavio Targino	EMATER	EXTENSIONISTA	Telefone: Email: JOTAVIO.TARGINO@hotmail.com
14	Antonio Pinheiro Filho	BRATER-RN	EXTENSIONISTA	Telefone: 36335028 Email: ANTONIOFILHO@LN.GOV.BR
15	Emanuel Cruz da Silva	STR - P. Velho	Presidente	Telefone: 3247-2324 Email: emmanuel.cruz28@hotmail.com
16	Elaine Cristina dos Santos	EMATER - RN	Extensinista	Telefone: 8138-2717 Email: elaine.pedagogia@phoocom.br
17	Emiliano José da Silva	Agricultor	Agricultor	Telefone: Email:
18	Ungel Jacinto das Neves Lima	Agricultor	Agricultor	Telefone: 9624180,88777955 Email:
19	Gildene das N. R. Ribeiro	ASS	Presidente	Telefone: 81526904 Email: Gildene.Vitor@gmail.com
20	MARLYSIA DA SILVA OLIVEIRA	Prefeitura M. PROVALUP	ASS.	Telefone: 81321536/81130974 Email: MARLYSIA@HOTMAIL.COM
21	Paulo Antonio de Souza Neto	ASS. DE JOVENS	PRESIDENTE	Telefone: 81184887/94258191 Email: NETO@HOTMAIL.COM
22	Luiz Cl. N. S.	FETRAF	DIRETOR SINDICAL	Telefone: 3382 2354 Email: VASCOABRA@HOTMAIL
23	Marcelo R. de S. e	Professores	Secretaria	Telefone: 8718 0251 Email:

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
24	Gramma M ^a Bezerra	Ass. Pesquisa produtor Nova Esperança	Socio	Telefone: 8718 0757 Email: octaillonbezerra@hotmail.com
25	Maria Goretti de Silva	Ass. SOS	Socio	Telefone: _____ Email: _____
26	Mariadonizetes M. de Leima	Sec. Mun. Amist. So cial - JUNDIA	Secretária	Telefone: 8741-1366 Email: pazosn@bol.com.br
27	Adelmo F. de Leima	" "		Telefone: _____ Email: _____
28	Maria Augusta Gadelha	SOS Associação		Telefone: 81231733 Email: GustaGadelha@hotmail.com
29	WADIANA GUEDES DE SOUZA	ACESSO/PROTEC	ATOBISTA	Telefone: 9937-255/8758 3736 Email: LEVESADCVITEIDOLIVEIRA@GMAIL.COM
30	MARCO WELLINGTON SOARES	FUMAC - GOIAMINHA	TESOUREIRO	Telefone: 9471 5715 - 9957 2435 Email: SOARESUNMED@HOT.MAIL.COM
31	Dario Gomes de Cinchada	DEJA - RN	Delegado Adjunto	Telefone: 4006-2161 Email: DARIO.ANDRE@MMA.GOV.BR
32	Paulinho Queiroz	COOPMUL	Presidente	Telefone: 9441-7698 (TIM) Email: mineirinhozi@hotmail.com
33	Beatriz C. da Silva	COOPMUL	Cooperada	Telefone: _____ Email: beacavalcante@yahoo.com.br
34	Maria de Fátima Moreira	Seges / Terrasul	coordenadora	Telefone: 9144-7352 Email: fatimamoreira33@hotmail.com
35	Paulo Sérgio J. Silva	ASS. VIVA BARRA	Presidente	Telefone: (41) 99507400 / 9196-5665 Email: vivabarra@hotmail.com
36	Jose OIVART Lima de Jesus Lima	UES / SETHAS	Tecnico	Telefone: 9976-0920 Email: JOIVART@YAHOO.COM.BR

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
37	Oscar Rodriguez de Alcantara	UES/SETAS	TECNICO	Telefone: 9984-2689 Email:
38	Manoel Rosário SS Maria Colares Crangintra Vgrenador	SATO ANTONIO		Telefone: 9951 2572 Email:
39	Roberto Antonio dos Santos	SATO ANTONIO	PRESIDENTE	Telefone: 9435 0746/96673120 Email: off-natural@yahoo.com.br
40	João Paulo Mascena de Almeida	SATO ANTONIO	COORDENADOR	Telefone: 9664-7680/9402-2481 Email: joaopaulo.mascena@sat.com.br
41	Sérgio Filipe da Costa	SATO ANTONIO	Presidente	Telefone: 99832474 Email: sergiofilipe@sat.com.br
42	Fco Assis José dos Santos	SOS RIO PIQUIRI	Presidente	Telefone: 3247-2150 Email: ASSISPER@HOTMAIL.COM
43	Mauricélia Lima da Silva Santos	SOS RIO PIQUIRI	DIRIGENTE	Telefone: 3247-2150 Email:
44	João Maurício de Souza Mendes	SA	Dirigente afastado	Telefone: 8334-1240 Email: joaomauricio@sat.com.br
45				Telefone: Email:
46				Telefone: Email:
47				Telefone: Email:
48				Telefone: Email:
49				Telefone: Email:



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte- Projeto RN Sustentável

LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO DE TRABALHO – APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL PARA OS CONSELHOS TERRITORIAIS

Dia: 03/08/2012

Local: Auditório da ATOS em Caraúbas/RN

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
01	Luiz Carlos de C. Mendonça	SEPLAN/UGP	TÉCNICO	Telefone: 84-9114-1210 Email: luizcarlosmendonca@hotmail.com
02	Francieleide Moura Lins	SEEC/UES	TÉCNICO	Telefone: 84-88650/097 Email: francieleidemoura@hotmail.com
03	Josuan Carlos Moreno	SEPLAN/UGP	Consultor Ambiental	Telefone: (84) 9909-8129 Email: josuan.carlos@gmail.com
04	Osias Rodrigues de Alcantara	UES/SETHIAS	TÉCNICO	Telefone: 9824-2689 Email: OSEAS@ALCANTARA@GMAIL.COM
05	Jose Divant Lima de Jesus Filho	UES/SETHIAS	TÉCNICO	Telefone: 9116-0920 Email: JDIVANT@UES.COM.SR
06	Francisco Luciano Sales Filho	CENTRO JUAZEIRO	TÉCNICO	Telefone: 9902-2015 Email: carlito-sales@hotmail.com
07	TIAGO SALES MARTINS	SEC. DE AGRICULTURA	TÉCNICO	Telefone: 9914-2122 Email: TIAGOSALES@SEAGRI.COM
08	KATWSCIA PINTO BEZERRA	SINDICATO RURAL		Telefone: 9963-2663 Email: katwscia-pinto@bol.com
09	Edoardo	União e Povo	Membro	Telefone: 9604/484 Email:
10	Jose Marvionne Pontes da Costa	STR-POTU	Presidente	Telefone: 9600-4104 Email: JMARVIONNE@HOTMAIL.COM

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
11	Carina Figueira Araújo	Sentus Verde	Coord. Justificativa	Telefone: 9986 8742 Email: sentusverde21@yahoo.com.br
12	Francisco Paulo Roberto Vilela	FUMA - Fruit Games	Tesoureiro	Telefone: 9958 3807 Email:
13	Vanderlan Fomaz de Oliveira	FUMAC (Presidente)	PRESIDENTE	Telefone: 9918.5725 Email:
14	Venceslau Fomaz de Oliveira	FUMAC (Presidente)	PRESIDENTE	Telefone: 9954 9330 Email:
15	Francisco Evonildo Costa de Melo	PA. SANTA AGOSTINHA	PRESIDENTE	Telefone: 9928 2290 Email: evonildomc@hotmail.com
16	Francisco Benedito de Paula	FUMAC	Componente	Telefone: 9634 - 9916 Email:
17	Leandro de Almeida	PALACE DOMESTO		Telefone: 9917 8927 Email:
18	Auri Silvestre da Silva	FUMAC - Martins	Presidente	Telefone: 9922 0445 Email: auri@voto13@gmail.com
19	José Américo Silvestre	FUMA - Martins	Secretário	Telefone: 8825 9594 Email:
20	Francisco Gomes de Oliveira da Silva	Sindicato dos Pãozinhos	Vice Presidente	Telefone: 3364 - 02 22 (9960 7623) Email: STRODADAWA@bol.com.br
21	Marci Maria Rebelo	Elitis Brasília		Telefone: Email:
22	Terilton ALVES GURGEL	Centro Sindical	Assist. Técnico	Telefone: 9616-3900 Email: terilton.gurgel@bol.com.br
23	João Manoel de Jesus	Sidicasta	Ex-Presidente	Telefone: 9633 2962 Email: STIR_Mesias_Jorgensen@bol.com.br

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
24	Antônia Benta de Araújo	STR. D. D. Borges	Presidente	Telefone: 3364 0222 96 19 047 Email: bethadajr@bol.com.br
25	Antônio Pedro de Almeida	ST. CAJAS	P. W. S. S. T. S.	Telefone: _____ Email: _____
26	José Roberto M. de Sousa	FUMAC	Presidente	Telefone: 96 28 24 48 Email: 96 22 13 02
27	Francisco Ferreira de Almeida	mobilitação	PTA P. D. H. C.	Telefone: 99 92 04 12 Email: _____
28	Antônio Unácio M. Bastos de Godim	Associação	Secretaria	Telefone: 141 96 64 2992 Email: unaciogodim@vulcania.com
29	Antônio Ricardo de Brito	CENRO PARÁ ZEPÉ	Técnico	Telefone: 3366 0008 - 9985 1433 Email: cbr@ceps@vulcania.com.br
30	Amândeo Nereu de Moraes	STR. PARÁ ZEPÉ	Presidente	Telefone: 96 25 55 43 Email: amandebnereu@vulcania.com
31	Cleora M. P. Diógenes Rêgo	FUMAC RIACHO DA CRUZ	Presidente	Telefone: 9987 5630 Email: cleora.rego@ig.com.br
32	Maria Lígia de Oliveira	STR. Riacho do Cruz	Secretaria	Telefone: 98 14 7372 Email: _____
33	Francisco Paulo de O. T.	FUMAC - UMAC	Presidente	Telefone: 96 24 08 28 Email: _____
34	Francisco Elson Gurgel Lima	FUMAC - UMAC CENTRO SEMINÁRIO	Presidente	Telefone: 9968 - 0672 Email: elsongurgel@vulcania.com.br
35	JOÃO CAVALCANTE FEITOSA	BANCO N. NOROESTE	Agente de Desenvolvimento	Telefone: 84. 9600 - 8121 - 3333 20 Email: jcavalc@BANCO.NOR.20
36	Fabrizio Edino B. Silva	SEADPC	Eng. Agrônomo	Telefone: 3393 - 9659 Email: fabrizioedino@bol.com.br

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
37	Francisco Thaisygl Souza	ATOS-Gamabara	Técnico	Telefone: 96703233 ou 99154894 Email: THAISGL@YAHOO.COM.BR
38	Jose Maria Junior	FERNAN	tesoureiro	Telefone: 3211-4688/9625-0025 Email: juniorstec@hotmail.com
39	Germeas Dias	FUMAC - PORTALEGA	SECRETARIO	Telefone: 9971-6314/99512550 Email: APERP@HOTMAIL.COM
40	Milbina Lofante da Costa	PDHC - APODI	Técnica	Telefone: 18413333-3330 Email: milbina_lofanteapodi@yahoo.com
41	Francisco Gildivere F. de Araújo	CEACRU - GOVERNADOR	Técnicos	Telefone: 96670883 Email: zgildione@hotmail.com
42	Joséilton Antonio da Silva	P.A. QUEIROZ SA	PREZIDENTE	Telefone: 96255666 Email:
43	João da Silva Duarte	PARANÁ - UMACRU	TÉCNICO	Telefone: 9974 6038 Email: 1600DIACONIA.ORG.PR
44	Francisco Antonio de Oliveira Targin	STTA 2º Secretário	2º secretário	Telefone: 9413-0910 Email: tantinosol@hotmail.com
45	Aureliano de O. Fernandes	FUMAC	Conselheiro	Telefone: Email: aurelianofernandes@hotmail.com
46	Francisco José de M. J. J. J.	FUMAC	PRESIDENTE	Telefone: 91733414 Email:
47	Francisco Goncalo Filho	PDHC/MDA	Ass. Campo	Telefone: 9615 3002 Email: goucalo_fh@hotmail.com
48				Telefone: Email:
49				Telefone: Email:



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte- Projeto RN Sustentável

LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO DE TRABALHO – APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL PARA OS CONSELHOS TERRITORIAIS

Dia: 03/08/2012

Local: Câmara Municipal em São Paulo do Potengi/RN

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
01	Francisco de Assis Moura	Ass. Agricultores	Membro	Telefone: _____ Email: _____
02	Paulo S. de S. Eleut	SEECIATP	Técnico	Telefone: _____ Email: _____
03	Jorge de Lima Martiniano	SINTRAF-Riacho	Técnico	Telefone: 9987 6728 Email: jorge58agricultor@gmail.com
04	Roberto Queiroz da Silva	Assent-potativa		Telefone: _____ Email: _____
05	Samuel Antonio da Costa	STR 2 DE VELHOS	PRESIDENTE	Telefone: (84) 3776-0114 Email: samuelcunhaapto@hotmail.com
06	João Maria Ribeiro	SINTRAF/S.P.POTENGI	PRESIDENTE	Telefone: (84) 9127-4611 Email: joao12120@gmail.com
07	João Moura de Lima	Forum de P. Públicas	COORDENADOR	Telefone: 9952-8344 Email: jmfarias41@VIAH200.CENTRO.BR
08	Marcelo Soares de Lima			Telefone: 9109-3011/9952.8344 Email: 99-78-32-91
09	Francisco Corrêira de Farias	ASS. AGRICULTOR RURAL	TESOUREIRO	Telefone: 93554035 Email: _____
10	Nelson Rodrigues de Azevedo	SEC. AGRICULTURA S.P.P	PREFEITURA	Telefone: 9126-4138 Email: NIELSONCROSS@GMAIL.COM

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
11	Mariado Soares Alves Silva	SINTRAF	SECRETARIA	Telefone: 96513388 Email: marciado@sintraf.com.br
12	Ana Maria de Sales Farias	Sítio Moló		Telefone: 99007871 Email:
13	Edilson Ribeiro Limentes	Assentamento Tech.	SOLUS	Telefone: 91284555 Email: edilsonpimentes110@hotmail.com
14	Francisco Cassimiro de Jesus	ASS. VÁZIOS FRIA	SPCID	Telefone: 91178264 Email:
15	Jaham Abreu	Colégio	Assessor	Telefone: 91849853/96821721 Email: JOHANADONER@HOTMAIL.COM
16	Iberê Borges Ferraz	PREFEITURA/LACON/IBERÊ	SECRETARIO	Telefone: 3695-0064 Email: IBEREBF@IG.COM.BR
17	Francileide Bezerra da Cruz	Associação	Presidente	Telefone: 93209503 Email: Francileidequilombola@hotmail.com
18	Antônio Matias de Souza	Associação S. Tomás	Presidente	Telefone: 99554948 Email:
19	Francisco Assis de Souza Junior	STR Ruy Barbosa	Presidente	Telefone: 8706-8221 Email: adamuniz@hotmail.com
20	Idalme Muniz da Silva	FUMAC - RUY BARBOSA	PRESIDENTE	Telefone: 91915580 Email: IdalmeMuniz@ig.com.br
21	Patrício R. P. P.	Associação F. P.	F. P.	Telefone: 91915580 Email: PatrícioR.P.P@ig.com.br
22	João Manoel de Oliveira	ASS. STR	Secretário	Telefone: 9987-3715 Email: JoãoManoeldeOliveira@ig.com.br
23	Vicente Junior Sebastião	ASS. SERRA CANELEIRA	PRESIDENTE	Telefone: 9987-3715 Email:

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
24	José Claudis Bezerra	RUY BARBOSA ACOS.GAMELEIRA	PRESIDENTE	Telefone: 9935 8128 Email: joseclaudisbezerra@outlook.com
25	José Adilson D. da Silva	SEN. ELÓI DE SOUZA	Téc. EM AGRICULTURA	Telefone: 8702-9090 Email: ADELIO.TEC.FLA@GMAIL.COM
26	Paulista Ferreira de Lima	RUY BARBOSA	PRESIDENTE	Telefone: 9670-2140 Email: 2
27	Maria Fátima Cândido de Siqueira	Ruy Barbosa	Presidente	Telefone: 88453732 Email:
28	José Amadeu M. Bezerra	Ruy Barbosa		Telefone: 8822-5139 Email: jambera2002@hotmail.com
29	ELIVAN ISIDIO FERREIRA	EMATER	Extensão. sul	Telefone: 93440140 Email: elivanisidio@emater.br
30	Francisco Rosendo	SINTAUF/termonimato	Três anos	Telefone: 94081835 Email: franciscomendo@ymail.com
31	PAULO ANANIAS ALVES	STR SPLOTENI	VICE PRESIDENTE	Telefone: 9409 8879/56599010 Email: PAULOANANIAS002@GMAIL.COM
32	Paulo José de Jesus	UGP/SEPLAN		Telefone: Email:
33	José Ricardo Rodrigues da Silva	SITIO SANTA RITA	Agricultor	Telefone: 87121745 Email: mauricio@outlook.com
34	Maurício Vinícius Rodrigues	URSAP	telefonia	Telefone: 841 8983 0899 Email: mauricio@outlook.com
35	Sobras Fin Vences Barreto	RUA FERREIRA	Coordenador	Telefone: Email:
36	Francisco de Assis	Sítio Joca/Ruy Barbosa	Presidente	Telefone: Email:

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
37	Alex Manoel da Silva	BNTB	Abril de 1990/10	Telefone: 3644-7800 Email: marchezom@bntb.gov.br
38	Marcelo José da Silva	AAAF	Socio	Telefone: 8884 0674 Email: _____
39	Gláucia Faustino	PMSP/13 Pedro	Chefe de Gabinete	Telefone: 7835-8982 Email: glauciafaustino@gmail.com
40	Marcelo José da Silva	Fórum com. Políticas Públicas	Coordenador	Telefone: 32542211 - 87874741 Email: _____
41				Telefone: _____ Email: _____
42				Telefone: _____ Email: _____
43				Telefone: _____ Email: _____
44				Telefone: _____ Email: _____
45				Telefone: _____ Email: _____
46				Telefone: _____ Email: _____
47				Telefone: _____ Email: _____
48				Telefone: _____ Email: _____
49				Telefone: _____ Email: _____



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte- Projeto RN Sustentável

LISTA DE PRESENÇA
APRESENTAÇÃO DO PROJETO PARA O TERRITÓRIO DO SERIDÓ

Dia: 08/08/2012

Local: CLUBE MUNICIPAL DE ACARI

Horário: 09 horas

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
01	Luiza Medeiros	SEPLAN/UGP	TÉCNICA	Telefone: (84) 9114-1210 Email: luizamedeiros@ig.com.br
02	Paula Eleutério	UES/SEEC	Técnica	Telefone: (84) 9232-1356 Email: peleuterio@yahoo.com.br
03	Francieleide Naves	UES/SEEC	Técnica	Telefone: 3232-1256 Email: francieleide.naves@nig.br
04	João Paulo dos Santos Figueira	ACARI/UMAC	Presidente	Telefone: 9699-2680 Email: joaopaulofigueira@hotmail.com
05	Alison Lúcio de Moura	CÂMARA VER. SÃO JÃO DO SERIDÓ	VEREADOR 1º SEC.	Telefone: 9967-1930 Email: ALCIDES-VECHER@HOTMAIL.COM
06	Marina Emília das Do Santos	ASSOCIAÇÃO	MEMBRO	Telefone: 9155-4758 Email: _____
07	Edson Almeida Costa	EMATER	GESTOR	Telefone: 9155-4758 Email: edsonalmeida@emater.br
08	Genilson Medeiros Maia	PM. SÃO FERNANDO	Prefeito	Telefone: (84) 9424-0114 Email: genilsonmaia@hotmail.com
09	Georgina Gaspar da Silva	Soc. Meio Amb. de J. de Piranhas-RN		Telefone: 3423-2240 Email: georgina.gaspar@yahoo.com.br
10	João Francisco de Oliveira Neto	127. Pólo de Piraúbas	produtor	Telefone: 9962-0139 8636-7254

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
				Email: _____
11	Jana Laurício de Araújo Silva	Fabrica de lapa de Fritas	Garcia	Telefone: 94090548 Email: _____
12	Amelina Cavalcão Fedeiro de Santa	EMATER/RN - Cunaio Novo	Assistente Social	Telefone: 99775086 Email: elinacms@yahoo.com.br
13	Francisca de Oliveira ALM	Cooperativa de Mulheres	Associada	Telefone: 99501934 Email: _____
14	Maria de Lourdes Garcia Geraldo	Associação do TRABOLA CORDAIS NOVOS - RN	PRESIDENTE	Telefone: 9935-3721 / 9117-2110 Email: _____
15	Francisca Lúcia de Araújo	Associação de Produtores de CACAO CAICÓ	Presidente	Telefone: 8434122790.99147001 Email: francisca.lucia@hotmail.com
16	Maria de Lourdes de Souza Araújo	Associação de Artesanato	Presidente	Telefone: 88937600 Email: _____
17	João Bento da Silveira Figueiredo	DIAR - CAICÓ	ENF: AGRICULTOR	Telefone: 99351812 Email: joao.bento.f.f@outlook.com
18	Marinho de Sousa Siqueira	SINTRE RN FUMACIN	Presidente	Telefone: 99068090.343712 Email: socoosintre@htnet.com
19	Cláudio Vitorino de S. Silva	LAPOA NOVA SEC. AGRICULTURA	Secretário	Telefone: 9996-3928 / 39222 Email: SIAAGLN@lapoa.com.br
20	Edmundo Borges F. Félix	Técnica Agrícola	Alfama	Telefone: 99161034 Email: Uonessa.felix@tecnica1@h
21	Edmundo Borges F. Félix	ST 2 FUMACIN	PIE	Telefone: 34352033 Email: _____
22	Antônio dos Santos	Associação	Presidente	Telefone: 99075902 Email: _____

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
23	Sergio Amis de Araújo	coord. FUMAC - São Fernando Assoc. B. do São Fabiano	coordenador Presidente	Telefone: 9801-0839 Email:
24	Tassia Lopes de Lima	STTR - São Fernando	3ª Tesoureira	Telefone: 3428-0057 Email: tassialopes@vivo.com.br
25	Thiago Almeida dos Santos	Associação	Presidente	Telefone: 9693-1898 Email: ThiagoAlmeida55@bol.com
26	Francisco de Assis Araújo	RETARN	Sec. Meio Ambiente	Telefone: 9971-4894 Email: franciscoassisa@hotmail.com
27	Vanderlei de Souza Lima Filho	STTR/Parellhas	Treze Anos	Telefone: 9693-3495 Email: vanderleilima@hotmail.com
28	Luiz Maria da Silva	STTR	Vice Presidente	Telefone: 1083-8875-5804 Email:
29	Edigmar de Souza Costa	FUMAC	Presidente	Telefone: (84) 9935-1096 Email: Edigmar2012@hotmail.com
30	Paulo Roberto Valentim	Prefeitura Parellhas	tec. Agrícola	Telefone: (84) 9690-0077 Email: paulo.valentim@hotmail.com
31	Ronildo Gomes da Silva	Associação	Presidente	Telefone: 84.87366477 Email: Ronaldogomes1
32	Alcides Martins da Silva	ARVA	Socio	Telefone: 9958-1810 Email:
33	Jucelino José de Araújo	FUMAC / P. Costa	Secretário	Telefone: 9961-8443-1344 Email: jucelino2012@hotmail.com
34	Aldemir Alves Pereira Santos	STTR - Arara	Secretaria	Telefone: 9618-0407 / 3138-2201 Email: aldemir@bol.com.br
35	Judson José do Nascimento	Sec. Agricultura	Coordenador	Telefone: 9638-7346 Email: Judson1953@hotmail.com

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
36	Maria José Cavalcanti	Associação	Presidente	Telefone: 99118238 Email:
37	Maria das Virgens Silva Nazareno	Associação	Vice-Presidente	Telefone: 99956025 Email:
38	Helena Kerk de Nascimento Ribeiro	FUMAC	Presidente 96784848	Telefone: 96624513 Email:
39	Josquin Nito de ARAUJO	FUMACS. volunt	PRESIDENTE	Telefone: 96933532 Email:
40	Geysa Alina de Lima	Associação	secretária	Telefone: 84.9652-2757 Email: geyzalina@gmail.com
41	João Paulo de Almeida Costa	STTR-IPUEIRA	Vice-Presidente	Telefone: 9666-3860 Email: JP-IPUEIRA@YAHOO.COM
42	Enoch Pereira da Costa	STTR-EQUADOR	PRESIDENTE	Telefone: 3475-0075 Email: SIND.EQUADOR@GMAIL.COM
43	Adelval Avaricio de Souza	ASSOCIAÇÃO	Socio	Telefone: Email:
44	Sandro José de Souza Neto	Associação	Socio	Telefone: 8832-2185 Email:
45	Maria do Rosário Marinho	DRAE-CAICÓ	Supervisora	Telefone: 99658876 Email:
46	Nádia da Nobrega Costa	DRAE-CAICÓ	SUPERVISORA	Telefone: 99924542 Email: nadia.nobrega@gmail.com
47	Maria Chrysleide Almeida Santos	DRAE-CAICÓ	DIRETORA	Telefone: 3421-6063 Email: DRAECAICO@HOTMAIL.COM
48	JOSE ADENILSON DE MEDEIROS	ADCE - Ass. Desenv. Comunitário do FMO	Presidente	Telefone: 89187356340 Email: jozografia13@hotmail.com.br

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
49	José Batista Dantas Neto	Ass. D. C. Gonzaga A.	Presidente	Telephone: 88863640 Email:
50	Débora Gilma Dantas	STTR C. dos Dantas	Secretaria	Telephone: 88398984 Email: debora.gilma@outlook.com.br
51	Ana Maria Cordeiro Alves	EMATER C. dos Dantas	Analista de Extensão Rural	Telephone: 88436271 Email: amaflorestal@xbox.com.br
52	João Francisco Pinheiro	FUMAC - Spueira	Presidente	Telephone: 34240012 - 96508609 Email: mjozenmedeiros86@hotmail.com
53	Therese Lúcia de Araújo Dantas	FUMAC C. dos Dantas	Secretaria	Telephone: Email: 871194535
54	João Batista de Medeiros Simões	STTR São João do Sabão	Agropecuária	Telephone: 99884525 Email: batistajms@igmail.com
55	Gilvanide Pereira de Araújo	Ass. C. C. Rocha Bm	Presidente	Telephone: 99909488 Email:
56	Elma Maria de Aguiar	Ass. C. C. Rocha Bm	Presidente	Telephone: 34097002 Email:
57	Mrs. Luiza de Carvalho	SEBRAE RN	Técnico/Coordenadora	Telephone: (34) 34057501 Email: luiza@rn.sebrae.com.br
58	FERNANDO ANTONIO DE ZERRA	FIERN	Superintendente de Relações Institucionais	Telephone: (84) 32086220 Email: fab@fiern.org.br
59	FRANCISCO GILVÂN FERREIRA NETO	A. DESE	DIRETOR-ADMINISTRATIVO	Telephone: 88625259 Email:
60	ONIREVIS CARLOS DE ARAÚJO	BNB - CURRIS NORO	AG. DE DESENVOLVIMENTO	Telephone: (84) 8809-0028 Email: onirevis@bnb.gov.br
61	MARCIAL ARAÚJO BATISTA	BNB-CAICO-RN	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO	Telephone: 84-9991-3377 Email: MARCIAL@BNB-GOV.BR

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
23 62	LEON VASCONCELOS MARIZ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SIA, SCSA, VIGAS, etc.	PRESIDENTE	Telefone: 99254913 Email: _____
24 63	Emilia Pontes de Oliveira	Sind. Trabalhadores Rovian Serra Negra	Presidente	Telefone: 9664-0444 Email: emilia.gloves@yahoo.com.br
25 64	GERILDO MOZAR DE MENEZES	EMITEI - FLORESTA	EXTENSIONISTA Rural	Telefone: 9644-1513 Email: GMA1201030102@HOTMAIL.COM
26 65	Expedito Jorge de Medeiros	FETARN	ASSOCIADO Sindical	Telefone: 9987-7502 e 3474370 Email: _____
27 66	EDINETE Mª DE VASCONCELOS	Colônia Z-25 F. Moura COLO. PESCADORES	PRESIDENTE	Telefone: 9644-7721 Email: edinete-25@hotmail.com
28 67	FRANCISCO MEDEIROS DA SILVA	STTR-J. DO SEREDO	PRESIDENTE	Telefone: 9901-7477- Email: francisco@hcl.com.br
29 68	Sivaldo Soares Pontes	STTR - COOP- RN	Vice-presidente	Telefone: 3477-2586 99652179 Email: sttrcoop@hcl.com.br
30 69	Francisco Alves de Souza	A.C.N.O	Presidente	Telefone: 9905 6001 Email: _____
31 70	Joséilson de Aguiar Santiago	Associação Transfere	Vice-Presidente	Telefone: 9645979 Email: _____
32 71	Maria da Graça Silva dos Santos	Associação dos Agricultores	Presidente da Associação	Telefone: 9982-3042 Email: _____
33 72	Maria de Fátima Santos	Turma C	membro	Telefone: 9910 78 67 Email: fatima.santos@hcl.com.br
34 73	Maria Edilma da Cruz Silva	ADCD Amargoso	Presidente	Telefone: 96-15-11-67 Email: _____
35 74	Maria Francineia de Silva	ADCD Cairá do Sítio	Presidente	Telefone: 9986-6844 Email: _____

7.

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
49	Francisco dos Santos Induráin	STTR JURISDIÇÃO DO RGS	COORD. DA COORDENADORIA	Telefone: 94282652 Email: francindurain@hotmail.com
50	Margara de Fátima Dantas Santos	STTR. Acari	Funcionária	Telefone: 9619 0886 Email: fatimacacari@gmail.com
51	Laura da Silva da Silva Araújo	STTR Acari	Yasoureira	Telefone: 9981 2713 Email: mgasardm@hotmail.com
52	Luiziana Silva Santos Santos	STTR Acari	Coord. de Jurs	Telefone: 9619 - 0167 Email: luiziana-da@hotmail.com
53	Mariano Gomes Coelho			Telefone: 8704-0871 Email: coelho_mariano@yahoo.com
54	Luiz Felipe de Sousa Lourenço	REP. AGROPECUÁRIA SÃO JOSÉ / SÃO FERNANDO	COORDENADOR COORDENADOR	Telefone: 9974-5262 / 9910-9592 Email: luizfelipe@rn.gov.br
55	Roberto Augusto de Medeiros	SAC. AGRICULTURA SÃO JOSÉ DO SANTO	SECRETÁRIO	Telefone: 9925 9626 Email: robertoag@netmail
56	Bento de Araújo	STTR Acari	Presidente	Telefone: 99063672 Email: bentodaraújo@netmail
57	Mário Ruy Dantas	PR. S. de Saúde	Coordenador	Telefone: 99814035 Email: mario@netmail
58	Luís Carlos Dantas de Araújo	STTR São José do S. de Saúde	Secretário	Telefone: 3425-2284 Email: luiscarlosda@netmail.com
59				Telefone: _____ Email: _____
60				Telefone: _____ Email: _____
61				Telefone: _____ Email: _____



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte- Projeto RN Sustentável

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: Consultas Públicas de Apresentação dos Estudos de Avaliação de Impacto Socioambiental (AISA) do RN Sustentável

Dia: 20/11/2012

Local: Auditório do IF/RN em Pau dos Ferros/RN Horário: 9h00min às 12h00min

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
01	Maria Eleonora Silva	SEPLAN /UGP	consultora	Telefone: 3231-9086 Email: mariaeleonora@seplan.rn.gov.br
02	Cláudia Menezes	SEEC	Coord. Pedag.	Telefone: 3231-1356 Email: claudia.menezes@seec.rn.gov.br
03	Dr. Maria Tereza Marinho	IDEMA	Técnica Nivel Superior	Telefone: 9184-4543/3232-1985 Email: maria.tereza@idema.rn.gov.br
04	José Diniz Filho de Jesus Filho	SETHAS/UES	Téc. U. Superior	Telefone: 4976-0920 Email: _____
05	Robson do O	SEDEC	Assessor Técnico	Telefone: 8106-9352 Email: _____
06	Antonio Marcos Maciel	DNOCS	Coord. Agricultura	Telefone: 3627-2393-2801-2663 Email: antonio.marcos@dnocs.gov.br
07	Edmar Ferreira da Silva	Prefeitura de Venha-Ver	Assessor Técnico	Telefone: 33550001 Email: edmarv@hotmail.com
08	Dailton Dias Barba	Prefeitura de BB	Assessor	Telefone: 99477717 Email: _____
09	THIAGO ESCALANTE P. LEITE	PREFEITURA DE PAU DOS FERROS	Secretaria	Telefone: 99477900 Email: thiagopescalar@bol.com.br
	MARIA JOSE NUNES LEITE	SECRETARIA MEIO AMBIENTE		thiagopescalar@bol.com.br 99477900



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte- Projeto RN Sustentável

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: Consultas Públicas de Apresentação dos Estudos de Avaliação de Impacto Socioambiental (AISA) do RN Sustentável

Dia: 20/11/2012

Local: Auditório do IF/RN em Pau dos Ferros/RN Horário: 9h00min às 12h00min

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
01	Maria Eleonora Silva	EEPLAN/UGP	consultora	Telefone: 3231-9086 Email: eleonora@eeplan.rn.gov.br
02	Cláudia Mello	SEEC	te pedag.	Telefone: 3231-1356 Email: claudia.mello@seec.rn.gov.br
03	Que Maria Yuripe Marinho	IDEMA	Técnica Nivel Superior	Telefone: 9184.4543/3232-1985 Email: anamarcia@idema.rn.gov.br
04	José Diniz Filho de Jesus Filho	SETHAS/UES	Téc. v. Supervis.	Telefone: 9936-0920 Email: _____
05	Robson de O	SEDEC	Assessor Técnico	Telefone: 8106 9352 Email: _____
06	Antonio Marcos Nascimento	DNOCS	Coord. Agricultura	Telefone: 3627-2393-2801-2663 Email: antonio.marcos@dnoes.gov.br
07	Edmar Ferreira da Silva	Prefeitura de Várzea	Assessor Técnico	Telefone: 33550001 Email: edmarfv@hotmail.com
08	Dailton Dias Barba	Prefeitura de B. B.	Assessor	Telefone: 99477711 Email: _____
09	THIAGO ESCALANTE P. LEITE	PREFEITURA DE PAU DOS FERROS	Secretário	Telefone: 99477900 Email: thiagopscalante@hotmail.com
	MARIA JOSE NUNES LEITE	SECRETARIA MEIO AMBIENTE		thiagopscalante@hotmail.com 99477900



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte- Projeto RN Sustentável

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: Consultas Públicas de Apresentação dos Estudos de Avaliação de Impacto Socioambiental (AISA) do RN Sustentável

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
10	MARDA REGINA S. GALINDO BLAHA	UGP/SEPLAN	CONSULTORA AISA	Telefone: 84. 9136-3188 Email: MARGESOR@YAHOO.COM.BR
11	Sueli Paula Teixeira Costa	UGEP/SEPLAN	Gestora social	Telefone: _____ Email: sueliapaula@bol.com.br
12	VANBERTO TORRES DE ALMEIDA	IGARRÉ/IFRRN	GRATUITO / PROFESSOR	Telefone: 84 9910 6616 Email: vanberto@igarré.ifrrn.br
13	JOSE AUGUSTO SOARES	BANCO DO NORDESTE	AGENTE DESENVOLVIMENTO	Telefone: 8839-4466 Email: JOSE.AUGUSTO@BNCB.COM.BR
14	JOSE GONZAGA COSTA SOBRINHO	EMATER-RN	GESTOR REGIONAL	Telefone: 8809-8717 Email: jgomesb@emater-rn.gov.br
15	DJALINA VIANA NERES	CAERN-RN	GESTOR REGIONAL	Telefone: 8137-2389 Email: DJALINA@CAERN.COM.BR
16	Francisco Eviston Z. da Silva	IFRRN	Tec. Apicultura	Telefone: (84) 9904-9214 Email: evistonz@bol.com.br
17	Vicente Gabriel Eviston Neto	IFRRN	Técnico Apicultor	Telefone: (84) 9669-8482 Email: vicentegabriel@bol.com.br
18	DANIEL SANTIAGO PEREIRA	IFRRN	PROFESSOR	Telefone: (81) 3638-7500 Email: DANIEL.SANTAGO@IFRRN.BR
19	Eveline de Castro Lôcero	UGP/SEPLAN	Consultora AISA	(61) 8175077 evelinelocero@gmail.com
20	Márcia Adeline S. Lima	SEPLAN	CONSULTORA AISA	99882810 marciadelima@hotmail.com



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte- Projeto RN Sustentável

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: Consultas Públicas de Apresentação dos Estudos de Avaliação de Impacto Socioambiental (AISA) do RN Sustentável

Dia: 22/11/2012
20/11/2012

Local: Auditório do IF/RN em João Câmara/RN Horário: 9h00min às 12h00min

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
01	Eliseu Barbosa de Silva	SINTRAF/Touros	DIRETOR EXECUTIVO	Telefone: 9618.2971 Email: eliseu@sintraf.com.br
02	Aurea Maria Teixeira Maciel	IDEMA	Técnica Vídeol Superior	Telefone: 3232-1485/9184-4543 Email: aurea@idema.com.br
03	Marcos G. de Souza Lual	SEMARH	Assistente Social	Telefone: 3232-2432 Email: marcoslual8@gmail.com
04	Cristina M.ª Juntas	SEPLAN/UGP	Técnica	Telefone: 3232.1818 Email: cmelmeireis@yahoo.com.br
05	MAGDA REGINA S GALINDO NUNES	SEPLAN	CONSULTORA/AISA	Telefone: 9136-3188 Email: magresor@seplan.com.br
06	Mônica Adeline de Silva Lima	SEPLAN	CONSULTORA/AISA	Telefone: 9188.2819 Email: monicaadeline@hotmail.com
07	Monica Elagmore Silva	SEPLAN	COORDINADORA	Telefone: 3231.9006 Email: monicaelagmore@seplan.com.br
08	Antonio Marcos Verissimo	DNOCs	COORD. AGRICULTURA	Telefone: (84) 9627-2393/2804-2163 Email: antonio.marcos@dnocs.gov.br
09	Sueli Paulo Teixeira Costa	UGP/SEPLAN	Assistente Social	Telefone: Email: suelipaulo@seplan.com.br



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte- Projeto RN Sustentável

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: Consultas Públicas de Apresentação dos Estudos de Avaliação de Impacto Socioambiental (AISA) do RN Sustentável

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
10	MARDA REGINA S. GALINDO BLAHA	UGP/SEPLAN	CONSULTORA AISA	Telefone: 84. 9136-3188 Email: MARGESOR@YAHOO.COM.BR
11	Sueli Paula Teixeira Costa	UGEP/SEPLAN	Gestora Social	Telefone: _____ Email: sueliapaula@bol.com.br
12	MANOATO TORRES DE ALMEIDA	ICARPE/IFRN	GRUPO / PROFESSOR	Telefone: 85 9985 6616 Email: manoato@ufrn.br
13	JOSE AUGUSTO SOARES	BANCA DO NORDESTE	AGENTE DESENVOLVIMENTO	Telefone: 8839-4466 Email: JOSE AUGUSTO@BNC-ECU-ER
14	JOSE GONZAGA COSTA SOBRINHO	EMATER-RN	GESTOR REGIONAL	Telefone: 8807-8777 Email: jrgoncalves@emater-rn.gov.br
15	DJALMA VIANA NEVES	CAERN-RN	GESTOR REGIONAL	Telefone: 8157 7389 Email: djalma@caern.com.br
16	Francisco Everton y. da Silva	IFRN	Tec. Apicultura	Telefone: (84) 9904-9217 Email: evertonyda@hotmail.com
17	Vicente Gabriel Ferreira Neto	IFRN	Técnico. Apicultura	Telefone: (84) 9669-8482 Email: V.Gabriel@bol.com.br
18	DANIEL SANTIAGO PEREIRA	IFRN	PROFESSOR	Telefone: (84) 3628 7500 Email: DANIEL.SANTAGO@IFRN.PU.BR
19	Eveline de Castro Lógaro	UGP/SEPLAN	Consultora AISA	(61) 81175077 evelinelogaro@gmail.com
20	Marília Adeline S. Lima	SEPLAN	CONSULTORA / AISA	99882812 mariliadelima@hotmail.com

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
23	Paulo Batista Lopes Neto	MP/RN	Promotor de Justiça	Telefone: (84) 8126 1830/32624773 Email: PNETO.BR@YAHOO.CO.UK
24	Raimundo Costa	MJA/RN	Delegado Federal	Telefone: (84) 9104.3094 Email: raimundo.costa@mj.gov.br
25				Telefone: _____ Email: _____
26				Telefone: _____ Email: _____
27				Telefone: _____ Email: _____
28				Telefone: _____ Email: _____
29				Telefone: _____ Email: _____
30				Telefone: _____ Email: _____
31				Telefone: _____ Email: _____
32				Telefone: _____ Email: _____
33				Telefone: _____ Email: _____
34				Telefone: _____ Email: _____
35				Telefone: _____ Email: _____



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte- Projeto RN Sustentável

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: Consultas Públicas de Apresentação dos Estudos de Avaliação de Impacto Socioambiental (AISA) do RN Sustentável

Dia: 23/11/2012

Local: Auditório do IF/RN em Caicó/RN Horário: 9h00min às 12h00min

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
01	Ana Celia S. Santos	IGARN	Coordenadora Técnica e Planejamento	Telefone: 81372095 Email: ana.c4336@yahoo.com.br
02	Selma Maria da Silva	IGARN	TNS GNE - Química	Telefone: 9955-0841 Email: selmauc@hotmail.com
03	Erduin de Castro Lages	UGP/SEPLAN	Consultoria de Projetos	Telefone: (61) 81175077 Email: erduinlages@gmail.com
04	Robson de Medeiros Barbosa	B. Brasil	Gerente Geral	Telefone: 84-58127084 Email: robsonbr@bb.com.br
05	Peão Alexandre Aparecido dos Neosinos	SEBRAE/RN	Gerente - Coia	Telefone: (84) 9962-3050 Email: peao@rn.sebrae.com.br
06	Relethiane Andrade	CRACAS	presidente	Telefone: 99723362 Email: relethiane@cracas.org.br
07	Jose Valfredo de Azeiteiro	SESCOOP	Coordenador	Telefone: 9909-8143 Email: jose.valfred@secoop.com.br
08	Randilson Costa de Araújo	P.T.: Representante do Dep. Estadual de Zoonoses		Telefone: 26954883 Email: randilsoncosta@outlook.com
09		Delegado		Telefone: 9909-8143 Email: gmal.com

Item	Nome	Instituição/Órgão	Cargo	Dados para contato
10	Eveline de Castro Lázaro	UGP/SEPLAN	Consultora AISA	Telefone: (61) 81 175077 Email: evelinelazaro@gmail.com
11	Ezequiel do O	SEDEC	Assessoria Técnica	Telefone: _____ Email: _____
12	Jose Dinastiana de Jesus Filho	UES/SETHAS	Assessor Técnico	Telefone: 9976-0920 Email: JDINASTIA@HOTAIR.COM.BR
13	Honorina Ezequiel de Medeiros	SEBRAE/RN	Assist. Técnico	Telefone: 9952 0992 Email: honorinae@sebrae.com.br
14	Cristiane Leite da Silva	SINTRAF-ST. Cruz/RN	Assessoria	Telefone: _____ Email: cristianelute83@gmail.com
15	Maria das Graças da Silva	SINTRAF-ST. Cruz/RN	Secretária	Telefone: _____ Email: _____
16	Oliveira Pereira dos Santos	Sintraf-St. Cruz-RN	Presidente	Telefone: 3291-3048 Email: _____
17	Adriano Justino Campos	SINTRAF-ST. Cruz	_____	Telefone: _____ Email: _____
18	JERSON DE DEUS ROCHA	EUNAC/BENTO FERNANDES	PRESIDENTE	Telefone: 3707-0078 3637-0078 Email: JIR-ROCHA@HOTAIR.COM
19	maria do Carmo da Silva	PASANTA LIZIA	_____	Telefone: _____ Email: _____
20	Gerardo José B. Guerra	UES/SETHAS	GERENTE	Telefone: 99843897 Email: GERAR GUARDO@hotmail
21	Márcio de Sá de Almeida	" "	_____	Telefone: 32713431 Email: _____
22	Silvestre José do Nascimento	" "	Técnico	Telefone: (34) 8309-7695 Email: SILVINO@HOTAIR.COM.BR

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, Florianópolis – SC, 2007.
- ALMEIDA, Josimar Ribeiro de (org.). Ciências Ambientais. Rio de Janeiro, THEX EDITORA, 2002.
- _____. Série Gestão e Planejamento Ambiental. Indicação Técnica Nº2, CETEM, MCT, 2005 ISBN 85-7227-221-6
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO / PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento. Disponível em: www.bndes.gov.br. Acesso em 05/07/2010.
- BANCO MUNDIAL. Políticas Operacionais. Manual Operacional do Banco Mundial; 1998.
- _____. Política Operacional OP 4.01 – Avaliação Ambiental. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/OPSMANUAL/Resources/210384-1170795590012/OP401Portuguese.pdf>. Acesso em 08.10.2011
- _____. Política Operacional OP 4.04 – Habitas Naturais. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/OPSMANUAL/Resources/210384-1170795590012/port-bp404.pdf> Acesso em 08.10.2011
- _____. Política Operacional OP/BP 4.36 – Florestas. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/OPSMANUAL/Resources/210384-1170795590012/port-bp404.pdf> Acesso em 08.10.2011
- _____. Política Operacional OP 4.09 – Controle de Pragas e Pesticidas. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/OPSMANUAL/Resources/210384-1170795590012/OP409Portuguese.pdf> Acesso em 08.09.2011
- _____. Política Operacional OP 4.10 – Povos Indígenas. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/OPSMANUAL/Resources/210384-1170795590012/OP410_portugues.pdf Acesso em 05.10.2011
- _____. Política Operacional OP 4.12 – Reassentamento Involuntário. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/OPSMANUAL/Resources/210384-1170795590012/op412Portuguese.pdf> Acesso em 01.10.2011
- _____. Política Operacional OP 11.03 – Recursos Culturais Físicos. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/OPSMANUAL/Resources/210384-1170795590012/op11.03Portuguese.pdf> Acesso em 05.10.2011
- _____. Política Operacional OP/BP 4.37. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/OPSMANUAL/Resources/210384-1170795590012/port-bp404.pdf> Acesso em 08.10.2011
- BARQUERO, Antonio. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Editora da Universidade, FEE, 2001.
- BARRETO, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação Participativa de Programas Sociais. Ed Veras – São Paulo – 2000.
- BRAGA, A.S.; MIRANDA, L.de C. (Org.). Comércio e meio ambiente: uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.
- BRASIL. Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=88&idConteudo=8309#94> Acesso em 22.09.2011.
- _____. Decreto Federal Nº 4.887, 2003 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas de que trata o Artigo 68 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/02/25/incra-reconhece-direito-de-quilombola-no-ceará> Acesso em 05.10.2011
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis – IBAMA. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/2009. Supressão de Vegetação. Disponível em: http://www.iusnatura.com.br/News26/news03_arquivos/IBAMA6_09.pdf Acesso em 28. 09.2011

- _____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestre Ameaçadas de Extinção. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>> Acesso em 27. 09.2011
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Reserva Particular do Patrimônio Natural. RPPN. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/rppn/>> Acesso em 18. 09.2011
- _____. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Aids e "racismo ambiental" ameaçam quilombolas em Rondônia. Altino Machado - Direto de Porto Velho (RO). Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=2216> Acesso em 03. 09.2011
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Estrutura Regimental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=88>> Acesso em 12. 09.2011
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente – Resoluções CONAMA:
- _____. Resolução Conama nº 4/85 - Regulamenta as Reservas Ecológicas.
- _____. Resolução Conama nº 1/86 - Dispõe sobre procedimentos relativos ao Estudo de Impacto Ambiental.
- _____. Resolução Conama nº 9/87 - Procedimentos para as Audiências Públicas.
- _____. Resolução Conama nº 11/87 - Define as categorias de Unidades de Conservação.
- _____. Resolução Conama nº 5/88 – Estabele o licenciamento ambiental para as obras de saneamento para as quais seja possível identificar modificações ambientais significativas.
- _____. Resolução Conama nº 10/88 – Define Áreas de Proteção Ambiental – APA e o respectivo zoneamento ecológico-econômico.
- _____. Resolução Conama nº 12/88 - Inclui ARIEs como Unidades de Conservação.
- _____. Resolução Conama nº 13/90 - Estabelece normas referente ao entorno das Unidades de Conservação.
- _____. Resolução Conama nº 4/93 – Estabelece a obrigatoriedade de licenciamento ambiental pelo órgão estadual competente para as atividades, obras, planos e projetos em áreas de restinga.
- _____. Resolução Conama nº 9/96 - Define corredores entre remanescentes florestais.
- _____. Resolução Conama nº 237/97 - Dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.
- _____. Resolução Conama nº 266/00 - Estabelece diretrizes para a criação de jardins botânicos. Normatiza o funcionamento desses e ainda define seus objetivos.
- _____. Resolução Conama nº 289/01 - Estabelece diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.
- _____. Resolução Conama nº 300/02 - Complementa os casos passíveis de autorização de corte previstos no art. 2º da Resolução nº 278, de 24 de maio de 2001.
- _____. Resolução Conama nº 302/02 - Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.
- _____. Resolução Conama nº 303/02 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
- _____. Resolução Conama nº 307/02 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- _____. Resolução Conama nº 312/02 - Dispõe sobre o uso sustentável da Zona Costeira.
- _____. Resolução Conama nº 369/06 - Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP.
- _____. Resolução Conama nº 357/05 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
- _____. Resolução Conama nº 370/06 - Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental.
- _____. Resolução Conama nº 371/06 - Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental.
- _____. Resolução Conama nº 377/06 - Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário.
- _____. Resolução Conama nº 378/06 - Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional.
- _____. Resolução Conama nº 379/06 - Cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.
- _____. Resolução Conama nº 388/07 - Dispõe sobre a convalidação das Resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica.

- _____. Resolução Conama nº 411/09 - Dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria.
- _____. Decreto Federal Nº 10.639, 2003 - Torna obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas de todo o Brasil. Disponível em:
<http://www.koinonia.org.br/oq/noticias_detalhes.asp?cod_noticia=3699> Acesso em 20.10.2011.
- _____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 15/07/2012.
- _____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Brasil Direitos Humanos, 2008: A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, p243.
<http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/60anosDUDH.pdf>, acessado em 15/07/2012.
- _____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.
http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm, acessado em 15/07/2012.
- _____. SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE. Faltam políticas públicas para população cigana. CLIPPING SEPPIR, 2011. Disponível em:
<http://www.seppir.gov.br/noticias/clipping-seppir/24-05.2011> Acesso em 18/07/2012.
- _____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde da População Cigana. Disponível em:
<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1050> Acesso em 18/07/2012.
- _____. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Plano diretor participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos, 2004.
- _____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Territórios da Cidadania – Propostado Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. Brasília, 2007.
- _____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Famílias Ciganas (Código 101). Disponível em
<http://www.mds.gov.br/cgs/grupos_populacionais/textos/ciganas.pdf> Acesso em 18/07/2012.
- _____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Bolsa Família. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/gestaomunicipal/processo-de-cadastramento/arquivos/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf>> Acesso 18/07/2012.
- _____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa de Educação Ambiental – ProNEA, 2003.
- _____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Recursos Hídricos. Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAN-Brasil, Brasília-DF, 2005.
- _____. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Plano Plurianual da União, Lei de nº12.593, de 18 de janeiro de 2012-2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/>> Acesso em 15/07/2012.
- _____. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária, de 2006. Publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (MT).
- _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Os indígenas no Censo Demográfico 2010. Primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Disponível em: <http://www.ibge.br> Acesso em 15/07/2012.
- _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Fundação IBGE. Contagem Populacional, 2007.
- _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Fundação IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, PNAD, 2008.
- _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Fundação IBGE. Municípios, total e com acampamento cigano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/tabelas_pdf/tabela_MUNIC_173.pdf> Acesso em 18/07/2012.
- BUCCI, Maria de Paula Dallari. Direito administrativo e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CAMPOS, R.T. Uma abordagem econométrica do mercado potencial de carne de ovinos e caprinos para o Brasil. In “Revista Econômica do Nordeste”, v. 30, n1, p. 26-47, jan-mar 1999.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Norte. Brasília. 2004.

- CONSELHO NACIONAL CIGANO - CONACI Lideranças ciganas do Brasil unem-se e criam o Conselho Nacional Cigano, 2011. Disponível em: <<http://www.janella.com.br/noticias/brasil/296-liderancas-ciganas-do-brasil-unem-se-e-criam-o-conselho-nacional-cigano.html>> Acesso em 18/07/2012.
- CARVALHO, Cláudio Oliveira de. Políticas públicas e gestão urbano-ambiental. Revista de Direito Ambiental, V. 26, 2003. (p. 277-289).
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. In: A Era da informação: economia, sociedade e cultura. 2ª ed., v. 2, Paz e Terra, 2000. 530p.
- _____. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, PPGESS/UFRJ, n. 1, 1997.
- DERANI, Cristiane. Função ambiental da propriedade. Revista de Direitos Difusos. Vol 03. Out/2000. IBAP/ADCOAS (p.265-272).
- DIAS, Genebaldo Freire. Ecopercepção – um resumo didático dos desafios sócio-ambientais. Ed.gauja – SP – 2004.
- FERNANDES, Edésio. Direito urbanístico. São Paulo: Del Rey, 1998.
- FROST, R. ISO Confirma integração entre ISO 9001 E 14001. Revista Banas Qualidade, São Paulo, nº 165, p.42-45, fevereiro 2002. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/flora/decretos/decreto_3607_cites.pdf> Acesso em 07. 09.2011
- FUNDAÇÃO Cultural Palmares, Diagnóstico Socioeconômico-Cultural das Comunidades Remanescentes de Quilombos – Relatório Geral, Fundação Universidade de Brasília, Brasília, Março 2004.
- GÓMES, J. Andrés Dominguez, et all. Serviço Social e Meio Ambiente. Ed. Cortez – São Paulo – 2005.
- GUERRA, J. G. A. 2007. Mendonça do Amarelão: os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte. Dissertação Mestrado, pp 216. PPg. Antropologia, UPFE.
- GUIMARÃES JÚNIOR, João Lopes. Função Social da Propriedade. Revista de Direito Ambiental. V. 29. Ano 8 - Janeiro-Março de 2003. São Paulo: Revista dos Tribunais (p.115-126).
- HORBACH, Carlos Bastide. Direito urbanístico constitucional: instrumento de políticas urbana na Constituição de 1988. Apostila da pós – graduação lato sensu em “Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental” – CDS/UnB, 2004.
- KAPLAN E NORTON, D. The Balanced Scorecard: Translating Strategy into Action. Harvard Business School Press. Boston. 1996.
- LINHARES, Luiz Fernando do Rosario. “Comunidade negra rural: um velho tema, uma nova discussão”. Ministério da Cultura – Fundação Cultural Palmares. Paper, 2003.
- LUCIANO, G. dos S. O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes, volume 1. Brasília: Ministério de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 85-98171-57-3. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>> Acesso em 19.07.2012.
- MARCONDES, Maria José de Azevedo. Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.
- MEDAUAR, Odete. Estatuto da Cidade. Lei 10.257, de 10.07.2001. Comentários. MEDAUAR, Odete & ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de (Coord.), São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- MELLO, Neli Aparecida. Políticas públicas e consumo do meio ambiente urbano. In Brasília: controvérsias ambientais. GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos e PAVIANI, Aldo (Orgs.). Brasília: Editora UnB, 2003. (p.217-240).
- MOONEN, Frans. Anticiganismo: os Ciganos na Europa e no Brasil 3ª edição digital revista e atualizada Recife – 2011, 228 pp. Disponível em: <http://images.jalila81.multiply.multiplycontent.com/attachment/0/TmlrSgocIEAAG0HTg81/1_fmanticiganismo2011.pdf?key=jalila81:journal:23&nmid=130902224> Acesso em 18/07/2012.
- MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX. V. 02 – Necrose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- NIDUMOLU, R; PRAHALAD, C.K.; RANGASWANI, M.R. Why Sustainability is Now the Key Driver of Innovation. Harvard Business Review 2009. Disponível em <<http://hbr.org/2009/09/why-sustainability-is-now-the-key-driver-of-innovation/ar/1>> Acesso em 08.08.2011
- PINTO, Victor Carvalho. A ordem urbanística. Revista Fórum de Direito Urbano e Ambiental.2002. (p.235-243).
- PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Guia metodologica de capacitacion en gestion ambiental urbana para organismos no gubernamentales de America Latina y el Caribe. Santiago de los Caballeros, 1996.

- _____. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2010. Disponível em:
<http://www.pnud.org.br/Docs/4_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf,> Acesso em 18/07/2012.
- _____. Guia metodologica de capacitacion en gestion ambiental urbana para organismos no gubernamentales de America Latina y el Caribe. Santiago de los Caballeros, 1996.
- _____. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2010. Disponível em:
<http://www.pnud.org.br/Docs/4_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf,> Acesso em 18/07/2012.
- _____. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2005.
- PREZIA, Benedito. Indígenas do Leste do Brasil: destruição e resistência – vol. II. São Paulo. Paulinas. 2004.
- PRICE WATERHOUSE. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL 1988 Comparada com a Constituição de 1967 e Comentada. Price Waterhouse – Departamento de Assessoria Tributária e Empresarial. 1 Ed. São Paulo. Price Waterhouse, 1989.
- RECIVIL. Cidadania dos Ciganos e Nômades Urbanos. Relatório semestral - 1º semestre de 2009 (SEDH) [http://www.recivil.com.br/Documentos/RELATORIO moradores de rua.pdf](http://www.recivil.com.br/Documentos/RELATORIO%20moradores%20de%20rua.pdf), acessado em 18/07/2012.
- RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado do Rio Grande do Norte - PAE/RN, Natal-RN, 2010.
- _____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado do Rio Grande do Norte - PAE/RN, Natal-RN, 2010.
- _____. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Secretaria Extraordinária para Assuntos Institucionais. Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável o Seridó. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN 2000.
- _____. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Zona Homogênea do Litoral Norte. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN 2002.
- _____. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Rio Grande do Norte. Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi. Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2004.
- _____. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste. Diagnóstico e Estratégias, Programas e Projetos. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2006.
- _____. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Secretaria Extraordinária para Assuntos Institucionais. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste: Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2007.
- _____. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Secretaria Extraordinária para Assuntos Institucionais. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste: Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2007.
- _____. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Secretaria Extraordinária para Assuntos Institucionais. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Açu. Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2009.
- _____. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Secretaria Extraordinária para Assuntos Institucionais. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Mossoroense. Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2009.
- _____. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Plano Plurianual – 2008-2011. Natal-RN. 2007.
- _____. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal – Natal Metrôpole 2020. Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2007.
- _____. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.. Indicadores Econômicos e Sociais. Natal-RN. 2009.
- _____. Secretaria de Estado do Turismo. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Estado do Rio Grande do Norte - PDITS/RN - Natal-RN, 2010.

_____. Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –RN, Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – COEPPIR, RN. CODEM/SEJUC, RN.

_____. Informe sobre políticas e movimentos negros do Rio Grande do Norte. 2009.

http://www.ceafrro.ufba.br/web/arquivos/publicacoes/Informe_Rio_Grande_do_Norte.pdf, acessado em 18/07/2012

SAI – Social Accountability International. NORMA SA 8000 – Responsabilidade Social 8000. Disponível em: <[http://www.cpfl.com.br/parceiros_inovacao_tecnologica/documentos/Norma Responsabilidade Social SA 8000.pdf](http://www.cpfl.com.br/parceiros_inovacao_tecnologica/documentos/Norma%20Responsabilidade%20Social%20SA%208000.pdf)> Acesso em 16. 09.2011.

SANTOS, R.F. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA. Manual de Gerenciamento de Resíduos. SEBRAE – RJ, 2006.

SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. Ed. 7. São Paulo, Cortez, 2000.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord); BERTHO, Helena; CARVALHO, Helenice Feijó de. Elaboração de Projetos Comunitários. Ed. Loyola. Janeiro 2002.

TINOCO, J. E.P.; KRAEMER, M.E.P. Contabilidade e Gestão Ambiental. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004, p.303

TRECCANI, G. D. ANDRADI, L. “Terras de Quilombo” in: Direito Agrário Brasileiro – Hoje. Raimundo Larangeira (org.) Ltr Editora, São Paulo, 2000.

COMPLEMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

1. Brasil Direitos Humanos, 2008: A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, p243, <http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/60anosDUDH.pdf>, acessado em 15/07/2012.
2. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acessado em 15/07/2012.
3. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.
http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm, acessado em 15/07/2012.
4. Cidadania dos Ciganos e Nômades Urbanos. Relatório semestral - 1º semestre de 2009 (SEDH)
[http://www.recivil.com.br/Documentos/RELATORIO moradores de rua.pdf](http://www.recivil.com.br/Documentos/RELATORIO%20moradores%20de%20rua.pdf), acessado em 18/07/2012.
5. Estudos sociodemográficos e análises espaciais referentes aos municípios com a existência de comunidades remanescentes de quilombos. 2007
6. http://www.sintep.org.br/adm/arquivo/Politica_Social/19_2_2010_18_20_22_Estudos_Sociodemograficos_Municipios_Quilombolas.pdf, acessado em 18/07/2012.
7. Falta políticas públicas para população cigana. CLIPPING SEPPIR, 2011
<http://www.seppir.gov.br/noticias/clipping-seppir/24-05.2011>, acessado em 18/07/2012.
8. Famílias Ciganas (Código 101) no MDS.
http://www.mds.gov.br/cgs/grupos_populacionais/textos/ciganas.pdf, acessado em 18/07/2012.
9. Informe sobre políticas e movimentos negros do Rio Grande do Norte. 2009.
http://www.ceafrro.ufba.br/web/arquivos/publicacoes/Informe_Rio_Grande_do_Norte.pdf, acessado em 18/07/2012
10. Guerra, J. G. A. 2007. Mendonça do Amarelão: os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte. Dissertação Mestrado, pp 216. PPg. Antropologia, UPFE.
11. Levantamento de Comunidades Quilombolas
http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/gestao_municipal/processo-de-cadastramento/arquivos/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf, acessado em 18/07/2012.
12. Lideranças ciganas do Brasil unem-se e criam o Conselho Nacional Cigano - Conaci, 2011.
<http://www.janella.com.br/noticias/brasil/296-liderancas-ciganas-do-brasil-unem-se-e-criam-o-conselho-nacional-cigano.html>, acessado em 18/07/2012.
13. Luciano, G. dos S. O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes, volume 1. Brasília: Ministério de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 85-98171-57-3. <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>.
14. Moonen, Frans. Anticiganismo: os Ciganos na Europa e no Brasil 3ª edição digital revista e atualizada Recife – 2011, 228 pp.
http://images.jalila81.multiply.multiplycontent.com/attachment/0/TmlrSgocIEAAG0HTg81/1_fmanticiganismo2011.pdf?key=jalila81:journal:23&nmid=130902224, acessado em 18/07/2012.

15. Municípios, total e com acampamento cigano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/tabelas_pdf/tabela_MUNIC_173.pdf, acessado em 18/07/2012.
16. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2010.
http://www.pnud.org.br/Docs/4_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf, acessado em 18/07/2012.
17. Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça.
<http://www.ibge.br>, acessado em 15/07/2012.
18. Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –RN, Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – COEPPIR, RN. CODEM/SEJUC, RN.
19. Plano Plurianual da União, Lei de nº12.593, de 18 de janeiro de 2012-2015.
<http://www.planejamento.gov.br/>. acessado em 15/07/2012.
20. Saúde Da População Cigana
http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1050, acessado em 18/07/2012.
21. <http://www.ibge.br>, acessado em 15/07/2012.
22. <http://www.funai.gov.br/> acessado em 15/07/2012.

EQUIPE TÉCNICA

UGP/RN Sustentável/SEPLAN

Ana Cristina Guedes Spinelli

Coordenadora UGP

Josivan Cardoso Moreno

Gestor Ambiental

Sueli Paulo Teixeira Costa

Gestora Social

Consultoras

Marília Adelino S. Lima

Cientista Social / Advogada OAB/RN 7803

Área: Políticas Públicas

Maria Eleonora Silva

Engenheira Civil

Área: Reassentamento Involuntário

Magda Regina S. G. Blaha

Assistente Social

Especialista em Direitos Humanos

Área: Social

Eveline de Castro Lázaro

Administradora CRA/DF 9367

Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental

Área: Relatório AISA

COLABORAÇÃO

UGP/RN Sustentável/SEPLAN

Carlos Nascimento

Breno Roos

Guilherme Lichand

Luiza Silva

Cristina Dantas

Alda Liberato

Marília Cunegundes

Joana Dantas

Jobson Lima